

Marilene Proença Rebello de Souza, Alayde Maria Pinto Digiovanni,  
Ronilda Iyakemi Ribeiro, Renato Batista da Silva, Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior  
Organização

# **IGNACIO MARTÍN-BARÓ EM DIÁLOGO:** contribuições para os estudos latino-americanos



DOI: 10.11.606/9786567596419

Marilene Proença Rebello de Souza  
Alayde Maria Pinto Digiovanni  
Ronilda Iyakemi Ribeiro  
Renato Batista da Silva  
Nilson de Jesus Oliveira Leite Junior

Organizadores

# Ignacio Martín-Baró em diálogo: contribuições para os estudos latino- americanos



## REALIZAÇÃO

Universidade de São Paulo (USP)  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP)  
Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM)  
Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE)  
Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró e a América Latina

## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor da Universidade de São Paulo  
Carlos Gilberto Carlotti Junior  
Vice-Reitora  
Maria Armanda do Nascimento Arruda  
Pró-Reitor de Graduação  
Aluisio Augusto Cotrim Segurado  
Pró-Reitor de Pós-Graduação  
Rodrigo do Tocantins Calado de Saloma Rodrigues  
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação  
Paulo Alberto Nussenzweig  
Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária  
Marli Quadros Leite  
Pró-Reitora de Inclusão e Pertencimento  
Ana Lúcia Duarte Lanna

## INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Diretora  
Ana Maria Loffredo  
Vice-Diretora  
Ianni Regia Scarcelli  
Chefe do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade (PSA)  
Leopoldo Fulgencio  
Chefe do Departamento de Psicologia Clínica (PSC)  
Maria Livia Tourinho Moretto  
Chefe do Departamento de Psicologia Experimental (PSE)  
Miriam Garcia Mijares  
Chefe do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST)  
Belinda Piltcher Haber Mandelbaum  
Presidente da Comissão de Graduação  
Paula Debert  
Presidente da Comissão de Cultura e Extensão  
Adriana Marcondes Machado  
Presidente da Comissão de Cooperação Internacional  
Maria Inês Assumpção Fernandes  
Presidente da Comissão de Pesquisa e Inovação  
Luís Guilherme Galeão da Silva  
Presidente da Comissão de Pós-Graduação  
Nicholas Gerard Châline  
Coordenador do Centro-Escola  
Pablo de Carvalho Godoy Castanho  
Responsável pela Assistência Acadêmica  
Sandra Dias dos Santos  
Responsável pela Assistência Administrativo  
José Carlos da Silva  
Responsável pela Assistência Financeira  
Claudenia Diniz da Silva Lima  
Chefe Técnica da Biblioteca Dante Moreira Leite  
Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini  
Chefe da Seção Técnica de Informática  
Eduardo Makoto Okamura  
Chefe do Serviço de Apoio Institucional  
Islaine Maciel

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA (PROLAM)**

### **COORDENAÇÃO**

Marilene Proença Rebello de Souza  
Júlio César Suzuki

### **COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Dennis de Oliveira  
Luciana Romano Morilas  
Lucilene Cury  
Maria Célia Lima-Hernandes

### **SECRETARIA**

Willian Almeida  
Patrícia Alves Barbosa

### **ORGANIZAÇÃO**

Marilene Proença Rebello de Souza  
Alayde Maria Pinto Digiovanni  
Ronilda Iyakemi Ribeiro  
Renato Batista da Silva  
Nilson de Jesus Oliveira Leite Junior

### **CONSELHO EDITORIAL**

Alexandra Anache Ayache – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil  
Ana Borgobello – Universidad Nacional de Rosario, Argentina  
Ana Elena Del Bosque – Universidad Nacional Autónoma de México, México  
Andrea Espinosa – Universidad Nacional de Rosario, Argentina  
Ângela Fátima Soligo – Universidade Estadual de Campinas  
Carlos Manuel Osorio García – Universidad internacional ibero-americana, México  
Elenita de Riccio Tanamachi – Universidade Estadual Paulista, Brasil  
Fauston Negreiros – Universidade de Brasília, Brasil  
Gisele Toassa – Universidade Federal de Goiás, Brasil  
Guillermo Arias Beatón – Universidad de La Habana, Cuba  
Hugo Adrian Morales – Universidad Nacional de San Luis, Argentina  
Iolete Ribeiro – Universidade Federal do Amazonas, Brasil  
Iracema Neno Tada – Universidade Federal de Rondônia, Brasil  
José Anicama – Universidad Autónoma de Perú, Perú  
José Tasat – Universidad Nacional Tres de Febrero, Argentina  
Laura Marisa Carnieli Calejón – Universidade Ibirapuera, Brasil  
Luciane Maria Schlindwein – Universidade Federal de Santa Catarina  
Marilda Gonçalves Dias Facci – Universidade Estadual de Maringá, Brasil  
Marli Lúcia Tonatto Zibetti – Universidade Federal de Rondônia, Brasil  
Miguel Angel Martínez – Universidad Nacional Autónoma de México, México  
Mitsuko Aparecida Makino Antunes – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil  
Nilza Sanches Tessaro Leonardo – Universidade Estadual de Maringá  
Regina Helena Campos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Ruth Mercado Maldonado – Instituto Politécnico Nacional, México  
Sergio da Silva Leite – Universidade Estadual de Campinas  
Sílvia Maria da Silva – Universidade Federal de Uberlândia  
Sonia Mari Shima Barroco – Universidade Estadual de Maringá

### **DIAGRAMAÇÃO**

Nilson de Jesus Oliveira Leite Junior  
Renato Batista da Silva

### **CAPA**

Nilson de Jesus Oliveira Leite Junior  
Jéssica Gomes do Nascimento

### **EDITORAÇÃO**

Nilson de Jesus Oliveira Leite Junior  
Renato Batista da Silva

Catálogo na publicação  
Biblioteca Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Ignacio Martín-Baró em diálogo: contribuições para os estudos latino-americanos /  
Organização de Marilene Proença Rebello de Souza, Alayde Maria Pinto Digiovanni,  
Ronilda Iyakemi Ribeiro, Renato Batista da Silva e Nilson de Jesus Oliveira Leite Junior. São  
Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2024.  
386 p.

ISBN (Digital): 978-65-87596-41-9

DOI: 10.11.606/9786567596419

1. Psicologia. 2. América Latina. I. Souza, Marilene Proença Rebello de (Org.). II. Digiovanni,  
Alayde Maria Pinto (Org.). III. Ribeiro, Ronilda Iyakemi (Org.). IV. Silva, Renato Batista da (Org.). V.  
Leite Junior, Nilson de Jesus Oliveira (Org.).

LC BF 38

Ficha elaborada por: Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini: CRB 3995



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a *Licença Creative Commons* indicada.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                                     |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Prólogo</b>                                                                                                                                                                                                      | <b>6</b>   |
| Ignacio Dobles Oropeza                                                                                                                                                                                              |            |
| <b>Apresentação da Coletânea</b>                                                                                                                                                                                    | <b>15</b>  |
| Marilene Proença Rebello de Souza, Alayde Maria Pinto Digiovanni, Ronilda Iyakemi Ribeiro, Renato Batista da Silva e Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior                                                          |            |
| <b>I - APRESENTANDO O GRUPO DE ESTUDOS</b>                                                                                                                                                                          | <b>21</b>  |
| Capítulo 1 - Ignacio Martín-Baró e América Latina: trajetória de um grupo de estudos sobre o pensamento e as lutas latino-americanas                                                                                | 22         |
| Marilene Proença Rebello de Souza, Alayde Maria Pinto Digiovanni, Gisele Cardoso Costa, Felipe Oliveira, Camila Danielle dos Santos, José Fernando Andrade Costa, Marcela Pereira Rosa e Solange Struwka            |            |
| <b>II - MARTÍN-BARÓ EM DIÁLOGO SOBRE O CONSERVADORISMO</b>                                                                                                                                                          | <b>38</b>  |
| Capítulo 2 - Pentecostalismo latino-americano: contribuições a partir de Ignacio Martín-Baró                                                                                                                        | 39         |
| Raul Gomes de Almeida e Renato Batista da Silva                                                                                                                                                                     |            |
| Capítulo 3 - Realismo pandêmico e as contradições do fatalismo na modernidade tardia                                                                                                                                | 70         |
| Pablo Pamplona                                                                                                                                                                                                      |            |
| <b>III - MARTÍN-BARÓ EM DIÁLOGO COM A PRÁTICA EM INSTITUIÇÕES</b>                                                                                                                                                   | <b>93</b>  |
| Capítulo 4 - Práxis psi e sindicatos: contribuições de Martín-Baró                                                                                                                                                  | 94         |
| Pedro Henrique Antunes da Costa, João Gabriel Carvalho Araújo Mello de Oliveira e Kíssila Teixeira Mendes                                                                                                           |            |
| Capítulo 5 - A atualidade da obra de Ignacio Martín-Baró para a construção de uma agenda de pesquisa e extensão interseccional e descolonial                                                                        | 119        |
| José Fernando Andrade Costa, Carlos César Barros, Stefanie de Almeida Macêdo, Joana Carla de Jesus Assis e Dannel Leão de Oliveira                                                                                  |            |
| <b>IV - MARTÍN-BARÓ EM DIÁLOGO COM A CIDADE</b>                                                                                                                                                                     | <b>139</b> |
| Capítulo 6 - Trauma psicossocial como ferramenta de ação e reflexão da Psicologia: experiências com populações marginalizadas em São Paulo – SP                                                                     | 140        |
| Antonio Euzébios Filho, Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior, Jussara de Souza Silva, Iris Barboza Pastor Souza, Alice Kacelnik Rosenthal, Joyce Mirelle Lima Farias, Gabriel Mussato Silva e Matheus Costa Campos |            |
| Capítulo 7 - Cidades, Cidadania, Cidadãos: o Paradigma Cidades MIL de UNESCO e a Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró                                                                                    | 159        |
| Ronilda Iyakemi Ribeiro                                                                                                                                                                                             |            |
| <b>V - MARTÍN-BARÓ EM DIÁLOGO COM AS IDENTIDADES</b>                                                                                                                                                                | <b>177</b> |
| Capítulo 8 - La construcción de identidades de indígenas y migrantes a partir de la comunicación: aportes teórico-metodológicos de la Psicosociología de Comunidades y la Ecología Social                           | 178        |
| Álvaro M. Pino Coviello e Mohammed Elhajji                                                                                                                                                                          |            |

|                                                                                                                                                                                    |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Capítulo 9 - A produção teórica de Ignacio Martín-Baró e a abordagem das Interseccionalidades: (im)possibilidades de articulações. Reflexões para uma psicologia da América Latina | 191        |
| Arnaldo Mesquita Santos Júnior e Fernanda Ferreira Chaves                                                                                                                          |            |
| Capítulo 10 - Medicalização das identidades de gênero dissidentes e o trabalho das/os/es psicólogas/os/ues: contribuições da teoria da libertação                                  | 207        |
| Fernanda Ferreira Chaves e Marilene Proença Rebello de Souza                                                                                                                       |            |
| <b>VI - MARTÍN-BARÓ EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO</b>                                                                                                                                  | <b>225</b> |
| Capítulo 11 - Reflexões sobre as contribuições de Martín-Baró e Paulo Freire para transformação social e educacional                                                               | 226        |
| Lucy Duró Matos Andrade Silva e Marilene Proença Rebello de Souza                                                                                                                  |            |
| Capítulo 12 - As lutas das maiorias populares no campo da educação: estudantes secundaristas brasileiros e chilenos e a ocupação de escolas                                        | 239        |
| Felipe Oliveira e Marilene Proença Rebello de Souza                                                                                                                                |            |
| <b>Posfácio</b>                                                                                                                                                                    | <b>262</b> |
| Laura Marisa Carnielo Calejon                                                                                                                                                      |            |
| <b>Sobre as/os autoras/es</b>                                                                                                                                                      | <b>265</b> |

## Prólogo

---

Ignacio Dobles Oropeza  
*Universidad de Costa Rica*

Ha sido un honor y un verdadero gusto el haber acompañado al proyecto del Grupo de Estudios sobre Ignacio Martín-Baró y América Latina, coordinado por las queridas compañeras Marilene Proença Rebello de Souza, Alayde Maria Pinto Digiovanni y Renato Batista da Silva. En el primer capítulo de este libro titulado Ignacio Martín-Baró em diálogo: contribuições para os estudos latino-americanos se detalla la variada y muy potente actividad que ha desarrollado el grupo desde que empezó a actuar en el 2017, explorando, entre otras cosas, tres vertientes fundamentales de los desafíos que dejó planteado Ignacio Martín-Baró para una psicología que pretenda ser liberadora: trabajar y rescatar la memoria histórica, desideologizar, y, en el camino, rescatar las virtudes populares.

En diferentes momentos, nuestro autor realizó balances muy críticos de la actuación de la disciplina, no por dudar del impacto social real que tenía, generalmente adoptando perspectivas individualistas y hedonistas, sino porque la consideraba, con pocas excepciones, distante de los anhelos y preocupaciones de las mayorías populares.

Era, y sigue siendo, en sus versiones hegemónicas, una disciplina que parte de la existencia de una homogeneidad de valores y perspectivas (soslayando el decisivo enraizamiento de clase), privilegiando al individualismo metodológico, que ubica al individuo como punto de partida y de llegada (considerando lo social apenas como una “variable a considerar”) y que actúa desde el poder (siendo la *razón de los guardianes y no guardian de la razón*, como le gustaba expresar a Ignacio) lo que restringe la mirada y la disposición a posicionarse de manera crítica e implicada. Insiste nuestro autor, una y otra vez, en que la ética no implica fingir o pretender neutralidad, sino

asumir los propios posicionamientos y opciones, y actuar (con inteligencia) en consecuencia, y en que todo conocimiento es parcial o limitado, lo que considero un señalamiento epistemológico clave para una psicología situada y crítica. Escribía en 1985:

No se trata de abandonar la Psicología; se trata de poner el saber psicológico al servicio de la construcción de una sociedad donde el bienestar de los menos no se asiente sobre el malestar de los mas, donde la realización de los unos no requiera la negación de los otros, donde el interés de los pocos no exija la deshumanización de todos (Martín-Baró, 1985/ 1990, p. 68).

Una pregunta crucial, que parece gravitar en toda su obra, es la de *que intereses sociales promueven tal o cual acción de la psicología*. Su preocupación central, creo, no era temática (aunque cubre mucho terreno intelectual, y aporta en una variedad de ámbitos claves) sino que concierne, precisamente, al posicionamiento de la psicología ante la realidad, la articulación de perspectivas críticas, y las consecuencias de los saberes producidos.

Las preguntas críticas que se debe formular el psicologo respecto al caracter de su actividad, y por tanto respecto al4 papel que esta desempeñando en la sociedad , no tanto deben centrarse en el donde, sino en el desde quien; no tanto en como se esta realizando algo, cuanto en beneficio de quien,y, por consiguiente, no tano en el tipo de actividad que se practica (clinica, escolar, industrial, comunitaria u patria, cuanto en cuales son las consecuencias historicas concretas que esa actividad está produciendo (Martín-Baró, 1985/1988, p. 175).

Epistemológicamente, nuestro autor parte del realismo critico, pero ubicandose lejos del dogmatismo intelectual. En un escrito sobre psicología política (Martin-Baro, 1991) crítica la visión neopositivista, que sostiene que la verdad estriba en la adecuación entre un juicio y los datos empíricos de la realidad, suponiendo que esta es externa al acto de conocer y al sujeto que conoce. Recurre a la “dialéctica negativa” al apuntar que el “dato” tanto afirma lo positivo existente como niega lo que se pudo haber dado en otras condiciones (en las que haya mas justicia, por ejemplo). El “dato”, por lo tanto, que no es negado en su facticidad por (no confunde empirismo con positivismo) es inteligible solo en sus relaciones esenciales, diacrónicas y sincrónicas, situadas en

el ejercicio del poder social. No se trata únicamente, por lo tanto, de lo “dado”, sino de lo que “se va dando” y lo que queda por hacer.

En una entrevista que le hice en los años ochenta enfatiza aquella idea de que siempre se actúa y se piensa desde algún lugar (aunque muchas veces en la psicología las elaboraciones parecen descender de alguna nube):

la objetividad científica radica mas bien en conocer los propios condicionamientos y en tomar partido por aquellos valores en que se cree, sabiendo que se trata de una opción parcial y limitada (Martín-Baró en Dobles, 1986, p. 76).

En una carta dirigida a su amigo Amalio Blanco expresa:

Yo tengo que ser militante en mi historia y mi situación, y lo tengo que hacer en cuanto psicólogo social y con la psicología social. Militante quiere decir que tomo parte, que soy partidario, y no debe confundirse con falta de objetividad (Martín-Baró, l. en Blanco y de la Corte, 2003, 17).

Este concepto clave del *compromiso crítico* es retomado con fuerza y precisión en el texto de Mesquita y Ferreira incluido en el libro. Con lucidez, estos autores señalan que Martín-Baró propone una psicología social comprometida, fundamentada en lo cotidiano, buscando generar concientización y justicia social.

Pese a variados intentos de invisibilización y de cooptación, los aportes de esta singular figura han llegado a tener una importante influencia en muy diversos ámbitos: en Centroamérica, en prácticamente todos los países de nuestra América Latina, en España, en África del Sur, en Irlanda, en Estados Unidos, en Filipinas y muchos otros países, marcando un aporte que constituye no un esfuerzo provinciano, cerrado en su mismo (una “psicología de Centroamérica”), sino un saber proyectado a las discusiones claves de la psicología a escala universal (una “Psicología desde Centroamérica”).

Como se muestra claramente en este libro, un aspecto clave es que lo que perfila Martín-Baró es una psicología vinculada con la vida (como la que pretendía Fals Borda (2013), situada (siempre situada), que no

parte, de manera alguna, de la legitimación de, o la adaptación a un orden capitalista estructuralmente injusto). Hablamos, no lo olvidemos de un autor que escribio, en 1987, que:

Solo la práctica revolucionaria permitirá a los pueblos latinoamericanos romper la inflexibilidad de unas estructuras sociales congeladas en función de intereses minoritarios y superar así los “cien años de soledad” que los mantiene al margen de la de la historia, al yugo de un destino fatal (Martin -Baró, 1987/1998, p. 101).

Claro, no se trata de hacer proclamas, sino de trabajar, como bien apuntan Santos Júnior y Chaves<sup>1</sup>, en el marco de la cotidianidad, de los sufrimientos las esperanzas, las durezas e injusticias de las realidades cotidianas de millones de seres humanos.

Es un camino, el que recorrió Ignacio, y el que ha recorrido su obra, (como se demuestra fehacientemente en la obra que comentamos), poblado de campesinos y campesinas, de personas discriminadas por su orientación sexual, quienes, como destacan Fernanda Chaves y Marilene Proença<sup>2</sup> han pasado de “recibir la mordaza física a recibir la mordaza química”, de quienes han recibido la medicalización represiva dirigida a sectores vulnerables, de quienes han participado en las acciones del Observatorio de Trauma psicopolítico descrito por Antonio Filho y sus colegas en la USP<sup>3</sup>, trabajando con pobladores urbanos empobrecidos, de migrantes, como aquellos pueblos originarios con quienes han compartido Álvaro Pino y Mohammed ElHajji<sup>4</sup> en Curitiba o como la asociación indígena *Mbaaporenda* con que ha trabajado Alvaro Tartagal en Argentina, de niños y niñas, de obreros y trabajadores informales, de quienes son reprimidos por poderes hegemónicos, de estudiantes en lucha en Brasil y en Chile, cuyas jornadas son analizadas por Felipe Oliveira y Marilene Proença<sup>5</sup>.

Un prólogo, a mi juicio, debe ser una invitación a leer una obra, a procesar con detenimiento el texto ofrecido. En este caso, sobran las

---

<sup>1</sup> Nota de edição (N. E.) - Capítulo 9 deste livro.

<sup>2</sup> N. E. - Capítulo 10 deste livro.

<sup>3</sup> N. E. - Capítulo 6 deste livro.

<sup>4</sup> N. E. - Capítulo 8 deste livro.

<sup>5</sup> N. E. - Capítulo 12 deste livro.

razones que hacen de dicha tarea un ejercicio valioso e interesante. A continuación destaco algunos aspectos de las contribuciones incluidas en la obra.

Como ya mencioné, en un primer momento, Marilene Proença, Alayde Digiovanni, Marcela Pereira, Giselle Cardoso, Felipe Oliveira, Jose Fernando Andrade, Camila Dos Santos y Solange Struwka realizan un desglose de las actividades del grupo en cuestión y caracterizan el significado de la obra de Ignacio Martín-Baró para la psicología. En un segundo aporte, se presentan las consideraciones de Renato Batista y Raul Gomes, en “diálogo” con Martín-Baró, sobre el tema del pentecostalismo. En mi caso, la primera actividad en que participé con Ignacio fue en un taller sobre polarización social que ofreció previo al congreso de la Sociedad Interamericana de Psicología en 1985, realizado en Caracas, en el que coincide con Paulo Freire. En dicha jornada (aun conservo mis apuntes) efectuó una comparación detallada entre la praxis de grupos fundamentalistas religiosos y grupos fundamentados en la Teología de la Liberación, ubicando, exactamente, la definición de una “religión del orden”, que promueve una noción de salvación ahistórica e individualista, reducida a la relación directa con un Dios, y una “religión subversiva”, crítica y transformadora. Se trata de una distinción clave, que retoman en su escrito Batista y Gomes, en una elaboración rigurosa y sugerente. Resalto la interesante diferencia entre el pentecostalismo y fundamentalismo que describen y el que analizó en su tiempo Martín-Baró.

Por su parte, Pablo Pamplona perfila una valiosa reflexión sobre el tema del *fatalismo*, que fue tan importante en las elaboraciones de nuestro autor. Es una mirada ubicada en el contexto pandémico, en la que se nos recuerda la frase de Jair Bolsonaro: “todos nos iremos a morir algún día”. Discute los alcances del concepto de fatalismo, y caracteriza un fatalismo que no es conformista.

La tercera contribución es de Pedro Antunes, João Gabriel Carvalho, y Kíssila Texeira y concierne a la praxis psicológica con organizaciones de trabajadores. Coinciden plenamente con lo que

Ignacio escribió en su tiempo acerca de que el sindicalismo básicamente no aparece como cuestión relevante para la Psicología. En el caso de Martín-Baró, la atención que presta a la dinámica sindical no implica una romantización de las acciones de estas organizaciones, sino que enfatiza el significado y el accionar de acciones que *pueden* promover los intereses de quienes laburan (Dobles, 2016). La discusión que ofrecen aterriza, muy acertadamente, en la *Teoría de Grupos con Historia* que ofrece Ignacio Martín-Baró en su libro Sistema, Grupo y Poder, publicado en 1989.

En la cuarta contribución presentada, José Andrade, Carlos César Barros y sus colegas, quienes al hacer una introducción de su temática hacen un justo reconocimiento al valioso *Sexto Congreso de Psicología Social de la Liberación*, coordinado por la colega Raquel Guzzo, realizado en Campinas en el 2003, centran su narración en la valiosa agenda de extensión e investigación articulada en Feira de Santana, en Bahía, con “ciclos de acción comunitaria” en que se crearon “comunidades interpretativas inclusivas”.

Por su parte, Antonio Filho y sus colegas enfocan otro tema crucial presente en la obra de Ignacio Martín-Baró, que es la caracterización del trauma psicosocial (Martín-Baró, 1992). Es sumamente estimulante la puesta en práctica de un “Observatorio de Trauma Psicopolítico” realizado con pobladores marginalizados de la ciudad de Sao Paulo, cuyas acciones tienen como telón de fondo las nociones de trauma psicosocial, violencia, y reparación psicosocial, que son discutidas en esta contribución. Resulta muy importante, a mi juicio, que trabajen en torno a los factores protectores de la salud.

Ronilda Ikayemi Ribeiro trabaja el tema urbano en su contribución, enfocando los alcances y la experiencia en Brasil del paradigma “ciudades MIL” (Media information Literacy) de la UNESCO, narrando su inserción en este paradigma, y algunas características del trabajo que implica.

En el texto siguiente, Álvaro Pino, de Tucuman, Argentina y Mohammed ElHajji de Brasil presentan diversos aspectos de su trabajo,

que ya he mencionado, con una asociación indígena en Tartagal (Argentina) y con migrantes y personas refugiadas en Curitiba, reflexionando sobre el diálogo intercultural y la construcción de identidades.

El texto de Marilene Proença y Fernanda Chaves titulado *Medicalização das identidades de gênero dissidentes e o trabalho das/os/es psicólogas/os/ues: contribuições da teoria da libertação*, enfatiza la necesaria deconstrucción de estereotipos presentes en un *círculo-mundo* que discrimina y establece jerarquías epistémicas que tienden a ser eurocéntricas, con un saber que como destaca Ignacio Martín-Baró es a veces implícito, estructuralmente inconsciente e ideológicamente naturalizado. Esto demanda colocar en un lugar preferencial la necesaria tarea de desideologización.

En su texto sobre las contribuciones de Ignacio Martín-Baró y Paulo Freire a la transformación social y educativa Lucy Duró Matos y Marilene Proença enfocan los esfuerzos de sectores hegemónicos que buscan desmontar políticas públicas, y todo avance de los sectores populares. El área educativa se ve inevitablemente atacada porque se busca erradicar instancias de pensamiento crítico y de participación popular transformadora. Analizan en su texto las medidas regresivas adoptadas en Brasil en el contexto de empuje golpista y del gobierno regresivo de Jair Bolsonaro.

Con Martín-Baró, destacan que la psicología debe ir más allá de una visión adaptacionista y que debe reconocer de qué manera la ideología y la estructura socio-política y económica impacta la vida de las personas, y actuar en consecuencia.

Por último, el texto de Felipe Oliveira y Marilene Proença, teniendo en cuenta la perspectiva de Psicología de la Liberación sugeridos por Martín-Baró, analizan y comparan, en detalle, los contextos, la ubicación histórica, las acciones, la represión y la violencia manifestadas en las luchas de estudiantes de secundaria de Chile y Brasil por el derecho a la educación.

Se nos presentan, de esta manera, un conjunto de temas y problemáticas que implican a diferentes grupos sociales, en una praxis que aspira a afirmarse desde posiciones liberadoras. Sin duda se trata de una contribución notable a la construcción de opciones en psicología que se sitúan en sus marcos históricos, y que a la vez se buscan historizar en procesos de implicación y cooperación con la transformación social, en procura de una mayor justicia y de una vida digna para todos y todas.

## Referencias

- BLANCO, A.; DE LA CORTE, L. Introducción. **Psicología social de la violencia: la perspectiva de Ignacio Martín-Baró: Poder, Ideología y Violencia** (Edición, introducción y notas de Amalio Blanco y Luis De la Corte) Madrid: Editorial Trotta, 2003. p. 9-64.
- DOBLES, I. Psicología social desde Centroamérica: retos y perspectivas. Entrevista con el Dr. Ignacio Martín-Baró. **Revista Costarricense de Psicología**, v. 8, n. 9, p. 71-78, 1986.
- DOBLES, I. **Ignacio Martín-Baró: una lectura en tiempos de quiebres y esperanzas**. San Jose: Editorial Arlekin, 2016.
- FALS BORDA, O. La psicología y la investigación acción participativa. In ARANGO, C. **Psicología Comunitaria de la Convivencia**. Cali: Universidad del Valle, 2006. p. 197-216.
- MARTÍN-BARÓ, I. El papel desenmascarador del Psicólogo. In MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la Liberación** (edición, notas e introducción de Amalio Blanco). Madrid: Trotta, 1985/1998. p. 161-199.
- MARTÍN-BARÓ, I. La liberación como horizonte de la psicología. In MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la Liberación**. (edición, introducción y notas de Amalio Blanco) Madrid: Trotta, 1987/1998. p. 303-341.
- MARTÍN-BARÓ, I. **Sistema, Grupos y Poder**. San Salvador: Editorial UCA, 1989.
- MARTÍN-BARÓ, I. El método en la psicología política. Suplementos Anthropos 44/textos. **Teoría y método**, 1991.
- MARTÍN-BARÓ, IGNACIO. La Violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. In MARTÍN-BARÓ, I. (comp.) **Psicología Social de la Guerra**. 2 ed. El Salvador: Uca Editores, 1992.

## Apresentação da Coletânea

---

**Marilene Proença Rebello de Souza**  
*Universidade de São Paulo (USP)*

**Alayde Maria Pinto Digiovanni**  
*Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)*

**Ronilda Iyakemi Ribeiro**  
*Universidade de São Paulo (USP)*  
*Universidade Paulista (UNIP)*

**Renato Batista da Silva**  
*Universidade de São Paulo (USP)*  
*Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)*

**Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior**  
*Universidade de São Paulo (USP)*

É com grande alegria que apresentamos a coletânea intitulada "*Ignacio Martín-Baró em diálogo: contribuições para os estudos latino-americanos*". A coletânea é composta por 12 capítulos, um Prefácio escrito pelo Professor Emérito da Universidade de Costa Rica e militante das lutas das maiorias dos povos da América Latina, Ignacio Dobles Oropeza e um Posfácio, apresentado pela Profa. Dra. Laura Marisa Carnielo Calejón, pesquisadora da Psicologia Histórico-Cultural e militante da educação. Trata da possibilidade de leituras da obra de Ignacio Martín-Baró em diálogo com diversas situações e contextos que configuram hoje os desafios e algumas das principais questões que afetam os povos da América Latina.

Em tempos de aprofundamento das crises do capital internacionalmente e, de forma mais aprofundada, em países da América Latina e do Caribe, o pensamento de Ignacio Martín-Baró apresenta as bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas para a ação ético-político-social de cada um e cada uma de nós que busca enfrentar a desigualdade social, a violência da luta de classes e as formas desumanas de viver.

A coletânea tem início, apresentando a constituição e a trajetória institucional do Grupo de Estudos na Universidade de São Paulo. Na Seção I, o capítulo 1, intitulado "*Ignacio Martín-Baró e América Latina: trajetória de um grupo de estudos sobre o pensamento e as lutas latino-americanas*", Marilene Proença Rebello de Souza, Alayde Maria Pinto Digiovanni, Gisele Cardoso Costa, Felipe Oliveira, Camila Danielle dos Santos, José Fernando Andrade Costa, Marcela Pereira Rosa e Solange Struwka apresentam os fatos que motivaram a constituição deste importante espaço de formação crítica no campo da ciência e da intervenção social. Destaca a história e os caminhos percorridos pelo grupo de Estudos, desde sua fundação no Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina (PROLAM USP) no Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Em seguida, o diálogo centra-se em questões do conservadorismo e nossa sociedade. A Seção II é composta por dois capítulos. No capítulo 2, Raul Gomes de Almeida e Renato Batista da Silva discutem o tema "*Pentecostalismo latino-americano: contribuições a partir de Ignacio Martín-Baró*". No desenvolvimento de uma Psicologia pela Libertação, Martín-Baró escreveu diversos textos sobre as diferentes expressões que a dimensão religiosa pode adquirir nas dinâmicas de poder-libertação-opressão na sociedade latino-americana, inclusive com textos específicos acerca do Pentecostalismo. Com o crescimento deste segmento religioso em toda América Latina, torna-se relevante uma sistematização da obra de Baró sobre o tema com vistas a enriquecer o debate atual a partir de uma produção crítica da Psicologia. Este capítulo estrutura-se em três seções: revisão e síntese da produção de Martín-Baró sobre religião e Pentecostalismo e suas relações com a dimensão política da ação humana; breve caracterização do Pentecostalismo latino-americano, em especial, o brasileiro, tomando os achados presentes em relevantes produções acadêmicas sobre o tema como elementos da realidade social; reflexão, com base no que foi desenvolvido nas seções anteriores e demais determinantes sociais, a

fim contribuir para o avanço na discussão sobre o Pentecostalismo latino-americano na atualidade.

No capítulo 3, "*Realismo pandêmico e as contradições do fatalismo na extrema-direita brasileira*", Pablo Pamplona analisa a associação do fatalismo ao conformismo e à religião e levanta questões sobre a utilidade do conceito. Para avançar nesse debate, recorre brevemente a uma manifestação contraditória do que pode ou não ser considerado uma atitude fatalista emergente da extrema-direita brasileira: a defesa pela aceleração do contágio do coronavírus no governo de Jair Bolsonaro e a adesão ao seu projeto de morticínio em massa.

Na Seção III, o diálogo de Martín-Baró se estabelece no âmbito das práticas em instituições. Formada por dois capítulos, a coletânea apresenta, no capítulo 4, *Práxis psi e sindicatos: Contribuições de Martín-Baró* de autoria de Pedro Henrique Antunes da Costa, João Gabriel Carvalho Araújo Mello de Oliveira e Kíssila Teixeira Mendes.

O capítulo 5, "*A atualidade da obra de Ignacio Martín-Baró para a construção de uma agenda de pesquisa e extensão interseccional e decolonial*" do grupo de pesquisa Feirafurt da Universidade Estadual de Feira de Santana, de autoria de José Fernando Andrade Costa, Carlos César Barros, Stefanie de Almeida Macêdo, Danniel Leão de Oliveira, Joana Carla de Jesus Assis, apresenta resultados teóricos e empíricos da leitura "feirafurtiana" sobre a obra de Baró, com o intuito de compartilhar suas reflexões e experiências, mas também de estimular o debate crítico. No primeiro momento abordam as possibilidades de um diálogo teórico entre a obra de Baró e a teoria crítica interseccional, com destaque para autoras feministas negras, como Angela Davis e Patricia Hill Collins. Em seguida apresentam exemplos de atividades de extensão universitária desenvolvidas com lideranças comunitárias e professoras da rede básica de educação rural no semiárido baiano, nas quais trabalham com conceitos e princípios norteadores oriundos da obra de Baró. Por fim, são indicadas perspectivas de construção de uma agenda de ensino, pesquisa e extensão informada e inspirada no pensamento e práxis de Martín-Baró.

Na Seção IV, o diálogo é com o urbano, com a vida nas cidades, destacando as contradições, a exclusão e as formas de avanço das desigualdades sociais e as possibilidades de enfrentamento a essa realidade com concepções humanizadas de cidade.

Nesse sentido, o capítulo 6, *"O Trauma psicossocial como ferramenta de ação e reflexão da Psicologia: experiências com populações marginalizadas em São Paulo"*, cujos autores são Antonio Euzébios Filho, Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior, Jussara de Souza Silva, Iris Barboza Pastor Souza, Alice Rosenthal, Joyce Mirelle Lima Farias e Gabriel Mussato Silva tem por objetivo apresentar as contribuições dos conceitos de trauma psicossocial e violência política em Martín-Baró para a Psicologia. Para tanto, analisa tais contribuições a partir de duas experiências extensionistas e sua aplicabilidade na realidade atual de duas populações marginalizadas na cidade de São Paulo – SP: moradores de ocupações urbanas e pessoas em situação de rua. O capítulo procura demonstrar como o trauma psicossocial se apresenta como uma ferramenta de ação e reflexão na Psicologia, tendo em vista o seu caráter inovador de ampliar as noções de violência política e de Estado, a compreensão dos dramas humanos e, conseqüentemente, um olhar sob a dimensão psicossocial da violação de direitos humanos decorrentes dessas violências.

O capítulo 7 de autoria de Ronilda Iyakemi Ribeiro intitulado *"Cidades, Cidadania, Cidadãos: o Paradigma Cidades MIL de UNESCO e a Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró"* analisa o Paradigma Cidades MIL priorizando o uso ético de tecnologias nas cidades para empoderar cidadãos. As Cidades MIL são entendidas como espaços de aprendizagem, de interação social e de diálogo, tornando-se cidades-salas de aula, com a aprendizagem ocorrendo fora dos ambientes tradicionais de ensino.

Na Seção V Martín-Baró em diálogo com as identidades, temos a participação de três capítulos. No capítulo 8, intitulado *"La construcción de identidades de indígenas y migrantes a partir de la comunicación: Aportes teórico-metodológicos de la Psicología de Comunidades y*

*la Ecología Social*’, Álvaro M. Pino Coviello e Mohammed ElHajji discutem as identidades indígenas da Argentina e migrantes no Brasil, por meio de uma perspectiva epistemológica que considera seus participantes como sujeitos do processo de investigação.

O capítulo 9, sobre *"Medicalização das identidades de gênero dissidentes e o trabalho das/os/es psicólogas/os/ues: contribuições da teoria da libertação"*, de autoria de Fernanda Ferreira Chaves e Marilene Proença Rebello de Souza, foca na atuação profissional de psicólogas/os/es frente às questões de gênero em uma perspectiva decolonial. Para tanto, toma como centro do diálogo o texto intitulado “O papel do psicólogo”, republicado pela Revista Estudos de Psicologia (1996). Neste diálogo, apresenta alguns apontamentos fundamentais para a compreensão das práticas libertadoras em Psicologia na sua relação com as questões de gênero.

Fechando esta seção, no capítulo 10, “A produção teórica de Ignacio Martín-Baró e a abordagem das Interseccionalidades: *(im)possibilidades de articulações. Reflexões para uma psicologia da América Latina*”, Fernanda Ferreira Chaves e Arnaldo Jr. analisam a abordagem das interseccionalidades, cunhada pelas feministas decoloniais – especialmente a partir do feminismo negro –, trata dos atravessamentos múltiplos dos marcadores sociais da desigualdade da/na produção da violência, dos privilégios e, em última instância, da pessoa em sua realidade social. A partir dessa análise compreende-se que as opressões não são experiências isoladas, mas sim interdependentes e inseparáveis, sendo assim, as pessoas estão sujeitas a múltiplas formas de opressão e discriminação. Neste sentido, compreendem que as interseccionalidades tornam-se uma abordagem fundamental como ferramenta analítica da Psicologia Social, bem como, procuram relacioná-la ao pensamento de Baró, em busca de uma Psicologia comprometida com a transformação da realidade, a emancipação das pessoas e a produção da Justiça Social

A Seção VI encerra esta coletânea com o diálogo de Martín-Baró com a Educação. Conta com dois capítulos. O capítulo 11 intitulado

*"Reflexões sobre as contribuições de Martín-Baró e Paulo Freire para transformação social e educacional"*, de autoria de Lucy Duró e Marilene Proença Rebello de Souza, analisa como as contribuições de Martín-Baró para a Psicologia Social e de Paulo Freire com a Educação emergem como fatores relevantes para a conscientização e emancipação dos indivíduos. Destacam como ambos desafiaram as estruturas opressivas presentes na sociedade, cada um em sua área de atuação. Martín-Baró enfatizou a relevância de uma Psicologia comprometida com a transformação social, indo além da mera aplicação de conceitos psicológicos. Freire propôs uma educação libertadora, baseada no diálogo e na conscientização. Suas abordagens complementares contribuíram para uma compreensão mais ampla da relação opressor-oprimido, ressaltando a importância da análise crítica, da conscientização e da ação coletiva na busca pela libertação dos oprimidos e na construção de uma sociedade mais justa.

No capítulo 12, *"As lutas das majorias populares no campo da educação: estudantes secundaristas brasileiros e chilenos e a ocupação de escolas"*, Felipe Oliveira e Marilene Proença analisam as lutas pela democratização da escola secundária, realizada por estudantes no Brasil e no Chile em vista aos ataques neoliberais das políticas de educação.

Assim, consideramos que esta Coletânea possa ser lida e discutida por aqueles e aquelas que têm as questões latinoamericanas como centrais no avanço dos processos democráticos, da justiça social, do enfrentamento ao preconceito, ao racismo e à desigualdade.

Nossos mais profundos agradecimentos a todos, todas e todes os colegas do Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró e a América Latina que participaram desta coletânea com suas reflexões; ao grupo de organizadores e de editoração e à Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, que apoiou sua publicação em acesso aberto.

Desejamos uma excelente leitura a vocês!

# I - APRESENTANDO O GRUPO DE ESTUDOS

## Capítulo 1

---

### Ignacio Martín-Baró e América Latina: trajetória de um grupo de estudos sobre o pensamento e as lutas latino-americanas

Marilene Proença Rebello de Souza  
*Universidade de São Paulo (USP)*

Alayde Maria Pinto Digiovanni  
*Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)*

Gisele Cardoso Costa  
*Universidade Federal do Amazonas (UFAM)*

Felipe Oliveira  
*Universidade Paulista (UNIP)*

Camila Danielle dos Santos  
*Universidade de São Paulo (USP)*

José Fernando Andrade Costa  
*Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)*

Marcela Pereira Rosa  
*Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)*

Solange Struwka  
*Universidade Federal de Rondônia (UNIR)*

### Introdução

A obra de Ignacio Martín-Baró representa um significativo marco na Psicologia latino-americana, trazendo incontornáveis contribuições à edificação de uma perspectiva crítica na área. Padre jesuíta formado em Filosofia, Teologia e Psicologia, Martín-Baró apresentou uma profunda preocupação com a realidade dos povos latino-americanos e reivindicou uma Psicologia a serviço da transformação social e da libertação das maiorias populares. Suas proposições de uma Psicologia da Libertação surgem de um compromisso real com a construção de uma *práxis* fundamentada na realidade concreta do povo latino-

americano e na necessidade de superação das estruturas sociais que o explora e oprime.

Desde a década de 1970, quando tem início a produção intelectual mais intensa do autor, até os dias atuais, o capital vem aprimorando seus mecanismos de dominação e ampliando suas formas de exploração, avançando com a irrefreável barbarização que assola os povos latino-americanos. As contradições entre capital e trabalho agravam-se e tornam-se cada vez mais explícitas no contexto de crise estrutural do capital. Na medida em que não pode mais encontrar soluções duradouras para suas contradições, o capital exacerba cada vez mais seu potencial destrutivo. A América Latina desponta nesse cenário como palco de disputas imperialistas que ampliam a exploração em nossos países e aprofundam a condição de miséria em nosso território na busca pela expansão do capital.

Nesse contexto, faz-se atual e necessária a proposta de consolidação de referenciais teórico-práticos críticos e que assumam um compromisso com as lutas e interesses das maiorias populares, como defendia Ignacio Martín-Baró. É partindo da necessidade de conhecer e reconhecer os processos de constituição das lutas dos nossos povos e de pensar as ciências humanas, a Psicologia, a sociedade e as maiorias populares em uma perspectiva libertadora e emancipatória que o Grupo de Estudos “Ignacio Martín-Baró e América Latina” (GEMBAL) inicia suas atividades em junho de 2017.

Vinculado ao Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) e ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM - USP), o grupo encontra, na obra de Ignacio Martín-Baró, reflexões que apresentam temáticas fundamentais para compreensão da realidade latino-americana em uma perspectiva crítica e intrinsecamente comprometida com a transformação da realidade social de exploração e opressão que nos assola. Para narrar a constituição e as premissas que orientam o GEMBAL, o presente capítulo está estruturado da seguinte forma:

iniciamos com um breve resgate da vida e obra de Martín-Baró; em seguida apresentamos a história de formação do grupo e as ações desenvolvidas até o momento; e, por fim, encerramos com reflexões sobre a tarefa do pensamento social crítico latino-americano na atual conjuntura para contribuir no enfrentamento da crise do capital a partir das lutas dos povos latino-americanos, inspirados pelo legado de Martín-Baró.

### **Ignacio Martín-Baró: vida e obra dedicadas à luta dos povos latino-americanos**

O filósofo, teólogo, psicólogo, professor e padre jesuíta Ignacio Martín-Baró nasceu em Valladolid, Espanha, em 7 de novembro de 1942. Pouco tempo depois de seu ingresso na Companhia de Jesus em 1959, e radicou-se em El Salvador, na América Central. Sua chegada se dá em um momento de profunda efervescência política, logo após a Revolução Cubana, que se apresentava como o prelúdio das lutas populares pela libertação nacional no decorrer das décadas seguintes, como na Nicarágua e em El Salvador. Essas lutas alimentaram e foram alimentadas por uma rica produção intelectual, em especial, relacionadas aos movimentos da Teologia, Pedagogia, Filosofia e Sociologia da Libertação. Tais produções exerceram importante influência no pensamento de Martín-Baró e em sua busca por contribuir com as respostas aos dilemas impostos às maiorias populares em seu contexto e momento histórico (Souza *et al.*, 2021).

Graduado em Psicologia em 1975, toda a produção de Ignacio Martín-Baró na área ocorre em meio ao contexto de profundo acirramento político em El Salvador, processo que culmina na guerra civil iniciada em 1980, década em que o autor é assassinado pelo exército salvadorenho, na madrugada do dia 16 de novembro de 1989. Amplamente marcada pelos desdobramentos da guerra, a obra de Martín-Baró passa por importantes mudanças no decorrer dos anos. Na medida em que as lutas internas em El Salvador se intensificam, é possível notar um movimento de apropriação mais crítica dos fundamentos da Psicologia por parte de Martín-Baró e uma

radicalização na construção de suas propostas para esse campo. Para Lacerda Júnior (2017) a obra do autor pode ser dividida em dois momentos. No primeiro, Baró está ainda se apropriando da Psicologia e concentra seus esforços em explicar os processos psicossociais predominantes na América Latina a partir da aplicação direta dos conhecimentos já existentes no âmbito dessa disciplina, apostando, sobretudo, em referenciais hegemônicos, como a Psicanálise e a Psicologia do Desenvolvimento de Piaget, ainda que inspirado pela crítica da ideologia oriunda do pensamento de Hebert Marcuse e Paulo Freire. No segundo momento, o autor inicia um movimento de revisão crítica da própria Psicologia, apresentando novos conceitos e termos e enfatizando a necessidade de se repensar seu papel, os limites de seus conceitos e suas abordagens dominantes. A questão central passa a ser não apenas o emprego da Psicologia para a compreensão do mundo, mas sua reconstrução teórica no intuito de colocá-la a serviço das lutas por transformação social (Souza *et al.*, 2021).

É partindo deste compromisso com as necessidades das maiorias populares que Martín-Baró dedica-se à edificação da Psicologia da Libertação. Seus esforços neste sentido significaram a busca por uma reconstrução teórica e metodológica da Psicologia a partir de um profundo exercício crítico (Oropeza; Rosa, 2021). É partindo da realidade concreta de nossos países que o autor formula significativas contribuições para uma Psicologia que se propusesse a pensar os problemas reais de nossos povos, desde uma posição epistemológica realista e crítica, uma Psicologia que, sem falsos redentorismos ou ingenuidades, pudesse contribuir com seu saber para a construção de um novo povo, senhor de sua história, em uma nova sociedade (Martín-Baró, 2011a).

Podemos destacar três preocupações fundamentais que caracterizam a produção de Martín-Baró: não deixar a ciência psicológica alheia às lutas sociais; operar uma revisão crítica dos conceitos instrumentais à reprodução do *status quo*; e construir uma nova Psicologia, que busque contribuir com a luta histórica pela edificação de uma nova sociedade (Lacerda Júnior, 2017). Para isso,

apresenta três grandes tarefas para a Psicologia latino-americana, orientadas pela busca por concretizar a libertação das maiorias populares. Em primeiro lugar, está a recuperação da memória histórica, que deve servir como veículo de conscientização e como instrumento de luta popular. Em segundo lugar, a Psicologia deve contribuir com a desideologização da experiência cotidiana, resgatando a experiência original dos grupos e das pessoas e rompendo com um senso comum fictício e alienador, que serve de sustentáculo à manutenção das estruturas sociais de exploração. Por fim, a terceira tarefa considerada crucial em nossos países é o resgate das virtudes populares, ou seja, da capacidade de entrega e de solidariedade dos povos latino-americanos, e sua potencialização através do *que fazer* educativo em seu sentido mais amplo (Martín-Baró, 2011b).

Em um movimento de evidente oposição ao caráter da ciência positivista e, em especial, da psicologia hegemônica, o intelectual espanhol-salvadorenho Ignacio Martín-Baró apresenta outras proposições, cujos fundamentos estão calcados na luta de libertação dos povos latino-americanos e na investigação e consciência das determinações históricas da opressão colonial e de classe. Foi a partir das importantes contribuições do autor para a análise de nossa atual realidade latino-americana e para as proposições de uma *práxis* psi fundamentada em proposições críticas, que as atividades do Grupo de Estudos Martín-Baró e América Latina tiveram início (Souza *et al.*, 2021).

## A constituição do Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró e América Latina

Apesar da relevância de suas contribuições, a difusão dos estudos de Martín-Baró ainda é bastante reduzida nas ciências sociais brasileiras. No conjunto das ciências humanas, no Brasil, no qual também se inclui a Psicologia, predomina como pedra angular o colonialismo epistêmico, de tal maneira que os cursos de formação, em geral, se utilizam de referências europeias e estadunidenses como mecanismo de negação das múltiplas determinações combinadas

(classe, raça, gênero, território, dependência, etc.) que constituem a particularidade da formação social latino-americana.

Foi a partir de uma crítica aos limites dessa formação hegemônica que ganhou força a posição de que era (e é) indispensável compreender, assimilar e socializar a obra de Ignacio Martín-Baró não apenas como uma referência para a psicologia latino-americana, senão também como uma contribuição que, desde a psicologia, traz elementos políticos e sociais que colaboram para pensar a vinculação crítica entre a ciência acadêmica e as lutas históricas dos povos latino-americanos.

No curso de graduação do Instituto de Psicologia da USP (IP-USP), em 2015, um grupo de estudantes de graduação e pós, propuseram um minicurso intitulado “Pensamento Latino-Americano e formação em Psicologia: Contribuições de Ignacio Martín-Baró, Maritza Montero e Paulo Freire”<sup>1</sup>. Surpreendentemente, o curso teve ampla adesão, atraindo estudantes de diferentes cursos e universidades, sendo inclusive replicado em outra instituição, no mesmo ano<sup>2</sup>. Concomitante a essa experiência formativa foi sendo gestada uma articulação entre docentes e discentes para a constituição de disciplinas regulares voltadas ao pensamento social latino-americanista<sup>3</sup>. Eis que, nesse processo de construção e reflexão coletiva, a professora Marilene Proença narrou sobre seu encontro com Martín-Baró, em Cuba, por ocasião do II Encontro de Psicologia Marxista e Psicanálise, em fevereiro de 1988, apresentado pelo Prof. Ignacio Dobles, da *Universidad de Costa Rica* (Costa Rica). Naquele momento, as necessidades do cotidiano de formação levaram à busca por mais referências sobre este eminente autor e outras teorias que partem da concretude da experiência latino-

---

<sup>1</sup> Costa, J. F. A.; Oliveira, F.; Santos, C. D. Mini-curso: Pensamento Latino-Americano e formação em Psicologia: Contribuições de Ignacio Martín-Baró, Maritza Montero e Paulo Freire. 2015. Semana de Psicologia do Instituto de Psicologia - USP

<sup>2</sup> Costa, J. F. A.; Santos, C. D.; Oliveira, F. Mini-curso: Pensamento Latino-americano e formação em Psicologia. 2015. Semana de Psicologia da Universidade Mackenzie.

<sup>3</sup> Como exemplo de movimentação anterior, citamos a disciplina de pós-graduação do PROLAM: “Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina: movimentos contemporâneos de crítica”, ministrada pela profª Marilene Proença Rebello de Souza desde 2012. Esta disciplina focava principalmente em três autores: José Bleger, Maria Helena Souza Patto e Ignacio Martín-Baró.

americana para ajudar a entender e combater as desigualdades e opressões ainda vigentes em nossa realidade. Assim, ainda que a obra de Martín-Baró não figurasse como referência canônica da área psi ou das ciências sociais no Brasil, nem no fim dos anos 1980 e nem depois na década de 2010, houve uma compreensão coletiva de que deveríamos partir de uma referência teórica consistente – como é a obra de Baró –, não para aprofundar a formação particular de alguns alunos, mas, sim, para expandir a reflexão e a ação prática em direção aos problemas concretos do cotidiano.

Nesse sentido, o Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró e América Latina foi gestado em 2016 e formalizado em 2017, junto ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM - USP), sob a coordenação da Professora Marilene Proença Rebello de Souza, com a participação de um grupo de acadêmicos de pós-graduação e de graduação, das mais variadas áreas. O Grupo tem por objetivo a compreensão e introdução, de maneira sistematizada, do pensamento de Ignacio Martín-Baró a partir dos aspectos universais e singulares da América Latina e sua relação histórica de colonialismo e dependência. Além disso, busca contribuir para a formação de intelectuais que utilizem o marxismo e o pensamento crítico latino-americano como bases epistemológicas em suas pesquisas e intervenções (Souza *et al.*, 2021). Em seu desenvolvimento, o Grupo de Estudos tem se constituído também como um pólo embrionário e aglutinador do pensamento crítico latino-americano na psicologia escolar brasileira. Também tem estabelecido conexões com outras universidades, grupos e espaços brasileiros e latino-americanos que convergem com a mesma perspectiva teórica anticolonial nas ciências humanas, em especial na Psicologia e na Educação (considerando aqui as diversas áreas de conhecimento que são próximas ou que se nutrem das construções teóricas e práticas da Psicologia e da Educação acerca das temáticas em desenvolvimento e relações humanas de maneira geral).

Naquele momento histórico, vivíamos o contexto pós-golpe de 2016 no Brasil. O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff agudizou a crise política e econômica em curso no país. Tal cenário

contribuiu para aprofundar ainda mais a necessidade já existente da busca por teóricos críticos que, desde a Psicologia, colaboraram na compreensão dos determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais da realidade brasileira e latino-americana (Souza *et al.*, 2021).

No processo de constituição do grupo, realizamos, em março de 2017, uma atividade de Roda de Conversa com o Prof. Ignacio Dobles Oropeza, em São Paulo, no LIEPPE, por ocasião do lançamento de seu livro, intitulado *Ignacio Martín-Baró: Una lectura en tiempos de quiebres y esperanzas* (Figura 1). Esse encontro foi muito importante, pois consolidou a necessidade de estudarmos mais profundamente a obra do autor, refletindo sua importância para o pensamento e para as propostas de enfrentamento às perspectivas colonizadoras na América Latina.

Também foi objeto de ação do Grupo a dimensão das metodologias participativas como fundamentos importantes para a pesquisa frente às condições de desigualdade e violência na “Roda de Conversa com Ignacio Dobles Oropeza: Emancipação e transformação: o que propõem as metodologias participativas?”<sup>4</sup>, realizado em parceria com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) no ano de 2018 (Souza *et al.*, 2021).

No ano de 2019, o Grupo de Estudos organizou o ciclo de debates “América Latina e suas Revoluções” (Figura 2). Em suas duas edições pudemos discutir os casos da Revolução Sandinista<sup>5</sup>, recebendo como convidado o jornalista da Rádio USP, Marco Piva, que é o criador do Programa Brasil-Latino, que vai ao ar semanalmente; e da Revolução Cubana, tendo como convidado o Prof. Emérito da *Universidad de La Habana* (Cuba) Guillermo Arias Beatón.

---

<sup>4</sup> Roda de Conversa com Ignacio Dobles - metodologias participativas Ignacio Dobles. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2pgH6FAaRM>

<sup>5</sup> América Latina e suas Revoluções: O caso da Nicarágua. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=apQ0yb7k4mM>

Figura 1 - Cartaz de Divulgação do Evento LIEPPE/ PROLAM, Instituto de Psicologia, USP, 2017



Fonte: LIEPPE/USP

Figura 2 - Foto do Grupo de Estudos Martín-Baró, Instituto de Psicologia, USP, 2019.



Fonte: LIEPPE/USP

Até o ano de 2019, as reuniões do grupo ocorriam presencialmente no Instituto de Psicologia da USP (IP-USP). Os participantes encontravam-se mensalmente para dialogar e debater sobre textos de Ignacio Martín-Baró e outros autores latino-americanos que apresentam contribuições relevantes para a compreensão de sua obra e da realidade latino-americana. A partir de 2020, devido à pandemia de Covid-19, os encontros passaram a ser realizados virtualmente. Dentre os principais temas abordados estão as bases contextuais da produção de Martín-Baró, seus fundamentos teóricos, as proposições fundamentais de sua Psicologia da Libertação e suas contribuições no âmbito da Psicologia Social. A partir dos textos estudados, também foi possível nos debruçarmos sobre alguns conceitos e temas mais específicos propostos pelo autor, como o conceito de povo, maiorias populares e classe, o fatalismo, a conscientização, a ideologia e a desideologização, a violência e o trauma psicossocial (Souza *et al.*, 2021).

Além destas atividades, o Grupo realizou, cinco edições do “Seminário Ignacio Martín-Baró e as lutas dos povos latino-americanos” ocorridas anualmente entre 2018 e 2022. Os seminários têm se constituído em um importante espaço de apresentação e debate acerca do pensamento de Martín-Baró e suas contribuições (Souza *et al.*, 2021). Em todos esses eventos destaca-se a presença de participantes de diferentes países, instituições e áreas de conhecimento e representantes de diversas lutas e movimentos sociais. Além disso, as contribuições dos membros do grupo de estudos também circularam nos eventos, publicizando resultados das discussões internas e promovendo também o intercâmbio entre diferentes centros de estudos sobre o legado de Martín-Baró. Cada um dos Seminários recebeu uma identidade visual própria do tema, possibilitando também melhor comunicação. A partir de 2020 os eventos passaram a ficar disponíveis na íntegra nas mídias digitais do grupo, alcançando um público mais amplo:

- no perfil do Instagram: [www.instagram.com/gemartinbaro.usp](https://www.instagram.com/gemartinbaro.usp)
- no canal do YouTube:  
<https://www.youtube.com/@GrupoBaroProlam>

O primeiro Seminário, realizado em novembro de 2018, aconteceu presencialmente, no IP-USP, e contou com a participação de Antonio Euzébios Filho (IP-USP), Felipe Oliveira e Gisele Costa (PROLAM - USP) na mesa “Contexto Latino-americano e a obra de Ignacio Martín-Baró”. Na mesa seguinte foi discutida “A práxis de Martín-Baró e os desafios da Psicologia da Libertação” por quatro membros do grupo naquele momento: os estudantes de graduação Rebecca Berniz Maurício e Alessandro da Silva Freitas (Universidade de Santo Amaro - UNISA) e da pós-graduação Marcela Pereira Rosa e Solange Struwka (IP-USP). A terceira mesa teve como tema “A Psicologia e a articulação com as lutas populares” e contou com a presença de Ramón Soto Martínez (In Memoriam), da *Cátedra Libre Martín-Baró* e da *Pontificia Universidad Católica de Puerto Rico* (Puerto Rico); Bernardo Parodi Svartman, docente do IP-USP; e da professora Soraia Ansara, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Figura 3 - Cartaz do I Seminário do Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró e as Lutas dos Povos Latino-americanos, Instituto de Psicologia, USP, 2018



Fonte: LIEPPE/USP

No II Seminário, realizado em novembro de 2019, também no IP-USP, a primeira mesa teve como tema “Martín-Baró: obra, vida e o contexto latino-americano” e contou com a participação de Fernando Lacerda Jr. (Universidade Federal de Goiás - UFG), José Fernando Costa (Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS) e Luis Guilherme Galeão (IP-USP). Em seguida, foi proferida a conferência “Práxis: experiências latino-americanas a partir da obra de Martín-Baró” pelo professor Ignacio Dobles Oropeza, da *Universidad de Costa Rica* (Costa Rica). O Seminário foi encerrado com um Sarau com a participação de Osvaldo Castanheira.

Devido à situação de distanciamento físico provocada pela pandemia de Covid-19, o III Seminário foi o primeiro a ocorrer no formato remoto, em novembro de 2020, ao longo de quatro semanas. A primeira mesa debateu “A ascensão da extrema-direita e o papel da Psicologia na América Latina” e contou com a participação de Gabriel Lazzari, militante e professor de língua portuguesa em São Paulo; Edgar Barrero Cuellar (Colômbia), da *Cátedra Libre Martín-Baró* e Marilene Proença (IP/PROLAM - USP). Na segunda mesa foi debatido sobre “Desigualdade, violência e trauma psicossocial”, com a participação de Jacqueline Botelho (Universidade Federal Fluminense - UFF), Filipe Boechat (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) e Marcela Rosa (IP-USP). A terceira mesa teve como tema “Lutas por território e movimentos populares” e a presença de Kelli Mafort (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Brasil), Ignacio Cristi (Chile) e Solange Struwka (Universidade Federal de Rondônia - UNIR). Por fim, a última atividade do Seminário foi um “Encontro entre Grupos”, com a participação de Carlos Barros (Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS), Edgar Barrero (*Cátedra Libre Martín-Baró* - Colômbia), Fernando Lacerda Jr. (Universidade Federal de Goiás - UFG), Filipe Boechat (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), Pedro Costa (Universidade de Brasília - UnB), Rebecca Berniz (Universidade Santo Amaro - UNISA) e Guillermo Beatón (*Universidad de La Habana*, Cuba).

Em novembro de 2021, o IV Seminário Ignacio Martín-Baró e América Latina trouxe como tema as “Perspectivas Libertadoras e

Desafios da Atualidade”. A primeira mesa foi intitulada “Paulo Freire e Ignacio Martín-Baró para uma perspectiva libertária na América Latina” e contou com falas da professora Sônia Kruppa (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FE-USP) e do professor Antonio Euzébios Filho (IP-USP), com mediação da professora Gisele Costa (Universidade Federal do Amazonas - UFAM). Na segunda mesa foi debatido sobre “Neoliberalismo e Afetos: derivações para uma práxis psicossocial libertadora”, com a participação de Ignacio Dobles Oropeza (*Universidad de Costa Rica*), Cinara Brito de Oliveira (UNISA) e Solange Struwka (UNIR).

O V Seminário, ocorrido entre novembro e dezembro de 2022, teve como tema “Saberes africanos, indígenas e a Psicologia da Libertação: diálogos anticoloniais”. A primeira mesa “Saberes Africanos: diálogos anticoloniais” contou com falas das professoras Ronilda Iyakemi Ribeiro (IP-USP/PROLAM-USP), Rosinalda Olaséní Correa da Silva Simoni (Universidade Federal do Tocantins - UFT) e Alayde Digiovanni (Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, UNICENTRO, Paraná). A segunda mesa “Saberes indígenas: diálogos anticoloniais” foi composta por Casé Angatu (Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Bahia) e Álvaro Pino Coviello (Universidade Nacional de Tucumán-UNT, Argentina). A terceira mesa tratou da “Psicologia da Libertação: diálogos anticoloniais”, com participação de Pedro Henrique Antunes da Costa (UnB), José Fernando Costa (UEFS) e Marilene Proença (IP-PROLAM-USP).

Neste ano, a proposta do grupo foi a de ampliar sua atuação enquanto rede de articulação latino-americana, aproximando-se do grupo de estudos sobre Martín-Baró de colegas da Argentina, na *Universidad Nacional de San Luis* (Argentina) e do *Centro de Pensamiento Crítico Pedro Paz*. Nesse percurso formativo, o grupo entendeu a importância de dialogar com a obra de Martín-Baró tomando por base as pesquisas em andamento, surgindo a proposta de escrita desta coletânea, em que este capítulo pudesse ser realizado. Interessante observar a importância e atualidade das discussões apresentadas por Baró, em contextos de afirmação da diversidade, das

identidades de gênero, raça, etnia, do questionamento ao racismo estrutural, ao aprofundamento das desigualdades sociais e o avanço do pensamento fascista e fundamentalista neopentecostal. Outra atividade que consideramos importante aprofundar é a participação do grupo de estudos no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, ABRAPSO, propondo, pela primeira vez, neste ano de 2023, um Grupo de Trabalho que intitulamos *O Pensamento de Ignacio Martín-Baró na América Latina e a libertação das amarras colonizadoras*, com quinze trabalhos aprovados.

### Perspectivas para a práxis transformadora ao lado de Martín-Baró

Ignacio Martín-Baró apresenta à Psicologia contribuições fundamentais no caminho da construção de uma ciência que supere os pressupostos positivistas, individualizantes, psicologizantes e mecanicistas que são ainda imperantes nesse campo (Martín-Baró, 1999). Nesse sentido, compreendemos que a população latinoamericana possui sim sofrimentos e questões ligadas às temáticas classicamente ensinadas na esfera acadêmica, mas não só isso: também possuem especificidades a partir de seu contexto de super exploração do trabalho; de negação sistemática de direitos básicos como alimentação, moradia, saúde e educação; de genocídio das populações negras e indígenas por séculos; das formas de solidariedade, criatividade e resistência que foram sendo construídas e compartilhadas neste território; dentre outras inúmeras particularidades que engendram nosso cotidiano material e simbólico. As formulações do autor nos convocam a denunciar a barbárie impetrada pelo imperialismo e pelo colonialismo, a apropriar-se da memória histórica de luta e resistência dessas populações e a refletir sobre o *quefazer* da Psicologia, buscando construir uma *práxis* que tenha em vista os problemas reais de nossos povos e suas possibilidades de emancipação.

Sua obra carrega indicativos fundamentais para a compreensão e intervenção junto aos povos latinoamericanos em uma perspectiva libertária, emancipatória e humanizadora. Por isso a reflexão sobre as possibilidades e limitações do pensamento de Martín-Baró para a *práxis*

da Psicologia na atualidade segue sendo uma necessidade e um caminho fundamental para aquelas e aqueles que buscam, como fez o próprio autor, colocar a Psicologia a serviço dos processos de libertação das maiorias populares e da transformação das estruturas sociais que as oprimem e exploram.

## Referências

LACERDA JÚNIOR, F. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la liberación**. Madrid: Trotta, 1999.

MARTÍN-BARÓ I. Desafios e perspectivas da psicologia latino-americana. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs.), **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas: Alínea, 2011a. p. 199-220.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs.), **Psicologia Social para a América Latina: o Resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas: Alínea, 2011b. p. 181-197.

OROPEZA, I. D. **Ignacio Martín-Baró: una lectura en tiempos de quiebres y esperanzas**. San José, Costa Rica: Editorial Arlekin, 2016.

OROPEZA I. D.; ROSA, M. P. Psicologia Social a partir da América Central: desafios e perspectivas. Entrevista com Ignacio Martín-Baró. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 826-839. DOI: <https://dx.doi.org/10.12957/epp.2021.61072>, 2021.

SOUZA, M. P. R.; SOUZA, B. P.; TANAMACHI, E. R.; CHECCHIA, A. K. A.; STRUWKA, S.; ROSA, M. P.; ASBAHR, F. S. F.; BARBOSA, D. R. 20 anos do LIEPPE: pesquisa, ensino, cultura e extensão. In: SOUZA, M. P. R. (Org.), **Psicologia escolar e políticas públicas para a educação básica na América Latina: pesquisas, impasses e desafios**. 1 ed. São Paulo: Editora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2021. p. 19-40. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786587596129>.

## II - MARTÍN-BARÓ EM DIÁLOGO SOBRE O CONSERVADORISMO

## Capítulo 2

---

### Pentecostalismo latino-americano: contribuições a partir de Ignacio Martín-Baró

Raul Gomes de Almeida  
*Universidade de São Paulo (USP)*

Renato Batista da Silva  
*Universidade de São Paulo (USP)*  
*Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)*

#### Introdução

Ao longo de sua trajetória, Martín-Baró se dedicou fortemente a pensar as esferas da religião e da política e como se articulam e se expressam concretamente na dinâmica da realidade social. Atento às condições aviltantes para as maiorias populares da América Latina, com especial atenção ao que se passava em El Salvador, Baró demonstrou uma preocupação constante em investigar a dimensão ideológica da religião e seu impacto na ação política, seja em função da libertação ou opressão.

Tal preocupação surge de diferentes formas em cada momento de sua obra, tanto pelo desenvolvimento de seu pensamento como pelo diálogo com a realidade em constante mudança. Desde as primeiras publicações na década de 1960 (1965a), observa-se a preocupação do autor em demonstrar a experiência religiosa como potencializadora do desenvolvimento humano, não servindo apenas como alimento das injustiças sociais e como uma espécie de “ópio” religioso que obstaculiza a reflexão e ação crítica acerca da realidade opressora.

Ao constatar segmentos religiosos que promoviam efeitos divergentes nas concepções políticas do povo salvadorenho, Baró (1985) argumenta que esta diferença se deve à mediação realizada pelas práticas e representações de cada grupo religioso e ao uso ideológico da experiência religiosa. Em outras palavras, a relação entre vivências

religiosas e atitudes políticas são mediadas por formas concretas de crenças e imagens promovidas por cada instituição ou segmento religioso, que, impregnadas por interesses de classe, estimulam uma postura de conformação ou contestação da ordem social estabelecida. Com base nesta reflexão e comprometido com a investigação social como desideologização, o autor investigou diversos segmentos religiosos, reconhecendo as potencialidades emancipatórias das religiões subversivas e denunciando os efeitos políticos e interesses de classe das religiões da ordem (1987).

Nos textos realizados na década de 1980, durante os anos de guerra civil em El Salvador, aparecem, na obra de Martín-Baró, preocupações acerca do progressivo contingente de salvadorenhos se convertendo ao pentecostalismo. O autor entende que esse segmento religioso traz atualizações para as dinâmicas de poder-libertação-opressão, na medida em que propõe uma visão de história e de Deus que contribui para a conformação diante da ordem social estabelecida. Baró também localiza o crescimento do pentecostalismo como um movimento originário desde Washington, cujos princípios satisfazem interesses estadunidenses e do governo e burguesia salvadorenha (Martín-Baró, 1985; 1987; 1989; 1990).

Desde o período observado por Martín-Baró, houve a intensificação do crescimento do pentecostalismo em diversos países da América Latina. A expansão desse segmento religioso tem sido acompanhada pela sua capacidade de mutabilidade e adaptação dogmática aos determinantes socioculturais de cada território com vistas a responder demandas psicossociais de sujeitos e, conseqüentemente, conquistar novos fiéis (Seman, 2019). Deste modo, torna-se relevante analisar o pentecostalismo latino-americano contemporâneo a partir das reflexões que Martín-Baró propôs sobre religião e pentecostalismo ao longo de sua obra. Com vistas a atingir este objetivo, iremos apresentar uma síntese sobre as ideias centrais de Martín-Baró sobre religião, adotando um eixo histórico das publicações a fim de captar o desenvolvimento processual de seu pensamento; em sequência, discutiremos as principais características do

pentecostalismo latino-americano e proporemos uma análise psicossocial do impacto político do movimento pentecostal no século XXI, a partir das contribuições de Martín-Baró.

### **A religião nas dinâmicas de poder-libertação-dominação**

Desde os primeiros textos, Baró (1965a; 1965b) reconhece a religião como contribuinte das injustiças sociais, que pode promover um alívio de penas e sofrimentos advindos da realidade social, servindo como uma espécie de ópio religioso e impedindo uma ação crítica dos sujeitos diante da ordem estabelecida. Entretanto, o autor argumenta que a religião também pode ocupar um lugar de impulsionadora na busca por aprofundar o sentido de existência, desenvolvendo profundamente a espiritualidade, dimensão essencial da humanidade. Isto é, a religiosidade é uma dimensão existencial e contribuir para aprimorá-la representa um avanço do sujeito integral, objetivo que também tem sido buscado pela ciência (Martín-Baró, 1965a). Neste sentido, o autor critica a dicotomia feita entre religião e ciência, como se a ciência buscasse favorecer a ação e o desenvolvimento humano, enquanto a religião representasse um ser e estar no mundo passivo e imaturo, contrária ao que tem sido realizado e desejado pelas ciências, em especial, as alinhadas ao materialismo histórico-dialético (Martín-Baró, 1965b).

Em texto de 1976, Baró avança na discussão da noção de ópio religioso ao argumentar que a vivência da religião em nível muscular – e não reflexivo – encontra raízes nas estruturas de opressão, exploração e constrangimento as quais o povo salvadorenho é exposto cotidianamente. A vivência em nível muscular da religião, em verdade, está presente em todas as dimensões da vida das camadas populares (no trabalho, lazer, família) e se constitui como efeito da persistente privação e inibição que, vindo de diversos meios, sedimenta toda a vitalidade do sujeito na sua estrutura muscular. Martín-Baró (1976) localiza, nas condições objetivas de dominação, as razões para a vivência muscular nas diversas dimensões existenciais do povo salvadorenho, não sendo um traço exclusivo da experiência religiosa.

Ademais, o autor ressalta o potencial do traço muscular da religiosidade popular como instrumento de luta contra tudo que na sociedade produz mortes, tornando-se um meio da salvação definitiva e completa como foi o renascimento de Cristo.

Observa-se nos textos citados, um esforço de Baró em apresentar outra visão de religião para além da relacionada à noção ópio religioso cultivada pelo universo acadêmico e político da época, demonstrando tanto as relações entre ciência e religião quanto os papéis desta na construção de uma sociedade avessa à dominação. Tal percepção o leva a desenvolver uma visão complexa de religião, como algo que pode preservar sementes de libertação e opressão (Martín-Baró, 1976). A partir de então, os compromissos dos segmentos religiosos presentes em El Salvador com as dinâmicas psicossociais de libertação e dominação passam a ser o foco de diversas de suas pesquisas.

Na investigação acerca do sentimento de culpabilidade em um bairro popular salvadorenho, Martín-Baró (1975) constatou que o surgimento da culpa entre pessoas das camadas populares estava relacionado à vivência concreta da realidade e a uma experiência religiosa que se caracterizava por ser vertical, autoritária e conformista. Na visão do autor, a confissão, estratégia de elaboração oferecida pela Igreja Católica, ao envolver a culpa em um ambiente privatista e intimista, desloca o mal estar social e psychologiza um sentimento ligado à ordem social. Por produzir um alívio individual, a confissão se torna um meio escapista para o enfrentamento das condições sociais e compõe instrumentos da religião que buscam favorecer posturas fatalistas e resignadas. A despeito desta conclusão, Martín-Baró (1975) aponta como caminho uma reinterpretação da religião com vistas a construção de um novo reino de Deus (uma nova sociedade), livre de todo o pecado que origina as injustiças e opressões, transformando a sujeição observada em ação libertadora; tarefa que, como afirma o autor, já estava começando a ser realizada pela teologia da libertação.

Como registro do processo histórico de emergência da teologia da libertação latino-americana, Martín-Baró (1980; 1981) elaborou dois textos

sobre a liderança de Monseñor Romero, bispo de San Salvador, El Salvador, que foi perseguido e assassinado pelo governo e pela burguesia salvadorenha. Diante de acontecimentos como o deflagramento da guerra civil no país, a imposição de um governo ditatorial e a radicalização das condições opressão às quais as camadas populares eram expostas, Monseñor foi paulatinamente convertendo-se em sujeito consciente e porta voz do povo salvadorenho, denunciando as violências perpetradas pelo Estado e estimulando a organização popular na luta contra a dominação que se aprofundava naquele momento. Deste modo, a lucidez e postura revolucionária ao desvelar os acontecimentos da guerra civil a partir de uma ótica alinhada aos interesses do povo, tornou a liderança de Monseñor o eixo central para o desenvolvimento da conscientização e organização popular no país.

Durante a década de 1980, a observação dos diferentes efeitos que as religiões podem promover nas concepções políticas dos sujeitos se torna objeto de investigação empírica e comparativa em uma série de estudos realizados por Martín-Baró (1985; 1989; 1990). Ele se vale de procedimentos diversos, desde aplicação de escalas até pesquisas de opinião pública e entrevistas com membros das principais religiões praticadas em El Salvador: o catolicismo tradicional; o catolicismo da teologia da libertação e o pentecostalismo.

Ao investigar a percepção de estudantes do ensino superior acerca dos papéis sociais da igreja e do cristão, da visão de Jesus Cristo e de Deus e da relação entre igreja e socialismo, Martín-Baró (1985) constatou que jovens católicos, sobretudo os ligados à teologia da libertação, relatam maior abertura ao compromisso sociopolítico em comparação com os estudantes filiados ao protestantismo. Baró conclui que os efeitos alienantes nas tendências políticas não são inerentes à experiência religiosa, como vinha apontando em seus textos anteriores (Martín-Baró, 1975; 1981), mas que tal análise deve centrar-se na mediação realizada por formas concretas de crenças e representações religiosas que conectam as dimensões religiosas e políticas dos sujeitos. Ao tratar destas crenças e representações oferecidas por cada segmento

religioso, o autor afirma que quanto mais Deus e Cristo são vistos como figuras distantes e poderosas, maior tende a ser a submissão à ação divina no que tange a resolução das problemáticas sociais; ao contrário, quando Cristo e Deus são vistos como figuras mais próximas, como irmão e pai, respectivamente, conformando uma experiência religiosa em comunidade, maior tende a ser o compromisso sociopolítico na busca por transformação social.

Na pesquisa publicada sob o título *“Solo Dios salva”: sentido político de la conversión religiosa*, Martín-Baró (1989) está interessado em investigar a dimensão política da crescente conversão de católicos latino-americanos ao pentecostalismo e, para isso, adota como referência de comparação grupos que haviam aderido ao catolicismo baseado na teologia da libertação. A pesquisa constatou que a conversão religiosa não é uma mudança subjetiva isolada e produz efeitos nas concepções acerca do trabalho, família, educação e política. Enquanto os sujeitos que aderiram ao catolicismo da teologia da libertação expressaram uma mudança de orientação progressista nas opiniões sociopolíticas, compreendendo o compromisso social como caminho para a salvação e demonstrando maior autonomia e crítica social; as pessoas que se converteram ao pentecostalismo apresentaram mudanças de tendências conservadoras, com maior submissão à figura divina e entendimento de salvação desprovido de mediação histórica, bastando para a salvação apenas a relação pessoal com Deus.

Investigando a postura de salvadorenhos pentecostais diante da situação de guerra civil, Martín-Baró (1990) identificou uma forte postura conformista em relação ao conflito e às violências perpetradas pelo Estado. Para o autor, o sentimento de preenchimento existencial relatado pelos participantes pode ser justamente o elemento que promove uma alienação do sujeito de sua realidade concreta e da história dos grupos sociais que pertence. Acrescenta que, possivelmente, o caráter individualista e intimista do pentecostalismo pode ser buscado por aqueles que se sentem amedrontados e frustrados frente às tentativas de mudança social (Martín-Baró, 1989).

O acúmulo de pesquisas realizadas por Martín-Baró sobre a relação entre as dimensões da religião e da política para sujeitos e grupos, desde os primeiros textos da década de 1960 até as pesquisas comparativas da década de 1980, demonstram um desenvolvimento do pensamento do autor, que lhe possibilitou elaborar uma sistematização teórica acerca do efeito da religião para a ação política no contexto latino-americano. Trata-se do texto “Del ópio religioso a la fe libertadora” publicado em 1987 no livro “Psicología Política Latinoamericana”, organizado pela Professora Maritza Montero. Neste livro, Martín-Baró também apresentou o conhecido texto sobre o conceito de fatalismo: “El latino indolente: el carácter ideológico del fatalismo latino-americano”.

Martín Baró (1987) reafirma a profunda importância da religião para a compreensão da psicologia do povo latino-americano tendo em vista o poder histórico da religião na dinâmica cultural, social e política do continente. Para realizar a discussão, o autor parte da conjuntura de afiliação religiosa da época, permitindo-a ver suas tensões e movimento:

La mayoría de la población latinoamericana se confiesa cristiana. Aun cuando diversas confesiones evangélicas, sobre todo las iglesias pentecostales y fundamentalistas, han incrementado durante los últimos años en forma muy significativa el número de sus adeptos hasta constituir una materia de grave preocupación para los obispos católicos [...], todavía se puede afirmar que Latinoamérica es un continente predominantemente católico (Martín-Baró, 1987, p. 230).

Para Martín-Baró, cada confissão religiosa possui efeitos distintos para as concepções políticas, pois veiculam na experiência religiosa interesses sociais e políticos que visam subverter ou legitimar a ordem estabelecida. Deste modo, a dimensão ideológica da religião encontra seu momento central na religiosidade, na vivência pessoal e grupal dos ordenamentos religiosos. Para o autor, a religiosidade é uma experiência complexa que se forja a partir elementos como as representações religiosas (crenças compartilhadas acerca da salvação e de Deus, por exemplo); as práticas religiosas (princípios éticos e modos de ligar-se às divindades); e relações e vínculos que envolvem outros membros da mesma religião. Tendo em vista o formato e o conteúdo que os

elementos da religiosidade adquirem em cada confissão religiosa e como se relacionam com os interesses do sistema político estabelecido, Martín-Baró elaborou a tipologia da *religião da ordem* e da *religião subversiva*.

As religiões da ordem caracterizam-se por serem verticais na compreensão de Deus, transmundanas nas crenças e práticas religiosas (sem mediação histórica e sem compromisso social) e individualistas. Tais religiões ao oferecerem uma explicação divina para as situações vivenciadas concretamente e atribuírem à Deus a responsabilidade de julgar e fazer justiça na realidade social, alienam o sujeito de pensar e agir sobre suas raízes históricas. A relação vertical com Deus, visto como ser onipotente, distante e inacessível, estimula um comportamento de submissão em que a única preocupação é seguir os ordenamentos religiosos para preservar uma relação individual e intimista com Deus e conquistar a salvação eterna. Martín-Baró (1987) entende as religiões da ordem como aquelas qualificadas por Marx como “o ópio do povo”, que obstaculizam o desenvolvimento de uma visão crítica acerca da ordem estabelecida. Observa-se no comportamento político dos fiéis dessas religiões um afastamento ou recusa da esfera política, mas, como afirma o autor, preservando um forte “anticomunismo” e contribuindo para legitimar regimes conservadores. O autor observa que as religiões que tendem a se comportar com mais força desta maneira são o catolicismo tradicional, os evangélicos e fundamentalistas e o pentecostalismo.

As religiões subversivas, como o catolicismo da teologia da libertação e a religiosidade popular (originada e cultivada por povos originários), se caracterizam por serem horizontais, intramundanas (com maior mediação histórica) e comunitárias. Nestas religiões, Deus é visto como autoridade com maior proximidade e de modo mais acessível, com quem é possível manter uma relação de companheirismo e fraternidade. A compreensão da salvação não é restrita ao plano espiritual, mas está relacionada à busca por construir uma sociedade mais justa desde a realidade intramundana. As crenças e práticas religiosas com maior mediação histórica permitem a recuperação e preservação de elementos de memória histórica por parte dos fiéis acerca dos grupos

históricos que pertencem, além de estimular um senso comunitário no compromisso social com vistas a uma sociedade sem pecados, sem opressão. Deste modo, a historicidade da noção de salvação, a ação comprometida socialmente e a maior vivência comunitária são eixos que, de maneira geral, contribuem para a conscientização e organização popular (Martín-Baró, 1987).

O impacto político das crenças e práticas religiosas com vistas a subverter ou legitimar a ordem estabelecida funciona idealmente. Nas situações concretas, Martín-Baró (1987) afirma que elas apresentam contradições, tendem mais para um lado sem deixar de apresentar elementos da orientação oposta, ou estão em processo de desenvolvimento de uma práxis política, por exemplo. Há, portanto, uma complexidade e dinâmica maior no modo como as confissões religiosas operam no interior da realidade concreta tendo em vista as tipologias descritas.

### **O Pentecostalismo contemporâneo no Brasil e na América Latina**

O pentecostalismo é um movimento religioso protestante que surgiu no início do século XX nos Estados Unidos da América (EUA) a partir da atuação do ex-escravo e pastor William Seymour (1870-1922) e do que ficou conhecido como o avivamento da rua Azusa. A diferença deste movimento para as demais vertentes do protestantismo é realçada na definição que Martín-Baró (1987) oferece para o pentecostalismo como “aquel movimiento cristiano que enfatiza la acción directa de Dios en los fieles a través del Espíritu Santo (Pentecostés es la fiesta en que se celebra la venida del Espíritu Santo sobre los discípulos de Jesús)” (p. 21). A doutrina pentecostal inovou no meio protestante ao defender a continuidade dos dons ativos do Espírito Santo, como profecias, curas e exorcismos (continuismo). Opunha-se ao consenso geral da época de que estes dons haviam sido parte da realidade do cristianismo primitivo (cristãos do primeiro século) e não estavam mais disponíveis ou em operação nas igrejas (cessacionismo) (McGrath, 2015).

Na América Latina, as/os protestantes são, comumente, chamadas/os de “evangélicas/os” (Freston, 2004). Este termo se relaciona à herança teológica da fé evangélica, ou evangelicalismo, a tendência teológica protestante predominante na região. Ainda que haja certo consenso acadêmico na definição do que é o evangelicalismo, na experiência real, este movimento pode tomar diferentes formas, ênfases e peculiaridades (Stott, 2000; Ward, 2004).

O evangelicalismo surgiu no século XVIII a partir da influência de diversos movimentos do protestantismo e se conformou como uma perspectiva supradenominacional. A fé evangélica pode ser caracterizada a partir de quatro pontos – que operam em conjunto: *conversionismo*, a crença na necessidade de uma conversão pessoal, um “novo nascimento”, em oposição a uma experiência religiosa nominal; *crucicentrismo*, a ênfase no sacrifício de Cristo na cruz como elemento central da fé; *biblicismo*, a ênfase na Bíblia como elemento orientador da vida do crente; *ativismo*, o entendimento de que é necessário um esforço constante de pregação e propagação da mensagem do Evangelho (McGrath, 2015; Stott, 2000; Ward, 2004).

O evangelicalismo se propõe como a perspectiva teológica verdadeiramente ortodoxa (Stott, 2000). A influência evangélica atravessa o corpo doutrinário de diferentes denominações protestantes, de modo que existem vertentes do calvinismo, do luteranismo e do anglicanismo, por exemplo, que são evangélicas e outras que não são. O pentecostalismo, por outro lado, é um movimento religioso fundamentalmente evangélico (Freston, 2004) de modo que toda/o pentecostal é evangélica/o, mas nem toda/o evangélica/o é pentecostal. Isso se relaciona à ampla influência do evangelicalismo nos EUA nos séculos XIX e XX (Noll, 2004), época do surgimento do pentecostalismo.

Outro movimento que tomou força nos EUA entre os anos 1910 e 1920 foi o fundamentalismo, uma ênfase doutrinária concebida em reação a uma série de mudanças culturais pelas quais o país passava no início daquele século, de caráter modernista, que desafiavam a ética

protestante vigente (McGrath, 2015). A origem do fundamentalismo é remetida a uma coletânea de livros chamados *The Fundamentals*, publicados por volta de 1910, que explorava os elementos básicos da fé desde uma perspectiva protestante ortodoxa, como a concepção virginal de Maria, a crença na inerrância da Bíblia e a doutrina da segunda vinda de Cristo (McGrath, 2015). Nesse primeiro momento, evangelicalismo e fundamentalismo se identificavam bastante (Stott, 2000). A divulgação dessas defesas provocou reações e desencadeou uma polarização no contexto protestante norteamericano e um purismo separatista (McGrath, 2015).

Por volta da década de 1950, o fundamentalismo havia se tornado uma forte tendência doutrinária de viés reacionário com especial influência nos EUA que rejeitava perspectivas seculares como o Darwinismo e o Comunismo, consideradas antibíblicas e anticristãs (McGrath, 2015; Stott, 2000). Se em um primeiro momento, evangelicalismo e fundamentalismo se identificavam bastante, a partir desse período o fundamentalismo se tornou uma influência comportamental e ideológica no universo cultural protestante. A influência fundamentalista impactou boa parte do evangelicalismo latino-americano, mas não constitui fundamento geral de nenhum dos grandes movimentos protestantes (calvinistas, batistas, pentecostais etc.). Ainda assim, os pentecostais latino-americanos tendem a ser fundamentalistas de maneira irrefletida (Freston, 2004).

### *Aspectos histórico-sociais do pentecostalismo na América Latina*

Em seus primórdios, o pentecostalismo se destaca de outras vertentes protestantes por sua ênfase na glossolalia<sup>1</sup> (ou dom de línguas) como evidência da ação divina na vida do cristão (McGrath, 2005; Freston, 1994). O primeiro país latino-americano a receber o pentecostalismo foi o Chile, em 1907, onde o missionário metodista norteamericano Willis Hoover, que atuava no país, recebeu notícias do

---

<sup>1</sup> “Fenômeno caracterizado pela pretensa capacidade de se manifestar em línguas desconhecidas, que pode ocorrer a uma pessoa em exaltação religiosa” (Dicionário Michaelis, s. d.).

movimento que surgia e começou a pregar a doutrina pentecostal (Anderson, 2004; Freston, 2004), fundando a Igreja Metodista Pentecostal (IMP). Louis Francescon, missionário italiano que participara do movimento pentecostal na Califórnia, atua na Argentina em 1909, onde influencia a criação da Assembleia Cristã (1916) e no Brasil em 1910, onde participa da fundação da Congregação Cristã (Freston, 2004). Em 1911, os missionários Gunnar Vingren e Daniel Berg, suecos, vindos dos EUA, fundaram a Assembleia de Deus<sup>2</sup> em Belém do Pará, Brasil.

No México, o movimento foi levado, principalmente, por imigrantes que tinham ido para os EUA e retornaram ao país de origem. No restante da América Central, Peru e Venezuela, o pentecostalismo se espalhou pela ação de missionários estadunidenses e canadenses e nos demais países teve um início mais lento. O último país latino-americano a ter uma igreja pentecostal fundada em seu território foi o Equador, em 1956 (Freston, 2004), após a Segunda Guerra Mundial, quando o movimento começa a adquirir novos contornos.

A partir da década de 1950, novas igrejas pentecostais começaram a surgir – em especial, no Brasil e nos EUA – que tinham os dons e práticas espirituais, como dons de cura, como elementos centrais na liturgia dos cultos (McGrath, 2005; Freston, 1994). Os principais representantes desta fase no Brasil são a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962) (Freston, 1994). A primeira é uma denominação fundada nos EUA<sup>3</sup> e implantada no Brasil no contexto do pós-guerra. Em 1967, a IMP, maior denominação chilena, associou-se a uma igreja pentecostal estadunidense por compartilharem de doutrinas comuns (Anderson, 2004). Sobre a influência norteamericana no período, Martín-Baró (1987) destaca a ação política dos EUA no continente através da influência pentecostal. Nesse sentido, Freston (1994) acrescenta que:

---

<sup>2</sup> Segundo Freston (1994), a Assembleia de Deus é a igreja protestante com maior êxito de implantação fora do eixo Rio-São Paulo e, de acordo com o censo de 2010, é a maior denominação protestante/evangélica no Brasil, com mais de 12 milhões de afiliados (IBGE, 2010).

<sup>3</sup> A Igreja do Evangelho Quadrangular (*International Church of The Foursquare Gospel* em inglês) foi fundada pela evangelista norte-americana Aimee McPherson em 1923. Nos EUA, ela se encaixa no contexto da primeira onda do pentecostalismo.

Após a Segunda Guerra, a atenção americana em geral, e missionária (católica e protestante) em particular, se volta para a América Latina, impulsionada pelo novo papel internacional americano, pela importância estratégica do “hemisfério ocidental”, e pela mão-de-obra missionária deslocada após o fechamento da China<sup>4</sup> (p. 72).

No meio protestante em geral, a influência pentecostal da década de 1960 deu origem a novas formas de conduzir o culto, a música e a expressão religiosa, em contraposição a formas tradicionais e litúrgicas das igrejas históricas, no que ficou conhecido como *Renovação Carismática*, o que ocasionou o surgimento de grupos específicos que se identificavam, ao mesmo tempo, como igrejas protestantes históricas e pentecostais. No Brasil, surgiram grupos como a Igreja Presbiteriana Renovada<sup>5</sup> e a Igreja Metodista Wesleyana (Santos, 2014). É relevante salientar, ainda na década de 1960, a fundação da Igreja Pentecostal Nova Vida, de caráter carismático, dissidente das Assembleias de Deus e fundada pelo missionário canadense Robert McAlister (Freston, 1994).

Os anos 1970 são um período de grande crescimento do pentecostalismo na América Central, principalmente na Guatemala, El Salvador e na Nicarágua sandinista – época de conflitos e guerras civis na região. Os demais países latino-americanos, exceto Brasil e Chile, registram um crescimento mais moderado. No Chile, o pentecostalismo registrou um alto crescimento durante o governo Allende (Freston, 2004), ainda que a IMP, maior denominação pentecostal chilena, tenha apoiado institucionalmente a ditadura Pinochet (Anderson, 2004). No Brasil, registra-se um aumento constante no número de fiéis e da influência dos protestantes, em especial, os pentecostais, na cultura, na música, na televisão e na política.

Ao longo dos anos 1970 começam a aparecer no movimento de Renovação Carismática latino-americano as primeiras influências do

---

<sup>4</sup> Até a metade dos anos 1960, quando as religiões foram consideradas ilegais pelo Estado, a China foi um grande foco de envio de missionários cristãos com vistas à evangelização (Leung, 2004).

<sup>5</sup><https://creatividd.com.br/teste/ipbr/home/quem-somos-3/historia-da-iprb/breve-historico-da-iprb/>

que se conforma posteriormente como neopentecostalismo, nova forma da doutrina pentecostal, distinta do pentecostalismo clássico (Anderson, 2004). No Brasil, marca a década de 1970 o surgimento de igrejas carismáticas não-denominacionais muito influentes como as Comunidades Evangélicas da Vila da Penha<sup>6</sup> e de Goiânia (Morais, 2002). Na América do Norte, segundo Anderson (2004) as igrejas não-denominacionais que surgem a partir da Renovação Carismática começam a ser chamadas de *neopentecostais*.

O neopentecostalismo, novo pentecostalismo, ou pentecostalismo de terceira onda, propiciou inovações éticas, estéticas, políticas e de relação igreja-sociedade (McGrath, 2005; Freston, 1994). Segundo Mariano (2014), tais mudanças envolvem três pontos principais: 1) *pregação da teologia da prosperidade*, doutrina religiosa que compreende a fé em Deus como meio de obter saúde, riqueza, felicidade e poder, sendo o plano de Deus fazer os seus seguidores prósperos em tudo ainda durante a existência terrena; 2) *guerra santa e teologia do domínio*, pressupõe-se com base nesse pensamento que há uma luta constante pelo domínio da humanidade entre Deus e o Diabo, o ser humano, consciente ou não, é participante desta guerra santa, engajando voluntariamente do lado divino ou permitindo ser cooptado pelas forças malignas; 3) *liberalização dos usos e costumes* que marcavam antigamente as exigências das igrejas pentecostais, ampliando a capacidade de inserção da religião em novos setores da sociedade e a conquista de novos adeptos.

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada em 1977 é a igreja neopentecostal brasileira mais paradigmática. Foi fundada por cinco líderes saídos da Igreja de Nova Vida – de orientação carismática – no Rio de Janeiro. Três destes se desvincularam logo no primeiro ano, de modo que a Igreja foi, inicialmente, liderada pelos cunhados Edir Macedo e Romildo Ribeiro Soares (R. R. Soares). Três anos depois, após desentendimentos, Soares sai da IURD e funda a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD). São outras dissidências da IURD, a Igreja Mundial

---

<sup>6</sup> <https://comunidadeevangelicacrista.com.br/nossa-historia/>

do Poder de Deus (IMPD) e Igreja Apostólica Plenitude do Trono de Deus (IAPTD), todas com grande ênfase no evangelismo televisivo. Outras grandes denominações neopentecostais da atualidade são a Igreja Apostólica Renascer em Cristo e a Igreja Sara Nossa Terra, sucessora da Comunidade Evangélica de Goiânia.

### *Aspectos sócio-políticos do evangelicalismo e do pentecostalismo no século XXI*

Levine (2006) discute a mudança paradigmática religiosa que começou a se consolidar no início do presente século na região. Desde a colonização, entre os séculos XVI e XIX, a América Latina era predominantemente católica, e o protestantismo se limitava aos círculos de imigrantes de países de cultura protestante histórica, como as colônias alemãs no sul do Brasil. Ao longo do século XX, com ampla participação do pentecostalismo, o protestantismo evangélico se expandiu em alguns países, principalmente Brasil e América Central, e poderá se tornar a religião da maioria da população até 2040 (Duarte, 2012).

Levine (2006) também observa que, na região, o período de transição para governos democráticos, no fim do século XX, foi acompanhado pela desmobilização e marginalização de movimentos populares, como os que Martín-Baró (1987) reconhece na esfera religiosa católica e classifica como *religião subversiva*. Para Levine (2006), as crises econômicas que tiveram lugar na segunda metade do século XX na América Latina e a ausência do Estado, que acompanhou o processo de abertura política na região, abriram espaço para que as igrejas adquirissem proeminência por meio de ações sociais e ONGs e suplantassem movimentos de base. Rosas (2010) analisa como essas práticas compõem a estratégia de influência na IURD, posto que as ações sociais são voltadas para a própria membresia da igreja.

Outro destaque de Levine (2006) é o protagonismo feminino nas ações sociais evangélicas. É interessante notar como o pentecostalismo amplia o espaço de ação de mulheres no cenário religioso protestante,

eminentemente patriarcal. Para Levine, a prevalência feminina está relacionada ao aproveitamento, pelas mulheres, das aberturas oportunizadas nesse contexto, posto que espaços nas hierarquias das igrejas costumam ser culturalmente sancionados a elas.

Levine (2006) discute como, além da ação social, as/os evangélicas/os na América Latina têm expandido sua influência para a ação política, direta – com candidaturas políticas, partidos e outras organizações – e indireta, com criação de instâncias civis de defesa de princípios. Ele destaca como a ação política do evangelicalismo tendia a migrar de uma ênfase na defesa (da vida, da moral, dos bons costumes etc.) para uma agenda mais ampla de ativismo e fomento a uma participação política ativa. Do ponto de vista institucional, é notável o pioneirismo da IURD, com partido político e equipamentos de mídia próprios (Levine, 2006). Em tempos mais recentes, a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE) é um exemplo de instituição civil voltada para o *advocacy* do evangelicalismo fundamentalista conservador (ANAJURE, s.d.).

Em 2016, o primeiro candidato pentecostal foi eleito para um cargo expressivo do executivo: Marcello Crivella, sobrinho do presidente da IURD, Edir Macedo (Freston, 2018). Em 2018, Jair Bolsonaro é eleito no Brasil, com significativo apoio de evangélicas/os e pentecostais, sob o lema de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que revela a ênfase em valores tradicionais, em um “supremacismo” cristão e no nacionalismo patriotista de sua proposta de governo. A ministra escolhida por ele para coordenar a pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves – pastora da pentecostal Igreja do Evangelho Quadrangular, comemora sua nomeação com frase icônica que revela a agenda moral que representava: “Meninos vestem azul e meninas vestem rosa” (Felix, 2019).

Em uma síntese de uma série de estudos sobre a relação entre os evangélicos e a democracia na América Latina, Levine (2006) levanta quatro temas principais que apareceram como tendência geral em análises feitas no início do século XXI: 1) as lideranças evangélicas não

conseguiram influenciar o voto da massa de fiéis e não se mostravam mais imunes à corrupção que a média da classe política; 2) evangélicas/os não tiveram papel relevante no processo de democratização da região, com exceção de cooperações pontuais no trabalho com direitos humanos na América Central, mas a presença evangélica foi se consolidando na política junto com o amadurecimento das democracias, ainda que, previamente, a política tivesse sido considerada como um campo não virtuoso; 3) a política estava afetando a ética evangelical e eram abertas concessões historicamente contraditórias, como o envolvimento com a corrupção; 4) o evangelicalismo tinha potencial para contribuir na consolidação da democracia na América Latina por fomentar conexões entre as pessoas e oportunizar a formação de organizações sociais fortes. Quase duas décadas depois, temos mudanças e permanências com relação a essas tendências no contexto brasileiro.

Sobre o primeiro e segundo aspectos destacados por Levine, destaca-se o percentual de 50% do total de candidaturas para as eleições de 2020 que tinham identidade religiosa evangélica (Instituto de Estudos da Religião [ISER], 2022). Além disso, foi possível observar um grande esforço de líderes religiosos em influenciar o voto do público de suas igrejas nas eleições de 2018 (Silano; Fonseca, 2019), quadro muito diferente do de outrora em que, para se candidatar a cargos políticos, ministros evangélicos tinham que se licenciar do cargo e não era permitido fazer campanha na igreja. Ainda assim, há muita divergência no meio evangélico e não é correto generalizar a ideia de “voto de rebanho” (Evangelista, 2022). Quanto à corrupção, houve escândalos recentes envolvendo evangélicos na política, como o caso do ex-deputado Eduardo Cunha (Marques, 2023), os escândalos de corrupção no Ministério da Educação – MEC (Sabóia, 2022) e suspeitas envolvendo a esposa do ex-presidente, Michelle Bolsonaro (Alessi, 2020).

É possível exemplificar as transformações da ética evangélica na relação com a política, observando, por exemplo, a questão do armamento. Conrado (2006), em pesquisa sobre a posição de religiosos frente a esse tema, notou o desacordo entre a ética cristã prevalente e

o posicionamento de parlamentares evangélicos. Durante o governo Bolsonaro, essa discussão voltou à tona nas igrejas e em círculos evangélicos (Senra, 2022). Destaca-se, ainda, a disputa que tomou corpo nos últimos anos sobre qual deve ser a posição política de pessoas evangélicas (Machado, 2021). Quanto ao último aspecto, sobre o potencial do evangelicalismo para fomentar a organização social de pessoas com objetivos e perspectivas comuns, é possível apontar a continuidade na criação de organizações de natureza evangélica – de caráter assistencialista (Santos, 2011; Glocal Aceleradora, s.d.), organizações políticas (ISER, 2021; Silva, 2021) ou de outra natureza (Limeira & Andrade, 2013; Associação Brasileira de Cristãos na Ciência, s.d.).

### **Análise psicossocial do impacto político do pentecostalismo latino-americano no século XXI**

Como apresentamos, na análise sobre o caráter alienante ou subversivo das religiões na América Latina, Martín-Baró (1987) identifica três elementos centrais que devem ser considerados para a caracterização da experiência religiosa: a) representações religiosas; b) práticas religiosas; c) relações e vínculos interpessoais. Com relação ao primeiro aspecto, o autor reconhece no evangelicalismo fundamentalista a crença de que Deus intervirá diretamente na terra para estabelecer seu reino definitivo e de que cabe ao fiel cumprir as ordenanças estabelecidas na Bíblia. No pentecostalismo de sua época, o autor destaca a ênfase dada em uma segunda vinda do Espírito Santo sobre os fiéis, que os santifica e lhes dá “dons”, como o dom de línguas. Deus é uma força milagrosa que santifica aqueles a quem toca e o milagre imediato testifica da veracidade da fé do crente.

Sobre o segundo elemento da experiência religiosa, Martín-Baró (1987) destaca a alta exigência a respeito da práxis dos fiéis fundamentalistas, que devem demonstrar ostensivamente sua adesão aos princípios bíblicos estabelecidos por sua tradição e exercer um fervoroso proselitismo. Os pentecostais, de modo próximo, devem demonstrar que foram tocados por Deus através de uma mudança

pessoal significativa e da participação ativa e emocional no culto. É estimulado um pietismo individualista, fruto da ação do Espírito Santo em cada um.

Quanto às relações e vínculos interpessoais, é evidenciada a forte rede de relações que se estabelece no fundamentalismo, que, segundo Martín-Baró (1987), caracteriza uma organização sectária (do ponto de vista sociológico<sup>7</sup>), de modo que as igrejas podem adquirir, com base na força dessas relações, um caráter substitutivo da sociedade civil. No pentecostalismo, as relações se dão, fundamentalmente, no ambiente de culto e todos são reconhecidos como iguais porque o Espírito divino não faz acepção de pessoas.

Com base nesses aspectos, Martín-Baró (1987) classifica o pentecostalismo e o fundamentalismo como religiões da ordem, cujas práticas e crenças religiosas impingem aos fiéis uma visão transmundana da realidade e que oferecem uma noção de salvação a-histórica e individualista, reduzida unicamente à relação direta com Deus. Desse modo, o sujeito pentecostal é estimulado a enxergar a realidade a partir de determinantes religiosos e submeter-se aos desejos de Deus, visto como poderoso e superior.

O autor afirma que “el impacto político del pentecostalismo es complejo” (Martín-Baró, 1987, p. 45). Por um lado, promove uma sensação de preenchimento existencial e dignidade, possibilitando justamente o que foi negado a grupos socialmente marginalizados; por outro, produz uma mudança subjetiva que aprofunda o individualismo e envolve vivências concretas em uma atmosfera intimista, alienando a pessoa de sua realidade histórica. A expansão do pentecostalismo foi acompanhada de um aprofundamento de sua complexidade, atualizando as práticas e crenças religiosas. Assim como Martín-Baró (1987) observou em sua época, o pentecostalismo atual tem conseguido atender a algumas reivindicações psicossociais de sujeitos historicamente pauperizados pela estrutura de dominação. Nos

---

<sup>7</sup> A caracterização de seitas na Sociologia difere da caracterização no campo teológico.

diversos cenários possíveis da América Latina, as igrejas pentecostais têm funcionado como espaços de participação e acolhimento a vivências e sofrimentos advindos da realidade concreta (Smilde, 2012).

Como Martín-Baró (1989) constatou, os seguidores do pentecostalismo cultivam uma forte vivência comunitária, ainda que a salvação seja vista numa perspectiva individualista. Tal senso comunitário se relaciona com a dimensão participativa e de cultos inteligíveis ao universo simbólico do território. Ao contrário do catolicismo hegemônico, erudito, rígido e tradicional, a mutabilidade do pentecostalismo – principalmente o não-denominacional – observada nas últimas décadas o tem permitido ser mais poroso às características socioculturais dos territórios e à participação de pessoas comuns, inclusive ocupando lugares de prestígio como pastor e pastora (Spyer, 2020). A maior possibilidade de contribuir coletivamente na construção e no trabalho das igrejas, bem como a ampliação da presença feminina em posições de liderança remontam a características de uma religião subversiva, pois se opõem à exclusão e estimulam uma postura ativa na construção da realidade social.

A expansão numérica do pentecostalismo também resulta em um aumento do poder social deste segmento, consolidando-se como uma das principais vertentes religiosas das populações latinoamericanas (Seman, 2019). Desse modo, assim como Martín-Baró (1987) reconhecia o peso político-social da Igreja Católica no século XX, é necessário considerar a grande força que as igrejas pentecostais têm conquistado na região. Os pilares do poder da Igreja Católica na América Latina reconhecidos pelo autor na década de 1980 – o grande número de fiéis, uma grande rede de centros assistenciais, educativos etc. e a importância existencial da religião para setores populares latino-americanos – comparecem com grande força no fenômeno pentecostal/evangélico no século XXI.

As igrejas protestantes, em contraposição ao catolicismo romano, apresentam uma estrutura descentralizada. O comportamento eleitoral evangélico/pentecostal na América Latina, segundo Guadalupe (2020),

tende a ser de voto denominacional (assembleiano vota em assembleiano, batista vota em batista etc.). Apesar disso, as igrejas pentecostais, bem como outros setores do evangelicalismo, têm se articulado em torno de um ideário comum e constituído uma plataforma relativamente unificada de influência. É um exemplo recente dessa articulação o apoio que evangélicos, pentecostais ou não, deram à eleição de Marcelo Crivella, da IURD, para a prefeitura do Rio de Janeiro/RJ em 2016 (D'Agostino, 2016).

Outra forma como essa articulação se materializa e expressa o peso político pentecostal/evangélico é a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) brasileira. Essa frente evidencia que, mesmo com a tendência ao voto denominacional, os evangélicos podem se organizar a partir de seus interesses em comum (Guadalupe, 2020). As articulações políticas da FPE demonstram o caráter fundamentalista-conservador e reacionário desta, que forma, junto com os representantes do agronegócio e políticos armamentistas, o que ficou conhecido como “bancada BBB - Boi, Bala e Bíblia”, dada a proximidade política destes três grupos.

Martín-Baró ressalta também o poder social da liderança religiosa e seu papel de interlocutor político da comunidade que representa. No contexto do catolicismo salvadorenho, o autor destaca o papel de Monsenhor Romero como líder mobilizador da religiosidade subversiva em contraposição ao cardeal Obando, que se alinhou às forças contrarrevolucionárias da Nicarágua (Martín-Baró, 1980; 1981; 1987).

Observa-se, no contexto político brasileiro do século XXI, a presença cada vez mais influente de lideranças de origem pentecostal, com cargos políticos (Aava Santiago, Damares Alves, Eliziane Gama, Magno Malta, Marco Feliciano, Marina Silva) ou não (André Valadão, Edir Macedo, Michelle Bolsonaro, Silas Malafaia). Um exemplo emblemático das disputas de poder e influência entre lideranças pentecostais foi a atuação política de Edir Macedo, Silas Malafaia e Marina Silva, dentre outros, nas eleições de 2010. Siuda-Ambroziak (2014) discorre que Marina Silva, então candidata à presidência, recebeu, inicialmente, grande

apoio do meio pentecostal, e, em especial, das Assembleias de Deus, sua filiação religiosa. O apoio político que as igrejas davam à candidata estremeceu, entretanto, quando o influente televangelista assembleiano, Silas Malafaia, divulgou uma carta pública onde dizia que não votaria mais em Marina Silva por ela não se posicionar firmemente contra o aborto.

De forma geral, as investidas do pentecostalismo na política institucional e partidária nos países latino-americanos parecem se relacionar fortemente com a influência cada vez maior do neopentecostalismo no movimento pentecostal como um todo. A teologia do domínio e a guerra santa constituem discursos que mobilizam os fiéis a deixar o lugar de meros espectadores e transcenderem os muros da igreja. Eles são convocados para agir como representantes de Deus nas diversas esferas da vida social a fim de combater a presença do mal (Mariano, 2014).

A presença ativa do pentecostalismo na ação política contrasta com o que Martín-Baró (1987) havia postulado de afastamento e recusa da esfera política como elemento da religião da ordem. O movimento pentecostal tem pregado a noção de que os fiéis devem agir pela presença de Deus, de modo a combater as forças demoníacas, e conquistar espaço nas esferas sociais seguindo a lógica do domínio pelo bem. Tais compreensões atualizam a submissão a Deus que se expressava como retidão em agir na realidade concreta e espera pela ação divina para realizar a justiça social. Observa-se uma continuidade do apelo à noção de aguardar a glorificação de Deus, ainda que a submissão pentecostal registrada por Baró (1987) seja atualizada e complexificada no pentecostalismo atual. Se antes a submissão à Deus e o afastamento da esfera política representava respeito à ação divina, considerando que se tratava de um campo de sua responsabilidade, o pentecostalismo do século XXI conecta a submissão à Deus com a ação ativista religiosa, nas quais o sujeito é implicado a envolver-se na política institucional (ou não institucional) com vistas a contribuir na guerra santa e no domínio do bem. Observação semelhante ao que foi

encontrado por Dantas (2014) ao analisar a ação político-religiosa da IURD a partir da Psicologia da Libertação.

Nota-se justamente o contrário do que Martín-Baró (1987) afirmou acerca dos pentecostais, enquanto religião da ordem, de se comportarem como “mayorías silenciosas” (p. 248). Possivelmente, a mudança no pentecostalismo esteja relacionada também ao maior alcance de representação das agendas políticas progressistas na América Latina nas últimas décadas. Martín-Baró (1987; 1990) enxergava um alinhamento das religiões pentecostais e evangélicas fundamentalistas aos governos de direita e à burguesia salvadorenha durante a década de 1980, época em que muitos países latino-americanos estavam sob governos ditatoriais, inclusive El Salvador, sob justificativa de combate ao comunismo. A emergência de governos de esquerda na primeira década do século XXI na América Latina e de pautas sociais com frequência acusadas de serem comunistas – e o comunismo como sinônimo histórico de obra do demônio (Martín-Baró, 1987) – possivelmente contribuíram na mobilização dos segmentos evangélicos e pentecostais a buscarem defender os valores de Deus na política institucional, tal como a teologia do domínio e a lógica da guerra santa encorajam.

A ação para além das igrejas relaciona-se também à prática pentecostal da *Positive Confession*, posteriormente denominada como Teologia da Prosperidade, na qual a fé em Deus é vista como meio de conquistar riqueza, saúde, sucesso e felicidade (Mariano, 2014). Como germe dessa lógica, Martín-Baró (1987) já mencionava em seus escritos como os grupos pentecostais depositavam a certeza de que Deus agiria para melhorar as condições de vida de seus filhos, bastando apenas satisfazer às ordens divinas para obter a “glorificação”. Trata-se de uma prática e crença religiosa que se radicalizou nas décadas seguintes.

A teologia da prosperidade tornou-se conhecida por representar uma lógica que impulsiona os fiéis pentecostais a cultivarem o desejo e a esperança por conquistas materiais e sucesso econômico, contribuindo para o desenvolvimento de uma visão sobre si mesmo

como alguém destinado a prosperar (Lima, 2007). Além da ausência de crítica às dinâmicas capitalistas de produção de riquezas e pobreza, observa-se, pelo contrário, o estímulo a uma prática que coaduna com a lógica neoliberal, endossando posturas individualistas e a expectativa de acúmulo de capital que se confunde com o desejo de ser patrão.

Em síntese, com a rápida evolução histórica do pentecostalismo, dos tempos de Martín-Baró até o século XXI, é possível reconhecer continuidades e mudanças. Assim como Martín-Baró (1987) identificou na tipologia da religião da ordem, observa-se no pentecostalismo do século XXI a persistência em descartar ou secundarizar determinantes sociais e históricos na leitura das questões sociais, importando, para isso, apenas a lógica religiosa em que a sucessão dos eventos cotidianos e históricos são efeitos da ação de Deus e de uma guerra celestial entre o bem e o mal. A utilização de elementos religiosos transmudanos para a compreensão da realidade social, em outras palavras, significa o descarte de determinantes materiais e de memória histórica, o que, além de inviabilizar a desideologização da realidade social, culmina com a naturalização da ordem estabelecida.

Por outro lado, as práticas e crenças religiosas relacionadas tanto à teologia da prosperidade como à teologia do domínio, de algum modo, estimulam os sujeitos a reagirem às condições concretas e a desenvolverem um sentido de agência na realidade em que vivem, o que se distancia de uma postura fatalista de resignação diante das condições objetivas e de um futuro trágico (Almeida, 2022). O pentecostalismo, ao oferecer as condições para que o sujeito reposicione a imagem que possui de si mesmo, de modo a recusar a condição de oprimido e acolher a de quem está destinado à prosperidade, promove um senso de capacidade que estimula o fiel a ser ativo em todas as esferas da vida (Spyer, 2020), fato que encontra paralelos inclusive com a penetração do pentecostalismo na máquina política, como discutido (Guadalupe, 2018).

Diferente do que caracterizou o impacto político da religião da ordem proposto por Martín-Baró (1987), o endosso pentecostal à ordem

social estabelecida não se realiza por um afastamento e recusa da política, mas por uma ação direta, interessada e intencional. No movimento pentecostal latino-americano do século XXI, o endosso à ordem estabelecida é ativo, mobilizado pela esperança e desejo de conquistar sucesso econômico (no interior do sistema capitalista) e êxito político nas pautas culturais e partidárias. Os fiéis são envolvidos ativamente na ação da igreja com vistas a, mais do que legitimar a ordem estabelecida, fortalecer um movimento reacionário. Ao invés de viverem uma alienação da realidade social, como um ópio religioso, alheios e cegos a tudo que se passa nas dinâmicas de poder, as mudanças observadas no pentecostalismo das últimas décadas levaram os sujeitos a se interessarem e se implicarem ativamente como representantes de Deus nas diversas arenas de discussão política, modificando os modos como uma religião da ordem opera.

### Considerações Finais

Concordamos com Martín-Baró que a religião é uma prática social fundamentalmente significativa para a compreensão da dinâmica política de uma sociedade. Na América Latina do século XXI, é necessário dar especial atenção ao pentecostalismo, que tem se expandido vertiginosamente e adquirido forte influência social e política. Após o assassinato de Martín-Baró, em 1989, este segmento religioso passou por transformações significativas. São exemplos o fortalecimento de uma base fundamentalista e o surgimento de uma nova forma – o neopentecostalismo – que impactou tanto o pentecostalismo clássico quanto o evangelicalismo, de modo geral. A metamorfose do pentecostalismo e do neopentecostalismo e as transformações políticas e sociais pelas quais passaram a América Latina tornam necessária a atualização da análise de seu impacto psicossocial e político.

Uma análise psicossocial do pentecostalismo no século XXI a partir das contribuições de Martín-Baró revela que este segmento religioso continua orientado a fortalecer a ordem estabelecida, mas realiza uma articulação que altera os modos como as religiões da ordem

historicamente agiram na dimensão política de seus seguidores. Utilizando de mecanismos próprios da religião subversiva, como participação e estímulo à ação ativa como sujeito social, e atualizando mecanismos da religião da ordem, substituindo o antigo afastamento e recusa à vida política, por um interesse e implicação ativa no campo. Há, portanto, um estímulo ao compromisso social às avessas, engajado em fortalecer a ordem estabelecida, envolvendo os fiéis como figuras imprescindíveis para agir por esta tarefa. O pentecostalismo estabelece, então, uma nova forma como religião da ordem que se comporta como espécie de “religião da ordem reacionária”, comprometida com a ideologização da ordem social, alinhada aos ideais neoliberais, promotora de uma política teocrática e difusora de explicações individualistas sobre noções de sucesso e fracasso social.

Cabe pontuar que, como em qualquer fenômeno social, há forças divergentes e elementos de contradição no interior do movimento pentecostal. São exemplos a atuação política de Marina Silva, cuja trajetória foi influenciada pela Teologia da Libertação e de outras lideranças políticas que se declaram progressistas, como Aava Santiago. Há igrejas que tensionam o fundamentalismo prevalente no meio pentecostal, como a Nova Esperança, uma “igreja inclusiva”, isto é, que não condena a homossexualidade como pecado (Santos, 2022). Há, então, possibilidades de expressão religiosa subversiva no interior do pentecostalismo? É provável que sim, mas são minoritárias e parecem não constituir reais tendências dentro do segmento religioso. Além disso, persiste a necessidade de analisar mais profundamente estas manifestações divergentes de modo a considerar se são, realmente, princípios de uma religiosidade subversiva ou sementes de novas formas de manutenção da ordem.

## Referências

- ALESSI, G. Os 89.000 reais pagos a Michelle Bolsonaro são a ponta do iceberg em esquema envolvendo dinheiro vivo. *El País*, 24 de ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-24/os-89000-reais-pagos-a-michelle-bolsonaro-sao-a-ponta-do-iceberg-em-esquema-envolvendo-dinheiro-vivo.html>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- ALMEIDA, R. G. **Formação (a)crítica de sujeitos na luta por direitos: sentidos e significados atribuídos por militantes de um movimento de moradia**. 2022. 183 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- ANDERSON, A. **An introduction to pentecostalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRISTÃOS NA CIÊNCIA. Sobre nós. **ABC<sup>2</sup>**, 2023. Disponível em: <https://www.cristaosnaciencia.org.br/quem-somos>. Acesso em: 07 ago. 2023.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JURISTAS EVANGÉLICOS - ANAJURE. Missão, objetivos e declaração de princípios. **Anajure**, 2023. Disponível em: <https://anajure.org.br/missao-objetivos-e-declaracao-de-principios/>. Acesso em: 07 ago. 2023.
- CONRADO, F. C. Quem crê em Cristo, diz sim à vida? As igrejas e o desarmamento. *Comunicações do ISER*, n. 62, p. 74-85, 2006.
- D'AGOSTINO, R. Datafolha para prefeito no Rio por sexo, renda, escolaridade, idade e religião. *G1*, 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/datafolha-para-prefeito-no-rio-por-sexo-renda-escolaridade-idade-e-religiao.html>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- DANTAS, B. S. Igreja Universal do Reino de Deus: ideologia político-religiosa da maior denominação neopentecostal do Brasil. *In*: SANDOVAL, S. M.; HUR, D. U.; DANTAS, B. S. A. (Orgs.). **Psicologia Política: temas atuais de investigação**. Campinas: Alínea Editora, 2014.
- DICIONÁRIO MICHAELIS. Glossolalia. **Dicionário Michaelis**, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/glossolalia/>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- DUARTE, A. Demógrafo diz que até 2030, católicos devem ser menos de 50%. *O Globo*, 01 jul. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/demografo-diz-que-ate-2030-catolicos-devem-ser-menos-de-50-5362149>. Acesso em: 24 ago. 2023.

EVANGELISTA, A. C. Desvendando o voto evangélico. **Piauí**, 15 ago. 2022. <https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/desvendando-o-voto-evangelico/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FELIX, P. 'Fiz uma metáfora contra ideologia de gênero', diz Damares sobre vídeo. **Estadão**, 03 jan. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares-alves/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

FRESTON, P. A religião e as eleições municipais brasileiras de 2016: a verdadeira novidade. **Debates do NER**, v. 2, n. 32, p. 81-86, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.80057>.

FRESTON, P. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, A. *et al.* (Orgs.). **Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do Pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-142.

FRESTON, P. Contours of Latin American Pentecostalism. In: LEWIS, D. M. (Ed.). **Christianity Reborn: the global expansion of evangelicalism in the twentieth century**. Cambridge: Eerdmans, 2004. p. 221-272.

GLOCAL ACELERADORA. Acelerados - conheça e envolva-se com as organizações aceleradas. **Glocal Aceleradora**, 2023. Disponível em: <https://aceleradora.glocal.org.br/acelerados/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

GUADALUPE, J. L. P. "El hermano no vota al hermano": La inexistencia del voto confesional y la subrepresentación política de los evangélicos en América Latina. **Ciencias Sociales y Religión**, v. 22, e020016-e020016, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/csr/article/view/13755>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GUADALUPE, J. L. P. ¿Políticos evangélicos o evangélicos políticos? Los nuevos modelos de conquista política de los evangélicos. In: GUADALUPE, J. L. P.; GRUNDBERGER, S. (Orgs.). **Evangélicos y poder en América Latina**. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung y Instituto de Estudios Social Cristianos, 2018. p. 11-106.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. **IBGE**, 2010. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf). Acesso em: 24 ago. 2023.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. Evangélicos à esquerda no Brasil - entrevistas com lideranças e coletivos nas eleições de 2022. **ISER**, 2021. Disponível em: [https://iser.org.br/wp-content/uploads/2021/12/comunicacoesiser\\_73\\_2021-1.pdf](https://iser.org.br/wp-content/uploads/2021/12/comunicacoesiser_73_2021-1.pdf). Acesso em: 24 ago. 2023.

- INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. Religião e Voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020. ISER, 20 dez. 2022. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/iser-divulga-resultados-da-pesquisa-sobre-candidaturas-com-identidade-religiosa-nas-eleicoes-municipais-de-2020/>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- LEUNG, P. Y. Conversion, commitment, and culture: christian experience in China, 1949-99. *In*: LEWIS, D. M. (Ed.). **Christianity Reborn: the global expansion of evangelicalism in the twentieth century**. Cambridge: Eerdmans, 2004. p. 87-107.
- LEVINE, D. H. Conclusion: Evangelicals and democracy – the experience of Latin America in context. *In*: FRESTON, P. (Ed.). **Evangelical christianity and democracy in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 207-224.
- LIMA, D. O. "Trabalho", "mudança de vida" e "prosperidade" entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. **Religião & Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 132-155, 2007.
- LIMEIRA, A. F. M.; ANDRADE, M. O. Eco(Teo)logia: discurso teológico ambiental x prática comunitária evangélica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, p. 189-204, 2013.
- MACHADO, M. D. C. A identidade evangélica em disputa. **Debates do NER**, v. 1, n. 39, p. 83–89, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.116167>
- MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.
- MARQUES, J. STF anula condenação de Eduardo Cunha na Lava Jato a 16 anos de prisão. **Folha de São Paulo**, 29 mai. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/05/stf-anula-condenacao-de-eduardo-cunha-na-lava-jato-a-16-anos-de-prisao.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- MARTÍN-BARÓ, I. **Culpabilidad religiosa en un barrio popular**. Tesis (Licenciatura en Psicología) - Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, San Salvador, El Salvador, 1975.
- MARTÍN-BARÓ, I. De la conciencia religiosa a la conciencia política. **Boletim de Psicologia (El Salvador)**, v. 16, p. 72-81, 1985.
- MARTÍN-BARÓ, I. Del opio religioso a la fe libertadora. *In*: MONTERO, M. (Ed.). **Psicología política latinoamericana**. Venezuela: Panapo, 1987. p. 229-268.
- MARTÍN-BARÓ, I. **Dios y el materialismo dialéctico**. Biblioteca de Teología "Juan Ramón Moreno". Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, 1965b.

MARTÍN-BARÓ, I. El Liderazgo de Monseñor Romero (Un análisis psico-social). *Estudios Centroamericanos*, v. 36, n. 389, p. 152-172, 1981.

MARTÍN-BARÓ, I. La religión, ese opio del pueblo. *Magazine dominical de El Espectador* (Bogotá), 1965a. Disponível em: <https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/La-religion-ese-opio-del-pueblo.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

MARTÍN-BARÓ, I. *Monseñor: una voz para un pueblo pisoteado*. UCA Editores, 1980.

MARTÍN-BARÓ, I. *Ópio religioso*. Alternativa UCA, 1976.

MARTÍN-BARÓ, I. Religion as an instrument of psychological warfare. *Journal of Social Issues*, v. 46, n. 3, p. 93-107, 1990.

MCGRATH, A. E. *Christianity - An introduction*. 3 ed. Austrália: Wiley Blackwell, 2015.

MCGRATH, A. E. *Teologia sistemática, histórica e filosófica: uma introdução à teologia cristã*. São Paulo: Shedd, 2005.

MORAIS, I. J. *O protestantismo pentecostal em Goiânia: de 1970 a 2002*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

NOLL, M. A. Evangelical identity, power, and culture in the “great” nineteenth century. In: LEWIS, D. M. (Ed.). *Christianity reborn: the global expansion of evangelicalism in the twentieth century*. Cambridge: W. B. Eerdmans, 2004. p. 31-51.

ROSAS, N. G. M. B. *Representações e desdobramentos da caridade da Igreja Universal do Reino de Deus*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SABÓIA, G. Corrupção no MEC: entenda o caso e saiba quem são os personagens. *O Globo*, 24 jun. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/06/corruptcao-no-mec-entenda-o-caso-e-saiba-quem-sao-os-personagens.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SANTOS, A. A. *SER LGBTI+ negro/a pentecostal: um estudo da igreja inclusiva Nova Esperança em São Paulo (2004-2019)*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2022.

- SANTOS, P. J. "Terceiro Setor": particularidades das Organizações Evangélicas que prestam serviços no campo da assistência social no município de Juiz de Fora. **Anais dos simpósios da ABHR**, v. 12, n. 1. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/183>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- SANTOS, V. B. **Origem e institucionalização da Igreja Metodista Wesleyana**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SEMAN, P. ¿Quienes son? ¿Por qué crecen? ¿En qué creen? Pentecostalismo y política en America Latina. **Nueva Sociedad**, n. 280, p. 26-46, 2019.
- SENRA, R. Eleições 2022: 'Evangélica de berço, minha mãe de 70 anos agora pensa em ter arma'. **BBC Brasil**, 30 set. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63093694>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- SILANO, A. K.; FONSECA, B. Justiça recebeu mais de 200 denúncias de propaganda religiosa irregular nas últimas eleições. **Agência Pública**, 12 jun. 2019. Disponível em: <https://acesse.dev/v6o6H>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- SILVA, C. G. ANAJURE: **A defesa do ensino confessional no estado laico - Um estudo sobre o posicionamento da Associação Nacional de Juristas Evangélicos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, 2021.
- SIUDA-AMBROZIAK, R. A religião e política no Brasil contemporâneo – o caso das eleições presidenciais de 2010. **Revista del CESLA**, n. 17, p. 101-115, 2014.
- SPYER, J. **Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam**. São Paulo: Ed. Geração, 2020.
- STOTT, J. **A verdade do Evangelho: um apelo à unidade**. São Paulo: ABU Editora, 2000.
- WARD, W. R. Evangelical identity in the eighteenth century. In: LEWIS, D. M. (Ed.). *Christianity reborn: the global expansion of evangelicalism in the twentieth century*. Cambridge: W. B. Eerdmans, 2004. p. 11-30.

## Capítulo 3

---

### Realismo pandêmico e as contradições do fatalismo na modernidade tardia

Pablo Pamplona  
*Universidade de São Paulo (USP)*

#### O realismo pandêmico de Jair

O primeiro registro de morte por Covid-19 no Brasil ocorreu em 17 de março de 2020. Não foram divulgadas informações sobre a vítima, a não ser que se trata de um homem de 62 anos. Foi o primeiro morto sem nome da pandemia no Brasil. Até então, o país tinha 291 casos de contaminação confirmados pelo Ministério da Saúde, ou 346 casos segundo as secretarias estaduais (G1, 2020a).

No mesmo dia, o então presidente Jair Bolsonaro disse em entrevista para a Rádio Tupi do Rio de Janeiro: “Agora, o que tá errado é a histeria, como se fosse o fim do mundo. Tá? E uma nação, o Brasil por exemplo, só estará livre desse vírus né, o cororovírus aí [sic], quando? Quando um certo número de pessoas for infectado e criar anticorpos” (áudio original em Leite, 2020). A fala traduz a estratégia intencionalmente adotada pelo governo federal de acelerar o contágio para visar uma “imunidade de rebanho” (Ventura; Reis, 2021), estratégia que se provou falha e mortífera. Como se sabe, a mortalidade por Covid-19 no Brasil foi quatro vezes maior do que a média mundial (Fiocruz, 2022).

Menos de duas semanas depois, em 29 de março, o país já contabilizava 4.309 casos de contaminação e 139 mortes (G1, 2020b). Foi nesse dia que, depois de provocar aglomerações e contrariar as orientações de isolamento social pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo seu próprio Ministério da Saúde, Jair declarou: “Essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a

realidade. É a vida. Tomos nós iremos morrer um dia” (G1, 2020c). O que explica o salto lógico de Jair, que de repente vai de “vamos enfrentar o vírus” para “todos nós iremos morrer um dia”? A morte de cada ser humano é mesmo inevitável, mas isso não justifica sua aceleração em massa.

O Brasil foi um dos primeiros países a enfrentar protestos contra as medidas de isolamento social, como a “carreata” de 27 de março organizada pelo empresário Luciano Hang (Antunes, 2020) e outras carreatas – com carros de luxo – no dia seguinte. Sob o signo do bom funcionamento da máquina econômica, as mortes deveriam ser aceitas como um destino inevitável. Não existiria uma alternativa “realista”, como sugere Jair, à simples conservação do trabalho tal como era organizado antes da pandemia. Seus apoiadores parecem ter assumido uma atitude fatalista em face da tragédia, pois conformaram-se com a fatalidade do morticínio em massa. Ao mesmo tempo, alguns deles assumiram uma atitude pró-ativa, anticonformista, para reivindicar o cumprimento do destino inevitável da morte. Como explicar esse aparente contrassenso?

### Atitude fatalista segundo Martín-Baró

O conceito de *fatalismo*, desenvolvido por Martín-Baró no texto *O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano* (2017), é uma importante chave para a compreensão das dinâmicas de poder no Brasil contemporâneo. O texto é dividido em quatro partes. (1) Como fazia frequentemente em seus textos, Martín-Baró começa com uma breve contextualização de El Salvador. Lista uma série de absurdos da história recente do país (a década de 1980), situa a discussão no contexto da guerra civil e problematiza a justificação da injustiça e violência, que, entre tantos absurdos, são tratadas como um simples dado imutável da realidade. “Este aparente encantamento do tempo histórico para os povos latino-americanos parece converter as realidades sociais em natureza física. [...] Lançados aqui, sem memória histórica ou projeto de vida, parece que aos povos latino-americanos não resta nada mais do que a perspectiva da aceitação fatalista de seus destinos” (2017, p. 174-175).

A partir daí, ele sugere um enquadramento ao conceito de fatalismo: “A compreensão fatalista sobre a existência [...] pode ser compreendida como uma atitude básica, como uma maneira de se situar diante da própria vida” (2017, p. 175). Martín-Baró mesmo dedicou um capítulo de seu livro *Acción e Ideología* (2001, p. 241-298) à descrição e crítica dos estudos sobre as “atitudes” pela Psicologia Social. Desde o trabalho de Gordon Allport, de forma geral, a atitude é entendida como uma predisposição a pensar, sentir e se comportar de certa maneira em relação a certo objeto. Na mesma linha de raciocínio, Martín-Baró propõe uma síntese descritiva do que considera o “triplo caráter ideacional, afetivo e comportamental” (2017, p. 175) da atitude fatalista. Retorno a essa descrição mais adiante.

Na sequência, (2) Martín-Baró revisa a discussão sobre o fatalismo na América Latina e critica as teorias hegemônicas, que, segundo ele, tratavam o fatalismo como um traço essencial do “caráter” latino ou da “cultura da pobreza”, e não como um produto histórico. Essas teorias, assim, reproduzem uma “psicologização do fatalismo”. (3) Para contrapor esses modelos, propõe uma análise do fatalismo pela sua “funcionalidade política”. Destaca que o fatalismo carrega um caráter ideológico e serve aos interesses da classe dominante. Por fim, (4) sugere três elementos para a eliminação do fatalismo na sociedade: a recuperação da memória histórica, a organização popular e a prática revolucionária.

### O encantamento do tempo histórico na modernidade tardia

Com o artigo *El rostro bifronte del fatalismo*, de Blanco e Díaz (2007), fica evidente uma falha na conceituação de Martín-Baró, que, em sua síntese descritiva, sugeriu: “No interior dos marcos de referência dos povos latino-americanos, predominantemente religiosos, a definição do destino das pessoas é atribuída a Deus” (2017, p. 176). Um suposto fator religioso do fatalismo restringiria o fatalismo a estratos pobres da população. Blanco e Díaz sugerem que também a classe média e mesmo “os principais protagonistas e máximos beneficiários da modernidade” têm perdido a sensação de controle sobre seu próprio destino, o que

afeta seu “estado de ânimo” (2007, p. 552, trad. minha) e forma a expressão de um fatalismo que não se sustenta mais na crença em Deus. Haveria, segundo os autores, um fatalismo *coletivista* “como atitude submissa a um destino inevitável” (o fatalismo religioso descrito por Martín-Baró) e um *individualista* “como o colapso da ideia de controle, certeza e segurança que rodeia a vida nas sociedades de risco global” (2007, p. 557). O fatalismo individualista seria decorrente da falta de controle sobre a própria vida, da atomização do sujeito moderno e da alienação do trabalho. Esta é a mais importante e bem conhecida tentativa de articular a conceituação de Martín-Baró ao esgotamento de sentido histórico que se manifesta na modernidade. Mas sua distinção dualista recai nos estereótipos da oposição binária entre o “moderno” e o “pré-moderno”, para a qual a coletividade e a religiosidade teriam influência mínima ou nula sobre o indivíduo moderno. A distinção dualista pouco nos ajuda a compreender a variedade de formas como a atitude fatalista pode se expressar, tampouco se há algum ponto de síntese ou intersecção entre essas variedades. Mesmo por sua importante contribuição, o trabalho de Blanco e Díaz merece ser questionado e o próprio texto de Martín-Baró já é uma boa fonte para isso.

“O fatalismo supõe a mistificação das forças históricas como natureza ou como Deus. [...] A alienação da consciência no fatalismo é perpetuada pela referência a símbolos absolutos, inalcançáveis e imutáveis, que entranham, inclusive, a manipulação ideológica da simbologia cristã” (Martín-Baró, 2017, p. 195-196). No significado social da atitude fatalista, as forças que determinam o “futuro inevitável e trágico” da sociedade (2017, p. 175) não precisam ser Deus, podem ser a natureza ou até o “sistema”, desde que seja preservado seu caráter mítico. Quando a Igreja enquadra acontecimentos reais, como a ocupação de Israel sobre a Palestina e o aquecimento global, como “sinais” da chegada do Apocalipse, ela se vale de dados reais para validar o mito. Frequentemente vemos acontecer também o inverso: se valer do mito para validar uma realidade específica. Enquanto é verdadeiro que o aquecimento global e o esgotamento de recursos do planeta podem

acarretar num futuro trágico para a humanidade, é falso assumir esse futuro como inevitável.

Como já sugeria Walter Benjamin, o capitalismo deve ser compreendido como uma *religião*, melhor dizendo, “uma religião puramente cultural” em que “todas as coisas só adquirem significado na relação imediata com o culto” e que extraiu “do cristianismo a quantidade suficiente de elementos míticos para constituir o seu próprio mito” (2013, p. 21-23). O colapso da União Soviética e a “vitória” do projeto neoliberal parece dar um novo sentido a esse mito. Cresce uma sensação compartilhada de exaustão ou estagnação do tempo histórico, como aparece nas teses sobre o “fim da história”, o “fim das grandes narrativas” ou a “pós-história”. Segundo Hartmut Rosa, as mudanças entre diferentes eras históricas são objeto antigo de discussão, mas o diagnóstico de fim das eras, que marca a modernidade tardia, é “historicamente inédito”, pois se trata de “uma ruptura de época sem uma visão correspondente de um recomeço cultural, conseqüentemente sem uma ligação plena de sentido entre passado, presente e futuro” (2019, p. 31). Como observa Eduardo Colombo, o colapso da União Soviética não significa um “fim das ideologias”, como predizia o sociólogo Daniel Bell, mas sim o domínio da ideologia neoliberal, “de onde se resulta o problema fundamental de nossa época, que é a passividade geral dos indivíduos frente ao reino absoluto da ideologia dominante” (2017, p. 55).

A passividade, no entanto, não é estável. Em outro artigo que busca atualizar o conceito de fatalismo, Costa e Mendes chegam a sugerir que ele teria “uma faceta de contestação à ordem” (2020, p. 688) ou, em outras palavras: “o fatalismo é, dialeticamente, a expressão da miséria real e o protesto contra ela” (2020, p. 694). Para esses autores, Martín-Baró destaca demais a face conformista do fatalismo: “Os poucos processos revolucionários e de rebelião são vistos por ele como processos de semiconsciência” (2020, p. 684). No começo de *O latino indolente*, ainda de forma expositiva, Martín-Baró diz que os latino-americanos “parecem” viver um “cochilo forçado”, “sem que a semiconsciência de sua situação permita criar outra coisa que não

solavancos esporádicos, como quem se agita para não cair totalmente no sono” (2017, p. 174). Depois elabora: “a tendência à rebelião não é, por si só, uma negação do fatalismo, mas pode, até mesmo, ser sua confirmação: o fatalismo afirmado no dia a dia somente é posto em questão pela rebeldia violenta e circunstancial que, em geral, termina retornando ao canal da ‘normalidade fatal’” (2017, p. 180). De fato, termina aí a elaboração do que seria essa rebeldia, mas Martín-Baró não se refere em momento algum a revoluções como processos de semiconsciência. Há uma óbvia diferença entre a “rebeldia circunstancial” e a “prática revolucionária”, que é tratada no último parágrafo do texto como o “aspecto fundamental para a superação do fatalismo” (2017, p. 199). Já a rebeldia, *por si só*, não produz nada, não modifica a realidade nem lhe dá novo sentido, só a reforça e confirma sua inevitabilidade, pois é logo frustrada se não encontra canal para a organização libertadora. Martín-Baró sinaliza que há uma comodificação da rebeldia.

Ainda quando as contradições do capitalismo são percebidas, resta a sensação de que “não há alternativa” realista ao capitalismo. No famoso texto *Realismo capitalista*, Mark Fisher (2020) observa que a passagem do fordismo para o pós-fordismo foi marcada por um sentimento de insatisfação com as velhas estruturas do capitalismo, com seu ritmo monótono de produção e com a burocratização dos sindicatos. O desejo de emancipação teria sido capturado pelo neoliberalismo que, desde a década de 1970, promete uma vida de possibilidades infinitas através do esforço individual. O neoliberalismo cumpre o contrário do que promete, mas se abre para uma forma cínica de “autocrítica”, desde que essas críticas não levem a processos de ruptura. Como os produtos culturais que se vendem como “realistas” quando montam o retrato de uma realidade corrupta e violenta, a noção de realismo capitalista empregada por Fisher diz respeito a uma “espécie de mito antimítico”, segundo o qual o mundo real, despido de utopias e de “ilusões sentimentalóides”, revelaria “uma guerra *hobbesiana* de todos contra todos, um sistema de perpétua exploração e de criminalidade generalizada” (2020, p. 20-21). O capitalismo pode não

ser o melhor dos mundos, mas seria a expressão máxima dessa realidade. Entre diversos exemplos para ilustrar e compor seu argumento, Fisher faz a seguinte observação sobre a juventude da Inglaterra:

Enquanto os estudantes franceses ainda podem ser vistos nas ruas protestando contra o neoliberalismo, o estudante inglês, cuja situação é incomparavelmente pior, parece estar resignado ao seu destino. Não por uma questão de apatia, nem de cinismo, mas de *impotência reflexiva*. Eles sabem que as coisas vão mal, mas mais do que isso, ‘sabem’ que não podem fazer nada a respeito. No entanto, esse ‘conhecimento’, esta reflexão, não é uma observação passiva de um estado das coisas já existente. É uma profecia autorrealizável (2020, p. 43, *itálico do autor*).

A semelhança dessa passagem à análise de Martín-Baró sobre o fatalismo é evidente não só pelo tema da resignação ao destino, mas também porque Martín-Baró caracterizou o fatalismo exatamente como “uma dessas profecias autorrealizáveis, já que provoca aquilo que postula: a impossibilidade de alterar o rumo da própria existência ou de controlar as circunstâncias que determinam a vida de cada um” (2017, p. 182). Não é mera coincidência, mas expressão de duas análises qualificadas, em lugares e tempos diferentes, sobre o mesmo fenômeno. As duas críticas se estendem ainda ao problema do sofrimento psíquico. Segundo Fisher, no capitalismo tardio, o ritmo monótono do trabalho fordista é substituído pela repetição e pelo pastiche, de forma que a vida de possibilidades infinitas se torna, ao contrário, uma oscilação “entre a excitação maníaca incontrolada [...] e quedas depressivas” (2020, p. 64). A frustração entre a promessa de emancipação e o aprofundamento das injustiças gera sofrimento e chama por uma politização da questão da saúde mental.

Para além do que podemos reconhecer como a expressão de um fatalismo neoliberal ou tardomoderno, a análise de Fisher remete à de Marx sobre o fetichismo da mercadoria. No posfácio da edição brasileira do livro, Marques e Gonsalves comentam: “Na medida em que os indivíduos participam do capitalismo, e o reproduzem sem saber que o fazem, esse automatismo é confundido com um fato da natureza. Assim,

o capitalismo não é visto como um sistema social particular, historicamente definido e contingente, que teve um começo e pode ter um fim" (2020, p. 184). Pela fetichização, não é "a mercadoria que está a serviço de nossas necessidades e sim, as nossas necessidades é que estão submetidas, controladas e manipuladas pela vontade e inteligência do universo das mercadorias" (Carone, 2001, p. 25). Desde Marx encontramos a crítica de uma aparente contradição nas estruturas sociais: elas são ao mesmo tempo míticas e opacas, encantadas e desencantadas.

Com o fetichismo da mercadoria, a estrutura social do capitalismo parece ganhar uma força transcendente e inatingível que só pode se sustentar através do constante culto do capital, que se dá de maneira *coletiva*. Na vida desencantada do neoliberalismo, o fatalismo não é explicado tanto pela imagem de um Deus todo-poderoso, quanto pela mistificação das estruturas do capitalismo sustentada no seu culto permanente (Benjamin, 2013). Os ritos são diversos e não passam apenas pelo consumo, como também pelo "sacrifício" de grupos sociais e etnias inteiras para "alimentar a economia".

### Para além da síntese descritiva do fatalismo em Martín-Baró

Martín-Baró apresenta uma análise aguçada de um problema real que chama nossa atenção mais de 30 anos depois e que encontra eco em experiências do Norte global, o que indica não só a relevância do conceito, como também a importância de aprimorá-lo.

Antes de tudo, é preciso reconhecer que a distinção de "ideias, sentimentos e comportamentos" proposta por Martín-Baró (Tabela 1) dizia respeito à realidade de seu tempo e local. Sua síntese descritiva reverberou mais que a análise sobre a funcionalidade política do fatalismo, sendo citada – muitas vezes a própria tabela, que reproduzo abaixo – em uma variedade de trabalhos que têm o texto *O latino indolente* como fundamento teórico (ver, por exemplo: Sánchez, 2005, p. 59-60; Blanco; Díaz, 2007, p. 555; Guzzo; Lacerda Júnior, 2007, p. 234; Cidade, 2015, p. 115; Costa; Mendes, 2020, p. 686). Decorre disso que o

fatalismo passa a ser frequentemente tratado como sinônimo da forma como ele parecia se manifestar em El Salvador na década de 1980: “fatalismo é definido por Martín-Baró como um conformismo que se relaciona com a ideia de um destino fatal” (Costa; Mendes, 2020, p. 684). Esse tipo de exposição simplista e o foco excessivo na síntese descritiva contrariam a elaboração do próprio autor no mesmo texto, que já reconhecia “que é possível encontrar uma forma distinta de analisar essa realidade existencial e, portanto, que as características destacadas não devem ser coisificadas como entidades em si mesmas” (Martín-Baró, 2017, p. 177). Como se pode notar pelo núcleo do texto – a exposição de teorias que “psicologizam” o fatalismo e depois, em contraste, a análise de como o fatalismo cumpre uma função política –, o objetivo do autor era oferecer uma alternativa científica e rigorosa à concepção do fatalismo como um traço de essência dos povos latino-americanos. Para isso, considerou necessário recorrer a uma definição esquemática, mas esta apresenta sérias lacunas e desvia o foco da análise de trabalhos posteriores.

Tabela 1: Triplo caráter da atitude fatalista

| <b>Ideias</b>                                                     | <b>Sentimentos</b>                                                | <b>Comportamentos</b>                                             |
|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| A vida está predefinida.                                          | Resignação frente ao sofrimento.                                  | Conformismo e submissão.                                          |
| A própria ação não pode mudar o destino fatal.                    | Não deixar-se afetar, nem emocionar pelas circunstâncias da vida. | Tendência a não fazer esforços, à passividade.                    |
| Um Deus distante e todo-poderoso decide o destino de cada pessoa. | Aceitação do sofrimento causado pela dureza do próprio destino.   | Presentismo, sem memória do passado e nem planejamento do futuro. |

Fonte: Martín-Baró (2017, p. 177)

Em primeiro lugar, a *ideia* fatalista de que Deus “decide o destino de cada pessoa” tornaria o fatalismo obsoleto ou quase inexistente no capitalismo tardio, quando mesmo nas igrejas predomina uma ideologia empreendedora que abrange a possibilidade de “superação” de todas as dificuldades pelo esforço isolado de cada indivíduo. Ao mesmo tempo, no entanto, o empreendedorismo reproduz o mesmo encantamento de um tempo social que parece imutável, já que a agência individual permanece restrita ao horizonte do capitalismo. Em segundo

lugar, a respeito dos *sentimentos*, a apatia descrita na segunda linha da tabela (“não deixar-se afetar”) contradiz a “aceitação do sofrimento” na primeira e terceira linhas. A simulação de vidas sempre alegres nas redes digitais indica, ao contrário, uma recusa total do sofrimento que, no entanto, também preserva o tempo como a-histórico. Por fim, quando se trata da lista de *comportamentos*, se o fatalismo se manifesta apenas na forma de “conformismo”, “submissão” e “passividade”, permanece sem resposta qual é o espaço para a rebeldia circunstancial nessa atitude. A elaboração dessa síntese pelo autor parece não apenas datada, como também, em certa medida, contraditória.

Como dizia, Martín-Baró descreve o fatalismo em termos de atitude, um conceito estabelecido na Psicologia Social e discutido por ele próprio. Ele adota aquilo que chama de “concepção tridimensional” das atitudes (2001, p. 276), isto é, o entendimento de que a atitude é uma síntese de ideias, sentimentos e comportamentos em relação a certo objeto. Contudo, como ele sugere no livro *Acción e Ideología*, independente da diversidade de formas como cada atitude pode se manifestar, é essencial definir seu sentido enquanto totalidade. “O conceito de atitude constitui um esforço científico para encontrar na pessoa a razão suficiente de seus comportamentos e remitar a um mesmo princípio a diversidade de seus atos no tempo e no espaço” (2001, p. 281, trad. minha).

Com o avanço do neoliberalismo e a continuidade das manifestações do fatalismo na modernidade tardia, torna-se necessário identificar o que, para além daquelas “ideias, sentimentos e comportamentos” identificados em El Salvador na década de 1980, constitui o princípio fundamental da atitude fatalista. Pois diversas análises demonstram ser viável falar em fatalismo mesmo em uma época de empreendedorismo, “curtidas” e rebeldias circunstanciais; e, se é esse o caso, o fatalismo não pode ser reduzido à religiosidade, à aceitação do sofrimento nem ao conformismo. O *essencial* para a compreensão do fatalismo não está na manifestação de ideias, sentimentos e comportamentos, que podem variar de acordo com a realidade histórica

de cada sujeito, mas (1) no *objeto* a que se refere, (2) na sua *raiz* ou origem e (3) nos *interesses* a que serve.

### Fatalismo: seu objeto, sua raiz, os interesses

(1) O fatalismo é uma atitude negativa perante o tempo, tido como a-histórico, que resume passado, presente e futuro a uma noção trágica e determinista que é comumente traduzida em termos como “destino” ou “ordem natural das coisas”. (2) O fatalismo é resultado de uma realidade de opressão e estreitamento forçado das possibilidades de vida. Torna-se fatalista quem vê toda abertura para a mudança ser insistentemente impedida. (3) De forma cíclica, o fatalismo naturaliza a injustiça como simples dado da realidade e facilita sua perpetuação, servindo aos interesses políticos da classe dominante.

Ainda que possa ser aprimorada, acredito que essa pode ser uma descrição útil para a análise do fatalismo. No entanto: “A atitude como tal não é visível nem diretamente observável. Trata-se de uma estrutura hipotética, um estado considerado como próprio da pessoa, mas cuja existência só pode ser verificada através de suas manifestações” (Martín-Baró, 2001, p. 248-249). Por isso, o “esforço científico para encontrar a razão suficiente” da diversidade de manifestações pede a análise de uma manifestação contraditória do fatalismo. Recorro a uma análise da extrema-direita, não porque ela oferece um exemplo notório de fatalismo, mas, pelo contrário: ela é frequentemente inconformada e surpreendentemente antirreligiosa.

#### (1) Objeto: Tempo tido como a-histórico

O realismo pandêmico de Jair e seus seguidores é uma forte expressão de fatalismo que não é conformista e que, na busca por uma suposta superioridade racional, renega a religião. O “mito” do realismo capitalista é “antimítico” (Fisher, 2020) porque recusa não só Deus, como toda noção de realidade para além desta realidade presente, em prol de uma perspectiva pretensamente “racionalista”. Ainda assim, reproduz mitos antigos, como a noção de que os povos sem Estado viveriam em

situação de caos e guerra constante, noção esta que, embora tenha sido popularizada por um famoso homem branco do século XVII, não encontra validade científica (Graeber; Wengrow, 2021).

A expressão mais perfeita disso é uma fala bem conhecida de Jair em 19 de abril de 2021: “Tem uma passagem bíblica, se não me engano, de quando Jesus dividiu o pão. Depois deu uma desaparecidinha, né. Daí o povo foi atrás de Jesus, e pra quê? Pra mais benefícios pessoais. Fizeram uma ligação com o PT dando o bolsa-isso, bolsa-aquilo? É o ser humano que tá aí” (Cartacapital, 2021). A fala teve grande repercussão pela comparação do Partido dos Trabalhadores ao próprio Jesus Cristo. O que não chamou tanta atenção, talvez pela banalidade disso quando vem de Jair, é a arrogância de quem se acha muito conhecedor da natureza humana, muito melhor conhecedor do que o próprio Deus. Jair parece uma versão farsesca de um personagem de Dostoiévski. Na história *O Grande Inquisidor*, Cristo ressurge na Espanha do século XVI, durante a Inquisição, no meio de uma multidão e é reconhecido por todos. Um cardeal também o reconhece e, imediatamente, manda prendê-lo e decide queimá-lo na fogueira no dia seguinte. Na cela da prisão, o cardeal faz um longo monólogo para justificar suas ações de tirano; argumenta que “Ele”, Jesus – que fica em silêncio diante do cardeal –, não entendeu a verdadeira natureza do ser humano, pois o humano não poderia viver com amor e liberdade, como Cristo desejou, ele precisaria ser governado pela força e pelo medo. Talvez Jesus fosse até bem intencionado, mas – para retornar a Mark Fisher – seu projeto era cheio de “ilusões sentimentaloides”. Deus não é realista. Como sugere Jair, “o ser humano que tá aí” é um ser humano folgado e egoísta que poupa esforços ao máximo, que tira vantagem dos outros sempre que pode, que *se dá a mão quer o braço*: à imagem e semelhança do próprio Jair. Quando Narciso diz “Deus acima de todos”, vale questionar a que Deus ele se refere.

A concepção de uma natureza humana fechada na lógica de busca egoísta por benefícios pessoais, desde a época de Cristo até hoje, é a manifestação de uma noção de tempo a-histórico. Não há qualquer complexidade em termos de compreender as diferenças culturais entre

esses tempos históricos, muito menos em compreender quais são as implicações das estruturas de poder nas relações das pessoas. Se o fatalismo é uma atitude direcionada a um objeto, esse objeto não é Deus, mas o tempo convertido em *a-histórico* pela percepção da imutabilidade das forças que guiam a história. Passado e futuro são reduzidos a uma única lógica que é reconhecível nas estruturas sociais do presente; o atual é traduzido como real.

O fatalismo é uma atitude entre outras que diz respeito a um objeto entre outros. Ele tem limites e não abrange toda forma de ser e agir da extrema-direita; não explica, por exemplo, o machismo e a xenofobia. Mas ajuda a compreender de onde vem essa estranha semelhança entre o inconformismo conservador e o conformismo. Nos dois casos, tudo deve seguir “seu ciclo predeterminado, cujas mudanças são apenas aquelas impostas pelas mínimas exigências evolutivas. As coisas são como são, como foram ontem e como serão amanhã” (Martín-Baró, 2017, p. 174-175). A rebeldia circunstancial aparece quando torna-se necessário forçar que as coisas permaneçam sendo “como são”.

## (2) Raiz: Opressão e estreitamento forçado das possibilidades de vida

No fatalismo: “Somente o presente importa e não pela plenitude vivencial que buscava o poeta latino (*carpe diem*), mas pelo estreitamento forçado das possibilidades de vida” (Martín-Baró, 2017, p. 175). O termo *força* é central aqui. Na medida em que as experiências e narrativas dos povos são apagadas – ou, para colocar de forma crítica: *exterminadas* –, apaga-se também o seu papel como agentes de mudança, o que abre caminho para a naturalização da injustiça e da opressão como dados imutáveis da realidade. Segundo Paulo Freire (2018), o fatalismo é resultado de uma situação histórica e sociológica. A atitude fatalista, que há muito tempo é atribuída aos latino-americanos, não é uma característica inerte desses povos, mas sim uma expressão da dominação colonial. Martín-Baró, inspirado em Paulo Freire e Frantz Fanon, sugere que “esta dominação não se torna estável, enquanto não se converter em concepção de vida e, ainda mais, em *senso comum*. A colonização social somente consegue se enraizar quando é articulada

ideologicamente na memória de pessoas e grupos, ficando, assim, justificada". Assim, o processo histórico passa a ser tratado como a ordem natural das coisas e a "violência imposta pelo colonizador é introjetada pelo colonizado" (2017, p. 193).

A opressão reduz a apreensão da realidade e as opções percebidas como possíveis para a ação, produzindo a experiência de tempo a-histórico. Confrontados com uma força coercitiva sistemática que continuamente impede sua agência e mobilidade social, os oprimidos são privados de informações sobre a historicidade de seu próprio ambiente. O fatalismo oferece sentido a essa experiência muito concreta de realidade, na qual qualquer tentativa de transformação é impedida pela força. Ele é um resultado da violência estrutural, ao mesmo tempo que reforça a opressão por funcionar como sua justificativa ideológica.

Como eu dizia na introdução deste texto, o realismo pandêmico de Jair prescreve a morte como único caminho viável. Enfrentar o vírus "como homem" e "com a realidade" significava contrair o vírus e resistir cada um por si: "eu, por meu histórico de atleta...". A realidade a que Jair se refere é a única realidade que ele conhece, aquela pautada nas próprias referências de vida, desde a defesa da tortura na ditadura até o escárnio com a gestão pública nos seus quase 30 anos como deputado. Dizer que "todos nós iremos morrer um dia" é uma tentativa de despir a realidade de ilusões sentimentais e parecer racional frente à "histeria", como Jair insistia em chamar. Ele recorre ao fatalismo para justificar suas ações e o que dá sustentação ao fatalismo é a opressão que ele mesmo inflige. A ele não bastava manter uma estrutura de morte e violência, seria preciso justificá-la, o que fez tratando a *defesa da vida* como uma ilusão sentimental e patológica. Vemos aqui uma dupla violência. O fascista, como o colonialista, não violenta só o corpo. Ele mata e também silencia, desdenha do sofrimento e ataca a memória e os saberes de suas vítimas.

É notável e absurdo que a maior autoridade política do país tenha assumido um discurso fatalista diante da pandemia de Covid-19, mas,

mais que isso, seu discurso foi aprovado por uma grande parcela da população. Para compreender como é possível a adesão a um projeto de morte e de aprofundamento das injustiças sociais, antes de tudo, é preciso reconhecer que não se trata de uma novidade, mas de algo há muito enraizado na sociedade brasileira. A aceitação e ocultamento das mortes da pandemia encontra forte paralelo, em particular, com a aceitação e ocultamento do genocídio histórico das populações indígenas no país como simples dado de necessidade para o inevitável “progresso civilizatório”.

Na pandemia, a ruptura da normalidade e sua demanda por adaptação, em um contexto global inédito, foram renegadas em nome do modelo fechado da sociedade *como a conhecemos*. O fatalista precisa sempre balancear a percepção de um tempo fechado com a realidade de um tempo de mutação constante. Cabe analisar se é desse conflito que surge a “rebeldia circunstancial” do fatalismo. Em livro recém publicado, Euzébios Filho descreve a manifestação de um *fatalismo reacionário* entre grupos conservadores: o sujeito “se submete acriticamente à versão oficial da história e se apega ao grupo hegemônico em busca de proteção. [...] A naturalização do modo de sociabilidade capitalista convive, dialeticamente, com uma ação política coletiva e intencional em defesa desta concepção naturalizada da história” (2023, p. 81). A extrema-direita parece ter percebido que o tempo histórico não se comportava mais como desejava e buscou *forçar* sua reorientação de volta à “normalidade fatal”. Estes, que se rebelam em certas circunstâncias, seriam menos fatalistas que aqueles que se adaptam a todas as alterações no tempo?

Como não bastasse o absurdo do morticínio em massa e seu número de adeptos, ainda vimos as tentativas de tirar Jair do poder executivo serem sistematicamente fadadas ao fracasso por razão das estruturas de poder. Isso ficou evidente em 06 de julho de 2021, quando Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, “explicou” por que mantinha engavetados mais de cem pedidos de impeachment: “neste momento, não há nenhum fato novo que justifique e que tenha alguma ligação direta com o presidente da República” (vídeo original em Xavier,

2021). Nesse dia, o Brasil teve 1.787 mortes registradas por Covid-19; o país saía lentamente da onda mais mortífera da pandemia, que teve seu pico de mais de 4.200 mortes em um único dia em abril de 2021. Na semana anterior ao depoimento de Lira, vieram à tona as irregularidades na compra da vacina Covaxin e o pedido de propina na compra da vacina AstraZeneca (Calgaro, 2021). O presidente da Câmara parecia emular uma tirinha cômica do cartunista André Dahmer, na qual um homem lê no céu um *banner* imenso carregado por um avião: “não há nada acontecendo”.

Como Martín-Baró sugere, “o fatalismo pode ser transmitido em várias e diversas circunstâncias institucionais, já que o determinante último da fatalidade é a própria estruturação social dos países latino-americanos” (2017, p. 192). Hoje, podemos acrescentar a isso com segurança: o determinante é a estruturação do capitalismo global. Talvez mais importante que analisar se as pessoas são fatalistas seja analisar como elas podem se tornar. Para isso, é importante se perguntar quais são os processos de *fatalização* do destino, isto é, como é que os poderosos representam e ditam a fatalidade às maiorias populares.

### (3) Interesses: Naturalização e perpetuação da injustiça

Em 16 de março de 2020, o Ministro da Economia Paulo Guedes anunciou as primeiras “medidas” econômicas do governo federal em relação à pandemia: “Os mais idosos vão pra casa. Os mais jovens podem circular, têm mais saúde, mais defesa imunológica. E a economia consegue encontrar um meio-termo. Porque se ficar todo mundo em casa, o produto colapsa” (Schreiber, 2020). Haveria apenas duas alternativas: morrer de Covid-19 ou morrer de fome, pois a diminuição no ritmo de produção capitalista, mesmo que temporária, acarretaria um desastre econômico. Pelos próximos anos, Jair e seus apoiadores insistiram que a crise econômica, intensificada em 2022, seria consequência das medidas “extremas” dos governadores e prefeitos. O país, no entanto, nunca passou por um *lockdown* e mesmo as medidas de isolamento social e fechamento dos comércios duraram poucas

semanas e ficaram condicionadas aos interesses de lucro dos patrões. O trabalho de telemarketing, por todo esse tempo, foi considerado essencial para a economia.

O perigo de “colapso” da economia, mais uma ameaça que uma análise econômica, é um tema recorrente na direita global. Jennifer Peeples *et al.* (2014) observam que o movimento ambientalista é constantemente acusado de ser alarmista, isto é, de gerar pânico e medo desnecessários ao anunciar um futuro apocalíptico para a civilização. Isso marca o ambientalismo como insensato e “abre espaço para que as vozes da indústria sejam percebidas como o centro racional, a abordagem de bom senso para questões ambientais” (2014, p. 228, trad. minha). No entanto, o movimento ambientalista destaca a importância da mobilização e a possibilidade de reverter o cenário. Em contraste, os setores industriais reproduzem seus próprios discursos apocalípticos que não abrem para a mudança, mas, ao contrário, clamam pela necessidade de manutenção da ordem. Um vídeo da Federação Americana de Carvão, Energia e Segurança (FACES) postado em 2012 e nomeado *Se eu quisesse que a América fracassasse (If I wanted America to fail)*, por exemplo, “compila uma série de maneiras de fazer a América ‘fracassar’”, que inclui regular o “livre mercado” e ensinar às crianças a “conspiração” do aquecimento global. O vídeo responsabiliza os ambientalistas por colocar os Estados Unidos em risco: “Se eu quisesse que a América fracassasse, transformaria a agenda ambiental de um documento de conservação para um pacto de suicídio econômico” (Peeples *et al.*, 2014, p. 240).

Da mesma forma, Jair e seus aliados reiteradamente acusaram seus oponentes de histeria e de tratar a pandemia como um “fim do mundo” enquanto pintavam uma imagem catastrófica sobre os “perigos” das medidas sanitárias de isolamento. Quando as estruturas sociais são contestadas, uma parcela – pequena, mas sempre barulhenta – dos conservadores se mobiliza para impedir a mudança porque a própria mudança é anunciada como uma fatalidade ainda maior do que aquela já anunciada pelas velhas estruturas de poder. Entre morrer de Covid ou de fome, melhor morrer de Covid. Entre o genocídio indígena e “viver

como selvagens”, melhor o genocídio. Se há capitalismo é porque sempre houve, sempre haverá e qualquer saída desse modelo único significa a catástrofe. Existe destino mais insuportável que esse? A ameaça que o feminismo, o antirracismo e o movimento indígena representam é a *mudança*, que gera uma perturbação do tempo fechado no seu único modelo possível de gestão. O “contra tudo que está aí” bolsonarista não significa, obviamente, contra o sistema capitalista, mas contra a mudança, que é percebida por todos os lados.

Com isso podemos avançar na análise de que interesses o fatalismo serve. Como Martín-Baró já observava, o fatalismo

é um valioso instrumento ideológico para as classes dominantes [...] pelo menos, por dois aspectos cruciais: (a) justifica a postura de conformismo e submissão diante das condições sociais que são impostas às pessoas como se fossem determinismos da natureza, o que reduz a necessidade das classes dominantes recorrerem aos mecanismos de coerção repressiva, facilitando, assim, o domínio social; (b) induz a um comportamento dócil diante das exigências daqueles que têm o poder, contribuindo para o reforço e a reprodução da ordem existente (2017, p. 195).

A partir da análise anterior, é importante acrescentar a isso que o fatalismo não produz apenas conformismo, submissão e docilidade, mas também a rebeldia, *ao menos* quando for necessário o apoio e a pressão contenciosa a favor da fatalidade prescrita (vale ainda discutir se há outras manifestações de rebeldia fatalista que preservam uma relação com o tempo a-histórico sem que sejam diretamente reacionárias). Os interesses ideológicos por trás do fatalismo, dentro do que foi sugerido por Martín-Baró, são mais a imposição das condições sociais como “determinismos da natureza” e “o reforço e a reprodução da ordem existente”. Assim, o fatalismo *naturaliza* e *perpetua* a injustiça e as estruturas sociais do capitalismo como um dado atemporal, o único padrão reconhecível em todo o passado e presente da humanidade, portanto também seu futuro inevitável.

## Questões finais

Busquei demonstrar que o conceito de fatalismo sugerido por Martín-Baró oferece uma leitura qualificada de como a mudança é impedida à força e tratada como irreal; e que efeitos isso tem sobre a sociedade. Com isso, é necessário superar o entendimento do fatalismo como uma forma de conformismo religioso. O que vemos na modernidade tardia, ao contrário, é um fatalismo sustentado em mitos pretensamente científicos e que se mostra, muitas vezes, inconformado. A mobilização de setores da extrema-direita demonstra um ponto de unidade entre manifestações dessa atitude que, à primeira vista, parecem contradizer uma à outra. Ao considerar que elas dizem respeito ao mesmo objeto, têm a mesma raiz e servem aos mesmos interesses, elas não parecem mais tão dissonantes.

Ficam daqui muitas questões. Da vasta obra de Martín-Baró, recorri neste breve trabalho apenas aos textos *O latino indolente* e ao capítulo sobre atitude; caberia adicionar aqui, particularmente, seus trabalhos sobre a violência e a guerra psicológica. Cabe também articular e expandir sua análise a outras teorias sobre a opressão, a estagnação do tempo na modernidade tardia, o fetichismo da mercadoria, entre outros temas. Sobretudo, podemos analisar outras formas como o fatalismo parece se manifestar e reproduzir, desde os canais de transmissão da classe dominante até o senso comum das maiorias populares. Os trabalhos recentes sobre fatalismo repercutem o interesse em avançar na análise.

Longe de se fechar como uma curiosidade acadêmica, esse esforço coletivo pode contribuir na superação do fatalismo. As estruturas do capitalismo impedem todo processo radical de transformação e decorre disso que a humanidade parece girar em falso em um tempo final e sem utopias. Mas, se o fatalismo é uma profecia autorrealizável, que profecia se opõe a ele? Se é uma atitude, que atitude se opõe? No mais, enquanto o fatalismo se adapta às condições de cada momento, quais são as condições para que a conscientização

histórica e outras práticas de classe abram novas possibilidades de futuro?

## Referências

- ANTUNES, R. Luciano Hang organiza carreatas pelo fim da quarentena em SC. **DCM**, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3QkF6g0>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- BENJAMIN, W. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BLANCO, A; DÍAZ, D. El rostro bifronte del fatalismo: fatalismo colectivista y fatalismo individualista. **Psicothema**, Espanha, v. 19, n. 4, p. 552-558, 2007.
- CALGARO, F. Governo Bolsonaro e as vacinas contra a Covid: veja a cronologia e entenda as polêmicas. **G1**, 17 jul. 2021. Disponível em: <http://glo.bo/47bpiCa>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- CARONE, I. A dialética marxista: uma leitura epistemológica. /n: LANE, S.; CODO, W. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 20-30.
- CARTACAPITAL. Bolsonaro compara programas do PT a atos de Jesus. **CartaCapital**, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/477NS6T>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- CIDADE, E. **Juventude em condições de pobreza: modos de vida e fatalismo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- COLOMBO, E. Indivíduo, comunidade, sociedade. **Revista da Biblioteca Terra Livre**, São Paulo, n. 4, p. 55-61, 2017.
- COSTA, P. H.; MENDES, K. Dialética do fatalismo: do fatalismo dos indivíduos para o da ordem. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 682-702, 2020.
- EUZÉBIOS FILHO, A. **Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina**. Curitiba: CRV; São Paulo: IPUSP, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3KtMtxJ>. Acesso em: 02 ago. 2023.
- FIOCRUZ. Boletim Covid - Balanço de 2 anos da pandemia. **Fiocruz**, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3rUBION>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- FISHER, M. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz & Terra, 2018.

- G1. Após provocar aglomeração durante passeio em Brasília, Bolsonaro volta a se posicionar contra o isolamento social. **G1**, 29 mar. 2020c. Disponível em: <http://glo.bo/43NZEAK>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- G1. Casos de coronavírus no Brasil em 17 de março. **G1**, 17 mar. 2020a. Disponível em: <http://glo.bo/43RAMrw>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- G1. Casos de coronavírus no Brasil em 29 de março. **G1**, 29 mar. 2020b. Disponível em: <http://glo.bo/47d7gze>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- GRAEBER, D.; WENGROW, D. **The dawn of everything: A new history of humanity**. Reino Unido: Allen Lane, 2021.
- GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 41, n. 2, p. 231-240, 2007.
- LEITE, P. H. Exclusivo! Jair Bolsonaro fala que ‘coronavírus’ é ‘histeria’ e conta que vai fazer festa de aniversário. **Rádio Tupi**, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/43NZGbq>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- MARQUES, V.; GONSALVES, R. Contra o cancelamento do futuro: a atualidade de Mark Fisher na crise do neoliberalismo. *In*: FISHER, M. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- MARTÍN-BARÓ, I. **Acción e Ideología: Psicología Social desde Centroamérica**. 11a ed. San Salvador, El Salvador: UCA Editores, 2001.
- MARTÍN-BARÓ, I. O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. *In*: LACERDA JÚNIOR, F. (Org.). **Crítica e libertação na América Latina: Estudos psicossociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 173-203.
- PEEPLER, J.; BSUMEK, P.; SCHWARZE, S.; SCHNEIDER, J. Industrial apocalyptic: neoliberalism, coal, and the burlesque frame. *Rhetoric and Public Affairs*, v. 17, n. 2, p. 227-254, 2014.
- ROSA, H. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- SÁNCHEZ, J. El fatalismo como forma de ser en el mundo del latinoamericano. *Psicogente*, v. 8, n. 13, p. 55-65, 2005.
- SCHREIBER, M. Coronavírus: após críticas por demora, Guedes anuncia pacote de R\$ 147 bilhões contra estragos na economia. **BBC News**, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://bbc.in/47grJDg>. Acesso em: 26 jul. 2023.

VENTURA, D.; REIS, R. **A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19**. Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil, n. 10, 2021. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003016698>. Acesso em: 26 jul. 2023.

XAVIER, L. Lira: não há justificativa para abrir processo de impeachment neste momento. **Agência Câmara dos Deputados**, 06 jul. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3YkNo9E>. Acesso em: 26 jul. 2023.

### III - MARTÍN-BARÓ EM DIÁLOGO COM A PRÁTICA EM INSTITUIÇÕES

## Capítulo 4

---

### Práxis psi e sindicatos: contribuições de Martín-Baró

Pedro Henrique Antunes da Costa  
*Universidade de Brasília (UnB)*

João Gabriel Carvalho Araújo Mello de Oliveira  
*Universidade de Brasília (UnB)*

Kíssila Teixeira Mendes  
*Universidade do Distrito Federal Jorge Amaury (UnDF)*

#### Introdução

No presente capítulo, discorreremos sobre as contribuições de Martín-Baró sobre a relação entre psicologia e sindicalismo. Nos debruçamos sobre a *práxis baroniana* para apreender algumas das intersecções possíveis entre psicologia e sindicalismo, levando em conta também desafios, contradições e possibilidades. Buscamos analisar como Martín-Baró pode auxiliar no desenvolvimento ou fortalecimento de uma *práxis* na/pela psicologia que considere os sindicatos como importantes espaços de inserção e atuação, e que esteja orientada à potencialização das formas de organização e luta da classe trabalhadora.

Trata-se de um estudo teórico, em que analisamos publicações de Martín-Baró, nas quais ele abordou de maneira mais detida a relação da psicologia com os sindicatos. Para isso, fizemos uma busca nos textos de Martín-Baró traduzidos e publicados no Brasil. Tal processo foi aprofundado/complementado por buscas na *Colección Digital Ignacio Martín-Baró*<sup>1</sup>, da Universidad Centroamericana “José Simeón Cañas”, a UCA, onde Martín-Baró trabalhou como professor e em vários cargos administrativos (sendo vice-reitor quando assassinado em 1989). Nela, está presente toda a produção escrita de Martín-Baró.

---

<sup>1</sup> <https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/>

Apesar das similaridades entre Brasil e El Salvador, dado o histórico colonial e o caráter dependente de ambos - e que, inclusive, se expressam na/pela psicologia, no que Martín-Baró (2011) denominou de *miséria* ou *escravidão* da psicologia latino-americana -, há mediações que particularizam os dois países e suas formações sociais e, nisso, o desenvolvimento e dinâmica sindicais. Para não fazer uma transposição descontextualizada, como se o Brasil fosse El Salvador e o sindicalismo brasileiro fosse o salvadorenho, abordamos o histórico do sindicalismo no país e sua dinâmica presente, dialogando com as reflexões *baronianas* desde a concretude brasileira - ou o mais próximo disso.

A relevância da vida e obra de Martín-Baró e os debates gerados a partir da sua publicização têm crescido na psicologia brasileira, por mais que ainda em *nichos* contra-hegemônicos que, costumeiramente, são caracterizados de *psicologia crítica*. Contudo, concordamos com Lacerda Júnior (2017), para quem, mesmo com tal expansão e importância, “ainda há poucos estudos sistemáticos sobre a obra do autor”, com “inúmeros temas inexplorados”, tais como: “seu programa ético-político para a Psicologia, as definições de Psicologia Social, Psicologia Política, Psicologia da Libertação e Psicologia Popular, suas pesquisas empíricas sobre classes sociais e outros processos psicossociais”. A nosso ver, a *práxis baroniana* sobre/com os sindicatos em El Salvador atravessa todos estes temas. Contudo, não encontramos trabalhos investigativos específicos sobre isto, carecendo de uma análise mais detida, não como mero esforço exegetico, mas um movimento que realize um “efetivo juízo crítico” (Lacerda Júnior, 2017) da *práxis* de Martín-Baró, extraíndo dela subsídios necessários para pensarmos e transformarmos a realidade brasileira - psicologia inclusa.

Ao mesmo tempo, a inexistência de trabalhos sobre o envolvimento de Martín-Baró com os sindicatos em El Salvador na psicologia brasileira, diz também, entre vários motivos, de algumas das contradições e limitações da psicologia, mesmo da chamada *psicologia crítica*, que, “mesmo com os avanços, é necessário pontuar as contradições, sinalizando como a crítica à/da/na psicologia, ao se desenvolver, traz e gera contradições que carecem de análise e

superação" (Costa; Mendes, 2022, p. 9). Ainda em consonância com os autores:

a condição de criticidade da/à/na psicologia, se relaciona invariavelmente ao atrelamento da crítica à luta da classe trabalhadora, do conjunto dos explorados e oprimidos; o nível e a "qualidade" de sua crítica dependendo no nível e "qualidade" de seu envolvimento com as lutas sociais, movimentos insurgentes e como eles adentram as trincheiras da psicologia (p. 9).

A partir do exposto, iniciamos com apontamentos históricos e conjunturais do sindicalismo no Brasil. Nisso, enfatizamos alguns dos seus principais obstáculos e contradições num presente de ofensiva (ainda mais recrudescida) do capital contra a classe trabalhadora e seus instrumentos de luta - como os sindicatos - nos marcos de sua crise estrutural. Como argumentamos, tais desafios só aumentam a relevância de se resgatar a memória histórica de iniciativas de vanguarda, como a de Martín-Baró, na relação entre a psicologia e o movimento sindical, no intuito de fortalecimento deste e da classe trabalhadora.

Posteriormente, miramos nossa análise à *práxis* de Martín-Baró nos/com os sindicatos. Nosso movimento será o de investigar tal processo, apreendendo seus desafios e potencialidades, ao mesmo tempo que extraíndo subsídios para pensar possíveis contribuições da psicologia, com ênfase na realidade sindical brasileira. Não temos nenhum intuito de exaurir o debate, muito menos somos capazes de saturar uma *práxis* tão complexa como a de Martín-Baró, mesmo que foquemos nas suas imbricações com o sindicalismo. Ao contrário, a intenção é a de contribuir para o diálogo e à construção coletiva de uma psicologia e um movimento sindical que se fortaleçam no intuito da superação desta sociabilidade e, nisso, da própria psicologia e dos próprios sindicatos.

### Breves apontamentos sobre o sindicalismo no Brasil

Primeiramente, cabe-nos situar os chamados movimentos sociais clássicos, que despontam das lutas a partir do século XIX, sendo eles: os

sindicatos e os partidos políticos. Engels (2010), em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, considera os sindicatos, como centros de organização que permitiam a luta coletiva dos operários. Como principais características, os sindicatos são configurados na condição de classe, fundados a partir das contradições na esfera produtiva e possuem como objetivos de lutas os limites na exploração da força de trabalho e a transformação da ordem. Porém, Engels também alertava para a limitação das lutas sindicais na luta econômica, ou seja, voltada para pautas específicas em relação à esfera produtiva, ao mundo do trabalho, sem ultrapassar esse plano. Uma luta reformista, que visa melhores condições para a classe trabalhadora - o que não é pouca coisa -, mas sem superar sua condição de classe explorada. Dessa forma, a passagem da luta econômica para a luta política se efetivaria no partido.

Para além da definição clássica de Engels, Rossi e Gerab (2009) acrescentam o fato de o sindicalismo pautar a defesa de interesses dos(as) trabalhadores(as) sem distinções, isto é, sem promover cisões ou hierarquias a partir de suas singularidades. Ainda assim, ressaltam, o sindicato não é o único - nem o mais avançado - instrumento de lutas da classe trabalhadora, apontando para o seu necessário imbricamento com outros instrumentos de luta.

O sindicalismo nasce com a consolidação do modo de produção capitalista, a partir da industrialização e racionalização da produção, cujo grande marco é o surgimento da máquina a vapor em 1776. O processo de expropriação e mercantilização da terra e a transformação nas formas de produção fez surgir uma imensa mão de obra sobrando, propiciando aos capitalistas ainda maior exploração e rebaixamento dos salários (Marx, 2013). Dessa forma, as primeiras lutas da classe operária de forma organizada se deram em pequena escala - e com pequenas vitórias -, com paralisações e quebra de máquinas. Porém, o corporativismo patronal e a ausência de proteção trabalhista propiciavam retaliações. No século XIX, duas grandes correntes pensavam as condições de trabalho e o uso do maquinário: os *ludistas*, fortemente reprimidos, que propunham a destruição do maquinário; e

os *cartistas*, que demandavam a promoção de direitos trabalhistas e de cidadania, como o voto “universal” (masculino). Ainda no século XIX, acontecimentos como a Comuna de Paris colocaram na ordem do dia a organização dos trabalhadores, dando origem aos sindicatos como forma de “coordenação das organizações fabris em sua luta contra a exploração patronal” (Rossi; Gerab, 2009, p. 20).

Em relação ao Brasil, a constituição da classe trabalhadora se dá tardiamente, em face do desenvolvimento e consolidação igualmente tardios do capitalismo (dependente) brasileiro, concomitante ao crescimento e consolidação do operariado industrial. Isso não significa que não houve previamente diversos movimentos de contestação e enfrentamento na história do país, dentre os quais fazemos questão de negritar as *rebeliões da senzala* e o *protesto negro* contínuos e permanentes durante o período colonial e escravista (Moura, 2021).

Assim, o movimento sindical se materializa no Brasil somente no início do século XX. Antes disso, a proibição inglesa de implementação de indústrias no país e a escravidão obstaculizaram a consolidação da indústria e da organização de trabalhadores. A proibição formal do tráfico internacional de escravizados e o fim da escravidão incidem no nascimento da industrialização no Brasil – e na sua distribuição geográfica desigual. Aliado à política de embranquecimento da população, conformando mais um dos mecanismos de barragem ao negro no pós-Abolição (Moura, 2021), a imigração europeia traz na bagagem não só a experiência de trabalho fabril, mas também as origens socialistas e anarquistas que fundarão o sindicalismo brasileiro. A vinda de imigrantes foi parte importante na constituição política e ideológica da classe trabalhadora brasileira, o que originou leis rígidas de repressão. As pautas giravam em torno das condições de trabalho, e deram origem às primeiras organizações de trabalhadoras, sob a lógica de ajuda mútua. Desse período, até 1920, três correntes tinham peso fundamental no contexto brasileiro: o anarcossindicalismo, os reformistas e os sindicatos amarelos (Montaño; Duriguetto, 2011; Rossi; Gerab, 2009).

Há registros de greves anteriores ao período industrial (de trabalhadores de oficinas, pescadores, gráficos, ferroviários e carregadores do porto de Santos). Porém, é a partir de 1880 que se intensificam lutas e proliferam greves nas maiores cidades operárias (Rio de Janeiro, São Paulo e Recife), com a criação da Federação Operária de São Paulo em 1905 e a realização do 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906, cujas pautas estavam centradas no sindicalismo de resistência, não centralizado, contra o governo e a Igreja. Em 1915 surge o Comitê de Defesa Proletária, que liderou a grande greve de 1917 em São Paulo. No Rio de Janeiro e Recife também há movimentos grevistas e mobilizações, chegando ao ponto de decretação de estado de sítio e fechamento de sindicatos, que marcaram os anos 1920.

A preocupação com as consequências da paralisação do comércio marítimo na guerra, o encarecimento da alimentação, as condições indignas de trabalho e a possibilidade de trabalhadores se organizarem para a conquista do poder, fez com que, desde 1919, surgissem as primeiras leis trabalhistas no Brasil. Em 1922, ainda, é fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Já aqui, a disputa por hegemonia no campo sindical envolve quatro grandes tendências: socialistas, comunistas, anarquistas e católicos (Rossi; Gerab, 2009).

A crise de 1929 impactou sobremaneira os países de capitalismo dependente, cujas economias eram baseadas na exportação agrícola e na importação de produtos industriais. Em 1930, com a chegada de Vargas ao poder consonante com o projeto da burguesia industrial, o sindicalismo brasileiro passa por um importante momento de “reconhecimento” que visava o seu controle pelo Estado. Por exemplo, em 1930 são criados os instrumentos: estatuto padrão; controle de finanças pelo recém-criado Ministério do Trabalho; exigência de atestado ideológico dos diretores; proibição de propaganda; direito de intervenção; sindicato caracterizado como órgão de colaboração do Estado.

Nesse período, são criados também os “sindicatos oficiais”, embora os anteriores resistissem, ainda que com fortes golpes – a exemplo da

concessão de férias aos sindicalizados nos sindicatos oficiais em 1934. Neste ano, temos ainda a nova Constituição, que altera a legislação sobre os sindicatos – concedendo a pluralidade e autonomia sindical, que cairá em 1939 no período da ditadura varguista – e consolida direitos trabalhistas antes conquistados. A Constituição de 1937, baseada no modelo fascista italiano, promove mudanças na estrutura sindical, atrelando ainda mais capital e trabalho como “colaboradores”, abolindo a perspectiva de luta de classes, a autonomia sindical e atrelando os sindicatos ao Ministério do Trabalho.

Em 1940, há a instituição do salário-mínimo (já existente desde 1934, mas ainda não regulamentado e aplicado) e do imposto sindical, que obriga os sindicatos a prestarem assistência médica e social aos sindicalizados. O assistencialismo apregoado corrobora com a dominação ideológica e financeira dos sindicatos e com o aparecimento da figura do “pelego” (Rossi; Gerab, 2009). Com a criação do Ministério do Trabalho, houve subordinação financeira dos sindicatos, além de controle político, censura interna e atrelamento da concessão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aos sindicatos “oficiais”. O período iniciado em 1937 com o chamado Estado Novo (até 1945) teve como marco a forte repressão aos sindicatos, partidos e movimentos sociais, atrelando a política trabalhista ao controle da classe trabalhadora, o que não significou, contudo, a sua desmobilização, visto que novas correntes e movimentos se fortaleceram. Assim, o projeto institucional de Vargas não excluía os trabalhadores por saber da impossibilidade disso. Porém, visava mantê-los sob controle e industrializar o país a partir de uma suposta harmonia social (e racial).

O fim da ditadura Varguista em 1945, fruto do cenário pós-guerra, da insatisfação de trabalhadores e intenso período de greve, resultou em uma quadra histórica (1945-1964) de mais lutas e de forte industrialização. Ainda nos anos 1940 há ampliação de greves e a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). O início da Guerra Fria, em 1947, afeta a classe operária brasileira, com cassação de direitos políticos, intervenções em diversos sindicatos e dura repressão de sindicatos. A volta de Getúlio ao poder em 1950 é

marcada por uma política populista – por exemplo, em 1951 há o aumento de 100% do salário-mínimo – e ainda maior crescimento industrial.

Entre 1960 e 1964 há a primeira crise cíclica do modelo de industrialização dependente, o que faz surgir disputas e mobilizações. O período anterior ao golpe é de efervescência política, fundamentalmente em torno das reformas de base e da expansão do movimento operário e camponês. Neste, enquanto as Ligas Camponesas focavam no direito à propriedade da terra, os sindicatos rurais visavam melhores condições de trabalho. Nos sindicatos, observamos tendências de afastamento dos trabalhadores da influência das Ligas, sob o argumento que estas eram propulsoras da revolução (pós-Revolução Russa) e os afastava das reivindicações trabalhistas, visto que seu objetivo era reforçar a consciência proletária. Segundo Francisco Julião, importante liderança camponesa: “a Liga, que não depende do Ministério do Trabalho, irá na frente, abrindo caminho e lembrando a todos que nem o salário, nem o 13º mês são suficientes; são migalhas. O essencial é a terra” (Julião *apud* Wanderley, 1979, p. 94).

Assim, no governo Goulart (1961-1964) houve grande mobilização de trabalhadores urbanos e rurais, culminando, como resposta do grande capital, no golpe de 31 de março de 1964, dando início à ditadura empresarial-militar (Montaño; Duriguetto, 2011; Rossi; Gerab, 2009); em extensão, a *ditadura do capital* (Ianni, 2019). O golpe escancarou os limites organizativos e de base dos sindicatos. A ditadura manteve, de início, inalterada a estrutura sindical de Vargas e ampliou o caráter assistencialista. Ao mesmo tempo, trabalhadores se organizaram nas fábricas e com ações clandestinas, visando o combate à estrutura sindical imposta e criando oposições ao peleguismo. O “milagre econômico” ainda causou o aumento exponencial do exército de reserva nas cidades causado, sobretudo, pela migração em massa.

A luta contra a ditadura marca o reinício nos movimentos grevistas, sobretudo no fim dos anos 1970, sendo em 1978 a primeira grande greve metalúrgica de São Paulo. Em 1979 a grande greve do ABC abrange 100 mil trabalhadores. As greves desse período indicam a

necessidade de unificação das lutas com a criação de uma central sindical. Ainda que com impasses internos, em 1982 é criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1984, no seu primeiro congresso, evidencia, em suas conclusões, o caráter classista e a defesa de um sindicato desatrelado do governo. Tais proposições fizeram com que houvesse divisões dentro do sindicalismo, sendo a principal força adversária à CUT criada em 1990 – a Força Sindical, com a defesa de um sindicalismo de resultados e harmonia entre capital e trabalho.

A crise do capital em 1970, com as transformações no mundo do trabalho e a política neoliberal, recrudesceu as divergências dos sindicatos no enfrentamento às novas (velhas) formas assumidas pelo capital. No Brasil, a vitória de Lula em 2003 promoveu divergências quanto ao apoio ou oposição ao governo, havendo rupturas na CUT e o surgimento de outras centrais sindicais. A conjuntura impacta sobremaneira no operariado brasileiro, com Rossi e Gerab (2009) apregoando que, se as propostas de contrarreformas trabalhistas prometidas à época fossem para a frente, “o trabalho sindical ter[ia] que recomeçar do zero, praticamente” (p. 61). As alternativas para os sindicatos classistas estariam, assim, na combinação de “lutas pelas demandas econômicas e sociais, mais o seu trabalho de politização anticapitalista [...] e na construção de um novo tipo de central sindical, no qual impeça a subordinação de trabalhadores e trabalhadoras à burocracia sindical” (p. 99).

Com o golpe de 2016, tais contrarreformas, como a trabalhista e a previdenciária, foram implementadas em velocidade, intensidade e volume inéditos. Como consequência, tivemos uma queda ainda mais brusca no número de sindicalizados, expressando como tais iniciativas se voltam também à fragilização dos sindicatos enquanto importante ferramenta organizativa e de luta da classe trabalhadora. Por exemplo, em 2018, ano seguinte ao da contrarreforma trabalhista, 1,5 milhão de trabalhadores cancelaram suas sindicalizações. Em 2019, foram 951 mil, com a taxa de sindicalização caindo para 11,2%. Todos os grupamentos tiveram quedas nas taxas de sindicalização, em comparação a 2017 (IBGE, 2020). E toda essa queda se deu mesmo com o aumento da

ocupação no mercado de trabalho, o que também reitera como o grosso de tais atividades também expressa a generalização da informalidade, flexibilização, intensificação do trabalho e aumento da exploração, mas com roupagens ideológicas liberais meritocráticas, de empreendedorismo etc. que obnubilam ainda mais a consciência de classe - e trazem contornos de ainda maior complexidade à organização e atuação sindical.

Soma-se a isso as próprias debilidades dos sindicatos quanto à burocratização, corporativismo, peleguismo e no que se refere às limitações na incorporação e tratativa de pautas que dizem da concretude da classe trabalhadora em nosso país e suas múltiplas determinações não só de classe, mas de raça, etnia, gênero e sexualidade. A partir do exposto, a *questão sindical* se apresenta como fundamental na presente quadra histórica, com o seu fortalecimento e aumento de relevância orgânica como horizontes necessários à classe trabalhadora, os quais convocamos a psicologia a participar, tomando como exemplo concreto a *práxis* de Ignacio Martín-Baró.

**Psicologia e sindicatos: uma relação possível e (desejável)?  
considerações a partir da práxis de Martín-Baró**

*Sindicato: uma entidade ainda desconhecida na psicologia e a crítica baroniana*

Primeiramente, antes mesmo de adentrar nas contribuições de Martín-Baró, é necessário resgatar as reflexões de Leite (1984), muito bem expressas e sintetizadas no título do artigo, *Sindicato: uma entidade ainda desconhecida do psicólogo*. Por mais que o autor foque suas reflexões nos sindicatos de psicólogos e, portanto, no desconhecimento e afastamento da categoria do seu próprio instrumento de luta, acreditamos que as constatações valem não só para a organização da categoria, mas também para o trabalho da psicologia *com* os sindicatos, *com* o movimento sindical. Com exceção de iniciativas valorosas, mas contra-hegemônicas e de nichos específicos, como a Psicologia (Social) do Trabalho, o sindicato não comparece para a psicologia como um

“problema”, como uma “questão” teórico-prática e ético-política substantiva. Conforme Martín-Baró (2017a, p. 72-73):

Até onde alcança o meu conhecimento, o trabalho com sindicatos não tem sido um dos horizontes de trabalho dos psicólogos latino-americanos. Em geral, o psicólogo industrial fica do lado dos patrões e, no melhor dos casos, faz parte de alguma instância que busca conciliar as partes envolvidas em um conflito.

Ademais, o envolvimento sindical de psicólogos(as), quando ocorre, diz muito mais de iniciativas pessoais de militantes e que também são psicólogos(as), não necessariamente atrelando tal esfera à *práxis psi*. E estes problemas atrelam-se a lacunas mais profundas da psicologia. Ao fazer uma análise da psicologia política latino-americana, Martín-Baró (2013a) constatou três tipos de problemas: teóricos, metodológicos e práticos - que se consubstanciam. Quanto às especificidades dos primeiros (teóricos), o autor ressaltou a inexistência de “uma boa teoria que ilumine e oriente o trabalho de pesquisa e prática” (p. 576), apontando como os esforços até então desconsideravam as principais questões concretas que perpassavam e constituíam a vida das maiorias latino-americanas, como a organização sindical e política.

Ou seja, o desconhecimento da psicologia sobre o sindicato, e o seu respectivo afastamento dele, diz do desconhecimento e afastamento das próprias condições concretas e necessidades da classe trabalhadora, sobretudo das frações mais subalternizadas - as *maiorias populares* segundo Martín-Baró -, bem como de seus movimentos de sobrevivência e luta. Para Martín-Baró (2011; 2017a), por mais que a psicologia latino-americana tome a nossa realidade como seu objeto, as formas foram hegemonicamente dissociadas da própria concretude de tal realidade, pautada por idealismos metodológicos, um caráter colonizado, dependente, e função social de perpetuação da ordem (exploratória, opressiva etc.), naquilo que ele caracterizou de *miséria* da psicologia. No caso específico da psicologia no *mundo do trabalho* predominou o modelo médico, de caráter individual-privativo,

só que por uma via psychologizante, a partir da perspectiva dos setores no poder (Martín-Baró, 2014, p. 615).

Dessa forma, o problema vai da dimensão ontológica, em termos de como a psicologia concebe a realidade, qual é a sua natureza - sendo que Martín-Baró tende a começar sua crítica pela dimensão epistemológica - até a prática e suas implicações ético-políticas. Por exemplo, é possível questionar a própria concepção de trabalho hegemonizada na/pela psicologia, resumido ao trabalho alienado e exploratório (e, portanto, aceito e universalizado em tais marcos históricos). Quanto à dimensão epistemológica (atrelada à ontológica), ao analisar as concepções de comportamento político no âmbito da psicologia política, Martín-Baró (2013a) criticou aquelas que sinonimizavam *político* e, portanto, o comportamento político, e Estado, reduzindo os primeiros ao último. Com isso, deixa-se “de lado um grande número de comportamentos que, sem dúvida alguma, têm um importante caráter político: por exemplo, uma greve ou uma paralisação sindical” (p. 577). Aqui, é importante resgatar a reflexão de Martín-Baró (2017b) do porquê trabalha com a categoria *ação*, e não *comportamento*, inclusive tomando-a como o objeto da psicologia social, ao entendê-la como *ideológica*<sup>2</sup>. Segundo ele,

uma ação supõe um comportamento, isto é, uma resposta externamente verificável (no sentido behaviorista), mas supõe também a interioridade, um sentido e, acima de tudo, um produto. Toda ação consiste em um fazer, um produzir ou criar algo, e este produto afeta a totalidade social” (p. 121).

A *ação*, portanto, supera por incorporação o *comportamento*, não sendo apenas a externalização verificável, mas dizendo também de processos de internalização, de subjetivação, rompendo com dicotomias objetivo-subjetivo, interno-externo. Ela supõe um produto, um fazer, sendo direcionada a algo ou a outrem, dotada de

---

<sup>2</sup> Aqui Martín-Baró adota e reproduz uma concepção *neutra* de ideologia, sendo que, em outros momentos, a acepção é negativa, crítica, com a ideologia sendo o conjunto de ideias e valores hegemônicos, cuja função social é a naturalização e manutenção da ordem. Não à toa, ele coloca como a desideologização do senso comum como uma das tarefas de Psicologia da Libertação (Martín-Baró, 2011).

sentido/significação (ao encontrar-se circunscrita a uma sociedade e seus sistemas de significados) e que se volta ao próprio sujeito. Nisso, supõe e se volta ao próprio ser humano que, por meio dela, se faz humano, se produz, ao passo que humaniza a realidade, a forja, a transforma. Assim, a própria noção de *comportamento político*, independentemente de reduzi-lo ao Estado ou não, é problemática para a apreensão da militância sindical e/ou outras formas de ação ou *práxis* política nos mais variados âmbitos.

Com isso, Martín-Baró expressa uma apreensão materialista histórico-dialética da ação humana. Conforme Marx (2007, p. 533), na primeira das *Teses sobre Feuerbach*:

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da contemplação, mas não como *atividade humana sensível*, como prática; não subjetivamente. Daí o lado ativo, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*], efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [*gegenständliche Tätigkeit*]. Razão pela qual ele enxerga, n'A *essência do cristianismo*, apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica, suja. Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica”.

Parafraseando a crítica marxiana a Feuerbach, o principal defeito da psicologia (política) hegemônica é que o objeto, a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto, mas não como *atividade humana sensível*, como prática; não subjetivamente. Ela não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica”.

Ademais, tal concepção de comportamento político se torna ainda mais problemática por reduzi-la à esfera estatal. Isso nos rememora a crítica marxiana acerca da cisão do ser humano em *público* (*citoyen*) e o privado (*bourgeois*, enquanto membro da sociedade burguesa). Para Marx (2010), esta clivagem é a expressão, no ser humano, da cisão entre Estado e sociedade burguesa. O Estado político, nos casos em que se

tornou independente da religião, teve sua independência formalizada não por acabar com a religião, mas por transferi-la ao ser privado, à vida privada, isto é, para a sociedade burguesa. Ao analisar o ordenamento existente sobre os direitos humanos, *de l'homme*, Marx (2010) questiona por que a diferenciação entre direitos do cidadão (*citoyen*) e do homem (*homme*). Ora, por conta da separação entre Estado (política) e sociedade burguesa. Enquanto os primeiros dizem desse ser em comunidade, enquanto ser político, os segundos versam sobre o ser egoísta, um ser privado, separado dos outros seres e da comunidade - ao qual o primeiro está submetido. Com isso, temos que o *homem* (o *ser humano*) é sinônimo de indivíduo num sentido individualizante: mônada autorrealizável, isolada, de natureza supostamente egoísta.

A psicologia política, ao reduzir a ação humana a comportamento e sinonimizar político e Estado reproduz tal clivagem, e, mais, faz isso com sentido universalizante, absolutista, como se isto fosse o ser humano e seu movimento. Consonantes a Costa e Mendes (2021, p. 3):

Yamamoto (1987, p. 28), por exemplo, argumenta que a Psicologia tem, "em sua gênese, a constituição da figura do cidadão, suportada pela ideologia liberal burguesa". Se o cidadão é subordinado ao indivíduo privado, movido por interesses próprios, no fim das contas, a concepção de ser humano da Psicologia nem chega a ser o cidadão (*citoyen*), mas o indivíduo privado, o egoísta (*bourgeois*).

Considerando as reflexões até aqui estabelecidas, a nosso ver, um primeiro eixo de contribuição de Martín-Baró à relação entre psicologia e sindicato, diz respeito à constatação de tal relação ser ainda bastante insuficiente, apartada, e da apreensão do porquê disso dizendo, pois, das próprias lacunas da psicologia hegemônica latino-americana. No itinerário *práxico baroniano*, a escolha do sindicato enquanto objeto de pesquisa não decorre de uma inclinação ou preferência subjetiva do autor a estes grupos específicos, mas justifica-se, antes de tudo, pela centralidade desse tipo de organização na formação histórico-social salvadorenha, e dos problemas candentes que a atuação sindical busca abarcar.

Martín-Baró (2017a) aponta como a psicologia tradicionalmente opera a partir de um idealismo metodológico, aplicando descontextualizadamente modelos e teorias preconcebidos aos objetos de estudo ou a problemas a serem resolvidos. Para uma psicologia orientada pelas necessidades das maiorias populares é a própria realidade objetiva que fornece os parâmetros à construção de modelos e teorias, e a atuação do psicólogo em tal realidade está sempre parametrizada por certo compromisso do pesquisador, inexistindo neutralidade axiológica na escolha do objeto e na condução de intervenções. E quando Martín-Baró (2017a) delimita os desafios populares à psicologia latino-americana, toma como ponto de partida uma análise concreta da conjuntura salvadorenha, na qual a questão da guerra civil emerge como o problema central naquele momento, sem, entretanto, deixar de analisar mais destacadamente os problemas do desemprego e dos desafios vividos pelo movimento sindical naquele contexto. Em nossa análise, este processo não só se mostra em confluência com a construção de outro projeto ético-político à e pela psicologia, o qual o autor denominou de Psicologia da Libertação, como denota possibilidades concretas, em termos da construção de um novo horizonte, uma nova epistemologia (e ontologia) e uma nova práxis (Martín-Baró, 2011).

### *O que fazer? Alguns apontamentos*

Para Martín-Baró (2017c), o estudo das entidades sindicais deve ser tomado como objetivo central para uma Psicologia da Libertação por três razões principais: em primeiro lugar, o sindicato se materializa como uma das mediações da contradição capital-trabalho, ou seja, é um terreno privilegiado para análise das determinações últimas dos conflitos na luta de classes, a partir dos interesses da classe trabalhadora; em segundo lugar, a atuação sindical pressupõe a articulação dialética entre grupos de diversas naturezas e tamanhos, estabelecendo a base para a formulação de uma teoria dialética dos grupos; por fim, o sindicato representa um local em que os processos grupais se constituem a partir das dinâmicas e engendramentos das

lutas populares. Dessa forma, o sindicato se coloca enquanto local privilegiado para a psicologia adotar o ponto de vista e as necessidades históricas da classe trabalhadora:

se a Psicologia tem a intenção de dar resposta às necessidades das maiorias populares, um dos espaços em que ela pode alcançar uma perspectiva mais adequada é o sindicalismo. De fato, experiências recentes mostraram que os sindicatos não apenas necessitam objetivamente da ajuda do psicólogo social, mas chegam a demandá-la (Martín-Baró, 2017a, p. 73).

Para isso, é fundamental cumprir com uma das tarefas urgentes que o próprio Martín-Baró (2011) apregoa à psicologia, o *resgate da memória histórica*, para que, no trabalho com os sindicatos, seja possível concretizar as duas outras tarefas: desideologizar o senso comum e fortalecer as virtudes populares. Ao resgatar historicamente as determinações do sindicalismo salvadorenho, Martín-Baró (2017c) localiza o surgimento dos primeiros sindicatos no contexto da desintegração das corporações de artesãos e grêmios ao longo do processo de independência de El Salvador. É a partir da década de 1930, especificamente no ano de 1932, em que o movimento operário organizado se engaja em processos insurrecionais contra a elite aristocrática de El Salvador, culminando em um processo em que o aparato repressivo estatal é acionado contra a classe trabalhadora urbana e também dos setores indígenas do campesinato. Nesse período, ocorre a proibição das organizações sindicais, que estabelecerá o padrão repressivo e os dilemas políticos que acompanharão toda a história do sindicalismo salvadorenho. Enquanto estratégia de dirimir as possibilidades reivindicativas da classe trabalhadora salvadorenha, foram constituídas diversas entidades sindicais associadas ao patronato e a instituições não-governamentais vinculadas ao imperialismo estadunidense e a coalizões da Igreja Católica (Martín-Baró, 2017c).

A partir da década de 1970, há intensificação do terrorismo estatal contra as formas de organização popular, e em decorrência dessa repressão, a mobilização popular passa por um processo de inflexão durante o período. É nesse contexto que se inicia a guerra civil,

estratégia de contra insurgência patrocinada pelas elites salvadorenhas e pela política externa estadunidense. Contraditoriamente, a guerra civil implicou também um desgaste político das entidades sindicais patronais, e a reorganização dos setores populares promoveu uma retomada do sindicalismo independente. Só que o baixo espaço para atuação sociopolítica imanente a essa conjuntura estabelece o que Martín-Baró (2017a) aponta como o dilema fundamental do sindicalismo salvadorenho: este deve operar sob condições muito estreitas, pois o desenvolvimento da identidade sindical deve, ao mesmo tempo, fugir da cooptação e controle pelos setores da elite salvadorenha, e desenvolver uma *práxis* de classe, fomentando uma consciência política, mas evitando ser alvo da repressão e, por conseguinte, obstaculizando o estabelecimento de um trabalho político-econômico contínuo.

Cabe ressaltar que tal histórico traz consigo inúmeras similaridades ao sindicalismo brasileiro, conforme apresentado. Não à toa, Martín-Baró (2014, p. 615) destaca que a “história do sindicalismo latino-americano está ensanguentada por uma interminável cadeia de espancamentos, listas negras, encarceramentos, torturas, assassinatos e desaparecimentos não apenas de líderes, mas também de meros filiados de sindicatos”.

É nesse contexto que Martín-Baró (2017c) conduz os estudos sobre os sindicatos salvadorenhos, partindo de vasto conjunto empírico, indo de documentos e questionários até entrevistas e observações participantes, para compreender a particularidade da militância sindical em El Salvador. Martín-Baró propõe como modelo psicossocial de análise dos sindicatos a perspectiva dos grupos com história, uma teoria dialética dos grupos, buscando superar o “individualismo, a parcialidade paradigmática e o a-historicismo” (Martín-Baró, 2017c, p. 208) característicos das abordagens de grupo da psicologia tradicional.

A perspectiva grupal defendida por Martín-Baró (2017c) sustenta-se a partir de três pilares fundamentais. Em primeiro lugar, a identidade grupal, ou seja, como o grupo se formaliza organizativamente, se define

em relação aos outros grupos em uma dialética intergrupar e quais são os critérios de pertença subjetiva e identificação. Em segundo, a dimensão do poder grupal se refere a como o grupo consegue mobilizar seus recursos tanto em relação aos seus próprios objetivos quanto em relação aos outros grupos contra os quais se definem. Dessa forma, a perspectiva de poder que Martín-Baró analisa não é a de um poder difuso, mas concreto, que só é compreensível na relação estabelecida entre grupos distintos e com recursos díspares. Por fim, Martín-Baró (2017c) propõe a dimensão da atividade grupal, que caracteriza os aspectos do conteúdo da atividade dos grupos (“o que o grupo faz”), seus meios de execução das atividades (“como o grupo opera”) e as consequência de suas ações (“quais os efeitos da ação grupal”). Assim, o autor chega a uma perspectiva que toma o grupo enquanto uma mediação concreta nas relações históricas. Para ele, o grupo humano é “uma estrutura de vínculos e relações entre pessoas que canaliza, em cada circunstância, necessidades individuais e/ou interesses coletivos” (Martín-Baró, 2017c, p. 210).

Nesse ínterim, baseando-se na teorização *marxiana* sobre *classe em si* e *classe para si*, Martín-Baró (2017c) aponta para a necessidade do salto qualitativo de *grupos em-si* para *grupos para-si*. Se “[s]omente quando um grupo adquire essa consciência e busca adequar sua identidade e suas metas aos seus vínculos objetivos, isto é, quando canaliza os interesses da classe social da qual é parte, pode-se, então, falar de um grupo para-si” (p. 214), os sindicatos aparecem como espaço privilegiado para fomentar esta consciência, enquanto *grupos para-si* num horizonte de conformação da *classe para si*, tal como apregoado por Marx (2017). Nisso, se o horizonte da *práxis* psi e do papel da(o) psicóloga(o) é a conscientização (Martín-Baró, 1996), atrelada à desideologização do senso comum (Martín-Baró, 2011), mais uma vez, faz-se mister que a psicologia considere o sindicato como espaço privilegiado da sua *práxis*.

Mesmo que seja numa perspectiva de estudo, de produção de conhecimento, a trajetória *baroniana* sinaliza a necessidade de se “envolver ativamente na vida sindical” (Martín-Baró, 2017c, p. 220). Quanto

a isso, o autor apregoa três pontos centrais para o estudo dos sindicatos, a partir de sua própria experiência: (a) o conhecimento do sindicato, apreendendo sua estrutura formal, objetivos, forma de organização e história; (b) o conhecimento das atividades do sindicato; e (c) a “[a]nálise da consciência, da identificação e da participação dos membros do sindicato, da base e da direção, na vida sindical” (p. 220).

Ademais, o sindicalismo para Martín-Baró (2017c) se assenta fundamentalmente não na estrutura *per se*, mas na própria condição de instrumento de aglutinação e solidariedade de classe, de modo que a “grande fonte de poder sindical tem sido a solidariedade intersindical” (p. 225). Eis mais um motivo para que a psicologia repense sua *práxis* em consonância à *práxis* sindical, afinal:

O psicólogo terá que antecipar os problemas que surgirão com a finalidade de facilitar e humanizar a passagem à nova sociedade. No curto prazo, terá que atender os ‘traumas’ do conflito e da desintegração social. A médio e longo prazos, deverá colaborar na edificação social de um homem novo, baseado em necessidades menos individualistas e em objetivos que partem da *justa solidariedade* (Martín-Baró, 2017d, p. 26, grifos nossos).

Dessa forma, objetiva-se ir além da identidade e papel da psicologia hegemônicos, que têm, como carro-chefe não só a clínica, mas uma perspectiva individual-privativa - contrária, pois, à lógica coletiva, de solidariedade na qual se substancia o sindicalismo. Mesmo havendo a necessidade de “atender os traumas do conflito e da desintegração social”, como nos casos de sofrimento psíquico e demais impactos psicossociais do trabalho alienado (cada vez mais exploratório), a psicologia é convocada a abarcá-los numa perspectiva que não se oponha à coletivização, socialização e politização do que é coletivo, social e político; uma abordagem das singularidades dos(as) trabalhadores(as) que não é sinônimo de individual-privativo. Em consonância a Martín-Baró (2014, p. 621), “a atenção aos setores discriminados no trabalho deveria resultar em uma reconsideração sobre o que é a saúde mental no mundo do trabalho”, sendo “necessário

redefinir o conceito de saúde mental à luz da totalidade política e não a partir de uma concepção puramente individualista ou tecnocrática”.

Como o próprio sinalizou “há um abismo entre a situação do trabalhador salvadorenho e a situação do operário brasileiro, entre o sindicalismo mexicano e o uruguaio, entre a discriminação e o desemprego na Venezuela ou no Peru” (Martín-Baró, 2014, p. 615). Contudo, considerando as similaridades das formações sociais que compõem e produzem a América Latina e suas condições enquanto capitalismo dependente, dizendo da dinâmica de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, é possível apreender um “marco de referência global que permite interpretar a situação de cada país e de diversas regiões no interior de cada país” (p. 615), pautado na: (a) divisão discriminante do trabalho, em que a divisão social do trabalho não pode ser compreendida sem se considerar as divisões urbano-rural, profissional-manual e masculino-feminino<sup>3</sup>; (b) marginalização e desemprego massivos; e (c) exploração e repressão ainda mais venais. Atrelado à teorização sobre o caráter histórico dos grupos - e, pois, dos sindicatos - tudo isso se refere ao *modelo psicossocial* que Martín-Baró (2017c) propõe na análise do movimento sindical.

Dialogando com a análise *baroniana*, a partir das especificidades da formação social e da conjuntura brasileiras, bem como dos dilemas do nosso sindicalismo, ressaltamos a necessidade de uma *práxis psi* com o/no/pelo sindicato que considere e fomente a unidade de ação. O trabalho com grupos, fomentando processos de consciência, identidade grupal, bem como atendendo às necessidades de saúde mental dos(as) trabalhadores(as) pode contribuir não só para o fortalecimento endógeno do(s) sindicato(s) com o(s) qual(is) se atua, mas na proposição de *grupos para-si* orientados à de conformação de *classe para-si*. Para isso, a defesa e as conquistas de direitos, salários e condições de trabalho das categorias com as quais se trabalha devem estar atreladas às demais lutas das maiorias populares em sua diversidade e concretude, seja da classe trabalhadora urbana, mas também no

---

<sup>3</sup> “Acrescentamos” a divisão racial do trabalho à análise *baroniana*.

campo, dos povos originários e tradicionais. Nesse quesito, cabe ressaltar a consideração de Martín-Baró à opressão da mulher salvadorenha, atentando para o machismo (Martín-Baró, 1990), ao campesinato e à necessidade da Reforma Agrária (IUDOP, 1988), dentre outras determinações e mediações que diziam da concretude da classe trabalhadora salvadorenha - às quais acrescentamos a centralidade da questão étnico-racial e do racismo em nosso país.

Aliado a isto, cabe o lembrete *baroniano* de que a *práxis psi* no sindicalismo se paute na/pela necessária independência sindical (e se oriente a fomentá-la). Afinal, o atrelamento do sindicato a “partidos no poder” o transforma “em colchão para amortizar o impacto das reivindicações [d]os operários” e “um instrumento de cooptação da dinâmica política dos movimentos populares (Martín-Baró, 2017a, p. 72).

Ao mencionar dois exemplos importantes da psicologia política latino-americana, que reuniam rigor teórico-metodológico e uma “clara opção axiológica em favor dos setores populares” (Martín-Baró, 2013b, p. 570), o autor cita os trabalhos com trabalhadores e sindicatos de um grupo de pesquisadores, que incluía psicólogos, coordenado por Wanderley Codo, na época, na Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto. Fundamentado na teoria marxista e a partir da pesquisa-ação, o grupo explicitava seu compromisso “articulado por meio de relações com grupos sindicais, com os quais se coordena o trabalho, se analisa criticamente os dados encontrados, se oferece assessoria e serviços profissionais”. Para Martín-Baró (2013b, p. 570), a equipe brasileira contribui à causa dos trabalhadores oferecendo aos seus sindicatos um conhecimento técnico obtido por meio da pesquisa”.

Em outro trabalho, Martín-Baró (2013a), menciona novamente tal grupo e seus trabalhos com sindicatos, numa perspectiva integradora entre a pesquisa e a intervenção, orientando-se a sanar “os interesses dos setores populares (neste caso, sindicais) e isto a partir de sua própria ação e determinação, ao invés de uma decisão benevolente do pesquisador ou de sua equipe” (Martín-Baró, 2013a, p. 586). Aliado a isto,

reitera a importância da pesquisa-ação, tal como postulada por Orlando Fals Borda.

Salientamos que Martín-Baró não foi um *psicólogo do trabalho*, mas um psicólogo, com sua *práxis* recorrendo à psicologia, mas indo além dela, numa perspectiva revolucionária. Logo, o trabalho com/nos/pelos sindicatos não é exclusividade da psicologia do trabalho. Como ele colocou, não se deve centrar “tanto sobre o tipo de atividade que se pratica (clínica, escolar, industrial, comunitária ou outra), mas sobre quais são as consequências históricas concretas que essa atividade está produzindo” (Martín-Baró, 1996, p. 22).

Pontuamos, finalmente, sobre a necessária aproximação e intersecção entre psicologia e sindicato também no que se refere à sindicalização de psicólogas(os), numa militância não só corporativa, mas anticapitalista, o que, por sua vez, passa pelo reconhecimento da psicologia enquanto *categoria profissional*, da sua atuação como *trabalho*, e das(os) psicólogas(os) como integrantes da *classe trabalhadora*. Sem isso, fica ainda mais difícil a consciência de que os impactos que atravessam e obstaculizam os sindicatos, também perpassam a psicologia, trazendo inúmeros desafios e retrocessos ao trabalho psi.

### Considerações finais

Acreditamos que refletir sobre as possibilidades oriundas da relação entre a psicologia e o sindicalismo, a partir da *análise concreta de uma situação concreta*, como a de Martín-Baró em El Salvador, pode contribuir para o aguçamento e potencialização da própria *crítica* à/da/na psicologia, e para o desenvolvimento de uma psicologia que, de fato, tome as necessidades da classe trabalhadora, bem como os seus esforços e formas organizativas para suprir tais necessidades, como seus; *da* psicologia. Para isso, discorreremos sobre a forma como Martín-Baró analisou os sindicatos, desde sua concretude social e histórica - e, nisso, o seu modelo psicossocial -, por meio de perspectivas participativas e de indissociabilidade pesquisa-ação, bem como os

horizontes que sua *práxis* nos lega, considerando as particularidades da realidade e do sindicalismo brasileiros.

De maneira preliminar, e incipiente, o presente trabalho se propõe a contribuir não só para suplantar lacunas quanto à análise e divulgação da *práxis* de Martín-Baró, mas também, e sobretudo, no que se refere ao próprio *objeto* da intervenção *baroniana*: os sindicatos e o sindicalismo em nosso país, que se fazem *sujeito* nas, pelas e das lutas históricas da classe trabalhadora ou, enquanto forma organizativa de tal classe, que possibilitam que ela se torne o *sujeito histórico* revolucionário - em conjunção aos partidos políticos, movimentos sociais e populares. Esperamos que as presentes reflexões, considerando também que as *armas da crítica* não superam *as críticas das armas*, tenham alguma reverberação na psicologia, em especial, na que se autodenomina ou é denominada *crítica* - mas não só -, explicitando a relevância de que tal crítica se volte, em termos teóricos e práticos (a *práxis*), às lutas da classe trabalhadora contra a sua exploração e opressão, com os sindicatos e o sindicalismo sendo importantes instrumentos de luta a serem fortalecidos. Assim, o trabalho com os sindicatos possibilita o próprio desenvolvimento e fortalecimento da crítica à/da/na psicologia “como motor do desenvolvimento de uma psicologia condizente com nossa realidade e suas necessidades” (Costa; Mendes, 2022, p. 10-11), atrelando-a a análises e *práxis* totalizantes pautada na/pela: “emancipação humana como horizonte; [no] resgate da radicalidade; e [indo] além das fronteiras da psicologia, em direção às lutas e movimentos sociais” (p. 11).

## Referências

- COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T. A miséria da Psicologia Brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 16, n. 2, p. 1-17, 2021.
- COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T. Psicologia, 60 anos, e a crítica da crítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 42, n. spe, p. e262857, 2022.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. (Trabalho original publicado em 1845).
- IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- IBGE. Em 2019, mesmo com expansão da ocupação, sindicalização segue em queda no Brasil. **Agência IBGE Notícias**, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28666-em-2019-mesmo-com-expansao-da-ocupacao-sindicalizacao-segue-em-queda-no-brasil>. Acesso em: 31 jul. 2023.
- IUDOP. **Condiciones basicas de vida del campesino salvadoreño**. Una encuesta de opinión publica. San Salvador: UCA, 1988.
- LACERDA JÚNIOR, F. Apresentação - Colocando a Psicologia contra a ordem: introdução aos escritos de Ignacio Martín-Baró. /n: MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 7-21.
- LEITE, S. A. S. Sindicato: uma entidade ainda desconhecida do psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 13-19, 1984.
- MARTÍN-BARÓ, I. Entre o indivíduo e a sociedade. /n: Martín-Baró, I. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017b, p. 101-161.
- MARTÍN-BARÓ, I. La familia, puerto y carcel para la mujer salvadoreña. **Revista de Psicología de El Salvador**, v. 9, n. 37, p. 265-277, 1990.
- MARTÍN-BARÓ, I. O desafio popular à psicologia social na América Latina. /n: Martín-Baró, I. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017a, p. 66-88.
- MARTÍN-BARÓ, I. O método em psicologia política. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 13, n. 28, p. 579-592, 2013a.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

- MARTÍN-BARÓ, I. O psicólogo no processo revolucionário. *In*: Martín-Baró, I. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017d. p. 25-29.
- MARTÍN-BARÓ, I. Os grupos com história: um modelo psicossocial. *In*: Martín-Baró, I. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017c, p. 204-229.
- MARTÍN-BARÓ, I. Para uma psicologia da libertação. *In*: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs.). **Psicologia social para América Latina: o resgate da psicologia da libertação**. Campinas: Alínea, 2011. p. 101-120.
- MARTÍN-BARÓ, I. Psicologia política do trabalho na América Latina. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 14, n. 31, p. 609-624, 2014.
- MARTÍN-BARÓ, I. Psicologia política latino-americana. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 13, n. 28, p. 559-573, 2013b.
- MARX, K. Ad Feuerbach (1845). *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 533-535.
- MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. **O Capital**. Livro 1. Crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.
- MOURA, C. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Dandara Editora, 2021.
- ROSSI, W.; GERAB, W. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- WANDERLEY, M. N. B. **Capital e propriedade fundiária - suas articulações na economia açucareira de Pernambuco**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

## Capítulo 5

---

### A atualidade da obra de Ignacio Martín-Baró para a construção de uma agenda de pesquisa e extensão interseccional e decolonial

José Fernando Andrade Costa

*Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)*

Carlos César Barros

*Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)*

Stefanie de Almeida Macêdo

*Universidade Federal do Ceará (UFC)*

Joana Carla de Jesus Assis

*Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)*

Danniel Leão de Oliveira

*Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)*

### Introdução

*Porque a luta é justa, a esperança não esmorece.*

Passadas mais de três décadas após o assassinato dos mártires de San Salvador<sup>1</sup>, o legado intelectual de Ignacio Martín-Baró segue como inspiração para a luta por justiça em defesa da vida e da transformação radical da sociedade. Sua obra constitui um robusto referencial analítico e prático para a compreensão e para a ação libertadora, sendo cada vez mais difundida e utilizada em diversos centros de formação e pesquisa (Montero; Sonn, 2009).

---

<sup>1</sup> Em 16 de novembro de 1989, seis jesuítas e duas trabalhadoras foram brutalmente assassinados, nas dependências da Universidade Centro-Americana (UCA), por militares do Exército salvadorenho treinados pelos Estados Unidos (Chomsky, 1990/1998). A epígrafe deste capítulo é uma menção a um ato de celebração da memória dessa tragédia, para que nunca se repita e a justiça seja feita.

No Brasil a leitura dos trabalhos de Baró ocorria, até meados dos anos 2000, em centros de pesquisa muito específicos que possuíam acesso às obras em espanhol, como as Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e Campinas. No campo da Psicologia, por mais de uma década esteve disponível apenas uma tradução, realizada por Oswaldo Yamamoto e José Pinheiro, do texto “O papel do Psicólogo” (Martín-Baró, 1996). Esse cenário se modificou com a realização do VI Congresso Internacional de Psicologia Social da Libertação, em 2003, e a publicação do livro “Psicologia Social para América Latina - o Resgate da Psicologia da Libertação” (Guzzo; Lacerda Júnior, 2011). Nessa coletânea constam a tradução de dois textos fundamentais de Baró, além de diversos capítulos de discussão e aprofundamento sobre a tarefa de uma psicologia libertadora. A difusão do acesso aos textos, com outras traduções para o português a partir de 2013, certamente contribuiu para a propagação das ideias de Baró, que rapidamente passou a ser referência obrigatória para a construção de uma psicologia crítica brasileira.

Os aportes teóricos propostos por Martín-Baró são ferramentas para a análise e discussão crítica de questões centrais para a psicologia social, tais como: violência, fatalismo, consciência política, alienação e ideologia, entre muitas outras. A obra de Baró é indispensável para a crítica epistemológica à psicologia hegemônica e ao mesmo tempo para construir uma outra psicologia, voltada para a libertação política e emancipação humana da América Latina. Também encontramos em seu legado uma inspiração para o contínuo desenvolvimento da pesquisa empírica e do trabalho prático junto às comunidades mais vulneráveis e às organizações populares.

Em nossa experiência, temos trabalhado em Feira de Santana, Bahia, em torno do grupo de pesquisa Psicologia e Teoria Crítica. Buscamos construir uma agenda de pesquisa e extensão universitária socialmente referenciada e politicamente engajada na qual o legado de Baró cumpre um importante papel. Entendemos que outros referenciais importantes de crítica da sociedade, como o legado da Escola de Frankfurt e a interseccionalidade, devem ser contextualizados à luz da

realidade concreta em que estamos inseridos. Nesse sentido, a contribuição de Baró é valiosa e inspiradora. Visamos um modelo de descolonização epistêmica que não seja nem aditivo nem substitutivo, mas que promova uma espécie de subversão dialógica do conhecimento hegemônico a partir dos problemas e saberes concretos de nossa realidade<sup>2</sup>. Para ilustrar essa intenção adotamos carinhosa e divertidamente o apelido “Feirafurt” para nomear nosso grupo.

Neste capítulo apresentamos alguns dos resultados da leitura “feirafurtiana” sobre a obra de Baró, com o intuito de compartilhar nossas reflexões e experiências, mas também de estimular o debate. No primeiro momento abordaremos as possibilidades de um diálogo teórico entre a obra de Baró e a teoria crítica interseccional; em seguida serão apresentados exemplos de atividades práticas junto a movimentos sociais e comunidades no âmbito da extensão universitária. Por fim, serão indicadas perspectivas de construção de uma agenda de ensino, pesquisa e extensão informada e inspirada no pensamento e práxis de Martín-Baró.

## Teoria

Para uma compreensão de nossa proposta de diálogo entre a Psicologia da Libertação de Martín-Baró e a interseccionalidade como teoria crítica, começaremos por apresentar algumas características centrais da primeira para, então, explicitar similaridades e avanços possíveis a partir da segunda. Se a ideia inicial é a de libertação da própria psicologia, escravizada e colonizada, não é difícil perceber uma primeira relação essencial com uma proposta gestada por descendentes de uma população escravizada e colonizada. O caminho proposto por Baró foi o da busca de um novo horizonte, de uma nova epistemologia e de uma nova práxis. Trataremos aqui dos aspectos ético-políticos e epistemológicos para, na próxima seção, abordar a questão da práxis.

---

<sup>2</sup> Sobre os modelos de descolonização epistêmica, conferir Teixeira (2022).

A analogia construída com as três mais importantes intuições da teologia da libertação – promoção da vida ou libertação das estruturas de opressão; primazia da verdade prática sobre a teórica; opção preferencial pelos pobres e marginalizados – apresenta o horizonte ético-político proposto para a Psicologia da Libertação. As necessidades das maiorias populares, os problemas concretos das pessoas, é que devem configurar o objeto da Psicologia: “se a necessidade objetiva mais peremptória das maiorias latino-americanas é a sua libertação histórica de estruturas sociais que as mantêm oprimidas, para essa área devem se voltar a preocupação e o esforço da Psicologia” (Martín-Baró, 1986/2011, p. 191). Para além da suposta desalienação ou libertação individual, proposta pela psicologia tradicional, um projeto libertador volta sua atenção para o povo, para a coletividade, para a crítica-prática das estruturas de opressão abrangentes causadoras do fatalismo existencial.

Começemos pela intuição inicial. Um dos pontos fortes da proposta interseccional é justamente a descrição mais precisa das estruturas de opressão e de suas relações. Uma das premissas orientadoras da interseccionalidade afirma que a intersecção das relações de poder produz desigualdades sociais complexas e interdependentes de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, etnia, capacidade e idade (Collins; Bilge, 2016/2021; Collins, 2019/2022). Ao apontar para as opressões estruturadas pela nacionalidade e etnia, Collins e Bilge (2021) concebem uma perspectiva que engloba a possibilidade de leitura de uma proposta de interseccionalidade que é, em si mesma, atrelada ao projeto de construção de um conhecimento e prática descolonial, sustentado pelo reconhecimento da produção de desigualdades historicamente vinculadas ao processo de colonização.

A opção preferencial pelos pobres e marginalizados pode ser relacionada com a concretude das reivindicações e saberes compartilhados pelo feminismo negro, um itinerário construído por um dos grupos sobre o qual recaem os diversos sistemas de opressão. Isso nos remete a outra premissa orientadora, que dá destaque às diferentes experiências e perspectivas que constroem saberes diversos entre os

grupos sociais, aspecto fundamental de um projeto teórico para a Psicologia da Libertação: “a localização social de indivíduos e grupos na intersecção das relações de poder determina suas experiências e perspectivas no mundo social” (Collins, 2019/2022, p. 68). No legado teórico de Baró, sabemos o quão fundamental é assumir a perspectiva dos participantes, isto é, que as pessoas silenciadas em seus saberes e racionalidades diversas devem ser contempladas em análises das relações de poder atentas à complexidade do contexto social, à desigualdade e em busca de justiça.

A questão da primazia da verdade prática nos remete à nova epistemologia. Daí a busca de Baró por uma nova perspectiva: “somente a partir do próprio povo oprimido será possível descobrir e construir a verdade existencial dos povos latino-americanos” (Martín-Baró, 1986/2011, p. 193). Aqui, mais uma vez, outra premissa orientadora da interseccionalidade se apresenta: “resolver problemas sociais dentro de um dado contexto regional, nacional ou global requer análises interseccionais” (Collins, 2019/2022, p. 68). São os problemas sociais das pessoas oprimidas que hão de sulear a Psicologia da Libertação.

A epistemologia interseccional proposta por Collins (2019/2022) enfrenta diretamente a injustiça epistêmica de base colonizadora. Um deslocamento das teorias sociais estabelecidas para projetos de conhecimento resistentes aparece como sugestão. Que projetos seriam estes? A *teoria crítica do racismo*, ou as contribuições de autoras e autores negros que nos ajudem a compreender o contexto latino-americano e brasileiro; a *teoria feminista*, ou a epistemologia feminista e as críticas ao heterocentrismo; a *teoria descolonial*, ou as epistemologias do sul que propõem o processo de descolonização como um fortalecimento de nossos povos. A proposta epistemológica interseccional, à semelhança daquela da Psicologia da Libertação, carrega a influência de Paulo Freire e de Frantz Fanon quando propõe o envolvimento intelectual e político num engajamento dialógico com e entre vários projetos de conhecimento.

Trata-se, portanto, de um projeto de *resistência epistêmica*. Aqui, reconhece-se o fato de que a epistemologia molda os discursos, participa ativamente da organização de hierarquias de poder e molda a organização das comunidades de pesquisa. Contra a violência epistêmica e suas práticas de silenciamento, a proposta é de valorização da autoridade testemunhal, do diálogo e da articulação entre os oprimidos e marginalizados, da rejeição das estratégias de silenciamento.

Destacando a importância da autoridade testemunhal, Collins (2019/2022) traz como exemplo o trabalho de Carolina Maria de Jesus, do seu pujante relato sobre a vida nas favelas em “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, no qual encontramos uma crítica social apurada do capitalismo e da sua sustentação nas diversas opressões interseccionadas. A partir da realização da crítica em seus próprios termos, Carolina traz em sua narrativa literária o cenário de um Brasil pela ótica daqueles e daquelas que até então pouco tinham poder de enunciação, possibilitando uma leitura social extremamente precisa da desigualdade. Afinal, como nos lembra Baró (1986/2011, p. 182), “não é um exagero afirmar que se aprende muito mais sobre a Psicologia dos nossos povos lendo uma novela de García Márquez ou de Vargas Llosa que em nossos trabalhos técnicos sobre o caráter ou a personalidade”. É possível encontrar muito mais aspectos da opressora realidade brasileira na escrita caroliniana do que em muitos dos nossos manuais.

Na proposta de formação de *comunidades interpretativas inclusivas* é valorizado o diálogo entre participantes inseridos em diferentes comunidades comunicativas, isto é, espaços de interação e reconhecimento que possibilitam tanto o exercício da autonomia individual quanto a busca por processos de compreensão e entendimento mútuo. Criam-se espaços seguros nos quais as experiências e as ações criativas dos oprimidos podem oferecer diferentes perspectivas de compreensão e ação sobre o racismo, o heteropatriarcado, as relações de classe capitalistas para pessoas que são privilegiadas ou penalizadas nas intersecções dos sistemas de opressão.

A proposta de resistência epistêmica apresentada por Martín-Baró reverbera como a produção de um conhecimento próprio da América Latina que possibilite a superação do fatalismo que estrutura a dominação colonial. A partir da influência do trabalho de Frantz Fanon sobre a guerra de descolonização da Argélia, Martín-Baró encontra semelhanças entre a dominação sofrida pelo povo argelino e a situação de vida dos povos latino americanos: ambos os contextos de dominação são perpetuados pela lógica fatalista colonial imposta aos colonizados. O fatalismo é lido como “uma dessas profecias autorrealizadoras (*self-fulfilling prophecy*), já que provoca aquilo que postula: a impossibilidade de alterar o rumo da própria existência ou de controlar as circunstâncias que determinam a vida real de cada um” (Martín-Baró, 1987/2017a, p. 160). Logo, o fatalismo funciona como estratégia da colonização ao fazer o colonizado acreditar que não existe saída da ordem colonial para que a estrutura de dominação se mantenha.

É a partir da influência da psicanálise e da resistência de Fanon que Martín-Baró defende a ideia de que o fatalismo introjetado na consciência dos colonizados é resultado direto da violência colonial que afeta a vida psíquica desses sujeitos: “as análises de Fanon demonstram, por um lado, a penetração da dominação no próprio dominado, mas, também, mostram que a manutenção deste domínio introjetado requer o exercício externo do poder dominante” (Martín-Baró, 1987/2017a, p. 171). A introjeção do domínio na organização psíquica do próprio colonizado, assim como o exercício externo de poder colonial, que sustentam o fatalismo na vida cotidiana das pessoas colonizadas, são fundamentados em uma dominação epistemológica que nega qualquer valor ao conhecimento do povo dominado.

Nesse sentido, a proposta de uma resistência epistêmica funciona como forma de combater o fatalismo e alterar a ordem colonial de dominação. Para Frantz Fanon, o processo de descolonização iniciado pelos argelinos é um exemplo do início da construção de uma nova epistemologia, que ao valorizar o conhecimento dos oprimidos, busca combater a violência do colonialismo e produzir novas oportunidades de organização social, para que seja possível: “a substituição de uma

‘espécie’ de homens por outra ‘espécie’ de homens. Sem transição, há substituição total, completa, absoluta” (Fanon, 1961/1979, p. 25).

Ao advogar pela construção de uma epistemologia própria da América Latina, Martín-Baró defende a necessidade da descolonização como forma de construção de uma resistência epistêmica. A partir da produção e valorização do conhecimento do povo oprimido latino-americano, a nova epistemologia tem como objetivo libertar os sujeitos do fatalismo colonial ao estabelecer novas regras de organização da vida cotidiana que contemplem suas necessidades práticas e sociais.

Além do conceito de resistência epistêmica, outra relação que vem sendo desenvolvida pelo grupo de pesquisa consiste em verificar se o fenômeno do fatalismo mantém relação com o conceito de *imagens de controle*, delineado por Collins (1990/2019). Para verificar tal relação, é importante nos debruçarmos brevemente sobre alguns dos aspectos principais discutidos pelos autores, para em seguida apresentar as hipóteses que sustentam este diálogo.

O conceito de *imagens de controle* faz referência às representações culturais estereotipadas que são cotidianamente utilizadas para referir-se aos diferentes grupos sociais. Ao apresentá-lo, Collins (1990/2019) busca também problematizar a função que tais imagens desempenham, uma vez que geram uma objetificação que esvazia aqueles a quem se referem de seu caráter como sujeitos. Por outro lado, o significante que preenche cada uma dessas imagens se encarrega de naturalizar lugares sociais tidos como subalternos e as mazelas sociais subsequentes. No que diz respeito às mulheres negras, as imagens são responsáveis por criar teias de alienação que organizam o modo como as pessoas se relacionam com este grupo, bem como a forma como elas próprias manejam seus vínculos sociais e as possibilidades que estabelecem para as próprias vidas.

A naturalização de uma realidade opressora é parte do que Martín-Baró (1987/2017a) nos apresenta a respeito do fatalismo. Ele elenca como um dos elementos mais comuns do fenômeno, entre os latino-americanos, a percepção de que forças incontrolláveis operam

sobre a vida. Sendo assim, no cotidiano, assumir qualquer outra postura frente às adversidades não alteraria o fato de que as coisas simplesmente “são como são”. Essa compreensão ideológica é fundada tanto pelo absurdo das contradições políticas, dos triunfos e derrotas em que se ergue a América Latina, quanto pela relevância de uma postura religiosa onde todas as coisas são entregues “à vontade de Deus”. Assim, tendo como aspectos comportamentais mais reconhecíveis o conformismo e a submissão às circunstâncias da realidade social - aliada a um estreitamento no vislumbre das possibilidades de vida - parece não haver sentido em lutar por mudanças. Atender às necessidades de sobrevivência quase sempre representa uma urgência entre os membros das classes oprimidas, e a organização da vida cotidiana se dá de modo tal que sobra pouco espaço para a elaboração da crítica, para a organização coletiva, ou mesmo para que o sujeito possa perseguir outras aspirações além do que lhe é imediato (Martín-Baró, 1987/2017a).

Tais aspectos resultam na disseminação de uma imagem de controle bastante específica e deturpada do povo latino-americano. Uma que, carregada de um ranço colonialista, enxerga nosso povo como “preguiçoso”, “irresponsável”, “festeiro” e “exageradamente religioso”. Desse modo, considerando a conexão intrínseca entre estereótipo, preconceito e dominação - enquanto estreitamento da experiência e do pensamento que distancia os povos oprimidos de suas possibilidades emancipatórias - parece-nos adequado dizer que a compreensão do fatalismo enquanto fenômeno psicológico e social passa pela crítica das *imagens de controle*. Pode-se dizer, ainda, que o fatalismo depende da produção e propagação das imagens de controle dirigidas contra grupos marginalizados para manter a articulação e coesão entre os diferentes sistemas de dominação de gênero, raça, classe e sexualidade.

Para Collins (1990/2019), a superação da objetificação perpetrada pelas *imagens de controle* passa por um processo de autodefinição positiva dos grupos oprimidos, como no caso das mulheres negras e do próprio feminismo negro enquanto movimento teórico-prático. Ela nos fala sobre a importância dos espaços seguros, de ambientes que

validam e autonomizam as mulheres negras, fornecendo as chaves para a subversão destas outras imagens esvaziadas: “no conforto das conversas cotidianas [...], as afro-americanas, como irmãs e amigas, reafirmam a humanidade, o caráter singular e o direito de existir umas das outras” (Collins, 1990/2019, p. 227).

Esse retorno às raízes coletivas, em perspectiva interseccional, tem muitas similaridades com a proposta de Martín-Baró para uma superação efetiva do fenômeno fatalista. Além disso, possui uma vantagem contra as leituras que enfatizam o aspecto fundamental da prática de classe, mas perdem de vista que a construção de uma nova identidade social, efetivamente revolucionária, inclui necessariamente uma superação das imagens de controle. Nesse sentido, a aproximação com a memória histórica e cultural de nossos povos fornece os meios para avaliar os conflitos políticos e sociais que resvalam em nosso continente e entremeiam opressões de gênero, raça, classe e sexualidade. A partir daí é possível vislumbrar a construção da organização popular enraizada em seus desejos e lutas ancestrais, contra um sistema mundial colonizador que opera e propaga as opressivas imagens de controle. A virada revolucionária pode ser vislumbrada, então, como o passo final para dismantelar não só o fatalismo, mas as demais estruturas que oprimem as massas populares da América Latina. No entanto, tal coisa só será possível se formos capazes de operar nossa autodefinição, no mais feminista e interseccional dos sentidos, e consolidarmos uma voz coletiva essencialmente latino-americana.

## Prática

A discussão epistemológica até aqui descrita deságua numa proposta metodológica de trabalho dialógico em meio às diferenças de poder. A emergência de novos conhecimentos, sem nos esquecermos da dialética, caminha com a emergência de novas práticas políticas. Encorajados pelas relações teóricas que encontramos entre a obra de Martín-Baró e o campo de estudos da interseccionalidade, tomamos como um desafio para nosso grupo de pesquisa desenvolver também

atividades práticas, a partir da Universidade e da formação em psicologia, que estejam vinculadas à realidade concreta do território no qual estamos inseridos.

Aprendemos com Baró que o psicólogo ou psicóloga, como em qualquer outra carreira profissional, possui um papel específico a desempenhar perante os grupos sociais com os quais trabalha e que esse papel pode ser mistificador ou transformador. Isso significa que o trabalho em psicologia pode estar a serviço da reprodução da ordem injusta e ideológica que perpetua opressões ou pode ir contra tal estrutura, e buscar, nas contradições da própria realidade concreta, as fissuras e impulsos para a superação de injustiças e a mudança social libertadora.

Um adequado diagnóstico do *território* no qual pisamos, das necessidades e aspirações dos povos com quem e para quem trabalhamos é o primeiro passo em direção a uma psicologia transformadora. É necessário sempre lembrar, como diz Frei Betto, que a cabeça pensa de acordo com onde os pés pisam, de modo que a formação pessoal dos sujeitos está atrelada às circunstâncias sociais concretas de gênero, raça, classe e sexualidade que lhes enredam. Num período histórico marcado pelo capitalismo financeirizado - como nos lembram Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2018/2020) em seu debate sobre o sistema capitalista -, no qual o elogio ao solipsismo e egoísmo do mérito individual opera como uma das mais fortes imagens de controle cotidianas, cabe à psicologia crítica problematizar o nexo existente entre tal mentalidade e as crescentes queixas de sofrimento psíquico, como a alienação, o sentimento de impotência, o esvaziamento de sentido das relações interpessoais e outras formas de desamparo.

A psicologia tem o papel de colaborar com outras ciências para mitigar os efeitos perversos dos traumas cotidianos de uma sociedade capitalista violenta e opressiva, além de contribuir com o desenvolvimento das potencialidades dos povos em luta por um outro mundo possível. A exigência da qualidade do desenvolvimento científico é um aspecto imprescindível para que se possa avançar na

transformação social, mas o próprio processo de mudança – mais ou menos acelerado – implica na desideologização do campo científico. Uma vez que a neutralidade científica não passa de um artefato ideológico a serviço dos setores dominantes, o desafio consiste em desenvolver uma psicologia fundamentada na realidade concreta que seja ao mesmo tempo metodologicamente consistente com a necessidade de enfrentar os problemas que se apresentam. Baró argumenta que a objetividade científica assim concebida constitui um *realismo crítico*, uma substituição do idealismo metodológico por um efetivo “banho de realidade”, no qual “não sejam os conceitos que convoquem a realidade, mas que a realidade busque os conceitos; que as teorias não definam os problemas de nossa situação; mas que os problemas as exijam e, por assim dizer, escolham sua própria teorização” (Martín-Baró, 1987b/2017b, p. 78).

Orientados por essa postura, nossa atuação junto a diferentes comunidades e organizações políticas na região onde estamos inseridos ocorre como parte do processo de implementação do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A UEFS é uma das mais importantes universidades públicas do interior baiano, localizada em uma região de entroncamento viário, tendo como uma de suas características receber estudantes de diversos municípios dos territórios vizinhos e, portanto, contribuir com a formação técnica de profissionais que irão retornar e contribuir para o desenvolvimento da região. Nesse sentido, a UEFS se consolida primeiro como uma instituição para formação de docentes para os municípios do interior baiano e, depois, como Universidade de pesquisa. Mas em toda sua história, a UEFS possui uma forte vocação para sua “terceira missão”, materializada na forma de prestação de serviços à comunidade e de *extensão universitária*.

Por meio da extensão, a Universidade pode ir além de seus muros e se fazer presente no cotidiano de vida das pessoas. Martín-Baró defendeu que a psicologia deveria estar próxima das organizações populares e chegar até onde o povo está. A partir da prática extensionista conseguimos planejar nossa inserção nos diferentes

territórios urbanos e rurais onde somos demandados e podemos nos colocar a serviço das comunidades enquanto universidade pública e curso de psicologia popular.

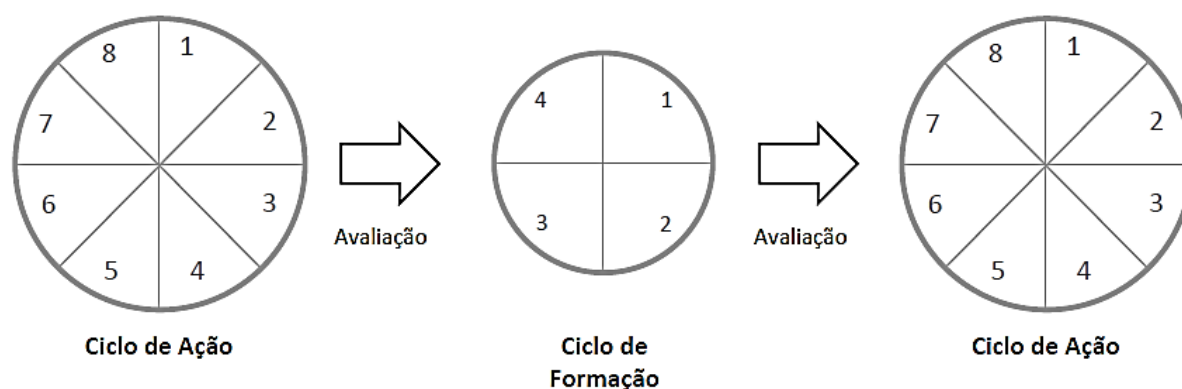
No município feirense, o segundo maior do estado, lidamos com problemas semelhantes a outros grandes centros urbanos, como a violência endêmica que vitimiza cotidianamente jovens negros periféricos, produz medo e insegurança, reforça o fatalismo e a militarização – uma vez que Feira de Santana figura sempre entre as primeiras posições nos rankings de taxas de homicídios e possui uma Polícia Militar que está entre as mais violentas do país – de modo que o cenário assemelha-se em diversos aspectos a uma guerrilha urbana, causando trauma psicossocial e outros impactos negativos sobre a saúde mental da população.

Contra essa situação de desesperança erguem-se as vozes coletivas de resistência dos movimentos sociais. O grupo de pesquisa vem trabalhando, desde o seu início, junto ao Núcleo Feira de Santana do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR-FSA), por meio da abertura dos espaços da universidade para a realização periódica de rodas de conversa sobre a defesa dos direitos da população em situação de rua. Nesse percurso foi possível criar um espaço seguro de trocas para que os membros do movimento ensinassem à universidade sobre seus saberes práticos, sobre o conhecimento que constroem cotidianamente na realidade das ruas – a “rualogia”. Entendemos que essa experiência constitui um exemplo de *resistência epistêmica* e que a partir dessas trocas podemos pensar em formas de abordagem mais eficazes e respeitosas, na qual a efetivação de políticas públicas ocorra por meio de um vínculo duradouro, construído pelo diálogo e pela ação coletiva. Nesse sentido, mais do que apenas ouvir, temos que nos pronunciar sobre as injustiças quando elas ocorrem e, enquanto Universidade, temos o dever de discutir nossa participação institucional nos espaços de controle social que ocupamos, pois ali podemos construir acordos que estejam voltados para os interesses dos oprimidos ou dos opressores. Junto com o MNPR aprendemos a

problematizar nossa inserção nesses espaços e a vislumbrar outras possibilidades de participação libertadora.

Temos trabalhado também uma linha de pesquisa e intervenção que visa construir uma metodologia participativa e continuada – os *Ciclos de Ação Comunitária*. A proposta dos Ciclos de Ação consiste em desenvolver uma série de atividades planejadas, com duração de oito encontros (semanais ou quinzenais), com o objetivo de identificar demandas das comunidades, estabelecer um plano de ação e buscar soluções coletivas, avaliando o processo e apresentando, ao final, um produto do Ciclo (pode ser um ato público, uma carta aberta etc.), de modo que novos ciclos possam surgir dando continuidade à ação e, ao mesmo tempo, transformando o grupo participante. Entre a realização dos Ciclos de Ação podem ser realizados Ciclos de Formação, mais curtos, com o intuito de avaliar e debater os resultados, além de avançar com a capacitação técnica da equipe envolvida.

Figura 1 - Esquema básico dos Ciclos de Ação e Formação



Fonte: Elaboração própria

Os Ciclos de Ação constituem uma metodologia aberta e participativa, fundamentada no princípio de ação-reflexão-ação e na interação dialógica entre a equipe de agentes externos e internos à comunidade. Diversos ciclos podem ocorrer simultaneamente. Geralmente a demanda por Ciclos de Ação parte de estudantes interessados(as) em realizar ações práticas no campo da psicologia, mas também podem surgir demandas das próprias comunidades,

movimentos sociais e organizações populares que buscamos atender mediante a proposição de novos Ciclos.

Entre 2020 e 2023 conseguimos concluir 14 Ciclos de Ação junto a 08 grupos comunitários em diversos municípios do Estado da Bahia<sup>3</sup>.

Os primeiros Ciclos ocorreram no formato de encontros remotos, devido ao contexto de distanciamento durante a pandemia de Covid-19. Esses Ciclos foram adaptados conforme as demandas do público-alvo, sendo inicialmente focados em oferecer apoio psicossocial para públicos específicos: professoras da Educação do Campo, jovens lideranças rurais e integrantes da setorial de mulheres de sindicatos rurais vinculados ao Movimento de Organização Comunitária (MOC). A demanda por apoio psicossocial decorreu dos principais problemas enfrentados naquele momento da pandemia, tais como: o estresse devido à sobrecarga de trabalho no ambiente doméstico; o aumento dos conflitos familiares; as tensões decorrentes do processo eleitoral de 2020; a preocupação com a disseminação de desinformação; e o crescimento do negacionismo e da adesão às pautas da extrema-direita. Para lidar com essas questões nos diferentes grupos, para as educadoras focamos em ações educativas de autocuidado (físico e emocional) e na discussão sobre a construção de vínculos e redes de apoio familiar e comunitária; com o grupo de jovens trabalhamos primeiro o resgate da história pessoal e protagonismo que exercem nas lutas por direitos em seus municípios; com o grupo de mulheres os encontros estiveram voltados para a construção de campanhas de combate à violência contra mulheres e pela divisão justa do trabalho doméstico.

---

<sup>3</sup> Durante o período de atividades remotas, foram realizados Ciclos em parceria com o Projeto CAT - Conhecer, Analisar e Transformar e o Programa de Educação do Campo Contextualizada, do Movimento de Organização Comunitária que atendem mais de vinte municípios do Sertão baiano.

Tabela 1 - Relação dos Ciclos de Ação Comunitária concluídos entre julho de 2020 e agosto de 2023

| Ano  | Ciclo                                                                                                         | Parceria             | Nº partic. | Local/formato |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|------------|---------------|
| 2020 | 1º Ciclo de apoio psicossocial para educadoras do campo                                                       | CAT/MOC              | 28         | Remoto        |
| 2020 | 1º Ciclo de apoio psicossocial para jovens lideranças rurais                                                  | MOC                  | 8          | Remoto        |
| 2021 | 1º Ciclo de Ação Comunitária para promoção da autonomia com estudantes de escola pública                      | SEC-BA/UEFS          | 9          | Remoto        |
| 2021 | 1º Ciclo de Ação Comunitária para enfrentamento à violência contra as mulheres (lideranças rurais)            | MOC                  | 10         | Remoto        |
| 2021 | Ciclo de Ação Comunitária em defesa dos direitos das mulheres (comunidade ADELBA - Feira de Santana)          | Cáritas              | 7          | Híbrido       |
| 2021 | 2º Ciclo de apoio psicossocial para educadoras do campo                                                       | CAT/MOC              | 15         | Remoto        |
| 2021 | 2º Ciclo de apoio psicossocial para jovens lideranças rurais                                                  | MOC                  | 10         | Remoto        |
| 2022 | 2º Ciclo de Ação Comunitária para promoção da autonomia com estudantes de escola pública                      | SEC-BA/UEFS          | 20         | Presencial    |
| 2022 | 2º Ciclo de Ação Comunitária para enfrentamento à violência contra as mulheres (lideranças rurais)            | MOC/STR Retirolândia | 20         | Presencial    |
| 2022 | Ciclo de Apoio Psicossocial para promoção de qualidade de vida para mulheres idosas (ILPI - Feira de Santana) | -                    | 6          | Presencial    |
| 2022 | 1º Ciclo de Apoio Psicossocial para mulheres rurais (Comunidade Angico - Ibipeba-BA)                          | -                    | 8          | Presencial    |
| 2023 | Ciclo de Ação Comunitária com mulheres idosas participantes de um grupo de dança (Irecê-BA)                   | -                    | 22         | Presencial    |
| 2023 | 2º Ciclo de Apoio Psicossocial para mulheres rurais (Comunidade Angico - Ibipeba-BA)                          | -                    | 6          | Presencial    |
| 2023 | Ciclo de Ação Comunitária "A vida no bairro" (Conjunto Feira VI - Feira de Santana)                           | -                    | 15         | Presencial    |

Fonte: elaboração própria.

Com o retorno das atividades presenciais foi possível iniciar Ciclos de Ação com públicos variados com a reunião de coletivos nos

territórios, visando a potenciação das lutas. Nossa perspectiva é seguir com a proposta de colocar a psicologia a serviço dos problemas concretos da população oprimida, mobilizando nossos instrumentos de trabalho e buscando promover ações transformadoras de forma coletiva e participativa<sup>4</sup>.

No entanto, sabemos que existem muitos desafios e dificuldades nesse processo e nem sempre conseguimos sustentar a mobilização da consciência crítica e o exercício do poder junto aos grupos oprimidos a partir de um projeto da Universidade – por mais ambicioso que seja. Com Martín-Baró aprendemos que a construção de uma nova práxis para a psicologia significa tomar partido e ir aonde o povo está. Significa politizar o fazer da psicologia sem abandonar sua objetividade científica e técnica. Assim, esperamos compartilhar bons resultados, a médio e longo prazo, tanto para os grupos com quem trabalhamos, quanto para nossos(as) estudantes e para a psicologia latino-americana como um todo.

## Considerações Finais

Neste capítulo apresentamos brevemente alguns dos trabalhos que realizamos, enquanto grupo de pesquisa e intervenção, inspirados no legado de Ignacio Martín-Baró. Entendemos que a atualidade da obra de Baró reside sobretudo na inspiração para uma psicologia crítica e politicamente engajada, desenvolvida a partir do diálogo com teorias críticas e comprometidas com os desejos e lutas populares. Também buscamos desenvolver metodologias de pesquisa e de ação que respondam às necessidades concretas das comunidades e promovam uma nova práxis política para a psicologia.

Nossos esforços estão apenas no início de um longo percurso no qual o caminho se faz ao caminhar e para o qual é necessário estabelecer um caderno de viagem, uma agenda de pesquisa e extensão informada e inspirada no pensamento e práxis de Martín-Baró. Para

---

<sup>4</sup> No início do segundo semestre de 2023 estavam em fase de planejamento e preparação para o início das atividades de outros seis Ciclos de Ação Comunitária.

tanto, assumimos que, por um lado, a Psicologia da Libertação latino-americana tem muito a contribuir para a teoria crítica de tradição frankfurtiana e que, por outro, os modelos contemporâneos de teorias críticas, como a interseccionalidade, dialogam com as intuições fundamentais da obra de Martín-Baró. Temos como principais perspectivas:

- 1) reunir, em torno do grupo Feirafurt, projetos de pesquisas que abordem a relação entre teoria crítica contemporânea e a Psicologia da Libertação, a partir da descolonização epistêmica e da interseccionalidade;
- 2) construir metodologias participativas de ação popular no âmbito da extensão universitária, voltadas para a mobilização da consciência crítica e para o exercício do poder pelos grupos oprimidos.

Esperamos contribuir para o diálogo sobre a atualidade e alcance da obra de Ignacio Martín-Baró, tanto para fazer avançar a crítica epistemológica à psicologia hegemônica, quanto para colocar nosso conhecimento e técnica a serviço das necessidades e lutas populares em uma perspectiva libertadora. Consideramos que, desse modo, colocamo-nos em um permanente movimento dialógico e de construção da teoria e da prática enquanto *práxis*, isto é, enquanto elementos indissociáveis para a transformação crítica da realidade. Nesse caminhar, partilhamos do sentimento que moveu Baró e seus companheiros jesuítas na UCA, a respeito do papel da universidade popular:

Es importante conocer nuestros límites, como es importante conocer nuestras fuerzas y posibilidades. Más importante es, todavía, conocer las necesidades del pueblo y capacitarnos para que nuestras Universidades respondan a ellas. Una Universidad que, bajo una u otra disculpa, nunca realice un esfuerzo conscientizador ni entre nunca en conflicto con los poderes establecidos en apoyo de los oprimidos, difícilmente puede ser considerada una Universidad centroamericana. Por lo menos, nuestros pueblos no la reconocerán como suya (Martín-Baró, 1974/1998, p. 158).

## Referências

- CHOMSKY, N. El contexto socio-político del asesinato de Ignacio Martín-Baró. [Epílogo]. *In*: MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la Liberación**. Edición, introducción y notas de Amalio Blanco. Madrid: Editorial Trotta, 1998. p. 343-355. Originalmente publicado em 1990.
- COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Trad. Bruna Barros e Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022. Publicado originalmente em 2019.
- COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**. Trad. Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019. Publicado originalmente em 1990.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021. Publicado originalmente em 2016.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Publicado originalmente em 1961.
- FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. Trad. Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020. Publicado originalmente em 2018.
- GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. **Psicologia social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. 2 ed. Campinas, SP: Alínea, 2011.
- MARTÍN-BARÓ, I. Conscientización y currículos universitarios. *In*: MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la Liberación**. Edición, introducción y notas de Amalio Blanco. Madrid: Editorial Trotta, 1998. p. 131-159. Publicado originalmente em 1974.
- MARTÍN-BARÓ, I. O desafio popular à Psicologia Social na América Latina. *In*: MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Tradução e organização Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis: Vozes, 2017b. Originalmente publicado em 1987.
- MARTÍN-BARÓ, I. O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. *In*: MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Tradução e organização Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis: Vozes, 2017a. Originalmente publicado em 1987.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 1, n. 2, p. 7-27, 1996. Publicado originalmente em 1985. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>.
- MARTÍN-BARÓ, I. Para uma Psicologia da Libertação. *In*: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. **Psicologia social para a América Latina: o**

resgate da Psicologia da Libertação. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2011. (Pp. 181-197). Publicado originalmente em 1986.

MONTERO, M.; SONN, C. **Psychology of liberation: theory and applications**. New York: Springer, 2009.

TEIXEIRA, M. Três modelos de descolonização epistêmica: inclusão, substituição e subversão. In: BARROS, C. C.; COSTA, J. F. A.; MACÊDO, S. A. (Orgs). **Psicologia e teoria crítica: descolonização, interseccionalidade e a crise do capitalismo**. Vol. 1. Feira de Santana: UEFS Editora, 2022. p. 69-89.

## IV - MARTÍN-BARÓ EM DIÁLOGO COM A CIDADE

## Capítulo 6

---

### Trauma psicossocial como ferramenta de ação e reflexão da Psicologia: experiências com populações marginalizadas em São Paulo – SP

**Antonio Euzébios Filho**  
*Universidade de São Paulo (USP)*

**Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior**  
*Universidade de São Paulo (USP)*

**Jussara de Souza Silva**  
*Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) - Campus Baixada  
Santista*

**Iris Barboza Pastor Souza**  
*Centro Universitário São Camilo*

**Alice Kacelnik Rosenthal**  
*Universidade de São Paulo (USP)*

**Joyce Mirelle Lima Farias**  
*Universidade de São Paulo (USP)*

**Gabriel Mussato Silva**  
*Universidade de São Paulo (USP)*

**Matheus Costa Campos**  
*Universidade de São Paulo (USP)*

### Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar as contribuições dos conceitos de trauma psicossocial e violência política para a atuação da Psicologia com populações marginalizadas - reflexão esta que tem como pano de fundo duas experiências extensionistas com moradores de ocupações urbanas e pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo.

As ações extensionistas estão vinculadas ao Observatório do Trauma Psicopolítico<sup>1</sup>, um núcleo interinstitucional (Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, Campus Baixada Santista e Instituto de Psicologia, USP, São Paulo) e transdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, criado recentemente por iniciativa de pesquisadores das instituições mencionadas.

As atividades desenvolvidas têm como pano de fundo as noções de trauma psicossocial, reparação psicossocial e violência política (que serão discutidas na sequência), e se constituem como públicos-alvo do Observatório as populações, territórios e grupos marginalizados, aqueles que estão ativamente envolvidos em conflitos políticos ou que enfrentam (direta ou indiretamente) as ações e os reflexos da violação de direitos humanos.

O Observatório é composto por psicólogas, psicólogos, estudantes (graduação e pós-graduação), pesquisadoras, pesquisadores, militantes, trabalhadoras, trabalhadores e sociedade civil que formam um núcleo de pesquisa e ação profissional em torno da dimensão psicossocial da violência política e da violação de direitos humanos. Sendo assim, tem como objetivos norteadores a produção técnica, por meio da elaboração de perícias técnicas, notas técnicas, laudos psicossociais e protocolos de reparação; o desenvolvimento de metodologias participativas; a execução de ações na comunidade, com vistas ao fortalecimento do tecido social, das redes de apoio, da memória coletiva e a articulação do território para a garantia de direitos; e a produção teórica e de materiais de referência para atuação em situações de violação de direitos e violência política.

Como sinalizado anteriormente, as atividades do Observatório em todos os seus níveis (ensino, pesquisa e extensão), são sustentadas pelas

---

<sup>1</sup> Inicialmente, é mister salientar que o termo “psicopolítico” adotado no nome do Observatório, não é uma formulação de Martín-Baró, mas, sim, uma opção adotada a partir de leituras contemporâneas sobre o trauma psicossocial e a violência política, como Cuellar (2018), por exemplo, e por expressar mais explicitamente que se trata de consequências advindas da violência política e de Estado.

noções de trauma e reparação psicossocial e de violência política ou de Estado, sobretudo a partir dos contributos de Ignacio Martín-Baró.

Destaca-se que Martín-Baró, espanhol radicado em El Salvador, foi um grande personagem da história latinoamericana no que concerne à produção para o campo teórico-metodológico da Psicologia, a partir do movimento da Psicologia da Libertação. Suas formulações partiam da análise do contexto histórico, social, econômico e político de El Salvador e dos países latinoamericanos, caracterizados pela violência das ditaduras militares, pela pauperização dos trabalhadores e das maiorias populares e pela situação de dependência econômica.

América Latina, Brasil, São Paulo. Estamos na capital financeira do Brasil - e, por que não, da América Latina - mas que também expõe gritantes desigualdades em cada esquina e avenida. Com uma população estimada de 11.451.245 pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas [IBGE], 2023), a cidade de São Paulo é palco da alta concentração de capital por um lado e da má distribuição de renda, por outro (Rosa; Cavicchioli; Brêtas, 2005). Assim, fruto da má distribuição de renda, muitas populações experimentam cotidianamente as agruras das mazelas sociais em suas histórias de vida, como é o caso da população em situação de rua (PSR) e das populações moradoras de ocupações urbanas.

Em se tratando da PSR, o censo realizado pela Prefeitura de São Paulo em 2021 contabilizou 31.884 pessoas em situação de rua na capital paulista (Prefeitura de São Paulo, 2021), ao passo que, em levantamento realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da Universidade Federal de Minas Gerais (POLOS-UFMG), com dados cruzados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), foi estimado um quantitativo de 52.226 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Já sobre as populações moradoras de ocupações urbanas, ainda que não existam dados atuais oficiais, em levantamento realizado pela Prefeitura de São Paulo em 2018, foram identificados 51 imóveis ocupados, distribuídos em 6 subprefeituras e 18 distritos, com um contingente populacional

estimado de 3.503 famílias e 10.562 pessoas (Prefeitura de São Paulo, 2018)<sup>2</sup>.

Viver nas ruas e nas ocupações difere geralmente em aspectos relacionados à fixação e apego ao território, mas estas populações são alvo das condições desfavoráveis de habitação, da falta de moradia, da vivência sistemática de ações violentas perpetradas por agentes estatais, dos estereótipos e estigmas que circundam as suas histórias de vida, por exemplo (Almeida *et al.*, 2020; Sicari; Zanella, 2018). É, portanto, neste ponto que o *quefazer* do Observatório do Trauma Psicopolítico se encontra: na compreensão de que a vivência a tais situações pode produzir afetações nos indivíduos e grupos e que estas, por seu caráter negativo, podem conduzir a danos psicossociais e a processos de traumatização psicossocial.

Ademais, vale ressaltar que a compreensão psicossocial sobre a violência política, nos moldes do pensamento baroniano, tem como enfoque as afetações no tecido social e comunitário que emergem de situações de violação aos direitos humanos.

### O trauma psicossocial e a opção pelo psicopolítico

Certamente, uma das características da produção teórica de Martín-Baró é a variabilidade de temas com que trabalhou ao longo da sua vida, mas sempre tendo como pano de fundo os constantes conflitos sócio-políticos de El Salvador e a realidade da América Latina, sob a égide da influência do imperialismo norte-americano e de dependência econômica dos países de “terceiro mundo”.

De 1979 em diante, quando estoura a guerra civil salvadorenha acompanhada de um agravamento exponencial das violações de direitos humanos do povo por conta do Estado, nota-se que os

---

<sup>2</sup> No caso das ocupações, sabemos que este número não reflete a realidade com a qual empiricamente nos deparamos, especialmente pós-pandemia. Ao andar pelas ruas do centro urbano expandido, nota-se um aumento exponencial de PSR junto às mesmas grandes ocupações de sempre, mas agora convivendo ao lado de micro-ocupações que não necessariamente se fixam por muito tempo em um território - os deslocamentos da crescente Cracolândia como exemplo.

caminhos teóricos que o autor seguiu foram atravessados cada vez mais por suas experiências de vida no contexto da guerra, traçando a urgência de críticas e reformulações às noções tradicionais de trauma e violência da Psicologia, emergindo, assim, a sua concepção própria de trauma e de seus sentidos para a vida das pessoas (Moreira; Guzzo, 2015).

Martín-Baró concebe a violência como um processo histórico, produto de relações sociais de uma dada sociedade, que expressa e canaliza as forças e os interesses sociais concretos em um marco estrutural que é determinado por conflitos de classes (Martins; Lacerda Júnior, 2014). Nesse contexto, o trauma psicossocial proposto por Martín-Baró se diferencia de outras concepções, como o trauma psíquico (que se refere a uma ferida particular que uma experiência difícil ou excepcional deixa no indivíduo) e o trauma social, cuja definição de “social” é vaga (Martín-Baró, 1988).

As feridas provocadas pela experiência prolongada a situações como a guerra de El Salvador, contribuem para a elaboração do conceito que Martín-Baró define como trauma psicossocial - termo acentuado por seu caráter essencialmente dialético para pensar a relação entre o sujeito e a sociedade na formação traumática. De acordo com o referido autor, “el trauma psicosocial constituye así la cristalización concreta en los individuos de unas relaciones sociales aberrantes y deshumanizadoras, como las que prevalecen en situaciones de guerra civil” (Martín-Baró, 1994, p. 39).

Junto ao trauma psicossocial, subjazem os conceitos de violência política e de saúde mental, que também fornecem subsídios para a compreensão das realidades sob as quais o Observatório desenvolve as suas atividades.

Para Sanjurjo e Feltran (2015), foi após os graves acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, durante as severas ditaduras militares entre as décadas de 1960, 1970 e 1980 na América Latina, que a violência de Estado passou a ser objeto de discussão e ação pública. Se, inicialmente, tal conceito centrava-se mais nas dimensões física e/ou material em uma determinada população civil,

com o passar do tempo percebeu-se que tal violência produz repercussões na saúde mental. Nessa direção, o impacto psicossocial da violência política no bem-estar e na saúde coletiva das populações, está para além da perda da vida ou de destruição da infraestrutura física, mas expressa elementos que se constituem em fatores de adoecimento e de desestruturação psicossocial (Pedersen, 2006).

Já em relação à concepção de saúde mental, para Martín-Baró ela não se refere a um funcionamento satisfatório do indivíduo, isto é, a saúde mental não é uma condição de dentro para fora. Contrariamente, o autor propõe que a saúde mental deve ser vista de fora para dentro, sendo a materialização do caráter alienante ou humanizador de uma estrutura de relações históricas em uma pessoa ou grupo (Martín-Baró, 1990). Nas palavras do autor, a saúde mental constitui

[...] una dimensión de las relaciones entre las personas y grupos más que un estado individual, aunque esa dimensión se enraice de manera diferente en el organismo de cada uno de los individuos involucrados en esas relaciones, produciendo manifestaciones ("síntomas") y estados ("síndromes") (p. 73).

Dessa maneira, as intersecções entre as noções de violência política e de saúde mental ajudam a compreender que o trauma psicossocial concebe a ferida que afeta as pessoas como sendo produzida socialmente, não tendo assim suas raízes no indivíduo, mas na sociedade. Porém, ao mesmo tempo, pela sua natureza relacional, é intermediado por instituições, grupos determinados e pelos indivíduos em si, que vão apresentar vivências singulares de uma mesma situação traumática (Martín-Baró, 1988), isto é, maneiras diferentes de experienciar o trauma a depender do contato com aquela. Daria conta então, de uma cristalização de experiências de desumanização, violência, humilhação, tanto a nível individual como coletivo, que denotam um processo de traumatização psicossocial.

O trauma psicossocial se caracteriza, ainda, pela sequencialidade da violência política - no que difere, novamente, da noção de trauma psíquico. Martín-Baró destaca o caráter sequencial em que os processos traumáticos podem se realizar como parte de um processo histórico e

de uma ancestralidade, o que pode intensificar e complexificar a traumatização a níveis coletivos. A transgeracionalidade é outra característica, que é a capacidade da expressão traumática em gerações posteriores à que foi afetada de forma direta pela violência política (Gonçalves, 2017). Martín-Baró dá ênfase também à heterogeneidade do trauma, pelo fato de não ser uma expressão que ocorre mecanicamente e é histórico e multideterminado, assim, suas expressões e efeitos podem ser muito diversos.

O trauma psicossocial emerge com a presença sistemática de processos de desumanização daqueles afetados pela violência sequencial, processo marcado pela coisificação, a subtração dos valores, características e significados que conferem ao outro sua condição de constituir-se como humano.

O trauma psicossocial se cristaliza como fragilização da condição de existência comunitária (e provavelmente afetando as pessoas individualmente), após e/ou durante uma sequencialidade de danos psicossociais, consequência da violência política.

Individualmente ou coletivamente, uma comunidade afetada vê-se diante de possíveis danos psicossociais que se instalam no conjunto das significações e vinculações, tais como: estado exacerbado de alerta, sentimento de impotência na organização da vida, alterações no sentido da realidade, a fragilização da autonomia pessoal e da autoconfiança, a depreciação da autoimagem e a ausência de perspectivas animadoras para o futuro. Do ponto de vista coletivo, percebe-se a desintegração da memória e identidade coletivas, o acirramento da violência intra e intergrupo, a desconfiança nas relações interpessoais e a estreiteza e rigidez na elaboração da imagem do adversário, que se torna o inimigo (Dobles; Muñoz, 2019).

Posto isso, entendemos que tal conceito não é importante apenas para conhecer as diferentes dimensões da violência política e de Estado, mas se constitui como ferramenta para atuar em torno da reparação psicossocial aos indivíduos e grupos vítimas de violência de Estado e violação dos Direitos Humanos.

Os caminhos para uma reparação psicossocial devem pressupor implicação com os processos de responsabilização e a rememoração das situações geradoras do trauma. Tendo em vista que o processo de reparação não se dá apenas em âmbito individual, é no encontro com o coletivo e com a comunidade que emergem as possibilidades de reparação, atreladas ao conjunto de saberes da população atingida. Fruto de uma *práxis* política coletiva, a reparação psicossocial compreende a memória histórica, a reconstrução de modelos de identificação, a crítica às noções cristalizadas de autoridade, a superação da vergonha e da humilhação social, e a reconstrução de um futuro e projeto de vida no qual a dimensão coletiva se apresenta como elemento central para um projeto ético-político de libertação e de superação do trauma psicossocial (Martín-Baró, 1987).

Ademais, como postulado por Cuellar (2018), é necessário considerar os efeitos da violência política, e que esta afeta o corpo e resulta em uma eliminação, ao mesmo tempo, física e simbólica. Ainda, segundo o autor, em decorrência dos efeitos da violência política, o conceito de trauma psicopolítico reivindica uma reparação que seja psicopolítica, na qual o Estado deve assumir a sua responsabilidade.

### **Experiências com a população em situação de rua e moradores de ocupações urbanas: a aplicabilidade dos conceitos**

A atuação junto à PSR e duas ocupações na cidade de São Paulo foi resultado de uma demanda de laudo técnico psicossocial solicitada pelo Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos e da Habitação, respectivamente, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), para subsidiar procedimentos e ações dos núcleos com vistas à garantia dos direitos destas populações. O desenvolvimento de um estudo psicossocial da PSR, que sustentou a produção do material técnico, teve como objetivo verificar se a política para referida população da cidade de São Paulo, com destaque para os dispositivos de acolhimento, dentre eles, especialmente os Centros de Acolhida (CAs), favorecem a autonomia e a dignidade ou mesmo a saída da PSR das ruas.

Considerando o objetivo proposto e por se tratar de uma população presente em vários pontos da cidade, foi escolhido um local fixo para a coleta de dados e outros espaços ocasionais, entre os meses de novembro de 2022 a abril de 2023. Em relação ao primeiro, a coleta de dados foi realizada semanalmente em um serviço socioassistencial, que também é sede do Movimento Nacional da População de Rua e está localizado na região central da cidade de São Paulo. Já em relação aos espaços ocasionais, estes seguiram a agenda de atendimentos itinerantes do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, da DPESP, em espaços como Núcleos de Convivência, CAs e Praça da Sé.

Os procedimentos metodológicos abarcaram instrumentos qualitativos e quantitativos, entre eles observações e produção de diários de campo, entrevistas em profundidade, a partir de um roteiro semiestruturado, questionários estruturados em Escala *Likert* e grupos focais sobre temas como as condições de autonomia e dignidade nos CAs, segurança nas ruas e as condições no contexto de abrigo (fixo e/ou pernoite). Participaram da pesquisa um total de 162 pessoas adultas em situação de rua.

A partir dos dados coletados, verificou-se que a realidade da PSR na cidade de São Paulo, em especial no tocante ao abrigo em CAs, sob a ótica psicossocial, é marcada por relações pautadas no medo e autoritarismo, na desconfiança, na patologização e na difamação da PSR, nas quais os preconceitos e estereótipos são justificadoras da violência. Outrossim, as narrativas também sinalizaram o uso da violência psicológica como instrumento para resolução de conflitos nos CAs, com ênfase nas práticas de humilhação social e consequente rebaixamento da condição da dignidade humana. Há também despersonalização do atendimento e da atenção nos CAs, sobretudo em função do despreparo das equipes para lidar com os conflitos e a diversidade da PSR, além da ausência de atenção psicossocial. Em decorrência do modo de organização e funcionamento dos CAs, percebeu-se que estas instituições não contribuem para a autonomia e garantia de direitos sociais da PSR.

Por outro lado, foi constatado que os CAs são vistos (ainda que timidamente) como uma forma de abrigo para enfrentar as adversidades da situação de rua. As avaliações positivas ocorrem, sobretudo, nos serviços que contam com instalações novas, naqueles em que há número reduzido de acolhidos e naqueles em que os trabalhadores reconhecem a PSR como sujeitos de direitos. Esses elementos servem para sinalizar como a vivência se distingue de pessoa para pessoa, ainda que seja uma mesma situação com potencial de gerar danos e afetações negativas.

Já no tocante ao trabalho desenvolvido com moradores de ocupações urbanas de São Paulo, este aconteceu no contexto da liminar outorgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF)<sup>3</sup>, que consistia em suspender despejos e desocupações frente a situação pandêmica, até o dia 31 de outubro de 2022. A partir desta data, previa-se despejos e reintegração de posse dos territórios ocupados.

Neste cenário, por solicitação do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da DPESP, o Observatório realizou estudos sobre a dimensão psicossocial de moradores de duas ocupações (uma na região central da capital paulista e outra na periferia) com vistas a subsidiar processos de ação civil pública em defesa dessas populações frente à reintegração de posse dos respectivos imóveis em que se localizam.

Dessa forma, o objetivo do trabalho foi identificar os fatores de risco e de proteção psicossocial à saúde mental, ancorado no conceito de trauma psicossocial, que emergem das condições concretas de vida das referidas ocupações.

As duas ocupações se diferem na medida em que são distintas as maneiras como se construíram, suas trajetórias e relações com os territórios. A ocupação situada na região central, com cerca de 50 famílias desde dezembro de 2021, foi organizada por movimento de luta

---

<sup>3</sup> Liminar concedida pelo ministro do STF Luís Roberto Barroso, a partir dos critérios previstos na Lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828, direito à moradia e reintegração de posse.

pela moradia. A que está localizada na periferia, com aproximadamente 800 famílias desde 2020, é organizada por outro movimento social, mas é bem maior em território e como se nota, em número de famílias, causando maior dispersão e dificuldades de organização coletiva, ainda que seja notada ali, como na região central, um sentimento de comunidade ainda não consolidado, mas que começa se formar.

A ocupação da região central é vertical, instalada em um prédio abandonado no meio da obra, sem medianeras, tem seus andares divididos e compartilhados por tatames. O fogão a gás é possível de ser instalado, bem como o chuveiro. Os moradores se ajudam entre si para que todos tenham seu espaço bem preservado. Existe um vínculo criado a partir do espaço compartilhado. Eles têm uma rotina de assembleias no primeiro andar do prédio, onde são discutidas pautas políticas, mas também cotidianas. O portão tem um cadeado e um dos moradores faz função de porteiro para controle de entrada e saída, uma vez que a ocupação está sempre sob ameaça de despejo e seus moradores relatam inúmeras vivências de hostilidade da vizinhança abastada.

Por ser uma região central e com valorização imobiliária, dispõe de grande oferta dos serviços de saúde e de educação. Além disso, o prédio tem um número próprio, o que possibilita aos moradores terem um endereço, algo crucial para conseguir ter acesso ao CadÚnico e aos serviços e benefícios socioassistenciais oferecidos pelo Estado.

Diferentemente, a ocupação situada na periferia da capital é horizontal, em um morro atrás de um *shopping center* e encontra-se em condições precárias no tocante às infraestruturas. O chão é de barro, barracos de tatames e pedaços de plástico, sem água, fazem uma gambiarra para conseguirem luz e acesso ao Wi-Fi. Sem endereço, outros direitos ficam negligenciados, como a educação, a saúde, a mobilidade, entre outros.

A realidade das duas ocupações, entretanto, têm algo em comum: esfacela a subjetividade, uma vez que são gerados sentimentos de impotência, insegurança e medo. Tal realidade aponta a vivência cotidiana tanto de um estresse na iminência do traumático (pré 31 de

outubro), em decorrência do estresse, hipervigilância e angústia de serem desalojados, somado com a violência e terror psicológico das constantes ameaças, a desqualificação e humilhação social por serem moradores de ocupações urbanas, quanto pelo estresse pós traumático (pós 31 de outubro) de uma situação que pode se repetir novamente, já que muitos dos moradores têm trajetória e itinerários de outras ocupações pela cidade. Nesses moldes, a violência que acomete o grupo abre caminhos que propiciam a experimentação de afetações que podem resultar em danos psicossociais, devido à condição vulnerável que se encontram, principalmente tendo em vista uma data de despejo. As pessoas se mobilizaram e cultivaram sofrimento e ansiedade diante do dia 31 de outubro.

Em relação ao trabalho desenvolvido pelo Observatório nas referidas ocupações, os procedimentos metodológicos adotados envolveram recursos qualitativos e quantitativos. Os primeiros para avaliar como é a convivência dentro das ocupações, se há vínculos e afetos que circulam naqueles espaços, como a ansiedade que os acomete, o nível de segurança que sentem, entre outras questões. Os segundos, por sua vez, para mapear o público e as características daqueles que habitam as ocupações. Destaca-se que na ocupação da região central, em função da presença de crianças e adolescentes no momento da coleta, foi utilizado como recurso a produção de desenhos como disparadores das conversas.

Os resultados obtidos demonstraram que a liminar causou um estado de alerta nas pessoas, que podem ser designadas como feridas devido a uma produção social e, por isso, pode-se dizer que possuem alto potencial para a produção de danos psicossociais nessa população, não só na esfera individual, mas coletiva.

As trajetórias de vida dos entrevistados, em geral, são marcadas por um histórico de violências de Estado, que se refletem, por exemplo, em mudanças constantes de endereços e uma perspectiva de futuro que não inclui a garantia de casa própria. É uma população que, no geral, não teve a possibilidade de se enraizar em uma comunidade e território

até então, mas que, em suas experiências nas ocupações, apresentaram apego ao lugar e sentimento comunitário, sendo estes fatores de proteção psicossocial. Outro aspecto constatado, foi a presença majoritária de narrativas que explicitam a vivência sistemática de preconceitos em função da condição social e econômica das populações moradoras de ocupações urbanas. Sob a égide do preconceito, foram constantes os relatos de episódios de humilhação e violência (física e simbólica).

Em face às experiências citadas, a noção de violência política e a concepção de trauma psicossocial, nos moldes do pensamento de Martín-Baró, dão margem à compreensão que as relações de poder presentes na sociabilidade capitalista em que a PSR e a população moradora de ocupações urbanas se inserem são políticas. Assim, a violência de Estado está contida na noção de violência política e que, em função do fundo ideológico existente em tais relações, geram afetações nessas populações. Outrossim, que a vivência consecutiva às situações de intensa violência política e de violações de direitos humanos, nas quais há afetações nos indivíduos, grupos e populações podem conduzir a impactos e danos psicossociais e a processos de traumatização psicossocial. Com referência a esse processo, Gonçalves (2017, p. 188) advoga que “a traumatização psicossocial é um conjunto de sintomas psicossociais gerados em uma coletividade a partir de um processo histórico caracterizado por intensa violência política”.

No tocante à realidade das referidas populações, foi possível observar as agruras vividas cotidianamente em suas histórias e trajetórias de vida, marcadas por experiências de desumanização, bem como o conjunto de direitos violados e negligenciados pelo Estado, como o direito à moradia, por exemplo. Em decorrência a esse contexto, as narrativas e informações coletadas ao longo dos trabalhos forneceram subsídios para compreender como tal contexto repercute (individual e coletivamente) sob a forma de impactos psicossociais, que, por sua vez, são fatores de risco à saúde mental.

Para a Psicologia, o conceito de trauma psicossocial tal como tem sido empregado pelo Observatório se mostra como uma importante ferramenta de ação e de reflexão para discutir quais são as contribuições da Psicologia no tocante às situações de violência política. Isso se mostra relevante quando se observa a inserção da Psicologia nas políticas públicas que, de acordo com dados do CensoPsi 2022, Conselho Federal de Psicologia (CFP), dos 20.207 profissionais respondentes ao censo, 47,61% atuam no campo das políticas públicas<sup>4</sup> (CFP, 2022).

Assim, essa reflexão reivindica a ruptura com práticas e perspectivas a-históricas, culpabilizadoras e individualizantes, e a construção de um projeto ético-político que seja comprometido com a realidade na qual se insere, neste caso, a realidade brasileira. No que concerne à relação com o sistema de justiça, a sua relevância está no potencial de defesa dos direitos coletivos de grupos, como um instrumento de garantia de direitos e estratégia processual. Dessa forma, tal como os trabalhos já desenvolvidos pelas Defensorias Públicas, verifica-se também a necessidade de considerar os danos, afetações e os processos de traumatização psicossocial oriundos da violência política e de Estado, posto que muitos fenômenos extrapolam a esfera individual e devem ser vistos sob o crivo histórico, dialético e relacional.

## Considerações Finais

Esperamos que o presente capítulo, dentro das limitações, possa ter contribuído para pensar as contribuições e a aplicabilidade dos conceitos de trauma psicossocial de Martín-Baró e violência política com populações marginalizadas.

Com a vivência junto às realidades estudadas, observamos de maneira mais profunda que a condição histórica de vulnerabilidade social e econômica produz violência sistemática e sequencial e é

---

<sup>4</sup> Para esse cálculo foram considerados o quantitativo da amostra geral das seguintes áreas de atuação atuais: jurídica (n= 976), social (n= 3.463), saúde (n= 3.262) e escolar/educacional (n= 1.921).

marcada por relações de desumanização, aqui compreendidas como danos psicossociais, manifestações da violência política.

Para realizar este estudo, foram utilizadas metodologias diversas, as quais possibilitaram entrar em contato com as histórias de vida dessas pessoas e com as diversas dificuldades sofridas devido às desigualdades vivenciadas, de forma a produzir materiais técnicos que dão espaço para a afirmação destes sujeitos no contexto jurídico, ainda que não saibamos, ainda, exatamente as repercussões concretas destas produções no campo da justiça.

Em relação a PSR, um fator presente na pesquisa foi o papel dos CAs como espaços de desintegração da identidade e da autonomia; nesse sentido, uma política pública que visa o acolhimento da PSR torna-se produtora de violências e humilhações que desumanizam e podem gerar danos psicossociais. Já ao tratar-se das vivências de moradores de ocupações urbanas, destaca-se a existência de um estado de alerta e vigilância com relação aos próprios agentes do Estado que realizam ações de despejo frequentemente atreladas à violência física e psicológica; além disso, a dificuldade de acessar programas públicos socioassistenciais também é um exemplo de despreparo devido à invisibilidade social sofrida por essa população marginalizada.

A presença da ação do Estado na produção dessas violências físicas e psicológicas enfatizam a importância do conceito de violência política para refletir sobre a realidade social. Para além disso, enfatiza-se, então, a violência política como possível produtora de danos psicossociais que se cristalizam em relações sociais produzidas e atravessadas pelo papel do Estado. Assim, esses danos causados pela violência política são uma forma de despotencialização de comunidades e populações, como essas aqui apresentadas. Estes danos levam a inúmeros relatos de ansiedades, medos e humilhações vivenciadas por essas populações marginalizadas. Nesta direção, verifica-se a importância da aproximação da noção de danos psicossociais e a concepção de saúde mental.

Martín-Baró destaca como tarefa psicossocial a reconstrução ou fortalecimento da memória e identidades coletivas, mas também o comprometimento com uma formação em Psicologia que reflita a indispensável necessidade de mudanças estruturais como horizonte para a criação de novos marcos para as relações sociais, para que estas não sejam produtoras de desumanização (Martín-Baró, 1988).

A partir deste trabalho, foi possível entrar em contato também com aspectos de proteção psicossocial como fatores protetivos à saúde mental das populações. No trabalho com moradores de ocupações urbanas, diversos relatos destacaram o apego ao lugar e o sentimento comunitário, sendo estes produtores de rede de apoio social e enraizamento. Assim, o risco de despejo representa não somente a perda concreta da moradia, mas também perdas subjetivas e simbólicas.

Já em relação à PSR, se por um lado, houve poucos indícios de fatores de proteção psicossocial à saúde mental no âmbito dos CAs, por outro lado, a moradia se mostrou como um elemento importante de proteção à saúde mental, em vista da dimensão psicossocial desse direito. No tocante a essa população, faz-se necessário sublinhar a importância do movimento nacional da PSR e o serviço socioassistencial que gere, que se constitui um *lócus* de reflexão política da situação vivida nas ruas da capital paulista, da violação de direitos e sobre a importância da organização em torno de uma *práxis* política coletiva com vistas à compreensão do fenômeno da situação de rua não como uma problemática individual fruto de más escolhas, mas como decorrente da sociabilidade capitalista.

Novamente sobre o papel da Psicologia: a partir de uma concepção crítica e historicizada do campo psicológico, Martín-Baró afirma que o papel do *que fazer* da Psicologia é a conscientização (Martín-Baró, 1997). A conscientização passa pela identificação dos mecanismos de opressão, a possibilidade de afirmação pessoal e coletiva e o horizonte de transformação da realidade. Dessa forma, a atuação que visa a produção de fatores de proteção psicossocial atua

no resgate histórico e social da realidade concreta da vida cotidiana e no fortalecimento do laço comunitário.

Portanto, as atividades desenvolvidas nessas experiências extensionistas buscaram executar ações junto às populações, considerando os saberes produzidos por elas, que visam a reparação psicossocial no tecido comunitário, a reconfiguração de papéis sociais e construção de novos projetos de vida e de futuro. Além disso, foi possível levantar questionamentos sobre as possibilidades de atuação de psicólogos e estudantes de Psicologia em interface com o campo jurídico na produção técnica de laudos técnicos psicossociais que analisaram fatores psicossociais de risco e proteção ao trauma psicossocial. Por fim, estes estudos possibilitaram o avanço no desenvolvimento de metodologias participativas e de produção teórica para os trabalhos realizados pelo Observatório do Trauma Psicopolítico; sendo assim produtores de reflexões sobre o *que fazer* da Psicologia.

Em última análise, a partir das experiências extensionistas aqui tomadas como objetos de análise e de intervenção, bem como a potencialidade dos contributos teóricos de Martín-Baró e a atualidade do seu pensamento, sugere-se que estudos futuros sejam delineados de modo a aprofundar tais análises e reflexões e, dessa forma, fornecer subsídios necessários quanto aos processos de traumatização de psicossocial da PSR e das populações moradoras de ocupações urbanas que vivem cotidianamente sob a égide dos efeitos nefastos da violência política.

## Referências

- ALMEIDA, S. P. *et al.* Percepção dos moradores de uma ocupação urbana sobre o 'empoderamento' em saúde. *Saúde em Debate*, v. 44, n. 125, p. 335-348, abr./jun. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012504>
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. *Quem faz a psicologia brasileira? um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho: volume I*. Brasília, DF: CFP, 2022.
- CUELLAR, E. B. *Clínica psicopolítica: hacia una psicología de la subversión en tiempos del horror neoliberal*. Bogotá: Ediciones Catedra Libre, 2020.
- DOBLES, I.; MUÑOZ, D. R. *Sobre el daño psicosocial: conceptualización y praxis*. San José: Universidad de Costa Rica, 2019.
- GONÇALVES, B. S. Parecer psicossocial da violência contra os povos indígenas brasileiros: O caso Reformatório Krenak. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. spe., p. 186-196, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703140002017>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. São Paulo: panorama. IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 16 jul. 2023.
- MARTÍN-BARÓ, I. El latino indolente: carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. In: MONTERO, M. (Ed.). *Psicología política latinoamericana*. Caracas: Panapo, 1987.
- MARTÍN-BARÓ, I. Guerra y salud mental. *Revista de Psicología de El Salvador*, v. 9, n. 35, p. 71-88, 1990.
- MARTÍN-BARÓ, I. Guerra y trauma psicosocial del niño salvadoreño. In: ROVIRA, D. P.; BLANCO, A. *Psicología Social Latinoamericana: Una Vision crítica y plural*. ANTHROPOS - Revista de documentación científica de la cultura, n. 156, may. 1994. p. 38-43.
- MARTÍN-BARÓ, I. La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. *Revista de Psicología de El Salvador*, v. 7, n. 28, p. 123-141, 1988.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 2, n. 1, p. 7-27, jan. 1997. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>

MARTINS, K. O.; LACERDA JÚNIOR, F. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. *Revista Psicologia Política*, v. 14, n. 31, p. 569-589, 2014.

MOREIRA, A. P. G.; GUZZO, R. S. L. Do trauma psicossocial às situações-limite: a compreensão de Ignacio Martín-Baró. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 32, p. 569-577, 2015.

PEDERSEN, D. Reformulando a violência política e efeitos na saúde mental: esboçando uma agenda de pesquisa e ação para a América Latina e região do Caribe. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, n. sup., p. 1189-1198, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500009>

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo - 2021. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, 2021.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Situação das ocupações na cidade de São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2018.

ROSA, A. S.; CAVICCHIOLI, M. G. S.; BRÊTAS, A. C. P. O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 13, n. 4, p. 576-582, jul./ago. 2005. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000400017>

SANJURJO, L.; FELTRAN, G. Sobre lutos e lutas: violência de estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. *Ciência e Cultura*, v. 67, n. 2, abr./jun. p. 40-45, 2015.

SICARI, A. A.; ZANELLA, A. V. Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 4, p. 662-679, out./dez. 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>

## Capítulo 7

---

### Cidades, Cidadania, Cidadãos: o Paradigma Cidades MIL de UNESCO e a Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró

Ronilda Iyakemi Ribeiro  
*Universidade de São Paulo (USP)*  
*Universidade Paulista (UNIP)*

#### Introdução

Ao produzir este texto busco atender a duplo objetivo: (1) participar da Coletânea Ignacio Martín-Baró em diálogo: contribuições para os estudos latino-americanos, do Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró e a América Latina e (2) participar do Grupo de Pesquisa Políticas públicas, processos educativos e psicossociais na América Latina: interface com questões étnico-raciais, de classe social e de gênero que, coordenado por Marilene Proença Rebello de Souza e vice-coordenado por Alayde Digiovanni, reúne pesquisadores e estudantes de Graduação, Pós-Graduação e Pós-Doutorado do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina – PROLAM-USP, com possibilidade de expansão para incluir universidades interessadas nos temas pesquisados.

O Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró e a América Latina, coordenado por Marilene Proença Rebello de Souza, acha-se vinculado ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP) e ao Laboratório Interinstitucional de Estudo e Pesquisa em Psicologia Escolar (LIEPPE-USP). Esse grupo, espaço de estudos e reflexões sobre a produção do autor e suas contribuições para a construção de uma Psicologia voltada especialmente para as necessidades dos povos latino-americanos, expandiu horizontes recentemente e constituiu a *Red Baró América Latina y El Caribe*, que inclui estudiosos e pesquisadores de diversos países da América Latina e do Caribe.

Quanto ao Grupo de Pesquisa Políticas públicas, processos educativos e psicossociais na América Latina: interface com questões étnico-raciais, de classe social e de gênero tem por objetivo geral a realização de estudos e pesquisas interdisciplinares e interculturais, na interface com questões étnico-raciais, de classe social e de gênero, cujas dinâmicas psicossociais demandam a formulação crítica de políticas públicas, práticas educativas e atividades de formação em países da América Latina e Caribe.

Esses dois grupos, espaços de ensino-aprendizagem e reflexões sobre o pensamento de Ignacio Martín-Baró, integram o projeto mais amplo de apresentar à comunidade científica e à sociedade a relevante contribuição desse pensador para a compreensão dos complexos problemas sociais advindos do avanço do capitalismo e das políticas neoliberais na América Latina e Caribe. Esses coletivos têm o propósito de participar do enfrentamento desses problemas e dos processos de construção de interações humanas saudáveis em contextos latino-americanos e caribenhos marcados por contradições, resistências e lutas sociais.

Os temas a serem abordados pelo Grupo de Pesquisa são os seguintes:

1. Políticas educacionais para a Educação Básica e o Ensino Superior
2. Políticas afirmativas étnico-raciais e de gênero e de permanência na Educação Básica e no Ensino Superior (incluindo a pós-graduação).
3. Políticas de educação para a população indígena.
4. Políticas de educação das relações étnico-raciais e de gênero.
5. Políticas de formação inicial e continuada.
6. Políticas LGBTQIA+ relacionadas ao processo de escolarização.
7. Práticas educativas relacionadas à temática das relações étnico-raciais e de gênero.

8. Violência de gênero.
9. Migração e seus impactos sobre as mulheres.
10. Escolas indígenas - currículos e práticas.
11. Movimentos sociais e processos educativos.

Possíveis contribuições que eu possa realizar nesse contexto de estudos, pesquisas e reflexões são articuláveis aos seguintes eixos temáticos: (1) Práticas educativas relacionadas à temática das relações étnico-raciais e de gênero; (2) Políticas de educação das relações étnico-raciais e de gênero e (3) Movimentos sociais e processos educativos.

Como primeiro exercício de participação, escolhi o tema Cidades, Cidadania, Cidadãos: o paradigma Cidades MIL de Unesco e a Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró, de cujo desenvolvimento espero extrair novas luzes para minha compreensão do complexo feixe de subtemas implicados nessa temática. Evidentemente, não escrevo somente para ampliar ou aprofundar meus conhecimentos: espero contribuir para a formação - inclusive ético-moral - de jovens estudantes das ciências humanas e sociais.

### Meu primeiro contato com o Paradigma Cidades MIL de UNESCO (2018)

No ano de 2021, a partir de 29 de julho, assumi junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade de São Paulo, mais precisamente, junto ao Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, a responsabilidade principal pela disciplina intitulada *Diversidades pós-humanas e Ética do Cuidado no Paradigma Cidades MIL da UNESCO*. Estava então me lançando numa experiência nova, ainda encantada com as promessas maravilhosas do Paradigma Cidades MIL a mim apresentadas por Felipe Chibás Ortiz, que participou da disciplina como professor colaborador.

Essa experiência terá valido a pena? De fato, “tudo vale a pena se a alma não é pequena” (Fernando Pessoa) e, como sabemos, não é apenas a simpatia que produz bons frutos: alguma dose de antipatia possibilita o distanciamento que favorece a percepção mais lúcida de

possíveis falhas de qualquer constructo teórico. Como a Sorte não abandona seus prediletos, foi ainda em 2021 que tive a grata (tardia?) oportunidade de aproximação do pensamento de Ignacio Martín-Baró e sua proposta - Psicologia da Libertação, benefício trazido a mim por mãos de Marilene Proença, admirável liderança de importantes grupos de estudos e reflexões sobre a produção de Martín-Baró. Como na construção de um mosaico, encontrei nesses Grupos de Estudo e tenho encontrado no Grupo de Trabalho Etnopsicologia, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), a luz de um farol.

Mais uma vez me vi feliz diante da constatação do quanto conquistamos no desenvolvimento daquela Psicologia que esperei encontrar (e não encontrei) ao ingressar no Programa de Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, há exatamente 60 anos. Sou testemunha viva da expansão e desenvolvimento das psicologias. Finalmente, depois de muitos anos, posso entrar agora num espaço de ensino-aprendizagem sem deixar o que penso e realizo lá no banco de trás de um fusca, estacionado no pátio do Instituto de Psicologia da USP.

No ano de 2021, ao assumir ministrar uma disciplina de pós-graduação para abordagem do Paradigma Cidades MIL já sabia que a concretização de uma Cidade MIL exige dos cidadãos, entre múltiplas demandas, a formação de pensamento crítico e o desenvolvimento da criatividade.

O grupo, que reuniu alunos regulares de distintos programas de Pós-graduação da USP, alunos especiais e alunos ouvintes, veio a constituir um grupo operativo composto de estudantes e profissionais de distintas áreas, unidos todos pelo desejo de realizar exercícios de ação solidária e pela disposição para enfrentar os desafios de despertar em si mesmos e em outras pessoas o apreço pelas diversidades humanas e de participar de projetos de intervenção social crítica e de projetos de ação educacional emancipadora.

Juntos realizamos um percurso de “aprendizes de feiticeiro” porque muitos dos termos próprios do Paradigma Cidades MIL eram

estranhos aos nossos ouvidos. Do mesmo modo, fundamentos teóricos e métodos próprios da Etnopsicologia e da Psicologia da Libertação também soavam estranhos: de fato, tínhamos que aprender juntos o novo uso de palavras e conceitos que considerávamos já devidamente acomodados em nosso repertório linguístico.

Realizaremos juntos um percurso de “aprendizes de feiticeiro”, pois, quando palavras e conceitos já familiares ingressam em novo sistema de saberes, essas palavras e esses conceitos, migrantes em um sistema de saberes e fazeres ainda desconhecido, ficam obrigados a interagir em seu novo ambiente com os significados e valores que ali imperam. Ou seja, ao migrarem de um sistema de saberes para outro, palavras e conceitos se veem obrigados a realizar ajustes de aculturação para poderem conquistar novos espaços e se integrarem a novos sistemas de saberes.

Podemos mesmo considerar que, sob certo ponto de vista, o sistema de saberes que importa palavras e conceitos de outro(s) sistema(s) os está usurpando e isto pode afetar o rigor teórico dos conceitos migrantes, então submetidos à alteração de significados. No entanto, a situação não é de todo ruim porque a história da ciência vem mostrando que a mutação de conceitos pode ser fértil. Pode, por exemplo, propiciar transversalidade de campos do saber, cruzamento de linguagens diversas, criação de novos domínios do conhecimento, diálogos transdisciplinares.

Estávamos iniciando o estudo de um novo sistema de saberes. Algumas dificuldades nos aguardavam: para conseguirmos conhecer os novos significados de palavras que antes nos eram familiares, se mostrava indispensável conhecer o quadro de referências do sistema que as recebeu. Para começo de conversa, a nós competia, naquele processo de migração de significados de palavras e conceitos nos apropriarmos de informações sobre o sistema de significados que os recebeu, informações sobre princípios e conceitos do Paradigma MIL e do Paradigma Cidades MIL. Tarefa fácil? Não! Seria mais fácil se as mudanças estivessem restritas aos significados das palavras e dos

conceitos que migraram de um Sistema para outro. No entanto, acontece que a migração de palavras e de conceitos também nos obriga a mudar nosso modo de ver o mundo, a humanidade, os seres, a vida e a morte.

E foi então que ingressamos em franco processo de metamorfose de nossas concepções filosóficas, nossas reflexões teóricas, nossas fontes de leitura e de informação, nossas práticas profissionais, nossa convivência familiar. Ah, não! Não somos poupados de nos rever, de reavaliar nossas escolhas por não sermos meros receptores. E eis que surgiu mais uma oportunidade de encontrarmos em nossa subjetividade novas e insuspeitadas possibilidades de compreensão. Nunca ficamos isentos durante um processo de metamorfoses: somos profundamente afetados. Percebamos: deslocamentos cognitivos e afetivos determinam um novo modo de estar no mundo, um novo modo de pensar, sentir e agir, o que implica, necessariamente, na adoção de nova perspectiva ética.

Eis a razão pela qual temos que nos deter a cada dois ou três passos se de fato escolhemos realizar um novo percurso de aprendiz. Os alquimistas da Idade Média sabiam que é impossível separar a busca de conhecimento do que está fora, da busca de autoconhecimento. Respeitando o imperativo “Conhece a Ti Mesmo”, ao observarem as transformações da matéria nas retortas, permaneciam igualmente atentos às metamorfoses ocorridas em suas subjetividades.

Figura 1 - Carta do Tarot de Oswald Wirth



Fonte: Wirth (1986).

Gosto de ilustrar esse processo compartilhando com os alunos a Carta I, do Tarot – Le Bateleur, o Mago: esta carta mostra a ação mágica do Conhecedor, que alia à busca de conhecimento do mundo, o conhecimento de si: O Mago manipula elementos que estão sobre a mesa: Ouros (terra); Copas (água); Espadas (ar) e Paus (fogo). Manipula com destreza os quatro elementos da Natureza, sempre atento à correspondência mundo externo/mundo interno. A esse processo Gaston Bachelard (2008) se refere ao longo de sua *Poética do Espaço*: “Escuta bem, contudo. Não as minhas palavras, mas o tumulto que se eleva em teu corpo enquanto escutas” (p. 186); “Eu me ouvia fechando os olhos e reabrindo-os” (Lois Masson, citado por Bachelard, 2008, p. 186); “Olho para fora e a árvore cresce em mim” (Rilke, 1914, citado por Bachelard, 2008, p. 205).

## 1. Cidades, Cidadania, Cidadãos: o Paradigma Cidades MIL de UNESCO

Distintos tipos de cidadãos são constituídos em distintos paradigmas de cidade. Em 2020, ao propor para a Agenda 2030 a inclusão de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a ONU considerou os seguintes paradigmas de cidades consideradas as mais bem preparadas para o enfrentamento de grandes dificuldades, entre as quais as pandemias. As cidades eleitas foram as seguintes: Cidades Saudáveis (1986), Cidades Educadoras (1990), Cidades Sustentáveis (1997), Cidades Resilientes (2010), Cidades Inteligentes (2010) e Cidades MIL (2018), que reúne em si os paradigmas de cidade precedentes.

Um estudo mais acurado desses paradigmas (CARLSSON, 2019; GRIZZLE, 2020 e UNESCO, 2018, 2019 e 2020) evidencia que embora haja semelhanças entre esses paradigmas, e não são poucas, relativamente, por exemplo, às metas e objetivos a serem atingidos e aos métodos a serem utilizados, há também especificidades próprias de cada paradigma, por exemplo, quanto ao foco de ação pretendida, pois algumas privilegiam o fator econômico; outras, o tecnológico; outras, o socioambiental; outras, a saúde; outras, o educacional; outras, o cultural e assim por diante.

Estabelecendo como principais objetivos o estímulo à conexão entre cidades do mundo e o desenvolvimento de competências individuais e coletivas em Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), a UNESCO propôs em 2018 uma inovação nesta perspectiva conhecida como o paradigma Cidades MIL - *Media and Information Literacy*.

Nas Cidades MIL (*Media and Information Literacy*), em português, Cidades AMI (Alfabetização Midiática e Informacional), é atribuída grande importância a todas as modalidades e recursos de mídia e de outros provedores de informação - bibliotecas, arquivos, museus, internet. Em 2020 foi criada a Rede de Cidades MIL, integrada pelas cidades de Kingston (Jamaica); Puebla (México) e mais 15 cidades do Paraguai, entre as quais Assunção.

O Paradigma Cidades MIL prioriza o uso ético de tecnologias nas cidades e visa empoderar cidadãos. Para isso, lhes oferece oportunidades de adquirir conhecimentos e de desenvolver habilidades e atitudes, competências exigidas pela tarefa de associar a mídia tradicional às novas tecnologias. As Cidades MIL, entendidas como espaços de aprendizagem, de interação social e de diálogo, são cidades-salas de aula, com a aprendizagem ocorrendo fora dos ambientes tradicionais de ensino. As atividades desenvolvidas nos espaços físicos da cidade são articuladas com atividades realizadas nos espaços virtuais. Um dos mais relevantes focos das Cidades MIL: obtenção máxima dos benefícios da informação. Cidades são construídas com argamassa e tecnologia, mas também com informações para que as pessoas possam desenvolver competências de mídia e informação.

Cidades MIL são de natureza transdisciplinar: no paradigma MIL interagem estudos de mídia e comunicação, de tecnologias próprias das sociedades da informação e do conhecimento. Espera-se que durante o processo educacional MIL os problemas advindos da desinformação possam ser equacionados e resolvidos por meio da Alfabetização Midiática e Informacional realizada presencialmente e/ou à distância.

No quadro a seguir estão reunidas algumas características das Cidades MIL.

Como a principal ferramenta para a formação de pensamento crítico é a educação, a formação dos cidadãos privilegia distintas competências interligadas, com o objetivo de transformar as relações interpessoais por meio de informações e de ambientes de aprendizagem *online* e *offline*. A constituição de sistemas de mídia e de informação livres, independentes e plurais promove acesso amplo, geral e irrestrito à informação e ao conhecimento.

Cidadãos MIL têm pensamento crítico, se preocupam com a democracia e com os direitos e deveres de absolutamente todos. Cidadãos MIL defendem o próprio direito de usufruir, de modo ético, diverso e sustentável, das novas tecnologias, das inovações e de todos os recursos da cidade. Eles são preparados e permanecem disponíveis para lidar com obstáculos sociais impostos a grupos vulneráveis - imigrantes, grupos religiosos não-hegemônicos, “minorias” étnico-raciais e de gênero, entre outros; se preocupam com o uso de dados, com transparência no uso da informação. Aprendem a lidar com a infodemia (*fake news*, *deep fakes*, pós-verdades, discursos de ódio etc.). São preparados e permanecem disponíveis para solucionar problemas e enfrentar desafios impostos ao coletivo ao qual pertencem. Todos os cidadãos permanecem fiéis a esse perfil de cidadania.

Quadro 1 – Missão, métodos e exemplos de Cidades MIL

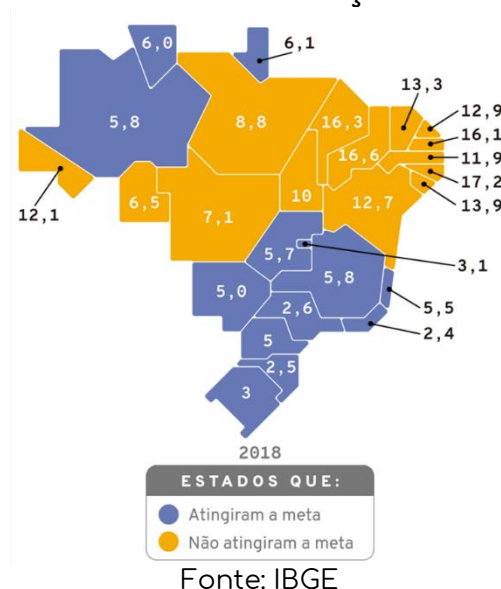
| Cidades MIL ( <i>Media and Information Literacy</i> )<br>Cidades AMI (Alfabetização Midiática e Informacional)             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                            |                                                                        |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| Cidades MIL                                                                                                                | Missão/Objetivos                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Métodos                                                                                                                                                    | Exemplos                                                               |
| Acesso igualitário à informação e ao conhecimento<br><br>Sistemas de mídia e de informação livres, independentes e plurais | Empoderar cidadãos: estimular o desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) necessárias ao uso de mídia tradicional e de novas tecnologias.<br>Para que os cidadãos possam utilizar todas as formas de mídia e de provedores de informação (bibliotecas, arquivos, museus, internet etc.) | Promoção de competências distintas e interligadas para favorecer a interação das pessoas com informações e com ambientes de aprendizagem online e offline. | Belfort, Inglaterra<br><br>Helsinki, Finlândia<br><br>Glasgow, Escócia |

Fonte: elaboração própria

## 2. Vamos problematizar?

Questiono a viabilidade de aplicação a curto ou médio prazo desse Paradigma em nossos países latino-americanos e caribenhos. Vejamos porquê. Primeiramente, não podemos ignorar o fato de haver pré-requisitos para o desenvolvimento do pensamento crítico e da criatividade. Também não podemos ignorar a realidade que nos circunda. Vamos falar de AnMI - Analfabetismo Midiático e Informacional antes de falarmos Analfabetismo no Brasil?

Figura 2 - Taxa da meta de redução de analfabetismo



O IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) informou em julho de 2019, que cerca de 11 milhões de brasileiros eram considerados analfabetos e 6,6% da população com mais de 15 anos não sabia ler, nem escrever. 3 em cada 10 brasileiros, na faixa de 15 a 64 anos, foram considerados analfabetos funcionais: sabem ler e escrever, mas não são capazes de compreender e interpretar o que leem. Gráficos e estatísticas reúnem dados nada lisonjeiros sobre o Brasil, considerado o 8º país com mais adultos analfabetos do mundo.

A taxa de analfabetismo caiu no Brasil: vimos que em 2019 ela era de 6,1%, e em 2022 recuou para 5,6%. Apesar da queda, o Brasil ainda tem quase 10 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever (Alves, 2023).

No entanto, dados estatísticos podem mascarar fatos porque, como sabemos, há distintos níveis no processo de alfabetização, de modo que nem todos os considerados alfabetizados atingiram o nível de *alfabetizados em nível pleno* e se tornaram capazes de ler textos longos, analisarem e correlacionarem conteúdos, distinguirem fato de opinião, realizarem inferências e sínteses, solucionar problemas matemáticos mais complexos e interpretar dados de tabelas, mapas e gráficos.

Um nível de alfabetização imediatamente inferior é o de *alfabetizados em nível básico*, que se tornaram capazes de compreender textos de média extensão, localizarem informações que exigem pequenas inferências, lerem números na casa dos milhões, resolverem problemas de matemática que envolvem sequências simples de operações e terem noção de proporcionalidade.

Estes dois níveis se incluem na categoria de *alfabetizados funcionais*.

Quanto à categoria de *analfabetos funcionais*, nela estão incluídos os *alfabetizados em nível rudimentar*, capazes de localizar informações explícitas contidas em textos breves e familiares (anúncios, bilhetes), capazes de ler e escrever números usuais e de realizarem operações simples (pagamento de pequenas quantias) e os *analfabetos*, capazes de ler somente números familiares (telefones, preços).

Não pesquisei a respeito da condição de cidadania nos países hermanos, naquilo que depende de uma alfabetização em nível pleno. Mas será útil obtermos esses dados na Red Baró América Latina y El Caribe.

Para uma interpretação mais segura dos dados apresentados, aliás, nada lisonjeiros para nós brasileiros, proponho que revisitemos ensinamentos de Jean Piaget (1976) sobre Epistemologia Genética. Observando a evolução das estruturas cognitivas, Jean Piaget identificou quatro Estágios do Desenvolvimento Cognitivo:

I - *Estágio Sensório Motor* (0 anos a 1½ ano) - período que antecede a aquisição da fala e não inclui a ocorrência de pensamentos ou representações internas.

II - *Estágio Pré-Operacional* (1½ a 6/7 anos) - período durante o qual a criança adquire a possibilidade de representar internamente os objetos do mundo exterior. Aprende a significar, e isto cria bases para aquisição da linguagem e formação de imagens mentais.

III - *Estágio das Operações Concretas* (6/7 a 11/12 anos) - período em que as operações transitam entre ações realizadas e estruturas lógicas do pensamento. Há uma exigência para que essa lógica ocorra: ela precisa se apoiar na percepção concreta dos objetos.

IV - *Estágio das Operações Formais* (de 11/12 a 14/16 anos) - período durante o qual, graças às interações com o meio, o jovem adquire a capacidade de pensar de modo abstrato. Liberta-se da dependência dos objetos concretos e situa o real no conjunto das transformações possíveis. É a idade dos grandes ideais, do início das teorias, pois agora o raciocínio abstrato possibilita o manejo de hipóteses formuladas independentemente de constatações concretas.

Somente neste estágio do desenvolvimento cognitivo o ponto culminante é atingido: o pensamento é enriquecido pela capacidade de estabelecer relação entre classes e pela capacidade de estabelecer relações de lógica simbólica, ou seja, pela capacidade de combinar ideias e hipóteses. Somente então se torna possível o pensamento crítico.

Para que o processo todo seja concluído com êxito são necessários professores preparados para exercer uma ação eficaz; a reformulação contínua e lúcida de planos de ensino e de currículos escolares; o acesso a bibliotecas; a possibilidade de disponibilizar para as novas gerações instrumentos e repertório que lhes possibilite questionar o que leem. O chamado fracasso escolar e as queixas escolares resultam, o que é novidade para ninguém, da ausência de muitos dos requisitos aqui mencionados.

A pergunta decorrente dessa constatação, pode então ser formulada do seguinte modo: Estando comprovado que somente a alfabetização em nível pleno atende aos requisitos indispensáveis para a formação do pensamento crítico e da criatividade, como pode uma sociedade com uma taxa de somente 11 ou 12% de alfabetizados plenos ser transformada em uma Cidade MIL? E quase nos escapa a referência ao fato de as pessoas precisarem estar bem alimentadas para aprender e para trabalhar. Caso não haja políticas públicas e práticas educacionais efetivas e eficazes, de verdadeiro acesso a todos os cidadãos e todas as cidadãs, como construir uma Cidade MIL? Podemos imaginar uma Cidade MIL que desconsidere a formidável diversidade dos povos e desconsidere o fato de vivermos em sociedades nas quais se perpetuam o colonialismo, os racismos e as relações de dominação?

Queremos cidadãos capazes de pensar criticamente, cidadãos criativos, inovadores, empreendedores. Nossos projetos educacionais devem ter por objetivo a emancipação individual e coletiva. Uma educação emancipadora em sociedades capitalistas se defronta com muitos desafios e inclui considerações sobre a formação e aprimoramento de agentes da educação e da saúde, entre outros agentes sociais.

### 3. A Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró

Privilegiamos aqui a contribuição do psicólogo social e sacerdote jesuíta Ignacio Martín-Baró, espanhol radicado em El Salvador (América Central) e atuante na Universidade Centro-americana *José Simeón Cañas* durante duas décadas (do final dos anos 60 ao final dos 80). Seus estudos, práticas e reflexões conduziram à formulação de uma proposta de psicologia social por ele denominada Psicologia da Libertação (PL).

Martín-Baró comentava que um leitor latino-americano que se aproximasse da Psicologia Social hegemônica não encontraria aspectos cruciais de sua existência. Mas nem por isso propôs a anulação da Psicologia euro-estadunidense, mas sim sua reconstrução. Considerando que a atividade científica do psicólogo deve ser pautada

por problemas sociais de seu entorno, cujo enfrentamento requer a associação do rigor científico ao compromisso com questões de nossos povos. À Psicologia da Libertação interessam as questões de pobres, oprimidos, marginalizados e excluídos.

E o que é libertação para Martin-Baró? É um processo constituído das seguintes etapas: à medida que uma pessoa transforma a própria realidade por meio de um processo dialógico, ela transforma a si mesma; observando seu entorno a pessoa identifica os mecanismos de opressão e desumanização aos quais está submetida, expande seus horizontes e entrevê novas possibilidades de ação; a aquisição de um novo olhar sobre a realidade circundante favorece o reconhecimento da própria identidade social: ao constatar o que é no presente e associar essa condição ao que foi no passado, pode dirigir o olhar para o futuro e entrever o que poderá vir a ser. O autoconhecimento é favorecido pela posição ocupada por ela no continuum temporal da própria existência e no reconhecimento das forças às quais esteve/está submetida.

#### 4. Emancipação individual e Libertação coletiva

Em quase toda a psicologia euro-estadunidense predomina o individualismo. Aprendi isso ainda no curso de graduação em Psicologia: um colega de classe, cujo drama existencial era não poder se relacionar sexualmente com a namorada, que por motivos religiosos precisava se preservar virgem até o casamento. Viveu esse drama pessoal doloroso, mas recebeu de sua psicoterapeuta um “bom” conselho: ela recomendou que mantivesse relações anais com a namoradinha que poderia, assim, preservar intacto seu hímen. Que belo recurso para se dar bem enquanto o outro se subordina a nossos desejos! Esse fato me marcou a ferro e fogo. Ouviria, depois, a narrativa de outros procedimentos de cura psicológica igualmente aterradoras.

Mas, se o que se privilegia é exclusivamente a emancipação individual, obtida a qualquer custo... Bem, no contexto latino-americano a libertação assume dimensão prioritariamente social: trata-se de uma

proposta de libertação coletiva, apoiada em um quadro ético e de valores distantes dos individualismos.

Cego é quem só abre os olhos  
quando a si mesmo se contempla.  
Mia Couto. (Maputo, 2004).

Martín-Baró considera que a ciência e *práxis* psicológica contribuíram pouco para o conhecimento dos povos latino-americanos. Psicólogos preocupados com os grandes problemas do subdesenvolvimento, da dependência e da opressão, dispostos a assumir compromisso com pobres e excluídos, normalmente atuavam às margens da psicologia.

Segundo Martín-Baró, as contribuições latino-americanas de maior impacto social ocorreram em zonas de fronteira da Psicologia com outras ciências humanas e sociais, diz. E exemplificou se referindo ao método de alfabetização conscientizadora de Paulo Freire (1970-1971), situado na interface da Educação com a Psicologia, a Filosofia e a Sociologia.

Para Martín-Baró o processo de conscientização articula as dimensões psicológica, social e política da consciência pessoal e explicita a dialética histórica entre saber e fazer, entre crescimento individual e organização comunitária, entre libertação pessoal e transformação social. A conscientização é uma resposta histórica à carência de oportunidades de expressão pessoal e social dos povos latino-americanos que, além de impossibilitá-los de ler e escrever o alfabeto, os impediu de lerem a si próprios e de escreverem a própria história.

Tomo conhecimento da realidade dos povos latino-americanos e, voltando a atenção para outro lado, me deparo com os argumentos em favor da construção de Cidades MIL e esse discurso me parece deslumbrante, porém carente de uma crítica psicológica acirrada.

## 5. Breves considerações finais

A emancipação individual e a libertação coletiva são pré-requisitos indispensáveis para a construção de sociedades MIL. Se nós, latino-americanos, as considerarmos desejáveis, tratemos de trabalhar unidos contra a colonialidade e todos os seus males antes de mirarmos horizontes de realização ainda possíveis somente para integrantes das elites de poder.

E às custas de quem? Desta vez, quem será que vai arcar com as despesas da festa?

## Referências

- ALVES, T. Taxa de analfabetismo cai no Brasil e passa de 6,1% para 5,6%. **Agência Brasil - EBC, Brasília**, 07 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2023-06/taxa-de-analfabetismo-cai-no-brasil-e-passa-de-61-para-56>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BOFF, L. **Da libertação**. O teológico das libertações sócio-históricas. Petrópolis: Vozes, 1979.
- BOFF, L. **O caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale das lágrimas à terra prometida**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- BOFF, L. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CARLSSON, U. (Org.). **Understanding Media and Information Literacy, (MIL) in the digital age, a question of Democracy**. Gothenburg: University of Gothenburg, 2019.
- GRIZZLE, A. **Ciudadanos AML: Informados, comprometidos, empoderados**. Gotemburgo, UNESCO, 2020.
- MARTÍN-BARÓ, I. Para uma psicologia da libertação. *In*: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs.). **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas, SP: Alínea, 2011.
- PESSOA, F. **Mensagem**. Poema Mar Português. Lisboa: Ática, 1959.
- PIAGET, J. **A equilibração das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- RIBEIRO, R. I. Cidades MIL: anúncio de um novo tempo. Reflexões. *In*: Palabra y Ciencia. **Revista Científica Internacional**, Moscow, v. 1, n. 2, mar. 2021, p. 128-136. Disponível em: <http://wiscience.ru>. Acesso em: 10 out. 2022.
- RIBEIRO, R. I.; CHIBÁS ORTIZ, F. Participação da Universidade de São Paulo no Plano de Atividades da UNESCO MIL Alliance América Latina e Caribe. *In*: CHIBÁS ORTIZ, F.; SUZUKI, J. C.; CASTRO, R. C. M. L. (Orgs.). **Cidades MIL [recurso eletrônico]: indicadores, métricas e casos**. São Paulo: Unesco; FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2022.
- RIBEIRO, R. I.; FRIAS, E. R. Etnopsicologia, psicologia da libertação e educação para a diversidade. *In*: GODOY, D. B. A. O.; BAIRRÃO, J. F. H. (Org.). **Étnopsicologia Brasileira. Mosaico e Aplicações**. Ribeirão Preto: FFCLRP/USP, 2018, p. 57-78.

UNESCO. Global Framework for Media and Information Literacy, 2019.

UNESCO. MIL Cities: An Initiative on Creative Learning of Media, 2018.

UNESCO. Seoul Declaration on Media and Information Literacy for Everyone and by Everyone: A Defense against Disinfodemics. Disponível em: <https://en.unesco.org/news/seouldeclaration-media-and-information-literacy-everyone-and-everyone-0>. Acesso em: 13 out. 2020.

WIRTH, O. El Tarot de los Imagineros de la Edad Media (incluye los 22 Arcanos Mayores). Trad. do original francés María Cristina Davie. Barcelona, España: Teorema S.A., 1986.

# V - MARTÍN-BARÓ EM DIÁLOGO COM AS IDENTIDADES

## Capítulo 8

---

### La construcción de identidades de indígenas y migrantes a partir de la comunicación: aportes teórico-metodológicos de la Psicología Social y la Ecología Social

Álvaro M. Pino Coviello  
*Universidad Nacional de Tucumán (Argentina)*

Mohammed ElHajji  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

#### Introducción

La construcción de identidades a partir de la Comunicación con integrantes de la Asociación Indígena *Mbaaporenda*<sup>1</sup> en Tartagal (Argentina) y con un grupo de migrantes y refugiados en Curitiba (Brasil) quiere ser explicada y fundamentada en una investigación de tesis. El investigador participa del fenómeno estudiado, por lo que no sólo no puede ser separado de su objeto de estudio y de los sujetos, sino que el diálogo intercultural con las/os otras/os también lo constituye en su identidad. Se busca sistematizar la experiencia de 20 años<sup>2</sup> de comunicación intercultural con indígenas del Chaco Salteño<sup>3</sup>, de trabajo en tareas de extensión, docencia e investigación con miembros de la Asociación Indígena *Mbaaporenda* de la ciudad de Tartagal en la Argentina y la experiencia de comunicación intercultural con migrantes en la ciudad de Curitiba, en Brasil, en período de cinco años<sup>4</sup> por haberse convertido el investigador en migrante. La apropiación de estrategias comunicativas y educativas, de las Tecnologías de la

---

<sup>1</sup> En lengua indígena tapiete significa lugar de trabajo.

<sup>2</sup> El período es desde 1996 hasta el año 2016 con actividades concretas en ese lapso.

<sup>3</sup> El Chaco Salteño es una subdivisión del Gran Chaco, una región forestal con pueblos indígenas que se extiende por Argentina, Paraguay, Bolivia e incluso Mato Grosso, en Brasil.

<sup>4</sup> El período es desde el año 2017 al 2022.

Información y la Comunicación se muestra fundamental para la construcción de identidades y para la visibilidad social.

La pregunta/problema de investigación es: ¿Cómo se construyen las identidades de/con un grupo de indígenas y de/con un grupo de migrantes a partir del diálogo intercultural y prácticas comunicativas? El objetivo es fundamentar la construcción de las identidades de los grupos (indígenas y migrantes) desde el diálogo intercultural, desde las prácticas comunicativas y desde la propia experiencia del investigador. En este caso, el diálogo intercultural se entiende como comunicación interpersonal y como prácticas comunicativas a la apropiación de técnicas y tecnologías de la comunicación. Se trata de la interacción entre los miembros de los grupos y de ellos con el investigador. Un investigador posicionado primero como indigenista en Argentina y luego como miembro del colectivo migrante en Curitiba, Brasil.

La investigación se inició en el Doctorado en Humanidades de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional de Tucumán (UNT) en Argentina, pero se detuvo porque las teorías estudiadas en el campo de la Comunicación (en la formación de grado) no contemplaban que el investigador sea también el sujeto de la investigación, porque al trabajar con indígenas (tapietes, chorotes, wichís y guaraníes), su identidad se fue redefiniendo poco a poco y al convertirse en migrante comenzó a experimentar los mismos procesos identitarios que otros inmigrantes (angolanos, haitianos, congoleños, venezolanos, cubanos). La migración forzada produjo un distanciamiento espacial con el programa de doctorado y luego de cercanía por la educación remota de emergencia debida de la pandemia de la COVID-19, pero al mismo tiempo, la migración transformó al investigador en un "investigador investigado". Ahora vive "en carne propia" algunas situaciones de discriminación y xenofobia que conoció de su convivencia con los indígenas. Existen conflictos similares entre inmigrantes que tienen diferencias en: costumbres, idioma, educación, cultura con la mayoría de la población del país de acogida, donde también hay algunas personas que discriminan y los ven como una amenaza y otras personas que están abiertas al encuentro con el otro. Todo esto trajo proximidad,

enfrentamientos y distancias que lo acercaron a su grupo: los inmigrantes.

Mientras estuvo en Argentina, ensayó varias teorías como referente teórico para la investigación, pero ninguna convenció al investigador. No representaban el proceso que quería investigar y los sujetos. Si bien se basa en la Comunicación Intercultural, fue necesario complementarlo con otro marco teórico que también aporte a la metodología, ya que muchas metodologías y técnicas resultaron inadecuadas y rotularon lo que se pretendía hacer, forzando su abordaje.

La Psicosociología de Comunidades y la Ecología Social vinieron a apoyar la investigación y “liberar al investigador” de teorías y metodologías hacia un abordaje que ubique a todos los sujetos en igualdad de condiciones.

Surge como cuestión de este ensayo la pregunta: ¿Cuáles son los aportes teórico-metodológicos de la Psicosociología de Comunidades y la Ecología Social a las investigaciones sobre la construcción de las identidades de indígenas y migrantes a partir de la comunicación? El objetivo es identificar las principales ideas, autores y referentes teóricos que pueden contribuir a la investigación.

A continuación, se identificarán distintas corrientes teóricas y autores para luego llevarlos en la investigación que se quiere realizar.

### **Aportes teóricos y reflexiones colectivas**

El primer obstáculo que se hace evidente en este texto es la escritura del investigador. Todavía debe continuar su descolonización. Sigue escribiendo en tercera persona, como si fuera otra persona. Como si fuera posible deshacerse de sus sentimientos y razonamientos en lugar de adoptar/abrazar de una sola vez a los abordajes de la sociología *sentipensantes* de acuerdo al pensamiento de Fals Borda (2015). Es muy difícil luchar contra años de domesticación académica donde lo científico era solo lo racional y objetivo y lo subjetivo era solo dominio de las artes. Para Martín-Baró (1998, p. 289) significa salir del

positivismo que sólo busca datos positivos, se limita a los hechos y sus relaciones empíricas pero nada dice de lo metafísico ni de los problemas como se presentan en la vida real. Por eso es necesario “la recuperación de la memoria histórica” (Martín-Baró, 1998, p. 300) donde el investigador forma parte del fenómeno estudiado. Martín-Baró (1998, p. 299) también señala que “el psicólogo ha intentado insertarse en los procesos sociales desde las instancias de control” con una posición hegemónica de superioridad con sus pares, sin discutir sobre el poder social que él mismo ejerce. Por eso, para Martín-Baró (1998, p. 300) “el problema de una nueva praxis plantea el problema del poder y, por tanto, el problema de la politización de la Psicología” como el de las Humanidades y Ciencias sociales.

El investigador luchó consigo mismo y con su academicismo. Al mismo tiempo que vivía dividido: un ser humano que se conmovía por las cosas sencillas de la vida y las expresaba en sentimientos o los llevaba al arte; y, por otra parte, tratando de cumplir con una rigidez en teorías y metodologías que no le permitían respirar la falsa neutralidad que propone el positivismo como afirman Guzzo y Lacerda Júnior (2007). “La supuesta postura apolítica es una opción política. La neutralidad en tal contexto es una postura que legitima y mantiene el *statu quo*, la neutralidad es omisión” (Guzzo; Lacerda Júnior, 2007, p. 233, traducción del autor). De esa forma, la investigación, el trabajo académico colabora para la concientización que es en definitiva un proceso social y por lo tanto un proceso político para salir del fatalismo que viven muchas comunidades como una interiorización de la dominación social que es un punto crucial de la preocupación martinbaroniana.

El paradigma positivista dejó heridas muy profundas que cicatrizaron restando movimientos cuyo proceso de recuperación fue extenso. Después avanzó con el paradigma constructivista, naturalista e interpretativo (Hernández Sampieri *et al.*, 2010) y fenomenológico. Creía que bastaría con tener una posición de sospecha y duda sobre las certezas, las teorías y lo que se sabe. Pensó (e intentó) que podía suspender sus propias ideas para escuchar al otro y comprenderlo aplicando la Fenomenología. Pero como Maisonneuve (1997, p. 14-21)

cuestiona, ¿cómo se hace para dejar el subjetivismo filosófico y dejar el objetivismo científico para la construcción del sentido del ‘nosotros’? ¿Cómo se hace para combinar la perspectiva científica con la propia perspectiva fenomenológica?

Es difícil poder ser un observador científico y al mismo tiempo ser un agente inserto *in situ*. Los investigadores fenomenológicos tienen problemas para confrontar el significado y el alcance de su trabajo. Y en este caso no fue diferente. La investigación se estancó y se privilegió la relación con el otro porque había necesidades y desafíos prácticos. Si bien la Fenomenología no se descarta, pues tiene su riqueza y se pueden establecer vínculos, todos los problemas éticos y cuestiones teóricas desaparecieron cuando se conoció la Psicosociología, “ciencia bisagra [*charneira* en portugués] y ciencia de la interacción” (Maisonneuve, 1977, p. 1, traducción nuestra). Ahora todo estaba unido, articulado.

El dominio propio de la psicosociología aparece, pues, esencialmente como el de la interacción:

- interacción de procesos sociales y psíquicos a nivel de conducta concreta;
- interacción de personas y grupos en el marco de la vida cotidiana;
- cruce, también, entre el enfoque objetivo y el sentido vivido, a nivel de, o agentes en situación (Maisonneuve, 1977, p. 5, traducción nuestra).

Ahora todo está claro, basta de insistir sólo con teorías de la sociología, “reducidas a sí mismas, limitadas al juego de estructuras institucionales y regulaciones colectivas. Así también, el enfoque puramente psicológico que se aplica a las ‘funciones mentales’” (Maisonneuve, 1977, p. 6, traducción nuestra).

Poder trabajar con indígenas y migrantes en nuestras problemáticas, pero no desde una teoría que oprima y cosifique. Siguiendo a Martín-Baró:

Por ello mi propuesta estriba en una inversión marxiana del proceso: que no sean los conceptos los que convoquen a la realidad, sino la realidad la que busque a los conceptos; que no sean las teorías las que definan los problemas de nuestra situación, sino que sean esos problemas los que reclamen y por así decirlo, elijan su propia teorización. Se trata en otras

palabras de cambiar nuestro tradicional idealismo metodológico en un realismo crítico (Martín-Baró, 1998, p. 314).

Como se mencionó, el investigador luchó contra un ambiente académico que desconfiaba del sentimiento como enfoque científico, ignorando que las preocupaciones existenciales primero se sienten y luego se razonan. Pero el positivismo predominante no dejaba lugar a otras perspectivas.

En esta coyuntura la crítica al paradigma científico moderno contó con el diálogo producido por otros movimientos críticos de la época como: la Educación Popular de Paulo Freire, la Investigación Acción Participante de Orlando Fals Borda, la Teología de la Liberación y la Teoría de la Dependencia de América Latina (Pardo *et al.*, 2021, p. 5).

Pero el investigador no desistió, quiso compartir con el otro/a y leerse a sí mismo, leer su propia historia. Se repitió parafraseando a Paulo Freire en una cita sin año y página, pero grabada en su mente. Ahora había desafíos y “dilemas relacionados con las exigencias metodológicas y de producción de conocimiento y relacionados con la proximidad o lejanía de la intervención psicosocial, en el sentido de captar los procesos de participación y concientización” (Freitas, 2015, p. 244, traducción del autor). Quien aportó y desarrolló la teoría de la Psicología de la Liberación fue Martín-Baró quien como bien señala Oliveira *et al.* (2014, p. 219, traducción nuestra) buscó la “desideologización de la experiencia cotidiana del academicismo del psicólogo para rescatar las experiencias originales de los grupos y personas y devolverlas como datos objetivos”. Eso le permite a las comunidades y a los sujetos de forma particular formalizar “la conciencia de su propia realidad, a través de la validez de los conocimientos adquiridos” (p. 219, traducción nuestra). La desideologización debe darse en un proceso de participación crítica cuestionando las formas tradicionales de investigación. Eso produce una liberación de las conciencias para adquirir la propia conciencia social. La doctora en Psicología Maritza Montero entiende que las ideas iniciales de esta concepción liberadora se remontan “las dos corrientes o tendencias latinoamericanas que fueron muy influyentes en las

décadas de 1960 y 1970: la Educación Popular de Paulo Freire, en el Brasil, y la Sociología Militante, de Orlando Fals Borda, en Colombia" (Costa, 2007, p. 273, traducción nuestra). Los estudios de Fals Borda iniciados en la década de 1950 darán origen a lo que se puede definir como la investigación participativa:

Un método de estudio y acción que va al paso con una filosofía altruista de la vida para obtener resultados útiles y confiables en el mejoramiento de situaciones colectivas, sobre todo para las clases populares. Reclama que el investigador o investigadora base sus observaciones en la convivencia con las comunidades, de las que también obtiene conocimientos válidos. Es inter o multidisciplinaria y aplicable en continuos que van de lo micro a lo macro de universos estudiados (de grupos a comunidades y sociedades grandes), pero siempre sin perder el compromiso existencial con la filosofía vital del cambio que la caracteriza (Fals Borda, 2015, p. 320).

Luego, el mismo Fals Borda (2015, p. 320) y sus seguidores (después del Primer Simposio, en 1977) discutieron la sigla adoptada por el movimiento: será IAP a la Investigación Participativa con una "A" en "acción" añadida. Cabe recordar que Montero encontró las bases para la formulación de su propuesta metodológica más adecuada en el trabajo con comunidades en la Investigación Acción Participativa de Fals Borda. En IAP se destacan una preocupación existencial, un cuestionamiento ético, un compromiso con el otro, una acción comunitaria, una teoría activa.

Se construye una Psicología de las Comunidades y la Ecología Social enunciada desde *Abya Yala*<sup>5</sup> con visión martinbaroniana:

Construyendo encuentros (sujeta-o-e/sujeta-o-e) críticos, antirracistas, antipatriarcales, antineoliberales extractivistas,

---

<sup>5</sup> "Abya Yala en la lengua del pueblo Cuna [de la Sierra Nevada, en el norte de Colombia y hoy en Panamá] significa "tierra madura", "tierra viva" o "tierra floreciente" y es sinónimo de América. [...] La expresión [...] ha sido utilizada por los pueblos originarios [...] en oposición a la expresión "América". Si bien [...] [los diferentes pueblos originarios que habitan el continente asignan nombres a las regiones que ocupan, como] *Tawantinsuyu*, *Anauhuac*, *Pindorama*, la expresión *Abya Yala* ha sido cada vez más utilizada por ellos para construir un sentimiento de unidad y pertenencia. [...] [Aunque se usó en otras ocasiones,] la primera vez que se usó en este sentido político fue en la II Cumbre Continental de Pueblos y Nacionalidades Indígenas del Abya Yala, realizada en Quito, [Ecuador,] en 2004" (Abya Yala, 2016).

transformadores y contra hegemónicos, en los que es central la enunciación epistémica de las comunidades y se desmontan los privilegios de las/los investigadores (Pardo *et al.*, 2021, p. 7).

Y sin abrazar las teorías ideológicas de Europa occidental que pretenden liberar pero en realidad imponen un nuevo colonialismo. La posición es descolonial, ecocéntrica y en construcción.

De acuerdo a Freitas, surgen dos preocupaciones básicas:

“1. Uno, si la *investigación* debe y puede *conducir las prácticas* comprometidas con la construcción de una vida más digna para las personas” (Freitas, 2015, p. 245, traducción del autor). Con los indígenas, colaborar para la resignificación personal y valorizar la propia identidad - siempre en construcción -, la lengua materna y la cultura ancestral, cómo buscar trabajo combinando las culturas. La apertura al diálogo intercultural con indígenas, ‘criollos’ y extranjeros que viven en el lugar. En el caso de los migrantes, colaborar con la resignificación de la migración que no es solo espacial, sino también existencial, como afirman Takeiti y Vicentin (2016) es un territorio de existencia, en el que se construyen y reconstruyen identidades cotidianamente o como Fals Borda (1956) asegura que la casa es más que lo material. Otro tema es reflexionar sobre la transmisión de la lengua materna a los hijos y la pertenencia al país de origen, estando abiertos a la nueva cultura y al nuevo idioma, cómo potenciar las oportunidades laborales cuando prácticamente hay que huir del país de origen sin planificación previa, cómo dialogar con los habitantes del país de acogida, cómo tener una identidad entre dos culturas.

“2. Otra, si la *intervención* debería y podría *contribuir a la producción de conocimientos* que estarían involucrados en cambiar las condiciones responsables de la situación inhumana en que viven las personas” (Freitas, 2015, p. 245, traducción nuestra). Un conocimiento que puede contribuir al reconocimiento de la cultura indígena, el acceso a la educación intercultural bilingüe, la generación de empleos que reivindiquen sus prácticas ancestrales, la demarcación de tierras, entre otros. En el caso de los inmigrantes, establecer políticas de refugio y acogida no sólo para aquellos con visa humanitaria, sino también para

los que viven en el exilio. Y en ambos grupos se identifican caminos de riesgo y trata de personas a quienes prometen una vida mejor a cambio de la esclavitud.

La práctica conduce a conocimientos que deben llevar al cambio hacia la liberación. Una serie de procesos “que producen cambios sustanciales tanto en las condiciones concretas de vida de los grupos sociales marginalizados, como en la ideología dominante de justificación de la dominación y naturalización de la injusticia social” (Costa, 2007, p. 272, traducción nuestra).

El colectivo de indígenas o el colectivo de migrantes tienen cada uno un proyecto común porque cuando las necesidades son urgentes, una acción puede ser viabilizada. Siguiendo a Enríquez (2001, p. 61-63) están unidos por alguna cosa por realizar y para ello tienen un conjunto de valores interiorizados que permiten la dinámica del proyecto. Hay un imaginario social común, sentimientos y creencias. Se sacrifican posiciones personales en favor de la causa común. “Si el grupo tiene una causa que defender y promover, eso significa que piensa en sí mismo, se representa y quiere definirse como una *minoría actuante*” (Enriquez, 2001, p. 64, traducción nuestra). Y al mismo tiempo tiene una vocación mayoritaria. Hay un proceso de identificación y diferenciación. Como explica Montero, la analéctica en palabras de Dussel es

un momento del método dialéctico que da prioridad a lo que está más allá de la totalidad. Es decir, el otro como otro, como “diferente”. Esta dialéctica modificada difiere debido a la inclusión de la otredad del otro. Una otredad que se añade a la otredad construida por el uno. Y, tanto si otro ajeno, como si otro complementario son incluidos en la totalidad, el locus de la producción de conocimiento es desplazado del ser individual a la relación establecida entre el uno y el otro; relación en la cual cada uno de ellos es constituido mientras crea la relación (Montero, 2002, p. 49).

El encuentro con el otro se da en la convivencia, compartiendo la existencia y resinificándose junto al otro. Como aseveran Guzzo y Lacerda Júnior (2007, p. 239, traducción del autor) “reflexionar sobre la vida personal con discusiones teóricas, abriendo momentos de diálogo, trae nuevos caminos y comprensiones de lo que sucede, cobrando así

un sentido fortalecedor". Pero esto debe mantenerse en las relaciones de los individuos como su grupo para una transformación real. Y el investigador podrá "dar visibilidad a muchas narrativas sobre los sujetos, revelando las muchas existencias de un individuo" (Cerqueira; Merhy, 2014, p.19, traducción nuestra).

Es por ello que esta investigación puede avanzar en el marco de la Psicología de Comunidades y la Ecología Social, que, según el legado de la profesora Maria Inácia D'ávila, recordado por Pardo *et al.*, (2021, p. 7) busca dejar la interdisciplinariedad para lograr la transdisciplinariedad. El objetivo es la comprensión de la vida. Las disciplinas se utilizan como herramientas para comprender fenómenos y no cómo los fenómenos se adaptan para adecuarse a las disciplinas.

### Consideraciones finales para ir a la acción

La Psicología de las Comunidades y la Ecología Social estudia al sujeto en situación y es una situación existencial en todos los sentidos. Los supuestos son contrahegemónicos y descoloniales en coherencia con la investigación que se quiera realizar. "Se centra en el carácter de la experiencia y de la subjetividad y la acción colectiva o grupal queda en un segundo plano" (Freitas, 2015, p. 249, traducción nuestra). Se trabaja en el encuentro de saberes y no en la intervención, en el diálogo de sujetos históricos activos que se transforman a sí mismos y a su entorno que respetan y aman. "Es, por lo tanto, un proceso de dirección inversa: comienza en lo colectivo y llega a lo personal" (Oliveira *et al.*, 2014, p. 212, traducción nuestra).

Intereso:

- Vivir, compartir con el otro, replantearse, estar juntos, experimentar, expresar, crear, reflexionar y teorizar.
- Poder concientizarnos en el sentido freireano, no individualmente, al contrario, como comunidad.
- Comprender el mundo desde la Ecología Social y comprendernos a nosotros mismos para la acción.

- Hacer ciencia con existencias y (re) existencias como resistencias.

Las vivencias y sentimientos del investigador deben entrar en la escritura científica sin traicionarlos. Las vivencias deben ser un punto de partida que vaya para lo macro y vuelva para lo micro. “Igualmente romper con las lógicas antropocéntricas del capitalismo como civilización dominante y también de los diversos socialismos que efectivamente existieron hasta ahora” (Acosta, 2016, p. 210, traducción nuestra) para dejar otros caminos posibles de vida porque, en definitiva, el objetivo final (de ahí la investigación y la denuncia para el cambio) es el Buen Vivir. Recordando las palabras de Leonardo Boff, el Buen Vivir asume una visión holística e integradora del ser humano en comunión con la naturaleza, el universo y con el Creador. Los aportes teórico-metodológicos de la Psicosociología de Comunidades y la Ecología Social permitirán que la investigación se transforme en praxis, en acción libertadora de las subjetividades.

## Referencias

- ACOSTA, A. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. *In*: SOUSA, C. M. (Org.) Um convite à utopia [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. pp. 203-233.
- CERQUEIRA, M. P.; MERHY, E. E. Introdução. *In*: CERQUEIRA, M. P.; MERHY, E. E. (Orgs.). **Pesquisadores IN-MUNDO: um estudo da produção do acesso e barreira em saúde mental**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.
- COSTA, J. F. A. Fazer para transformar: a psicologia política das comunidades de Maritza Montero. **Revista Psicologia Política**, v. 15, n. 33, p. 269-283, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v15n33/v15n33a03.pdf> Acesso em: 11 jul. 2023.
- ENRIQUEZ, E. O vínculo grupal. *In*: LÉVY, A. *et al.* **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FALS BORDA, O. Aspectos psico-sociológicos de la vivienda rural colombiana. **Revista Colombiana de Psicología**, v. 1, n. 2, p. 206-229, 1956. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/psicologia/article/view/32349>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- FALS BORDA, O. **Una sociología sentipensante para América Latina**. México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/fborda/> Acesso em: 12 jul. 2023.
- FREITAS, M. F. Q. Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 2, p. 242-253, dez. 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082015000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000200002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 11 jul. 2023.
- GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 231-240, ago. 2007.
- HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, M. P. **Metodología de la investigación**. 5 ed. México D. F.: McGraw Hill Interamericana, 2010.
- MAISONNEUVE, J. **A psicossociologia, ciência-charneira e ciência da interação**. Introdução à Psicossociologia. Tradução e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Ed. Nacional: Edusp, 1977.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la Liberación**. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

MONTERO, M. Construcción del otro, liberación de sí mismo. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 7, n. 16, p. 41-51, mar. 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/279/27901604.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.

OLIVEIRA, L. B.; GUZZO, R.; TIZZEI, R. P.; SILVA NETO, W. Vida e a obra de Ignacio Martín-Baró e o paradigma da Libertação. **Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró**, v. 3, n. 1, p. 205-230, 2014.

PARDO, C. R.; TAKEITI, B. A.; GUERRA, C. T.; FONTES, J. V. A. La Psicosociología como dispositivo epistémico para la cultura de paz: notas sobre experiencias latinoamericanas – Brasil y Colombia. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 2, p. 1-20, 2021. Disponível em: [http://www.seer.ufsj.edu.br/revista\\_ppp/article/view/e4116](http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e4116). Acesso em: 11 jul. 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Abya Yala. **Enciclopédia Latino-americana**. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/es/entradas/a/abya-yala>. Acesso em 24 ago. 2023.

TAKEITI, B. A.; VICENTIN, M. C. G. Jovens (en)cena: arte, cultura e território/Young (in)scene: art, culture and territory. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 24, n. 1, p. 25-37, 2016. DOI: 10.4322/0104-4931.ctoAO0667.

## Capítulo 9

---

### A produção teórica de Ignacio Martín-Baró e a abordagem das Interseccionalidades: (im)possibilidades de articulações. Reflexões para uma psicologia da *América Ladina*

Arnaldo Mesquita Santos Júnior  
*Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)*

Fernanda Ferreira Chaves  
*Universidade de São Paulo (USP)*

#### Introdução

A Psicologia (Social) como toda ciência humana e social, se coloca na esteira de uma produção intelectual marcada por seu tempo e sua ordem social. Neste caminho, muitas pessoas já propuseram o estabelecimento de críticas à Psicologia e aos modos como ela, enquanto ciência e profissão, atua e compreende os fenômenos com os quais lida. Dentre estes/as críticos/as, nós destacamos a figura de Ignacio Martín-Baró que não apenas levantou a crítica à Psicologia, como também fez com as suas experiências e trabalhos, propostas reflexivas e teóricas fundamentais para a construção de uma Psicologia da e para a América Latina, ou como preferimos: América Ladina.

América Ladina, é um conceito cunhado por Lélia Gonzalez (2020, p. 127), intelectual negra brasileira, para se opor à ideia de uma América Latina cuja formação e influências seriam brancas e europeia. Ao propor América Ladina, Lélia quer trazer e reconhecer a nossa africanidade, bem como, toda a nossa originalidade indígena, que são as marcas mais fortes de nossa formação social e cultural. Pelo mesmo motivo, aqui também utilizamos América Ladina.

Faz-se importante ainda ressaltar que, apesar de se ter passado mais de 30 anos de seu assassinato, tanto as críticas, quanto o modo de produção prática e acadêmica, bem como as reflexões de Martín-Baró, não alcançaram ainda o grande bojo da Psicologia Latino Amefricana,

sendo importante não apenas retomar, mas aprender com Baró e a partir de Baró nas reflexões e práticas que desafiam o quefazer da Psicologia.

Ainda nos interessa as reflexões e pensamentos produzidos pelos feminismos, especialmente pelos feminismos decoloniais, negros e latinos. A crítica feminista à história, à cultura, aos modos de organização social, bem como os desvelamento das estruturas de dominação e opressão que se engendram em nossa cultura e personalidade, faz com seja primordial trazer ao centro das discussões da Psicologia tais reflexões, não apenas como um paralelo ou um complemento, mas, como debates fundamentais sobre o nosso modo de fazer-ser e fazer-viver. Assim, o conceito de *interseccionalidade* se torna para nós uma importante ferramenta analítica e mecanismo de atuação para uma psicologia comprometida ética e politicamente.

### Feminismos decoloniais e interseccionalidades

*Interseccionalidade*<sup>1</sup> é um conceito cunhado pela jurista afro-estadunidense feminista Kimberlé Crenshaw, nos Estados Unidos, no final dos anos 1980. Em 1989, Crenshaw publicou o artigo “*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex*”, cujo subtítulo é “*A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*”<sup>2</sup>. Dois anos adiante, a autora retornaria ao conceito inaugurado por ela para examinar especificamente a marginalização estrutural das mulheres negras estadunidenses<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> O conceito em sua originalidade está no singular, mas entendemos que a sua utilização deve-se, por força de sua própria capacidade analítica, estar no plural.

<sup>2</sup> Disponível em:

<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>  
Acesso em: 01 mar. 2023.

<sup>3</sup> A intelectual narra a história da gênese do conceito: “Quando estava no primeiro ano da faculdade de direito, participei de um grupo de estudos com dois colegas afro-americanos. Um deles foi o primeiro membro afro-americano aceito em uma prestigiada agremiação de estudantes de Harvard. Por essa agremiação passaram alguns dos presidentes da república, entre os quais, Roosevelt. A agremiação não aceitava negros, até o meu colega ingressar. Este colega resolveu convidar a mim e ao outro para visitá-lo nessa famosa agremiação. Nós, os convidados, conversamos acerca do que aconteceria quando chegássemos com nossas faces negras naquela instituição tradicionalmente branca. Meu colega deixou bem claro que se nos deparássemos com qualquer hostilidade iríamos dar meia-volta imediatamente. Com

De acordo com Crenshaw *as interseccionalidades são, simultaneamente, maneiras sensíveis de pensar as identidades e sua relação com o poder*. A autora explicita que nascer negra e mulher em culturas racistas e patriarcais são marcadores das diferenças entre pessoas historicamente oprimidas. Neste sentido, Pinho (2014) destaca o discurso de Sojourne Truth, *Eu não sou uma mulher?* de 1851<sup>4</sup>:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida?

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas

---

essas instruções, nos preparamos para enfrentar qualquer possível discriminação. Chegou o dia, caminhamos até a porta da frente da agremiação e tocamos a campainha. Nosso colega negro abriu a porta e saiu muito envergonhado, muito sem jeito. Então ele disse: ‘Estou muito constrangido, pois esqueci de dizer que vocês não podem entrar pela porta da frente’. Meu colega imediatamente retrucou: ‘Bem, se não pudermos entrar pela porta da frente, não vamos entrar. Não vamos aceitar qualquer discriminação racial’. O colega anfitrião esclareceu: ‘Não é uma questão de discriminação racial. Você pode entrar pela porta da frente. A Kimberlé é que não pode, porque ela é mulher’. Aí veio a surpresa, meu colega disse: ‘Ah, então não tem problema: vamos entrar pela porta dos fundos’. E enquanto dávamos a volta no edifício para entrar pela porta dos fundos, fiquei pensando que, embora tivéssemos assumido uma postura de solidariedade contra qualquer discriminação racial, essa solidariedade simplesmente havia desaparecido quando ficou claro que a discriminação não era racial, mas de gênero. Nesse momento, assumi um compromisso comigo mesma de entender esse fenômeno” (Crenshaw, 2004, p. 7-8).

<sup>4</sup> Discurso proferido como uma intervenção na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Em uma reunião de clérigos em que se discutiam os direitos da mulher, Sojourner levantou-se para falar após ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, porque seriam frágeis, intelectualmente débeis, porque Jesus foi um homem e não uma mulher e porque, por fim, a primeira mulher fora uma pecadora (Pinho, 2014. Disponível no blog do Geledés - Instituto da Mulher Negra: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>. Acesso em: 02 mar. 2023).

estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.

Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer (Pinho, 2014).

Truth foi uma mulher negra ex-escravizada que, apesar da sua condição de iletrada, já naquela época inaugurou subversões, constituindo um marco fundacional do movimento feminista negro, ao questionar o conceito de mulher, que dizia respeito, até então, especificamente às mulheres brancas (Oliveira, 2020). Truth (1851) problematizou a questão de que as mulheres que são atravessadas pelo racismo apresentam vivências, experiências e demandas diferentes das que não o são (Assis, 2019).

Assim, mais de 100 anos depois, Kimberlé Crenshaw propõe a utilização do conceito de interseccionalidade para que se possam compreender estes atravessamentos múltiplos que se inserem nos corpos. Neste sentido,

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica a interseccionalidade considera as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade física, etnia, faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2021, p. 15-16).

Os marcadores das desigualdades se cruzam, multiplicando as consequências nefastas dos sistemas de opressão. Os cruzamentos podem também insurgir sobre a identidade de gênero, a etnia, a orientação sexual, a nacionalidade, a regionalidade, a diversidade funcional, a faixa geracional, a condição econômica, a condição de parentalidade, a posição política, a religiosidade etc. Nas palavras de Crenshaw (2002)

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de

mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (p. 177).

O conceito interseccionalidades é decolonial e tem, por princípio, a *práxis* crítica (Collins; Bilge, 2021). Esta ferramenta de análise, nomeadamente da tradição da intelectualidade política dos feminismos negros de classes populares, desafia o discurso dominante que foi imposto a partir da perspectiva de colonizadores, empregando uma relação sinérgica entre a investigação e a *práxis*, por meio do diálogo, interação e ativismo.

A abordagem interseccional concebe a “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”<sup>5</sup> (Akotirene, 2020, p. 19), que está identificada no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete racismo epistêmico. Por meio dessa ferramenta identifica-se os “marcos do sistema de opressão e de desigualdade que são cruzados, como um entroncamento, potencial crítico da interseccionalidade orientada para a transformação e para a justiça social” (Bilge, 2013, p. 405 — em tradução livre).

As interseccionalidades são, originalmente, focadas tanto na produção de um conhecimento decolonial transformador e contra-hegemônico, quanto na construção de políticas

radical de justiça social, [...] vem se transformando [...] em algo que apelidei de “interseccionalidade ornamental” [...], que mina a sua credibilidade e potencialidade para analisar criticamente as estruturas de poder interligadas e para desenvolver uma ética na construção não opressiva de coalizões, assim como na realização de reivindicações (Bilge, 2013, p. 407-408 — em tradução livre).

A relevância dos feminismos decoloniais vem para denunciar os sistemas de opressão e buscar a especificidade desses pontos complexos entrecruzados. A ideia de encruzilhada, como outra alegoria,

---

<sup>5</sup> O heteropatriarcado ou cis-heteropatriarcado (de cis[generidade], hetero[ssexualidade] e patriarcado) é um sistema sociopolítico no qual a heterossexualidade masculina cisgênero tem supremacia sobre as demais formas de identidade de gênero e sobre as outras orientações.

produzida pela intelectual brasileira negra Carla Akotirene (2020) ao desenvolver a categoria interseccionalidade a partir de uma matriz latino-americana. A autora baiana reitera que as interseccionalidades evidenciam a colisão das estruturas e a interação simultânea das marcas identitárias. Ainda nesta conjuntura, Akotirene (2020) denuncia o fracasso do feminismo branco em contemplar mulheres negras reproduzindo o racismo.

Akotirene (2020) defende as interseccionalidades como um método de resistência epistêmica diante da colonialidade que, historicamente, prioriza o discurso branco-centrado. A autora propõe que a análise deve partir das

[...] condições estruturais que atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade (p. 43-44).

As tentativas dos discursos dominantes de criar hierarquias de opressão são explicitadas para se estabelecer a divisão das próprias possibilidades de construção de solidariedade política. Retomando a história sobre o surgimento do conceito de interseccionalidade cunhado por Crenshaw (2004), apresentado no início do texto, concluímos que era esperado do seu colega (homem negro) a solidariedade política, sendo que esta não deveria desaparecer no momento em que o gênero surge como um marcador de desigualdade nas suas vivências. Por essa razão, se faz necessária a solidariedade política de maneira a abranger a construção de redes de coalizões.

Audre Lorde (1983), intelectual negra estadunidense, desenvolveu um exponencial debate interseccional, pois além da raça, ela trouxe as discussões sobre sexualidade de maneira explícita, ao falar a partir do seu lugar como mulher negra e lésbica. Isto é, tensionou o cruzamento dos marcadores da raça, da classe, do gênero e da orientação sexual.

As análises devem preconizar que as pessoas não estão atravessadas pelas mesmas vulnerabilidades e, portanto, algumas

sofrem opressões múltiplas. Contudo, os feminismos decoloniais nos convocam a aliançar nossas diferenças na luta contra as perversidades do mundo e, isso só será possível, enfrentando de igual modo o racismo, a misoginia, o capacitismo, as LGBTQIAP+fobias, o elitismo, a aporofobia, a xenofobia, o etarismo etc.

Muitas vezes compreende-se as interseccionalidades de uma forma que as escamoteiam ao não falar de questões de poder, usam-na, equivocadamente, como uma receita para a diversidade, representantes humanos diferentes tipos e/ou identidades. A investigação feminista branca ou “feministas disciplinares” tem sido criticada por tornar a abordagem interseccional como uma coisa banal, pois acaba por neoliberalizar politicamente e branquear a interseccionalidade, perdendo a historicidade e o contexto e, consequentemente, perdendo o caráter crítico da práxis transformativa (Bilge, 2013).

Ainda nesse sentido, destacam-se os discursos que não consideram as bases estruturais da dominação capitalista colonialista e das relações de poder. Importa ressaltar os debates a respeito do resgate da memória histórica sobre as narrativas das teorias feministas brancas, nomeadamente, as epistemologias da ignorância branca (Bilge, 2013).

Urge atentar-se na leitura desses conceitos, pois é perigoso voltar à lógica da discriminação das sociedades, entendidas por teorias dominantes como se fossem naturais, sem questionar os governantes, sem tensionar as diferenças estruturais. Por isso, se faz necessário reconhecer as suas matrizes de dominação, atacando a lógica neoliberal, questionando o sistema, ou seja, o contexto, de maneira a potencializar o caráter crítico transformativo, pontuando as questões da raça e gênero num sistema capitalista-colonial.

O conceito das interseccionalidades surgiu como uma ferramenta teórico-analítica e metodológica elaborada pelos feminismos negros para analisar como as opressões de raça, gênero e classe se combinavam oprimindo principalmente as mulheres negras. Apesar do conceito das interseccionalidades ter sido criado a partir das

características de raça, gênero e classe, faz-se uma interpretação extensiva para abranger outras experiências de opressão ligadas a orientação sexual, a localidade, a idade, a diversidade funcional, o estado sorológico, a religião etc.

Quando nos referimos as interseccionalidades dos feminismos, corpos e sistemas de opressão, lidamos com as diferenças de corpos, idades, localidade, raça, etnia, classe, entre outras que nos compõem. O reconhecimento das diferenças possibilita que a luta contra as opressões, que também são múltiplas, não incorra no “problema da superinclusão”, quando uma característica é vista como a única interpretação da condição de vulnerabilização, por exemplo, quando apenas o gênero é considerado para interpretar a condição da mulher na sociedade. E, para que também não incorra no “problema da subinclusão”, quando as questões de algumas mulheres não são vistas como problemas de gênero por não serem relativas às mulheres do grupo hegemônico, como por exemplo, quando o capacitismo, o racismo, as LGBTQIAP+fobias, o elitismo, o etarismo, não são pautadas pelos feminismos.

Não são nossas diferenças que nos separam e prejudicam nossas lutas por vida digna, mas sim o modo como lidamos com as diferenças. De modo que precisamos nos situar sobre nosso local de fala, não no sentido impeditivo de falar sobre opressões não vividas pelos nossos corpos, mas sobre acessar diferentes pontos de vista e assegurar espaço para que pessoas historicamente marginalizadas sejam ouvidas, acolhidas e atendidas em suas necessidades.

### A psicologia social de Martín-Baró

Ignacio Martín-Baró (1942-1989) foi um eminente psicólogo social, cuja obra apresenta um exercício de crítica a psicologia (social) dominante, do Norte, descontextualizada e descomprometida com a realidade social da América Latina. A produção teórica de Martín-Baró propõe a construção de uma psicologia (social) não só comprometida,

mas produzida a partir do cotidiano, como também das múltiplas experiências e formas de ser-estar no mundo, especialmente, do povo.

Em seu arcabouço teórico, Martín-Baró nos apresenta uma variedade de textos, que vão de suas reflexões filosóficas e teológicas, a reflexões sobre a psicologia, a produção do conhecimento (dito) científico e os variados modos de fazer ciência, sempre com uma atenção voltada às pessoas de seu cotidiano, suas trajetórias e modos de fazer-viver. Da ampla produção de Martín-Baró, dois pontos primordiais nos interessam aqui, primeiro: a crítica, ou o compromisso crítico (Martín-Baró, 2017, p. 48), e segundo, a crítica à Psicologia e os apontamentos para uma psicologia latino-americana ou uma psicologia do povo. Em suas palavras:

A verdadeira objetividade não é aquela que se conforma em destacar as lamentáveis realidades de nossos povos, mas aquela que, a partir da perspectiva das majorias, contribui para abrir o horizonte de uma história distinta, de uma realidade por fazer. Ao assumir um compromisso crítico com as causas de seu povo, o cientista social deixa de ser a racionalidade dos guardiões e se converte em guardião da racionalidade: mas esta racionalidade, para afirmar aquilo que é negado pelo poder atual, deve ser necessariamente nova. Somente assim será possível uma contribuição significativa das ciências sociais aos processos de mudança que nossos povos sempre estão buscando, fartos de garrotes e tutelas e famintos por desenvolvimento com justiça e paz com liberdade (Martín-Baró, 2017, p. 51).

De imediato podemos perceber que ambos os pontos se complementam, não sendo possível dissociá-los.

Neste sentido, ao dizer que é preciso ter um compromisso crítico, Martín-Baró (2017) não apenas está dizendo que é preciso olhar de múltiplas formas o “objeto” ao qual nos dedicamos, mas para além disso, buscar compreender como aquele “objeto” se apresenta naquele contexto, mais do que um possível objeto, interessa o fenômeno, as pessoas, os modos de ser e fazer-viver (ou morrer), os modos de estar no mundo. Neste sentido, devemos abordar os fenômenos psíquicos e sociais, tanto teórica quanto metodologicamente, com um compromisso ético, uma vez que nos interessa a conscientização das massas populares e a transformação da realidade pautada na justiça social.

Acreditamos que, frente aos processos de mudança, o cientista social latino-americano deve assumir um compromisso crítico. Compromisso porque não é possível ignorar a justiça fundamental das causas populares ou as intoleráveis situações vividas pelas maiorias de nossos países. Compromisso crítico porque é preciso elaborar, permanentemente, avaliações sobre a realidade e a marcha dos processos. Se o compromisso exige do cientista proximidade e participação, o caráter crítico exige objetividade e independência. Reencontramos, assim, as condições necessárias para o trabalho científico, mas com um sentido muito diferente. Não se trata de uma objetividade pretensamente imparcial e asséptica, mas de um sistemático respeito às realidades históricas no horizonte de uma opção ético-política; também não se trata de uma independência garantida por isolamento, mas de uma profunda liberdade de espírito para construir a verdade do horizonte almejado (Martín-Baró, 2017, p. 48).

Assim, nas ciências, especialmente nas ciências humanas-sociais, bem como na Psicologia, que acreditamos almejarem a transformação (social e subjetiva) é necessário estabelecer este compromisso crítico que possibilite compreender a realidade a partir dela e não (apenas) interpretá-la, diferente do que reproduzimos, pois,

quando se pede para os estudantes a realização de um trabalho empírico que analise algum problema da realidade, uma de suas primeiras reações pode ser a de solicitar uma bibliografia, isto é, algum livro ou artigo que estabeleça um “marco teórico” que orientará o estudo e indicará como “operacionalizar” o problema. Quando não conseguem esse “marco teórico”, os estudantes sentem-se bastante confusos, para não dizer perdidos. Sem dúvida, é importante conhecer e utilizar o acervo teórico e empírico acumulado pela Psicologia Científica ao longo de seu século de existência. Todavia, acredito que neste ato reflexo do estudante – primeiro o acadêmico, depois o profissional – se esconde algo mais do que um louvável hábito disciplinar; nesta reação há, também, um mecanismo de alienação que mediatiza o acesso do psicólogo latino-americano à sua realidade e a forma como a prática psicológica (*quehacer* psicológico) aborda os problemas da sociedade. A metodologia em que fomos formados, de corte tipicamente idealista, nos leva da teoria à realidade, dos modelos aos problemas e não o inverso (Martín-Baró, 2017, p. 66).

Uma vez que colocada esta necessidade do compromisso crítico, Martín-Baró (2017) questiona a própria utilidade da Psicologia, pois,

O problema central da Psicologia Social em voga não reside tanto nos seus resultados ou em suas proposições específicas, mas sim no enfoque global sobre o seu objeto de estudo. Dito de outra maneira, o problema reside mais em seus pressupostos, na

maioria das vezes implícitos, do que em seus resultados finais, cuja avaliação objetiva só pode ser efetivada a partir de uma perspectiva histórica e não da aplicação dos esquemas que os produzem (Martín-Baró, 2017, p. 103).

É imperioso dizer que,

Os psicólogos sociais pouco ou nada podemos fazer diante dos três grandes fatores objetivos que impedem o desenvolvimento da democracia nos países latino-americanos. Todavia, podemos fazer algo, e talvez muito, diante dos fatores que chamamos de subjetivos ou intersubjetivos. A Psicologia Social é a disciplina cujo objetivo é o de examinar o que há de ideológico no comportamento humano, tanto das pessoas quanto dos grupos (Martín-Baró, 1983, p. 1-20). Assumindo que toda ação humana significativa é uma tentativa de articular os interesses sociais com os interesses individuais, à Psicologia Social cabe estudar o momento em que o social se torna individual e o indivíduo se torna social. Trata-se, portanto, de analisar as influências sociais, intergrupais ou interpessoais que emergem em uma história concreta, em uma circunstância e situação muito específicas (Martín-Baró, 2017 p. 60).

Assim, para que se produza uma psicologia decolonial, que não reproduza o modelo dominador colonial, torna-se imperativo “que o psicólogo social e a própria Psicologia Social assumam a perspectiva do povo. Se o que se busca é o governo do povo, é necessário se situar a partir do ponto de vista desse povo, isto é, das maiorias oprimidas” (Martín-Baró, 2017, p. 62).

O que pode significar, então, para a Psicologia e, especificamente, a Psicologia Social enfrentar o desafio popular? De forma geral, significa uma redefinição de seus objetivos concretos de estudo, de seus interesses fundamentais e de seus objetos concretos de estudo a partir da perspectiva específica das maiorias populares (Martín-Baró, 2017, p. 75).

O desafio que as maiorias populares colocam para a Psicologia latino-americana demanda revisar três dos pressupostos mais básicos de nosso quefazer psicológico: (a) a formulação dos problemas; (b) a definição dos esquemas teóricos; e (c) a manutenção da objetividade científica. Em outros termos, trata-se de abordar como definir cientificamente os problemas, como analisá-los e como resolvê-los (Martín-Baró, 2017, p. 73-74).

Destas reflexões de Martín-Baró, temos os apontamentos para a necessidade de uma espécie de ‘revisão’ dos nossos modos de fazer, ou, como preferimos do quefazer da Psicologia. Uma vez que compreendido o compromisso crítico (e ético) que se apresenta, é necessário estarmos

dispostas a nos embrenharmos nas histórias, memórias e, especialmente, na realidade cotidiana do povo, onde poderemos produzir uma psicologia que seja de fato popular, que seja uma psicologia que brota no meio das demandas reais das maiorias populares e, não apenas, responde as demandas que lhes são impostas por outros, especialmente os que dominam e subjagam.

### As interrelações (im)possíveis entre as abordagens interseccionacionais, o pensamento de Martín-Baró e a Psicologia Social

Uma vez que nos valem do arcabouço feminista decolonial para lançarmos mão das interseccionalidades como ferramenta de análise, e que buscamos compreender que o *quefazer* da Psicologia deve estar atrelado a um compromisso crítico, sustentando com e a partir da realidade social cotidiana, conforme já nos alertava Martín-Baró (2017), entendemos que uma aproximação destas leituras nos possibilita uma guinada, tanto na compreensão analítica, quanto, principalmente, na atuação da psicologia (social), no seu *quefazer*.

Nos interessa aqui refletirmos sobre dois pontos: a intersecção dos eixos de opressão das violências (e consequentemente dos privilégios), compreendendo que os processos de subjetivação são interseccionais; e o segundo ponto refere-se ao modo de atuação e leitura dos fenômenos (sociais e psicológicos) que devem partir da realidade social, experienciada e sentida cotidianamente, num quefazer comprometido criticamente com esta realidade, buscando a produção de conscientização e justiça social.

Em outros termos, a Psicologia Social pretende examinar a dupla realidade constituída pela pessoa que é a realização e concretização de uma sociedade e da sociedade que é uma totalidade de pessoas e relações. A Psicologia Social analisa esse momento em que o social se converte em pessoal e o pessoal em social, tenha esse momento um caráter individual ou grupal, seja ele uma ação que corresponde a um indivíduo ou a um grupo (Martín-Baró, 2017, p. 117).

Em outros termos, o que propomos com estas reflexões é que para a produção da Psicologia Social da América Latina é imperioso o estabelecimento do compromisso crítico, este compromisso que nos coloca, tanto na produção cotidiana, quanto teórico-acadêmica da Psicologia, atentas aos mecanismos de (re)produção da dominação e subjugação de um povo, isto, especialmente a partir das nossas leituras e práticas. Neste caminho, o *quefazer* da Psicologia, é comprometido com a realidade cotidiana, como também com as suas histórias reais (e não a história contada pelo dominante), com seus modos de ser-fazer-viver, com suas práticas de produção de subjetividade e saúde, com tantas outras coisas que se fazem no cotidiano e as quais ainda não nos colocamos a disposição para estar e aprender com, bem como, para nos debruçar teoricamente a partir destas experiências.

Refletindo a partir destas propostas inspiradas em Martín-Baró, pensamos que o pensamento feminista negro, e aqui, especialmente a abordagem das interseccionalidades, tem uma dupla articulação com o *quefazer* que se propõe: primeiro, este compromisso crítico que Martín-Baró propõe a Psicologia está presente no feminismo negro, especialmente porque as suas reivindicações e produções teóricas, acadêmicas e militantes estão a priori geradas nas experiências (e opressões) cotidianas, assim, nos interessa aqui, não apenas articular este pensamento com a Psicologia, mas reconhecer a importância da luta, do movimento e do pensamento feminista negro e trazê-lo ao bojo das discussões da Psicologia.

Segundo o conceito de interseccionalidades, como ferramenta teórico-analítica-política, fornece à Psicologia um arcabouço para o seu *quefazer*, uma vez que dá ferramentas para que no cotidiano, nos corpos, no fazer coletivo e individual possam ser consideradas as intersecções dos eixos de opressão e os privilégios que se estabelecem e como eles se arranjam e/ou permitem os arranjos e resistências, sejam nos processos de subjetivação, sejam, na organização social.

Ainda se faz importante dizer que, reconhecer as contribuições do pensamento feminista negro e articular o mesmo com o *quefazer* da

Psicologia, não é simplesmente se valer de parte deste pensamento, mas mantendo o compromisso crítico, que nos exige Martín-Baró. Aplicar a crítica feminista a nós mesmos, bem como, analisar também na Psicologia, ciência e profissão, quais os mecanismos reproduzem as lógicas de dominação e opressão, que reproduzem a manutenção de privilégios, onde e porquê, reconhecendo as contribuições que possam existir na Psicologia, que nos alertam para um outro modo de ser e viver do povo na/da América Latina.

Torna-se demasiado importante que a Psicologia, não apenas abstrata, mas encarnada nas pessoas, que a fazem no cotidiano, nas pesquisas e pesquisadoras, no ensino e na sala de aula, reflitam com e a partir dos feminismos negros (bem como de outras contribuições e reflexões) para que, saindo da sua “torre de marfim”, ela possa estar no chão onde o povo vive e pisa, ela possa, aprender, compreender e trabalhar com e junto com este povo, e mais ainda, possa reconhecer-se como parte deste povo, e para isto, torna-se importante as abordagens interseccionais para o reconhecimento dos marcadores das desigualdades que atravessam estas pessoas, e assumir, radicalmente, o compromisso crítico e ético no *quefazer* e na práxis cotidiana.

### A guisa de conclusões

O que nos propomos neste texto, fruto de algumas reflexões a partir de nossas realidades cotidianas, foi articular parte do pensamento de Martín-Baró, no que diz respeito a crítica à Psicologia, a produção do *quefazer* psicológico e a necessidade do compromisso crítico com o pensamento feminista negro, especialmente, com as abordagens das interseccionalidades.

Estas (primeiras) reflexões buscam responder a nossas angústias, ante uma psicologia que ainda não se tornou uma psicologia popular, uma psicologia da América Latina, uma psicologia que ainda reproduz acriticamente saberes e práticas colonizadoras, que pouco ou em nada, se preocupam com as vidas cotidianas das pessoas comuns, das massas, do povo. O que nos interessa aqui, é sairmos da comodidade de

reproduzirmos saberes dominadores – que podem ser úteis e trazer muitas contribuições, mas, nunca só reproduzidos – em busca de um saber, uma práxis, um quefazer com e a partir das maiorias populares, de seus atravessamentos, de suas encruzilhadas, dos modos pelas quais são subjugadas, exploradas e até mesmo violentadas. Denunciar os mecanismos de manutenção das opressões e privilégios, a fim de construir modos de resistência. Em última instância, o que queremos aqui é pensar e produzir uma Psicologia popular, do povo, com e a partir dos seus modos de subjetivar, de suas práticas, experiências, festejos, afetos, relações, uma psicologia da Améfrica Ladina, essas mulheres de origens indígenas e pretas, que resistem, que muito sabem, mas, pouco foram ouvidas. É tempo da psicologia ouvir e aprender com elas.

## Referências

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Feminismos plurais, 2020.
- ASSIS, D. N. C. **Interseccionalidades**. Salvador-BA: UFBA - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554207/2/eBook%20-%20Interseccionalidades.pdf>. Acesso em 20 jan.2023
- BILGE, S. Intersectionality Undone: Saving Intersectionality from Feminist Intersectionality Studies. **Du Bois Review: Social Science Research on Race**, v. 10, n. 2, 2013.
- COLLINS, P. H.; BILGES, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 175, 2002.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2020.
- LORDE, A. **Não existe hierarquia de opressão**. 1983. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>. Acesso em 01 mar 2023.
- MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia**. Estudos psicossociais. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017. Coleção Psicologia Social.
- OLIVEIRA, M. R. G. **O Diabo em forma de gente: [r]existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 1 ed. Salvador - BA: Editora Devires, 2020.
- PINHO, O. E não sou uma mulher? Sojourne Truth. **Géledes**, jan. 2014. Disponível em: [www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth](http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth). Acesso em: 02 mar. 2023.

## Capítulo 10

---

### Medicalização das identidades de gênero dissidentes e o trabalho das/os/es psicólogas/os/ues: contribuições da teoria da libertação

Fernanda Ferreira Chaves  
*Universidade de São Paulo (USP)*

Marilene Proença Rebello de Souza  
*Universidade de São Paulo (USP)*

"Eu não tenho pacto com o dyabo,  
eu não sey o que é dyabo,  
se ele exyste ele parece mays com vocês do que cumygo, pady.  
Vão fazer o quê yn eu?  
Quê? Myre aquí, ômy...  
Preu me banhá.  
Preu pelo menos morre  
lympo — Vou morrer e bem mereço, porém, desejo que yqual fym  
tenham os meus cúmplyces!"  
*Tybyra: uma tragédia brasileira* (NYN, 2020)<sup>1</sup>

#### Introdução

Nos últimos 20 anos, mais especificamente no contexto da pesquisa, houve um conjunto significativo de produções no Brasil e, especialmente, no Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar, do Instituto de Psicologia, da Universidade de São Paulo (LIEPPE/IPUSP) sobre o tema da medicalização e as propostas para compreensão e enfrentamento desse fenômeno (Souza, 2020). Entende-se o processo de medicalização como aquele que traduz questões do âmbito social, cultural e político como se fossem transtornos, distúrbios ou doenças individuais (Conrad, 2007).

Com o desenvolvimento da indústria química, no campo das drogas psicoativas, constata-se a ampla utilização desses

---

<sup>1</sup> Em 1614 Tybyra, mais conhecido como Tybyra do Maranhão, era indígena tupinambá e foi a primeira vítima de LGBTQIAfobia por religiosos europeus, em missão no Brasil colônia, por conta da sua orientação sexual.

medicamentos tanto nos espaços de privação de liberdade como nos hospitais psiquiátricos, nas prisões e em diversas instituições desta natureza, como também na vida diária de crianças, adolescentes e pessoas adultas que se supõem apresentar comportamentos tidos como desviantes de uma norma social. Assim, como afirma Zanello (2018, p. 50-51) "houve uma substituição da mordada física para a mordada química, o que não deixa de ser outra forma de reorganização de poder e de controle de um saber especializado, a psiquiatria".

Outra definição de medicalização, que complementa as anteriores pode ser destacada pela discussão de Rohden (2009, *apud* Zanello, 2018, p. 51) que define a "medicalização" enquanto um

fenômeno bastante amplo e complexo que envolve desde a definição em termos médicos de um comportamento como desviante até as descobertas científicas que o legitimam, os tratamentos propostos e a densa rede de interesses sociais, políticos e econômicos em jogo (p. 90).

Enquanto isso, tem sido difundida a discussão sobre a categoria gênero numa perspectiva contra-hegemônica, em diferentes espaços acadêmicos e movimentos sociais, enquanto uma construção social, cultural e histórica, em contraposição à naturalização da cisgeneridade como critério normativo, calcado na colonialidade das relações sociais da sociedade contemporânea. A palavra "gênero" foi utilizada pela primeira vez em 1955, por Jonh Money, um psicólogo norte-americano. Ele usou o termo para designar uma ferramenta clínica e de diagnóstico que consistia na aplicação de hormônios e cirurgias em bebês intersexuais, anteriormente chamados de hermafroditas. Essas intervenções eram baseadas na norma cisheteronormativa, ou seja, no binário masculino e feminino (Preciado, 2018). Money buscava explicar a conformação dos corpos a um sistema de visibilidade biopolítico que prescrevia o que seria considerado um corpo humano feminino ou masculino. Portanto, ao utilizar a palavra "gênero" nesse contexto se deve ao fato do objetivo de Money nomear as tecnologias que produzem subjetividades e moldam os corpos conforme as normas estabelecidas (Preciado, 2018).

Mais na atualidade do sul-global tem se buscado as transformações epistemológicas nos estudos transfeministas e, por essa razão, a categoria cisgeneridade tem sido amplamente fomentada nas pesquisas acadêmicas como forma de compreender essa dimensão da vida social. De acordo com Jesus (2015) cisgênero é o conceito que abarca “as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado socialmente, ou seja, as pessoas não-transgênero” (p. 11).

O poder colonial impõe uma série de comportamentos e características a cada um dos gêneros, ditando, assim, a forma como as pessoas devem se comportar, se vestir, se divertir e se sentir. No entanto, muitas vezes, as pessoas divergem com essas convenções, dando origem a diferentes formas de expressão de gênero.

A "citacionalidade" é um conceito que Butler (1998) retoma de Derrida (1990) para ilustrar a presunção do pensamento colonial de que existe um gênero original e verdadeiro a ser seguido. Essa presunção é baseada na crença de que as "verdades" dos colonizadores são universais, naturais e pré-discursivas. No entanto, o que realmente existe são relações que produzem sujeitos geopoliticamente contingentes. Essa suposição de uma verdade universal e original acaba por estabelecer um processo íntimo entre a posituação das identidades hegemônicas das forças colonizatórias e a negatuação das subalternas. Ou seja, ao afirmar a superioridade de uma ideologia, o pensamento colonial nega a validade e a importância das demais identidades tidas como subalternas, reforçando assim a hierarquia e a opressão presentes no sistema colonial (CFP, 2023).

Considerando o controle social e religioso, a disputa dos discursos considerados legítimos, a politização das identidades e subjetividades, o peso financeiro da indústria farmacêutica, se percebe que o processo de medicalização das identidades de gênero ainda faz parte das práticas reguladoras e normalizadoras dos corpos diversos, advindas do aparato biomédico-sanitário. Faz-se mister reconhecer a dimensão política, histórica, social e cultural de subjetividades que se constituem na e pela (cis-hetero) norma (Butler, 2003).

Ainda se evidencia a medicalização da identidade de gênero como consequência dos processos de patologização de identidades dissidentes, de grupos sociais, de corpos, de subjetividades, bem como nas dinâmicas referentes à construção da diferença de gênero. Em sua análise, Brinkmann (2008) destaca que a auto-interpretação se encontra no cerne da ideia de identidade. Além disso, ele argumenta que só podemos realmente ter uma identidade se estivermos comprometidos, conscientemente ou não, com questões de valor moral, ou seja, aquilo que nos capacita a definir o que é importante para nós.

Considerando a discussão proposta, ter identidade não se relaciona tanto com o que fazemos, mas com o "lugar" ao qual pertencemos. O senso de quem somos está intrinsecamente ligado ao contexto social em que estamos inseridos, incluindo tradições, práticas compartilhadas, instituições e imaginário social. Não se trata apenas de escolhas pessoais ou de autorreflexão. Portanto, como pessoas, "não temos apenas desejos, mas desejos sobre quais desejos ter" (Brinkmann, 2008 *apud* Zanello, 2018, p. 409).

Nesse sentido, o trabalho do/a/e psicólogo/a/ue assume um papel fundamental na desconstrução dos estereótipos e das normas de gênero que limitam a vida das pessoas e contribuem para a marginalização de diversas identidades que não se enquadram nos padrões do *císter*. De acordo com viviane v. (2015) *císter* é uma categoria utilizada "para enfatizar o caráter cis-supremacista do "[c]íster-mundo ocidentalizado/cristianocêntrico moderno/colonial capitalista/patriarcal (Grosfoguel, 2012, 339). Este *císter-mundo* produz "hierarquias epistêmicas" (ibid.) em que perspectivas não cisgêneras são excluídas, minimizadas ou silenciadas (viviane v., 2015, p. 54).

### Decolonizando a *práxis* a partir da Psicologia da Libertação

Neste capítulo, discute-se a atuação profissional de psicólogas/os/ues frente às questões de gênero em uma perspectiva decolonial feminista<sup>2</sup>. Para tanto, considera-se como centro do diálogo

---

<sup>2</sup> Conceito proposto pela feminista argentina María Lugones (2008).

o texto intitulado “O papel do psicólogo”, republicado pela Revista Estudos de Psicologia (Martín-Baró, 1996). Neste diálogo, são reunidos alguns apontamentos fundamentais para a compreensão das práticas libertadoras em Psicologia na sua relação com as questões de gênero.

A Psicologia da Libertação, como base da psicologia social latino-americana, propõe uma abordagem crítica, decolonial e emancipadora da realidade social, política e cultural na qual estamos inseridas/os/es. Essa perspectiva proposta por Ignacio Martín-Baró é uma das vertentes que podem contribuir significativamente, de maneira ético-política, para a desconstrução das práticas medicalizantes que silenciam/estigmatizam formas plurais de existir.

O Código de Ética Profissional de/o/a Psicólogo/a (2005) brasileiro/o/a apresenta o dever ético o qual este/a considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais posicionando-se de forma crítica. O/A/E profissional da área tem o dever de refletir, também, sobre os desdobramentos práticos de sua atuação, sobre quem se beneficiará dela e quais são seus efeitos sobre a sociedade. Para tanto, a/o/e psicólogo/a/ue deve reconhecer seu lugar profissional no contexto histórico bem como os horizontes de atuação possíveis.

Martín-Baró (1996) destaca que o sistema político-econômico-social predominante na América Latina é marcado pelas injustiças estruturais, perda de soberania dos países pobres diante do imperialismo de países ricos e polarização social, submetendo a população aos processos de opressão e desumanização. O referido psicólogo social denominou as relações de poder desiguais predominantes de injustiça estrutural, ou seja, uma injustiça determinada pela própria forma da sociedade funcionar na qual as pessoas oprimidas têm suas oportunidades e direitos negados desde o nascimento, inclusive na opressão das identidades de gênero dissidentes.

O processo de conscientização das injustiças estruturais e opressão é uma das facetas do *quefazer* ético e social pela/o/e

psicóloga/o/ue, a fim de promover um saber transformador. “Como é sabido, conscientização é um termo cunhado por Paulo Freire para caracterizar o processo de transformação pessoal e social que experimentam os oprimidos latino-americanos quando se alfabetizam em dialética com o seu mundo” (Freire, 1970; 1971; 1973; Inodep, 1973). Para Freire, alfabetizar-se não consiste simplesmente em aprender a escrever em papéis ou a ler a letra escrita; alfabetizar-se é sobretudo aprender a ler a realidade circundante e a escrever a própria história. O que importa não é tanto saber codificar e decodificar palavras estranhas, mas aprender a dizer a palavra da própria existência, que é pessoal, mas, sobretudo, é coletiva. E, para pronunciar esta palavra pessoal e comunitária, é necessário que as pessoas assumam seu destino, que tomem as rédeas de sua vida, o que lhes exige superar sua falsa consciência e atingir um saber crítico sobre si mesmas, sobre seu mundo e sobre sua inserção nesse mundo (Martín-Baró, 1996, p. 15-16)

A tomada de consciência aponta diretamente ao problema da identidade tanto pessoal como social, grupal e nacional. A conscientização leva as pessoas a recuperar a memória histórica, a assumir o mais autêntico do seu passado, a depurar o mais genuíno do seu presente e a projetar tudo isso em um projeto pessoal e nacional. Mal pode um processo de aprendizagem, de orientação vocacional ou de aconselhamento terapêutico buscar o desenvolvimento ou a realização das pessoas se, ao mesmo tempo, não se projetar o indivíduo em seu contexto social e nacional e, por conseguinte, se ao mesmo tempo não se coloca o problema da sua autenticidade como membro de um grupo, parte de uma cultura, cidadão de um país (Martín-Baró, 1996, p. 18-19).

*Quefazer* a fim de promover a consciência sobre o mecanismo de funcionamento dessa realidade e as formas como ela molda e é moldada pelas pessoas.

Na medida em que a psicologia tome como seu objetivo específico os processos da consciência humana, deverá atender ao saber das pessoas sobre si mesmas, enquanto indivíduos e enquanto membros de uma coletividade. O saber mais importante do ponto de vista psicológico não é o conhecimento explícito e formalizado, mas esse saber inserido na *práxis* quotidiana, na maioria das vezes implícito, estruturalmente inconsciente, e ideologicamente naturalizado, enquanto adequado ou não às realidades objetivas, enquanto humaniza ou não às pessoas, e enquanto permite ou impede os grupos e

povos de manter o controle de sua própria existência (Martín-Baró, 1996, p. 14-15).

A atuação da/o/e profissional da psicologia, prioritariamente, na esfera pessoal, exige considerar as questões sociais, compreendendo a subjetividade e as identidades de gênero como partes da realidade social e cada pessoa como potencial transformadora dessa realidade. "O psicólogo pode contribuir para a formação de uma identidade, pessoal e coletiva, que responda às exigências mais autênticas dos povos" (Martín-Baró, 1996, p. 22).

A prática psicológica deve ser pautada a partir de saberes e conhecimentos suleados como forma de transgressão e resistência às relações desiguais vigentes: antimedicalizante, interseccional, decolonial e da ética do cuidado, para a confrontação crítica da patologização das identidades de gênero.

Trabalhar a partir das abordagens das interseccionalidades<sup>3</sup> na Psicologia é considerar outras intersecções que compõem o sofrimento psíquico de pessoas com formas de expressões não hegemônicas de gênero. É fundamental atentar às expressões/identidades de gênero, como também às demais formas de opressão que podem resultar em sofrimento psíquico: classe social, raça, idade, território, deficiência, status sorológico, religião etc. As abordagens interseccionais permitem percepções das experiências desiguais que as pessoas enfrentam, moldadas por diferentes dimensões de sua subjetividade que vão além da categoria sexualidade/identidade de gênero (CFP, 2023).

Operar a partir da decolonialidade significa compor o movimento latino-americano emergente que busca compreender a modernidade sob perspectiva crítica, especialmente em relação aos estudos étnicos e de gênero. Esse movimento procura desafiar as estruturas e narrativas dominantes do conhecimento, que muitas vezes são baseadas em uma visão eurocêntrica do mundo e promover uma abordagem mais

---

<sup>3</sup> Para saber mais sobre o conceito e sua origem, acesse o capítulo 9 deste livro.

inclusiva e diversa, que reconheça as vozes e experiências marginalizadas.

Neste debate vale destacar que o conceito "descolonização" se refere, simplesmente, a superar o colonialismo. Enquanto descolonizar trata da retirada do poder colonial e da independência política, a decolonialidade abrange uma abordagem mais ampla e profunda. A decolonialidade envolve o desmantelamento das estruturas e das mentalidades coloniais, incentivando a reconstrução de instituições e relações sociais baseadas na igualdade e na justiça. Essa abordagem inclui a superação das opressões históricas e a criação de uma geopolítica mundial mais equitativa. A decolonialidade requer reflexão crítica sobre como as hierarquias e as desigualdades coloniais persistem e perpetuam nas estruturas sociais, políticas, econômicas e epistemológicas. É uma luta contínua para desafiar as narrativas e os sistemas que sustentam a opressão e para construir uma nova forma de relacionamento entre os povos e as nações (Mendes; Fonseca, 2020).

Como consequência do viés da psicologia, assume-se como óbvio o trabalho de desalienação da consciência individual, no sentido de eliminar ou controlar aqueles mecanismos que bloqueiam a consciência da identidade pessoal e levam a pessoa a comportar-se como um alienado, como um "louco", ao mesmo tempo em que se deixa de lado o trabalho de desalienação da consciência social, no sentido de suprimir ou mudar aqueles mecanismos que bloqueiam a consciência da identidade social e levam a pessoa a comportar-se como um dominador ou um dominado, como um explorador opressivo ou um marginalizado oprimido (Martín-Baró, 1996, p. 17).

A decolonialidade busca descolonizar o pensamento, desmantelar hierarquias e promover a transformação social e política (Mendes; Fonseca, 2020). Neste sentido a obra de Martín-Baró (1996) elucida o papel da psicologia frente ao debate sobre a *práxis* decolonial na América Latina:

Talvez a opção mais radical com que se defronta a psicologia centro-americana hoje esteja na alternativa entre uma acomodação a um sistema social que pessoalmente nos tem beneficiado, ou uma confrontação crítica frente a esse sistema. Em termos mais positivos, a opção reside entre aceitar, ou não, acompanhar as maiorias pobres e oprimidas em sua luta por constituir-se como povo novo em uma terra nova. Não se trata

de abandonar a psicologia; trata-se de colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem-estar dos menos não se faça sobre o mal-estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos (p. 23).

Para Castro (2018) o feminismo decolonial discute sobre a decolonização do pensamento a fim de abdicar das categorias de análise dicotômicas típicas do pensamento eurocêntrico e produzir um desengajamento epistemológico e político.

Uma posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno (Curiel, 2020, p. 133).

Por essa razão, Curiel (2020) propõe a criação de outras epistemes que deem conta da complexidade das relações dos povos latino-americanos, inclusive na construção das identidades de gênero.

Com base nesse viés, Braunstein (2015) defende que atuar pela via da ética do cuidado significa que todas as atividades humanas devem ter como objetivo principal o bem comum. Isso significa que as ações devem ser orientadas para o benefício de todas/es/os, sem privilégios ou exclusões. Para que essa perspectiva seja consolidada, é necessário que sejam adotadas lógicas efetivamente participativas, igualitárias, democráticas e comunitárias. Isso implica na criação de mecanismos e instituições que promovam a participação de todas as pessoas envolvidas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas, acolhidas e suas necessidades sejam atendidas. Isso também requer a implementação de processos de tomada de decisão democráticos, nos quais todas/es/os tenham a oportunidade de contribuir e influenciar nas escolhas coletivas.

Além disso, no paradigma da ética do cuidado é essencial estabelecer mediadores/as sociais concretos/os/as. AS/ES/OS profissionais da psicologia podem trabalhar como mediadoras/es responsáveis por garantir que o cuidado seja oferecido a todas pessoas,

de forma incondicional. AS/ES/Os psicólogues/as/os devem atuar como facilitadores/as, promovendo a conciliação de interesses, a resolução de conflitos e a promoção do bem-estar geral (Braunstein, 2015).

### *Práxis psi pela antimedicalização das identidades de gênero*

O compromisso social, ético e político da psicologia é pela emancipação e autonomia dos corpos diversos, centradas no desenvolvimento humano, na promoção da cidadania, dignidade e promoção de Direitos Humanos.

Compreende-se, por exemplo, que o direito ao pleno exercício da sexualidade e à autodeterminação de gênero faz parte de nossa saúde mental. Portanto, cabe à/ao profissional de Psicologia primeiramente compreender essa produção social das expressões das sexualidades e do gênero (CFP, 2023, p. 35).

Neste debate, a definição da categoria identidade de gênero é apresentada neste capítulo como o senso interno de cada pessoa de ser um homem, uma mulher ou gênero diversa.

Identidades de gênero são construídas através do modo como lidamos com nossos corpos, com nosso desejo e, também, da forma como nos relacionamos com o mundo e, sobretudo, do modo como o mundo se relaciona conosco. Afinal, construímos nossas identidades de gênero identificando-nos social e historicamente com os modelos disponíveis, inteligíveis e, destarte, normalizados (Jesus; Perucchi, 2015, p. 5).

Zanello (2018) sugere que a identidade de gênero exclusiva é uma construção social que se baseia na repetição estilizada de performances de gênero e é percebida erroneamente como uma característica constante e imutável. Em vez de expressar apenas as diferenças naturais entre os gêneros, essa categoria suprime as similaridades *potenciais* entre as pessoas e as performances de gênero que poderiam ter sido exploradas e reconhecidas.

As tecnologias de gênero, que são mecanismos sociais e culturais que moldam e interpelam indivíduos em suas identidades de gênero, desempenham um papel central nessa supressão. Além disso, a

microfísica do poder<sup>4</sup>, que se manifesta de várias formas, desde punições sociais como xingamentos e exclusão, até leis e instituições como a justiça, manicômios, medicalização e prisões, é eficaz na manutenção dessa identidade de gênero exclusiva. Por fim, as tecnologias de gênero e o exercício do poder não apenas reforçam a conformidade às normas de gênero dominantes do sistema, mas também punem e extinguem performances de gênero alternativas. Isso resulta em um ambiente social onde aquelas pessoas que desafiam ou não se conformam nessa identidade de gênero exclusiva são marginalizadas, discriminadas e excluídas (Zanella, 2018).

A expressão de gênero diz respeito à maneira como uma pessoa comunica sua identidade de gênero a outras pessoas por meio do comportamento e/ou aparência. Nesse horizonte, o gênero é incorporado nos espaços institucionais, pois ele é percebido como responsável por conferir inteligibilidade a todas as pessoas, além de funcionar como organizador da vida em sociedade. De antemão o gênero é compreendido como referencial de humanidade e de sociabilidade (Matos, 2021).

De acordo com Oliveira e Silva (2018) a Psicologia, muito recentemente, tem inaugurado um trabalho inovador e contínuo junto da população LGBTQIAP+, no qual uma das suas tarefas passa por desconstruir do imaginário social a crença de que só existe a cisgeneridade. Entretanto as produções científicas ainda são muito incipientes nesta área, especialmente no contexto da Psicologia Escolar e Educacional (Rodrigues *et al.*, 2021).

Silva e Cerqueira-Santos (2014) ressaltam que, ainda na atualidade, as narrativas de muitos/as/es profissionais da psicologia a respeito das identidades de gênero dissidentes estão enredadas pelos processos de medicalização, psicopatologização da vida e, também, das diferenças.

---

<sup>4</sup> Foucault defende que o poder não é necessariamente negativo. O poder pode não ser repressivo; pode tornar mais fácil e provável determinada coisa, na medida em que incita ou seduz. Assim, a positividade do poder encontra-se no fato de que existem coisas que são construídas a partir da organização que o poder impõe; cabe à disciplina não apenas a função de eliminar os desvios, mas de efetivamente aumentar a utilidade dos indivíduos (Paniago, 2008, p. 9).

Por isso, a Psicologia da Libertação está a serviço das necessidades das maiorias populares latino-americanas e o seu arcabouço teórico-metodológico é construído numa perspectiva crítica, tendo como horizonte o seu amanhã de liberdade.

Considerando que o conhecimento sobre a medicalização das identidades de gênero ainda se apresenta condicionado pelos limites impostos pela própria realidade, vislumbra-se a partir da Psicologia da Libertação como uma das bases orientadoras<sup>5</sup> para as práticas psicológicas a fim de transformá-las. A maneira como ainda é orquestrada a identidade de gênero é, certamente, condicionada pela perspectiva colonizadora e para adquirir novos conhecimentos psicológicos é necessário nos envolver em uma nova *práxis*, uma atividade que transforma a realidade, permitindo conhecê-la para que possamos mudá-la para uma perspectiva inclusiva, libertária e emancipatória.

A importância das *práxis* psicológicas na antimedicalização das identidades de gênero estabelece-se para além de cumprir seu papel libertador, no fomento a ações interdisciplinares visando a redução da LGBTQIAP+fobia presente na sociedade. Uma das estratégias fundamentais para a desconstrução das normas de gênero será pela via da reinvenção das masculinidades, tendo em vista que a masculinidade hegemônica faz perpetuar a naturalização da misoginia, das LGBTQIAP+fobias, do machismo e do sexismo (CFP, 2023).

Vale ressaltar que as práticas devem respeitar a autodeterminação das pessoas, inclusive na escolha pelo uso das ferramentas e técnicas para mudanças corporais. Em sentido complementar, destaca-se que nem sempre a variedade cultural de expressões de gênero corresponde a um padrão de sofrimento ou de "inadaptação" (Sues, 2010 *apud* Rodrigues *et al.*, 2015). Para Madureira (2007), a/o/e psicólogo/a/ue deve intervir, prioritariamente, na formação

---

<sup>5</sup> As autoras se baseiam em alguns teóricos do Transfeminismo para a construção deste capítulo. O transfeminismo tem por princípio a igualdade de gênero e de justiça social, a partir de uma leitura interseccional da opressão baseada na desigualdade de gênero (Rodrigues *et al.*, 2015).

das/os/es profissionais de diferentes esferas da sociedade e instituições, no estabelecimento de políticas públicas de conscientização e na construção de grupos de discussão sobre questões de gênero. “A mudança vem de uma ampliação de ações coletivas e difusas que não seriam próprias a nenhum sujeito singular, ainda que um efeito dessas mudanças seja que se venha a agir como um sujeito” (Butler, 2009, p. 123).

Segundo Barbosa *et al.* (2020) os contributos das publicações das ciências psicológicas abordam a relevância da visibilidade das pessoas com identidade de gênero dissidente, considerando a aceitação, a interação social, o apoio e a inclusão social, favorecendo o processo de despatologização das identidades dissidentes. O desafio para as práticas psicológicas perpassa, também, pelo que as identidades trans e travestis exploram, por exemplo, na infância, cuja atuação situa-se na produção de uma relação pulsante de vida naquilo que é desconhecido e que muitas vezes foi tão associado ao perigo (Favero, 2020).

Além disso, o/a/e profissional da Psicologia precisa trabalhar na inclusão das pessoas com identidade de gênero dissidente, criando espaços políticos no cotidiano de suas ações, principalmente nas relações que estabelece com as pessoas. Sua atuação deve formar uma frente de luta para as questões que envolvem a diversidade de gênero, a partir de referenciais que desfamiliarizem a cis-heteronormatividade, por meio da formação acadêmica e profissional das/os/es atuais e futuras/os/es educadoras/es (Souza *et al.*, 2020).

### Considerações Parciais

Cada constructo científico apresentado neste capítulo levanta a urgência de uma reflexão crítica sobre as práticas psicológicas na despatologização e antimedicalização das identidades de gênero, a fim de fomentar apoios para a Psicologia e, assim, as/os/es psicólogas/os/ues poderem intervir de maneira sustentada, sensível e comprometida. Tomando a perspectiva da Psicologia da Libertação, que envolve teorias feminista, transfeminista, interseccional, decolonial,

poderão ser problematizadas as teorias psicológicas (in)existentes sobre o tema, que por sua vez determinam as práticas das/os/es profissionais da Psicologia.

Destacamos como base deste capítulo as abordagens interseccionais tendo em vista a fundamentação plural e inclusiva em termos epistemológicos, possibilitando inovações teóricas e metodológicas. E, por fim, nos respaldamos na perspectiva decolonial feminista que estabelece narrativas – políticas, simbólicas, culturais e intelectuais – dos povos tradicionais e dos grupos subalternizados, enquanto saberes relevantes e visíveis para a sociedade.

A participação como psicólogos/as/os na antimedicalização das identidades de gênero dissidentes deve "fazer frente às instituições que continuam a disciplinar e a policiar aquilo a que insistem dar o nome de "desvios" dos corpos diversos e afirmar a livre expressão das identidades de gênero como um direito fundamental" (Rodrigues *et al.*, p. 163, 2015). Importa também encarar esse trabalho como um dever político e de responsabilização nos processos de reparação histórica. Atuar reconhecendo as complexidades envolvidas na prática da Psicologia, entendendo que nossa profissão está inserida em um contexto histórico e social marcado por desigualdades, discriminação e opressão.

Como psicólogos/as/os, temos a responsabilidade de desafiar essas estruturas de poder que perpetuam a injustiça e o sofrimento em diferentes comunidades e grupos marginalizados. Isso implica em questionar e desconstruir os padrões e conceitos dominantes que foram historicamente impostos pelo pensamento colonizador. Ou seja, de acordo com Preciado (2022, p. 89) "implica começar um processo de despatriarcalização, deseterossexualização e descolonização" da psicologia.

Devemos estar dispostos a examinar criticamente nossas próprias práticas e concepções, reconhecendo que muitos dos conhecimentos e teorias da Psicologia foram construídos a partir de uma perspectiva eurocêntrica e colonial. Ao fazermos isso, podemos contribuir para a criação de uma Psicologia mais inclusiva, sensível e responsiva às

necessidades e experiências das pessoas com identidades de gênero marginalizadas.

Isso envolve aprender com diferentes perspectivas culturais, indígenas e étnicas, incorporando em nossa prática abordagens que valorizem a diversidade e promovam a justiça social. Portanto, a participação na decolonização das identidades de gênero como psicólogos/as/os é uma responsabilidade política e ética a fim de contribuir para a reparação histórica e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Junqueira, 2012 *apud* CFP, 2023).

Enquanto existir a persistente semente de desejar uma sociedade diferente, em que a diferença seja valorizada e a diversidade celebrada, em que não haja hierarquias nem arrogância em nossos caminhos, poderemos alcançar a vitória mais bonita de todas: a compreensão de que somos pessoas completas e destinadas à felicidade, pois possuímos infinitas possibilidades de existência como humanos (Oliveira, 2015).

Esta discussão poderá subsidiar futuras pesquisas a fim de fomentar os processos formativos direcionados a esse emergente território de atuação e inserção profissional para as/os/es psicólogas/os/ues, que sempre poderão lançar mão destas reflexões. A produção do conhecimento sobre as possíveis intervenções dos/as/es profissionais da Psicologia pode contribuir na construção de laços sociais, coletividades e políticas de resistência.

## Referências

- BARBOSA, T.; SILVA, M.; SIQUEIRA, P.; SOUSA, S.; LUIZ, G. D. **As contribuições da psicologia social para discussões sobre transgênero**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Univag Centro Universitário, Várzea Grande, Mato Grosso, Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/470/4>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BRAUNSTEIN, H. R. Das instituições de pseudo cuidado, para uma educação e escola ética na perspectiva do cuidado, democrática e desenvolvente. **Interfaces da Educação**, v. 6, n. 18, p. 165-177, 2015.
- BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de saúde coletiva**, v. 19, p. 95-126, 2009.
- BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo "Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism", no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, em setembro de 1990.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, S. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. **Revista Fundamentos**, v. 1, n. 1, p. 51-59, 2018.
- CONRAD, P. **The medicalization of society: on the transformation of human condition into treatable disorders**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**. Brasília, DF: CFP, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+ [recurso eletrônico]**. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, Brasília: CFP, 2023.
- CURIEL, O. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- DERRIDA, J. **Limited Inc**. Paris: Galilée, 1990.

- FAVERO, S. Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 13, n. 20, p. 169-197. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/18675>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- GROSFOGUEL, R. *Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna decolonial*. São Carlos: Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCar, 2012.
- JESUS, J. G. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Metanóia, 2015.
- JUNQUEIRA, R. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. *Discursos fora da Ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos*. São Paulo: Editora Annablume, 2012. p. 1-25.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. *Tabula rasa*, n. 9, p. 73-102, 2008.
- MADUREIRA, A. F. A. *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: A construção de uma cultura democrática*. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1610>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, v.2, n.1, p. 7-27, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- MATOS, T. A. V. *Gênero e sexualidade na escola: O paradoxo da in/exclusão*. São Paulo: Apris, 2021.
- MENDES, G. S.; FONSECA, A. B. C. A questão de gênero numa perspectiva decolonial. *Revista de Educação Popular*, v. 19, n. 1, 2020.
- NYN, J. *Tybyra: uma tragédia indígena brasileira*. Tyryrá: ymã mba'e wai nhandewa regwa pindó reta-re. Ilustrações de Denilson Baniwa. São Paulo: Selo do burro, 2020.
- OLIVEIRA, A. L. G. *Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização das identidades (trans)*. Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanóia, 2015.
- OLIVEIRA, A.; SILVA, K. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: As experiências de pessoas trans\* no ensino superior. *Revista Educação e Emancipação*, v. 10, n. 4, p. 11, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v10n4especialp11-31>

PANIAGO, M. L. F. Vigiar e punir na escola: a microfísica do poder. *Itinerarius Reflectionis*, Goiânia, v. 1, n. 1, 2008. DOI: 10.5216/rir.v1i1.182.

PRECIADO, P. B. **Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RODRIGUES, L.; CARNEIRO, N. S.; NOGUEIRA, C. História das abordagens científicas, médicas e psicológicas sobre as transexualidades e suas aproximações críticas. *Saúde e Sociedade*, v. 30, n. 2, e200768, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902021200768>

RODRIGUES, L.; CARNEIRO, N. S.; NOGUEIRA, C. **Transexualidades: olhares críticos sobre corpos em crise. Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanóia, 2015.

ROHDEN, F. Diferenças de gênero e medicalização da sexualidade na criação do diagnóstico das disfunções sexuais. *Estudos Feministas*, v. 17, n. 1, p. 89-109, 2009.

SILVA, B. B.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. *Revista da SPAGESP*, v. 15, n. 2, p. 27-44, 2014.

SOUZA, H. A.; SILVA, G. R. A.; SILVA, R. L.; SILVA, C. H. F. Pessoas transgêneras e o mundo do trabalho: desafios e reflexões sobre o compromisso ético e político da Psicologia. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 23, n. 2, p. 175-188, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i2p175-188>

SOUZA, M. P. R. Medicalização da educação e da sociedade no Brasil: Trilhando caminhos. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 57), p. 11-29, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34626/esc.vi57.9>

SUES, A. Análisis del panorama discursivo alrededor de la despatologización trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales. *In*: MISSÉ, M.; COLLPLANAS, G. (Orgs.) **El gênero desordenado: Críticas en torno a la patologización de la transexualidad**. Barcelona: Egales, 2010. p. 29-54.

viviane v. **É a natureza quem decide? Reflexões trans\* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias**. Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro, Metanóia, 2015.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

## VI - MARTÍN-BARÓ EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO

## Capítulo 11

---

### Reflexões sobre as contribuições de Martín-Baró e Paulo Freire para transformação social e educacional

Lucy Duró Matos Andrade Silva  
*Universidade de São Paulo (USP)*

Marilene Proença Rebello de Souza  
*Universidade de São Paulo (USP)*

#### Introdução

A história política recente tem sido marcada por eventos que questionam a legitimidade e o respeito às causas populares. Um exemplo marcante foi o processo de destituição da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, no Brasil, eleita pela maioria da população, que despertou preocupações acerca da preservação da democracia e dos direitos dos setores mais empobrecidos da sociedade.

Diante desse cenário, é fundamental refletir sobre os mecanismos sociais disponíveis para fortalecer a participação popular, garantir a preservação da democracia e enfrentar as desigualdades presentes em nossa sociedade. Nesse contexto, a estreita relação entre as áreas da Educação e da Psicologia emerge como um fator de extrema relevância, no que diz respeito à conscientização e à emancipação dos indivíduos. Para tanto, destacam-se as contribuições de dois importantes pensadores latino-americanos: Ignacio Martín-Baró, que nos apresenta uma Psicologia da Libertação e Paulo Freire, que constrói uma abordagem pedagógica crítica e emancipatória.

Neste trabalho, exploraremos como estas abordagens nos convidam a repensar a forma como compreendemos a Educação e a Psicologia, e como elas, juntas, podem ser instrumentos fundamentais para resistir às forças que buscam silenciar as vozes populares e perpetuar desigualdades. No entanto, é essencial considerar a importância de abordar essas importantes áreas do conhecimento de

forma integrada, ou seja, dentre outras coisas, sair da visão determinista forjada pela abordagem cartesiana de ciência e procurar entender os fenômenos sociais em seu movimento num processo histórico e cultural. Como sustenta Vigotski (2003, pp. 85-86), “estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança; esse é o processo básico do método dialético”, fonte de inspiração para o desenvolvimento do arcabouço teórico dos autores aqui citados. “Se a essência dos objetos coincidissem com a forma de suas manifestações externas, então toda ciência seria supérflua” (Vigotski, 2003, p. 83).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a Psicologia e a Educação podem ser consideradas áreas do conhecimento inseparáveis, em uma proposta analítica, uma vez que se complementam e interagem para uma compreensão mais profunda e próxima da realidade dos fenômenos sociais. Na abordagem freireana, a educação se dá a partir do diálogo, “[...] ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 39).

Para além da lógica social e do poder instituído, quando uma perspectiva político-ideológica avança de forma progressiva em direção à luta por desigualdade social, garantia de direitos das majorias populares (Martín-Baró, 1998), bem como à união e ao desenvolvimento da autonomia de países emergentes, um campo de tensões se evidencia. O acirramento das disputas se coloca numa posição de retomada do poder hegemônico com objetivo de fragilizar e destituir qualquer tentativa de ascensão da classe economicamente oprimida. Assistimos recentemente, no Brasil, em função da ascensão da extrema direita ao poder, esse processo acontecendo com empenho de grandes grupos econômicos, mídia televisiva e o uso indevido e abusivo das redes sociais com disseminação de notícias falsas, as chamadas *Fake News*, visando promover um desmonte dos avanços em políticas públicas, tais como a diminuição da desigualdade social, a ampliação do acesso e permanência em todos os níveis de ensino, a melhoria da qualidade do Sistema Único de Saúde, a implantação do Sistema Único de Assistência Social, dentre outras conquistas. No bojo de um movimento de extrema-

direita o objetivo do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 a 2022) foi descredibilizar qualquer tentativa de avanço da ideologia que defende movimentos populares e o risco da destituição da hegemonia política, ou seja, do poder político, econômico e social (Cara, 2023).

As ações implementadas pela política extremista de direita, de economia ultraneoliberal instalaram-se fortemente contra as políticas sociais públicas voltadas para as maiorias populares. A área da Educação é particularmente visada porque possibilita o desenvolvimento do pensamento crítico e da participação civil. Identificam-se diversas ações que restringem os investimentos na Educação, comprometendo recursos essenciais que amparam a implementação de programas e projetos educacionais. Dentre as medidas restritivas está a redução do orçamento dedicado à Educação, Saúde e Assistência, a partir da aprovação da Emenda Constitucional 95/ 2016, a chamada PEC 55/2016<sup>1</sup>, no Governo de Michel Temer, que congelou, pelo período de 20 anos, os investimentos nessas áreas essenciais. Para Silva (2017), esta medida não teve nenhum precedente em outro país, comprometendo o investimento em recursos indispensáveis para o cumprimento dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, mantendo as desigualdades sociais e marginalizando grupos mais empobrecidos (Silva, 2017).

Se por um lado, houve uma drástica redução de investimentos na Educação Básica, Técnica, Tecnológica e Superior pública federal, por outro, o Ministério da Educação do Governo brasileiro lança o Programa Nacional de Escola Cívico-Militares, em 2019, oferecendo polpudos investimentos aos Estados e Municípios que aderissem ao Programa (estima-se em 100 milhões de reais). O Programa defende um modelo de escolarização com base em princípios militares da ordem, hierarquia, uniformização, disciplina, respeito à Pátria. Nestas escolas, os militares atuaram como monitores em três áreas: educacional, didático-

---

<sup>1</sup> A PEC 55/2016 foi uma proposta de emenda constitucional que ficou conhecida como PEC dos gastos públicos. O objetivo da medida era criar um Novo Regime Fiscal para o Brasil. A PEC 55 prevê o congelamento dos gastos públicos por 20 exercícios financeiros, ou seja, 20 anos.

pedagógica e administrativa. Uma modalidade de ensino que cerceia a autonomia dos estudantes (no sentido freireano do termo), impossibilitando a organização estudantil, o diálogo entre educadores e estudantes e impedindo a vivência na diversidade. Chegou a implantar 216 escolas cívico-militares no país (Brasil, 2021) . O resultado é uma Educação que reproduz a submissão e o conformismo, em vez de estimular a busca pelo conhecimento e a capacidade de questionamento, fundamental para formação de cidadania.

As ações para o controle e o cerceamento da escola em sua função social de apropriação do conhecimento científico, de difusão do conhecimento socialmente acumulado, de exercício do pensamento crítico, de apropriação da história de forma crítica, também estiveram fortemente presentes em setores conservadores que passaram a se organizar no país no processo do Golpe de Estado à Presidenta Dilma Rousseff. Dentre elas, destaca-se o grupo "Escola sem Partido". Trata-se de articulação político-partidária que tem como princípio impor uma visão limitada e despolitizada nas escolas, negando a história colonialista e escravocrata brasileira, romantizando importantes temas como a desigualdade social, trazendo em seu discurso uma posição ultraconservadora, própria do discurso de grupos de extrema direita. Cara (2016) afirma que esse movimento traz o risco do afastamento das escolas de uma pedagogia emancipatória. Representantes deste grupo, buscaram aprovar projetos de lei que visavam o cerceamento do professor em sala de aula, incentivando a delação por parte de alunos, pais e colegas e a punição do professor com demissão e penalizações.

Dentro os atos descritos, outro se soma ao conjunto de ações visando a implementação do controle sobre a educação brasileira com vistas a um modelo autoritário de educação e com adesão às pautas ultraneoliberais. É uma das maiores afrontas à Educação Brasileira e reside na reforma do Ensino Médio. Lei aprovada no Governo Michel Temer, desconsiderando o processo de discussão nacional em curso, organiza o currículo de forma que 60% da carga horária conta com disciplinas regulares, e os outros 40% são formados por disciplinas optativas, chamadas de "itinerários formativos" com 1526 disciplinas,

dentre as quais, “Educação Financeira: como se tornar um milionário”, na proposta de Brasília. Essa reforma tem sido alvo de críticas por parte de estudantes, profissionais da educação e sociedade civil. No entanto, a implementação dos itinerários formativos tem sido criticada por falta de estrutura nas escolas, despreparo dos professores e falta de aprofundamento nas áreas de conhecimento, fundamentais para a compreensão do mundo e o exercício do pensamento reflexivo (Cara, 2023).

Para Cara (2023) é um equívoco acreditar que os estudantes estão optando por áreas de estudo de seu interesse. Na realidade, eles estão sendo forçados a se conformar com as opções limitadas que as instituições de ensino disponibilizam. A reforma comprometeu a profundidade e a qualidade da educação no ensino médio. É uma proposta que compromete a formação emancipadora, visto que impõe limites aos estudantes de se apropriarem de um repertório fundamental para analisar criticamente a realidade, questionar as estruturas opressivas e de se tornarem sujeitos ativos na transformação social. Este movimento ilustra claramente as tentativas de minimização da Educação e seu papel fundamental na discussão política e social, minando seu potencial transformador, reduzindo-a a uma mera transmissão de conteúdos desvinculados das realidades e das lutas sociais.

Diante dessas investidas, verdadeiros retrocessos que cerceiam o pensamento crítico, se torna essencial resistir aos ataques à Educação Pública, defendê-la e valorizá-la como um espaço de diálogo, liberdade e transformação para lutas contra as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a marginalização. É essencial promover a inclusão e a igualdade de oportunidades na educação, bem como criar um ambiente que valorize e apoie o potencial dos jovens vindos da periferia, reféns de uma lógica social.

É importante destacar que esta lógica social que explora pessoas também submete países, os considerados em desenvolvimento, que enfrentam desafios socioeconômicos e estruturais, como desigualdade

social, falta de acesso a serviços básicos e infraestrutura precária. Portanto, investir em Educação é também investir em ciência e tecnologia que é uma prioridade, uma vez que os recursos disponíveis são direcionados para lidar com as necessidades imediatas da população.

Martín-Baró afirma que compreender as estruturas de poder é fundamental para entender a marginalização dos menos favorecidos. E sobre formação crítica, pensamos em Freire (2004) ao afirmar que quando rediscute a curiosidade ingênua e a crítica, virando epistemológica, se refere ao movimento permanente de busca do ser humano para responder à sua incompletude. Nesse sentido, ele insiste que “formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas” (2004, p.14). E quando traz essa crítica reitera seu interesse por tudo o que diz respeito aos homens e as mulheres, assunto que sai e volta com gosto e por eles traz a crítica sobre a “malvadeza neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa inflexível ao sonho e à utopia” (2004, p. 14). Em seguida revela seu “tom de raiva, legítima raiva, que envolve o seu discurso quando menciona as injustiças a que são submetidos os esfarrapados do mundo” (Freire, 2004, p. 14).

Muitos pesquisadores vêm contribuindo para ampliar a discussão sobre a defesa da Educação, frente às tentativas de captura e manipulação pelo poder hegemônico não só no Brasil, mas na América Latina. Entre eles, estão duas figuras emblemáticas, supracitadas, que muito contribuíram com as causas sociais na América Latina e no Brasil, respectivamente, Martín-Baró e Paulo Freire. É essencial reconhecer que a opressão pode assumir diferentes formas e se apresentar de maneiras sutis. Suas conquistas são testemunhas vivas de sua dedicação incansável à causa da libertação dos povos oprimidos. Ambos deixaram um legado marcante, enfrentando desafios significativos ao longo de sua trajetória. A ligação entre Martín-Baró e Paulo Freire vai além de suas contribuições para a emancipação popular. Ambos são figuras emblemáticas que desafiaram as estruturas opressivas presentes na sociedade, cada um em sua área de atuação.

Ignacio Martín-Baró, renomado psicólogo social, trouxe contribuições significativas para a compreensão dos processos psicossociais em contextos de opressão política e violência. Reconhecido por seu ativismo em defesa dos direitos humanos em El Salvador, desenvolveu uma perspectiva teórica que analisou os problemas sociais enfrentados por grupos marginalizados e oprimidos, levando em consideração os fatores sociais, políticos e econômicos. Sua abordagem crítica transcende a análise dos efeitos individuais da opressão, buscando promover transformações sociais e políticas em prol da justiça e igualdade. Em seu trabalho com comunidades empobrecidas em El Salvador, ele examinou as consequências psicossociais da guerra civil e da violência política que assolavam o país na época.

Em sua concepção, o fazer psicológico teórico e aplicado, como qualquer outra atividade, está condicionado por interesses sociais em disputa. Partindo desse princípio, a Psicologia deve ir além de uma visão adaptacionista e reconhecer o quanto a ideologia e as estruturas políticas, econômicas e sociais impactam a vida das pessoas. Os questionamentos não podem ser resolvidos pela “imposição de uma teoria única de análise psicossocial, pois no interior de marcos teóricos gerais podem aparecer importantes diferenças conceituais. Trata-se de destacar o papel determinante desempenhado enquanto princípio epistemológico” (Martín-Baró, 2017, p. 163) por quem faz a análise. É fundamental questionar a suposta asepsia da bagagem conceitual e metodológica de quem faz psicologia, “a boa vontade subjetiva não modifica a natureza ou o alcance dos conceitos e, portanto, não alcança a ação subsequente que é possibilitada e exigida” (Martín-Baró, 2017, p. 163).

O enfoque histórico-cultural, conceituado por Vigotski a partir das produções de Hegel, Marx e Engels, base epistemológica também adotada por Martín-Baró, confirma que a ausência de uma capacidade crítica na ciência para compreender o movimento histórico da realidade pode resultar em sua mera descrição, sem a compreensão das múltiplas determinações que o constituem.

Nessa direção, tendo como princípio a compreensão de Martín-Baró, é possível afirmar que, majoritariamente, a exploração da Psicologia nas sociedades latino-americanas está muito próxima da perspectiva das classes dominantes, isto é, aos interesses de classe daqueles que detêm o poder. Embora algumas correntes teóricas defendam que a mudança social ocorra exclusivamente por meio de transformações políticas, Martín-Baró (2017) compreende a importância da educação e do conhecimento como instrumentos essenciais para sustentar o desenvolvimento do pensamento crítico e impulsionar a transformação social, e reconhece seu papel crucial ao possibilitar aos indivíduos questionarem e compreenderem as estruturas de poder e opressão presentes na sociedade, mas com limitação em razão da lógica social. Contudo, “se certa funcionalidade política em áreas aparentemente inócuas, como o rendimento escolar ou os transtornos comportamentais, então a política da Psicologia é muito mais importante em áreas em que se evidenciam os conflitos sociais como, por exemplo, a vida política” (Martín-Baró, 2017, p. 593).

Assim como Martín-Baró, Paulo Freire teve um grande engajamento político no que se refere ao direito dos “excluídos da terra”, como costumava dizer. Freire foi um renomado educador brasileiro, reconhecido internacionalmente por seu trabalho na área da educação popular. Pioneiro na alfabetização de adultos, desenvolveu uma importante base teórico-metodológica, destacando que o processo pedagógico não deve ser um processo de transmissão passiva de conhecimento, mas sim uma prática dialógica e participativa que visa a emancipação das pessoas e a transformação da sociedade. Segundo seu entendimento, a alfabetização não se limita apenas à aprendizagem das habilidades básicas de leitura e escrita. A alfabetização vai além da simples aquisição de habilidades de leitura e escrita, tornando-se um meio pelo qual as pessoas desenvolvem sua consciência social, compreendem as relações de poder e são capazes de questionar e transformar a realidade em que vivem. “Não basta saber ler que ‘Eva viu a uva’. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu

contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (Gadotti, 1996, 72).

O método Paulo Freire de alfabetização parte da realidade do educando, do seu contexto social e caminha na direção da “educação como prática de liberdade” (Freire, 2020, p. 14). Na concepção do educador a aprendizagem deveria estar intimamente relacionada à vida e às experiências dos educandos, tornando-se significativa e relevante para suas necessidades e desafios diários. Assim, a necessidade que a alfabetização seja voltada para a compreensão da realidade social, “aprender a escrever a sua vida como autor e como testemunha de sua história, isto é biografar-se, existenciar-se, historicizar-se” (Freire, 2020, p. 12).

No entanto, devido ao seu engajamento político e às suas ideias consideradas subversivas pelo regime militar brasileiro, Paulo Freire foi exilado em 1964, passou cerca de 16 anos no exílio, lecionando em universidades e instituições ao redor do mundo, e continuou a desenvolver suas teorias e práticas educacionais. Freire (2004) propôs uma educação libertadora, baseada no diálogo, na problematização e na valorização da experiência de vida dos estudantes. Freire propôs uma pedagogia baseada no diálogo e na conscientização, em que os estudantes se tornam sujeitos ativos na construção de seu próprio conhecimento. Martín-Baró enfatizou a necessidade de uma Psicologia comprometida com a promoção da mudança e da justiça social, buscando formas de libertação e transformação em vez de apenas adaptação e ajustamento individual. Para ele a psicologia social é marcada, pelo menos, por três aspectos essenciais: “não deixar a ciência psicológica alheia às lutas sociais; rejeitar e revisar criticamente os conceitos que são instrumentais para a reprodução do *status quo* e construir uma nova psicologia, adequada à luta histórica pela edificação de um Mundo Novo” (Martín-Baró, 2017, p. 15).

A relação entre Martín-Baró e Paulo Freire é a luta contra a desigualdade social, pela libertação e emancipação dos povos oprimidos. É uma ligação profundamente enraizada nas causas

populares. Apesar de acadêmicos renomados, eles se destacaram por sua conexão direta com o povo, imergindo-se em suas lutas, compartilhando seu suor e abraçando suas causas. O compromisso deles era genuinamente com o povo. Suas vidas foram marcadas por um compromisso incansável em empoderar os marginalizados, trazendo à luz as injustiças. Embora tenham atuado em contextos geográficos diferentes, tanto Freire quanto Martín-Baró destacaram a importância de considerar as dimensões sociais e políticas da opressão, assim como o papel exercido a partir de suas respectivas áreas do conhecimento – a Psicologia Social e a Educação – na promoção da justiça e emancipação. Ambos enfatizaram a importância do diálogo, da solidariedade e da construção coletiva do conhecimento como elementos centrais para a transformação social. Eles compartilharam preocupações comuns em relação à opressão e reconheceram a necessidade de envolver os oprimidos como sujeitos ativos em seu próprio processo de libertação.

Embora possam ter se influenciado indiretamente por meio de seus trabalhos publicados, não há evidências de uma colaboração direta entre Freire e Martín-Baró. Um conceito comum abordado por ambos foi a relação opressor-oprimido, que envolve uma dinâmica complexa e dialética. Embora tenham focado em contextos diferentes, reconheceram a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora para compreender essa relação.

Paulo Freire, destacou o poder do opressor que na relação dialética constitui e “se apodera” do oprimido que passa a “guardá-lo dentro de si” o opressor que há nele. Nas palavras de Freire, “são eles e ao mesmo tempo são o outro introjetado neles, como consciência opressora” (Freire, 2020, p. 48). E completa “este é o trágico dilema dos oprimidos, que a sua pedagogia tem de enfrentar. A opressão não é uma condição estática, mas sim uma relação dialética em constante interação. “A libertação, por isso, é um parto. E um parto doloroso”. Nesse sentido, a conscientização é fundamental para que os oprimidos se tornem sujeitos ativos em seu próprio processo de libertação. A necessidade de uma educação problematizadora, na qual os oprimidos

são incentivados a questionar e refletir sobre sua realidade opressiva, transformando-se em agentes de mudança.

O teórico Ignacio Martín-Baró, por sua vez, concentrou-se na relação opressor-oprimido no campo da Psicologia Social. Ele investigou os efeitos da opressão e da violência na saúde mental e emocional das pessoas, especialmente nas comunidades empobrecidas e marginalizadas. Ele enfatizou a importância de uma psicologia comprometida com a transformação social e a promoção da justiça.

Assim como Paulo Freire, Martín-Baró propôs uma revisão crítica da teoria dominante, no caso da Psicologia, a teoria adaptacionista. Na sua concepção, as teorias não são meros instrumentos flutuantes que podem ser manipulados de acordo com os interesses daqueles que as utilizam. Elas carregam consigo pressupostos que podem tanto limitar quanto possibilitar um processo de emancipação. Desse modo, a contribuição transformadora da Psicologia não se restringe apenas àqueles cientistas que aplicam conceitos psicológicos, mas depende também do próprio referencial teórico que orienta a prática. Portanto, “a tarefa é um pouco mais difícil do que aplicar o conhecimento psicológico: não é adequado apenas usar a psicologia para compreender o mundo, mas é preciso reconstruir teoricamente a psicologia para colocar a serviço das lutas por transformação social” (Martín-Baró, 2017, p. 15). Segundo o autor, é necessário que o referencial teórico adotado esteja alinhado com uma visão crítica e emancipatória, fornecendo direcionamento à práxis.

Em resumo, compreender que as teorias possuem pressupostos e que o referencial teórico orienta a prática é fundamental para reconhecer o papel da psicologia na busca por transformação social. Isso implica ir além da mera aplicação mecânica do conhecimento psicológico e engajar-se em uma abordagem teórica que permita a emancipação dos indivíduos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

As perspectivas teóricas de Martín-Baró e Paulo Freire abriram espaço para a construção de uma nova ordem social, tendo em vista a

igualdade, a justiça social. Essas abordagens complementares de Freire e Martín-Baró contribuem para uma compreensão mais rica e complexa da relação opressor-oprimido. Elas destacam a necessidade de uma análise crítica e contextualizada das dinâmicas de poder, bem como a importância da conscientização, da ação coletiva, da práxis e da transformação social para promover a libertação dos oprimidos.

## Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Diretrizes das Escolas Cívico-Militares. Secretaria de Educação Básica, Ministério da Educação, 2021.
- CARA, D. **Novo Ensino Médio é adiado**. Fundação Perseu Abramo, 2023. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2023/04/09/novo-ensino-medio-e-adiado/>. Acesso em: 15.jul.2023.
- CARA, D. **O novo Fundeb como contribuição para a construção do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno-Qualidade (CAQ)**. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2016.
- CARA, D. **Reforma do Ensino Médio está vinculada à necessidade de formar o "ser neoliberal"**. Entrevista concedida a AZENHA, L. C.; DELORENZO, A. [S.l.: s.n.], 2023. 1 arquivo de vídeo (11 min 40 s). Publicado pelo canal TV Fórum. Disponível em: [https://youtu.be/k\\_spJ3Usl1w](https://youtu.be/k_spJ3Usl1w). Acesso em: 01 jun. 2023.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- GADOTTI, M. (Org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.
- MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Organização e tradução de Lacerda Júnior, F. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- SILVA, F. F. **A institucionalidade da política fiscal no Brasil: O debate em torno da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos**. 2022. 100 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

## Capítulo 12

---

### As lutas das majorias populares no campo da educação: estudantes secundaristas brasileiros e chilenos e a ocupação de escolas

Felipe Oliveira  
*Universidade Paulista (UNIP)*

Marilene Proença Rebello de Souza  
*Universidade de São Paulo (USP)*

*¡Que vivan los estudiantes,  
Jardín de nuestra alegría!  
Son aves que no se asustan  
De animal ni policía  
Y no le asustan las balas  
Ni el ladrar de la jauría<sup>1</sup>*

Me gustan los estudiantes - Violeta Parra

Martín-Baró (1996) defende que o profissional da Psicologia deve adotar a perspectiva das majorias populares, fundamentando e orientando seus conhecimentos e práticas com base nas “circunstâncias concretas da população a que deve atender” (p. 7). Nessas primeiras décadas do século XXI, os países da América Latina têm sido marcados por inúmeras manifestações populares, sejam elas orientadas e construídas por movimentos sociais e políticos organizados, com acúmulo histórico de experiências de luta, ou sejam elas de caráter mais “espontaneísta”, como explosão e convulsão social que expressam a insatisfação generalizada com as situações vivenciadas cotidianamente. Comum à imensa maioria dessas manifestações populares está a reivindicação por condições de vida digna e garantia de direitos fundamentais.

---

<sup>1</sup> Em tradução livre: “Que vivam os estudantes, Jardim de nossa alegria! Aves que não se assustam com animais, nem mesmo policiais. E não se assustam com as balas, nem com o ladrar da matilha”.

Mais especificamente, no campo da Educação, destacamos episódios que ocorreram no Chile, em 2006, e no Brasil, em 2015 e 2016. Nesses dois países os estudantes secundaristas realizaram uma série de protestos que culminaram na ocupação de escolas, paralisando suas atividades regulares, como forma de luta política para pressionar os governantes à frente da administração pública e também como forma de apresentar suas demandas à população e àqueles estudantes que inicialmente não estavam envolvidos no processo (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016; Oliveira, 2022; Zibas, 2008).

O presente texto busca articular algumas das ideias e compreensões de Martín-Baró com reflexões apresentadas na tese de doutorado de título “Estudantes secundaristas brasileiros e chilenos: ocupações de escola como luta pelo direito à educação” (Oliveira, 2022)<sup>2</sup>.

### **Martín-Baró e a Psicologia da Libertação**

Influenciado pelas ideias e princípios presentes na Teologia da Libertação, Baró apresentou suas formulações para o campo da Psicologia, constituindo aquilo que denominou Psicologia da Libertação (Martín-Baró, 2006). Suas concepções em Psicologia tinham como interesses centrais os mesmos presentes na Teologia de mesmo nome: a preocupação com o violento processo de exploração da América Latina, que submete sua população a condições desumanas de existência; a preocupação com as populações latino-americanas que, depois de sofrerem a violência do processo de colonização, passam então a serem vítimas das oligarquias locais, aliadas aos militares e submetida aos interesses desses grupos; a preocupação de mostrar como esse processo é histórico, constituído a partir de diversos interesses e forças em conflito, ou seja, não é um processo natural, sendo, portanto, passível de necessárias transformações (Martín-Baró, 2006). Essas necessárias

---

<sup>2</sup> A Tese intitulada “Estudantes secundaristas brasileiros e chilenos: ocupações de escola como luta pelo direito à educação” foi defendida por Felipe Oliveira no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo, no ano de 2022, sob a orientação da Profa. Titular Marilene Proença Rebello de Souza, com apoio de Bolsa CAPES-DS.

transformações devem ser em uma direção específica, que busque melhorar a situação da população explorada, sem ser assistencialistas, isto é, criando condições para que ela seja reconhecida como ativa, politicamente capaz de decidir sobre seu futuro, como bem sintetiza Amálio Blanco:

[...] la Psicología de la liberación se inspira en la teología del mismo nombre, parte de los mismos hechos (la sarcástica falta de respeto a la dignidad del hombre que reflejan los datos de la realidad latino-americana), tiene el mismo sujeto epistémico (las mayorías populares como protagonistas de una miseria colectiva que [...] es una injusticia que clama al cielo), busca el mismo objetivo (su bienestar físico, social y psicológico) [...] y se topa con los mismos obstáculos (los poderes establecidos que procuran a toda costa seguir manteniendo sus intereses) (Blanco, 1998, p. 12)<sup>3</sup>.

Assim, importante destacar que as formulações de uma Psicologia da Libertação têm em comum com a Teologia da Libertação: os mesmos fatos, a situação de exploração existente na realidade latino-americana; os mesmos sujeitos epistêmicos, o povo latino-americano, que Baró reiteradamente denomina de “maiorias populares”; e os mesmos objetivos, constituir-se como uma ferramenta a serviço da emancipação das classes populares.

Dessa relação entre Psicologia e Teologia existe ainda também outro aspecto que merece atenção, a compreensão da noção de libertação expressa por Baró. Blanco (1998) apresenta quatro características da noção de libertação apresentada pela Teologia e utilizada pela Psicologia proposta por Baró: o aspecto histórico, ou seja, a grave situação social existente no contexto latino-americano não é natural, mas se constitui historicamente sendo, portanto, passível de transformação; os conflitos em que implica o processo de libertação, uma vez que os privilegiados com a situação brutal de desigualdade buscarão sempre manter seus privilégios e defender seus interesses; a

---

<sup>3</sup> Em tradução livre: “[...] a Psicologia da Libertação se inspira na teologia de mesmo nome, parte dos mesmos fatos (o sarcástico desrespeito à dignidade humana que refletem os dados da realidade latino-americana), tem o mesmo sujeito epistêmico (o maiorias populares como protagonistas de uma miséria coletiva que [...] é uma injustiça que grita aos céus), busca o mesmo objetivo (seu bem-estar físico, social e psicológico) [...] (os poderes estabelecidos que tentam a todo custo continuar a manter seus interesses)”.

dimensão coletiva dessa libertação, dado que o objetivo é a superação da dominação e não a inversão de papéis entre oprimidos e opressores; e, como consequência de todo o processo, a constituição de uma identidade social, afinal, nessa luta coletiva, a partir da recuperação da memória histórica de um povo, vai se construindo um sentimento e uma compreensão de pertencimento coletivo, a defesa dos interesses coletivos e uma identificação com os oprimidos, não com os opressores, como historicamente aconteceu no campo da Psicologia quando se apresentou como uma ciência neutra e positivista (Patto, 1984/2022).

### As “*tomas de liceos*” no Chile

Em 2006, logo nos primeiros meses do primeiro governo da presidenta Michelle Bachelet, ocorreram grandes mobilizações e protestos dos estudantes secundaristas. Essas manifestações ficaram conhecidas como “A Revolta dos Pinguins”, que recebeu tal nome “[...] por causa da denotação ao uniforme com gravata dos secundaristas ao estilo do início do século vinte. O uniforme era usado pelos manifestantes para protestar, uma vez que já não era obrigatório aos estudantes” (Pires, 2015, p. 89). Os protestos dos estudantes causaram grande impacto no Governo de Bachelet, a ponto de suscitar o debate público sobre as políticas educacionais no país, mobilizando diversos setores sociais, como empresários da educação e estudiosos da área. Como resposta, a legislação vigente – a *Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza* (LOCE) – foi parcialmente substituída pela *Ley General de Educación* (LGE)<sup>4</sup>. Além disso, cabe destacar que os estudantes realizaram diversas marchas pacíficas pelas principais ruas de Santiago, como forma de mobilizar a opinião pública e pressionar o governo. Após serem duramente reprimidos pelas forças policiais chilenas, os “*carabineros*”, os estudantes decidiram ocupar as escolas<sup>5</sup>, como forma de mobilização (Serón; Rojas, 2008).

---

<sup>4</sup> Lei número 20.370, aprovada em agosto de 2009, e que desde então vem sofrendo modificações.

<sup>5</sup> O que no Brasil ficou conhecido como “ocupação de escolas” era chamado pelos chilenos de “*tomas de liceos*”.

Os estudantes começaram com reivindicações mais simples e pontuais, e com o passar do tempo, à medida que o debate público foi se ampliando – com a realização das assembleias estudantis e da participação de outros agentes políticos, como o sindicato docente, por exemplo – as pautas foram ganhando maior magnitude. Inicialmente os estudantes tinham demandas como reformas em instalações escolares precárias; melhoria da qualidade da merenda; gratuidade do exame para ingresso no ensino superior (*Prueba de Selección Universitaria* - PSU); passe escolar gratuito (ou seja, transporte gratuito) e sem limitação de horário. Então, gradativamente, passaram a questionar o sistema educacional, exigindo a anulação da LOCE e a modificação (ou extinção) da *Jornada Escolar Complementar* (JEC) – política aplicada a todo sistema chileno que fez com que houvesse um aumento do horário escolar para que funcionasse, de modo geral, das oito da manhã às quatro da tarde. Como resposta a tais demandas o governo, em substituição à LOCE, promulgou a LGE (Zibas, 2008).

Entretanto, o processo de elaboração e aprovação da lei foi bastante polêmico. Em meio à efervescência das manifestações, Bachelet criou o Conselho Assessor Presidencial para a Qualidade da Educação<sup>6</sup>, composto por representantes de diversos setores diretamente ligados à educação e presidido por Juan Eduardo García-Huidobro, respeitado especialista na área da educação. Os diversos membros que compuseram o Conselho eram de diferentes espectros ideológicos, como empresários e donos de escolas, pesquisadores, professores, gestores, sindicalistas, pais e estudantes. Eles tinham por tarefa propor modificações à lei educacional vigente, porém, dada a diversidade de sua composição, o Conselho foi incapaz de produzir propostas consensuais. Em 2007, o governo apresentou então a LGE para substituir a LOCE. Frente à polêmica causada por suas proposições – que incluíam, por exemplo, a proibição da obtenção de lucro por parte das escolas privadas subvencionadas com verbas oficiais – o governo decidiu se reunir com a oposição na tentativa de

---

<sup>6</sup> No original: “Consejo Asesor Presidencial para la Calidad de la Educación”.

aprovar pontos consensuais. Por fim, o conteúdo aprovado trouxe poucas modificações ao funcionamento do sistema escolar e foi, de modo geral, bem recebido por setores liberais e pelo empresariado educacional, enquanto que os setores que historicamente se opõem à mercantilização da educação o criticaram e denunciaram o flagrante retrocesso frente ao conteúdo inicial da lei (Zibas, 2008).

Importante destacar que o movimento dos estudantes secundaristas tem grande importância porque expõe os limites e contradições do sistema educacional chileno, tido como modelo a ser copiado pelos outros países da região. Por ocasião das manifestações de 2006, a legislação que organiza o sistema educacional ainda datava do período da ditadura do General Augusto Pinochet (1973-1990). Assim como todo o regime de Pinochet, a organização da educação foi orientada por princípios neoliberais, privilegiando o privado sobre o público e a “vontade do mercado” (isto é, das elites dirigentes) sobre os interesses da maioria da população. O modelo de administração do Estado durante a ditadura de Pinochet foi organizado a partir dos chamados “*Chicago Boys*” – jovens economistas da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, defensores do livre mercado como regulador da economia. A materialização da política neoliberal na educação chilena tem como importante marco a LOCE, promulgada pelos militares em seu último dia no poder, em 1990. Nesse sentido, é importante enfatizar que “o governo Pinochet liderou, na América Latina, o movimento de reformas educacionais de inspiração neoliberal difundidas por instituições multilaterais” (Leite; Peres, 2015, p. 72), sendo considerado “o paradigma de influência das ideias neoliberais na América Latina” (p. 68)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Nunca é demais lembrar, como faz Safatle (2019), que Hayek, “um dos pais do neoliberalismo e um de seus teóricos mais influentes”, fez a seguinte declaração para o jornal chileno “*El Mercurio*”, em 1981: “Eu diria que, enquanto instituição de longo termo, sou totalmente contra ditaduras. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição. Às vezes, é necessário para um país ter, durante certo tempo, uma forma de poder ditatorial. Como vocês sabem, é possível para um ditador governar de maneira liberal. E é possível que uma democracia governe com uma falta total de liberalismo. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo” (*apud* Safatle, 2019).

Para se ter uma dimensão da força do predomínio da ideias neoliberais no Chile naquele momento, cabe destacar que mesmo a LOCE tendo sido promulgada no último dia de um governo marcado pelo autoritarismo e pela brutalidade, um governo que perseguiu e assassinou milhares de pessoas<sup>8</sup>, após o processo de abertura democrática o país continuou restrito aos marcos do ideal neoliberal de mercantilização da educação “[...] ao permitir, em 1993, por meio da *Ley de Impuestos a la Renta*, que os estabelecimentos particulares subvencionados cobrassem mensalidades de alunos do ensino fundamental e médio” (Zibas, 2008, p. 201). Muda-se o regime político, mas a lógica que orienta o sistema educacional permanece a mesma. Dessa forma, também é contra a legislação do período ditatorial que os estudantes chilenos se insurgem em 2006.

### **... isso aqui vai virar o Chile! As ocupações de escolas no Brasil**

Em setembro de 2015 o governo do estado de São Paulo veio a público, através dos meios de comunicação televisivos e jornalísticos, comunicar que no início do ano seguinte colocaria em prática uma política de reorganização da rede escolar pública estadual. Sem deixar explícito quais impactos ocorreriam, nem tampouco quais seriam as justificativas para tal mudança, a iniciativa desencadeou uma onda de protestos de estudantes secundaristas no estado. A insurgência desse segmento da população contra o governo foi algo de proporções inéditas no período democrático pós ditadura empresarial-militar. Após muita pressão popular, descobriu-se que a reorganização em andamento implicaria no fechamento de quase 100 escolas e na

---

<sup>8</sup> Nunca é demais lembrar ainda que a ditadura chilena foi responsável por assassinar mais de 3 mil pessoas, torturar mais de 28 mil opositores políticos e forçar cerca de 300 mil pessoas ao exílio por motivos políticos (Telesur, 2021). Também nunca é demais lembrar a crueldade presente nos métodos de tortura e assassinato utilizados pelo regime. O suboficial Juan Guillermo Orellana Bustamante, mecânico tripulante de helicóptero militar, relata ter presenciado o militar Miguel Krassnoff Martchenko arremessar, de um helicóptero sobre o oceano pacífico, uma pessoa ainda viva. Outros suboficiais relatam que várias pessoas, dentro de sacos pretos, mortas ou desacordadas, foram arremessadas de helicóptero ao mar (Página 12, 2018). Em outro relato, o General Joaquin Lagos conta que nos pelotões de fuzilamento as pessoas eram “fuziladas por partes [...] primeiro as pernas, depois os órgãos sexuais, depois o coração [...] nem sequer havia o tiro de misericórdia” (Telesur, 2021).

realocação de mais de 300 mil estudantes, o que incendiou ainda mais a revolta estudantil (Brum, 2015).

Conforme relatado por Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), após inúmeras tentativas frustradas de diálogo com o poder público em instâncias regionais, como Diretorias de Ensino, os estudantes passaram a protestar. Inicialmente o fizeram de maneira local, sendo que cada escola afetada mobilizou seus recursos e suas estratégias para tentar fazer frente aos efeitos da reorganização. Entretanto, as manifestações começaram a ganhar mais volume, sendo realizadas grandes marchas pacíficas, com a intenção de mobilizar a opinião pública, chamando atenção da população para a proposta a ser implementada em pouco meses e informando sobre os efeitos da reorganização. Os protestos se espalharam por todo o estado e ocorreram manifestações contra a reorganização em mais de 60 municípios, o que indica que elas não ficaram restritas apenas aos maiores centros urbanos do estado. Conforme o número de manifestantes e manifestações contra a reorganização aumentaram, os estudantes, que antes pensavam que o problema era restrito apenas à própria escola, começaram a se dar conta que muitos estavam na mesma situação, o que produziu uma aproximação, aumentando também a articulação entre eles. As marchas em vias públicas, apesar de serem pacíficas e conduzidas por estudantes de ensino médio – ou seja, a maioria jovens entre 14 e 17 anos –, foram duramente reprimidas pela Polícia Militar, além de terem suas reivindicações invisibilizadas pelos grandes meios empresariais de comunicação. Frente a essas circunstâncias os estudantes decidiram então ocupar as escolas como estratégia para dar visibilidade às suas demandas. Essa iniciativa, tomada de modo independente pelos estudantes de cada instituição, se espalhou por mais de 200 escolas em todo o estado de São Paulo e fez o governo retroceder em sua decisão (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016).

A mobilização dos estudantes de São Paulo inspirou no ano seguinte inúmeros estudantes de outros estados, havendo ocupações semelhantes no Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraná e Minas Gerais (Martin, 2016; Rossi, 2016; Farina; Scirea, 2016; Gama, 2016).

Na segunda metade de 2016, o país presenciou uma nova onda de ocupações realizada por estudantes secundaristas. Naquele momento, o Governo Federal presidido por Temer propõe a reforma do ensino médio por meio da Medida Provisória de número 746/2016 e apresenta também a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que congela por duas décadas os investimentos públicos em setores como saúde, educação e assistência social, sendo apelidada pelos movimentos sociais de "PEC do fim do mundo". Nesta nova onda de ocupações foram quase mil escolas ocupadas por todo o país, com grande destaque para o estado do Paraná, que chegou a ter mais de 800 escolas ocupadas.

O grande número de escolas ocupadas em 2015 e 2016 parece indicar que há uma dificuldade (ou falta de interesse) do poder público em articular minimamente proposições junto aos estudantes. Coincidentemente, parece haver também a mesma dificuldade em articular proposições e políticas junto aos profissionais da educação. Afinal, cabe lembrar que no ano de 2015 ocorreu a greve de maior duração do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado (APEOESP), que durou 92 dias e contou com mais de 20 manifestações e que se estendeu, tornando-se a maior greve de todo os tempos da entidade, por conta da intransigência em negociar imposta pelo governo estadual (Cruz, 2015; Araújo, 2015). Cabe lembrar ainda, que nesse mesmo ano também ocorreu o lamentável episódio no Centro Cívico de Curitiba, no estado do Paraná. Nessa ocasião, enquanto a Assembleia Legislativa votava o projeto de reforma do sistema de previdência do estado, professores (além de outras categorias do funcionalismo público) que protestavam contra tal medida foram duramente reprimidos pela polícia. O grau de violência foi tamanho que tal episódio passou a ser popularmente referido como "batalha do centro cívico", ou "massacre do centro cívico" (Fier, 2015; Palagano, 2015).

Retornando ao cenário de 2015, durante diversas manifestações realizadas pelos estudantes brasileiros, uma das palavras de ordem mais populares nos chamava a atenção. Em diversos atos os estudantes gritavam a plenos pulmões: "acabou a paz, isso aqui vai virar o Chile!". Mais do que uma simples menção de um movimento distante que pôde

servir como inspiração, a luta dos estudantes também produziu a sistematização da estratégia de ocupação das escolas como ferramenta política.

Ainda que as ocupações tenham uma certa aparência de espontaneidade por terem ocorrido “por fora” das entidades representativas históricas, Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) apontam o esforço realizado pelo coletivo anarquista “O Mal Educado” nesse processo. Em 2011, também inspirado pelo movimento chileno, ocorreram ocupações de escolas na região de Buenos Aires<sup>9</sup>. Nessa ocasião os estudantes argentinos em articulação com os estudantes chilenos produziram uma cartilha em que ensinavam como ocupar e manter ocupada uma escola. Mais ou menos na mesma época membros d’O Mal Educado tomaram contato com esse material e o traduziram. Por conta da reorganização, esse material foi divulgado pelas redes sociais, permitindo assim a difusão da experiência chilena e argentina. Além da cartilha sobre como ocupar uma escola, também circulou bastante entre os estudantes o documentário “*La Rebelión Pinguina*”, de Carlos Pronzato (2007), além de outras imagens das manifestações estudantis chilenas<sup>10</sup>. Assim, a articulação do coletivo encontrou na internet um grande meio de difusão de informação, mostrando aos estudantes brasileiros que não somente era possível, como já havia ocorrido massivamente no Chile em 2006 e tinha conseguido apoio popular para fazer o governo recuar. Além disso, o movimento estudantil secundarista constrói pela “[...] primeira vez na história brasileira, um movimento massivo de ocupação de escolas, com o objetivo de forçar um debate público sobre a reforma educacional”<sup>11</sup> (Tavorali *et al.*, 2018, p. 294, negrito nosso).

<sup>9</sup> Sobre as ocupações na Argentina em 2010-2011, consultar Falconi e Beltrán (2011) e Larrondo (2014).

<sup>10</sup> Desde 2006 o Chile passou por inúmeros episódios de manifestações estudantis (incluindo alunos do ensino superior): 2008, 2011, 2012 e 2015.

<sup>11</sup> Conforme indicam os autores, o ineditismo da ação não se deve à escolha da forma “ocupação” como estratégia e luta política, dado que é algo presente historicamente em outros movimentos sociais, mas sim ao fato de ter sido utilizada nas lutas educacionais secundaristas: “A forma de ação coletiva da ocupação já era historicamente utilizada por movimentos sociais rurais (camponeses que lutam pelo acesso à terra via reforma agrária), urbanos (trabalhadores sem-teto que lutam pelo

## A demanda por diálogo, a violência como resposta: ocupações de escolas como alternativa

Tanto no cenário chileno, de 2006, quanto especificamente no brasileiro, de 2015, esteve presente o desacordo dos estudantes com as políticas educacionais. No caso chileno, houve o questionamento da estrutura legislativa educacional em sua totalidade, uma legislação herdada do período ditatorial e vigente durante todo o período democrático até então (cerca de 15 anos). No caso brasileiro, ocorreu o questionamento da política de "reorganização" da rede pública, anunciada pelo governo do estado de São Paulo, respondendo fortemente a interesses contrários aos estudantes. Frente a esse elemento de convergência existente nas duas realidades, o principal a ser destacado é que nos dois países os estudantes interpelam os respectivos governos (no Chile, a esfera nacional; no Brasil, a esfera estadual) e, no primeiro momento, não são reconhecidos como interlocutores legítimos. Os estudantes secundaristas buscaram dialogar com o poder público e não foram ouvidos, ao que responderam com protesto nas ruas. Por conta disso, sofrem os brutais ataques da repressão policial (bastante grave, afinal se tratavam de estudantes secundaristas, na faixa de 14 a 18 anos) e, como forma de enfrentamento e autodefesa, os estudantes decidem ocupar escolas (Oliveira, 2022).

Na situação do Chile, conforme indicado por Donoso (2013), a pressão estudantil que vinha desde as manifestações de 2001, que ficaram conhecidas como *Mochilazo*, contribuiu para que as entidades representativas dos estudantes secundaristas chilenos conquistassem um espaço de encontros regulares com o Ministério da Educação. Desse modo, no ano anterior aos protestos estudantis de 2006, entre abril e dezembro de 2005, foram realizados encontros semanais com a equipe técnica do Ministério que culminaram na elaboração de um documento

---

direito à moradia) e estudantis (alunos do ensino superior que ocupavam suas universidades e reitorias). Mas, até aquele momento, não havia, no Brasil, precedente para uma mobilização de estudantes secundaristas que ocupasse suas próprias escolas públicas" (Tavorali *et al.*, 2018, p. 295).

que continha demandas de curto e de longo prazo na agenda de reforma educacional do país. Porém, em decorrência do processo eleitoral e da transição de governo, todo o trabalho “se perdeu”, não tendo espaço e reconhecimento no novo governo, de modo que o desconhecimento do assunto por parte do novo ministro enfureceu os estudantes secundaristas, que logo no início do ano, iniciaram os protestos que culminaram nas “*tomas de liceos*”. Há, portanto, uma demanda por diálogo, que havia sido estabelecido a partir de protestos, porém que se perdeu na transição de governo. Importante destacar ainda, que a experiência formativa junto ao Ministério da Educação, e o fato de que muitos dos secundaristas envolvidos nesse processo tivessem formação e experiência de militância política organizada, sobretudo em organizações e partidos de esquerda, foi fundamental para uma compreensão crítica da situação e do papel das políticas públicas.

No caso do Brasil, analisando as transformações da rede estadual paulista de ensino desde o primeiro processo de reorganização em 1995 até o que ocasionou os protestos estudantis em 2015, Arelaro, Jacomini e Carneiro (2016) denunciam a crescente desvalorização da gestão democrática nas escolas do estado, indicando o progressivo afastamento da ideia de gestão enquanto processo de participação política democrática – isto é, participação na definição de aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos – e a sua substituição por uma noção de gestão centrada em critérios técnico-administrativos centralizados. Apesar das leis, os órgãos democráticos previstos à comunidade escolar estão cada vez mais esvaziados e burocratizados e a prática predominante, nessas duas primeiras décadas do século XXI, tem sido cada vez mais a separação entre as instâncias administrativa, financeira e pedagógica. Ao mesmo tempo que ocorre a descentralização da gestão de recursos financeiros e materiais, ocorre a centralização da definição de objetivos escolares e o controle sobre o cotidiano escolar. Além disso, a partir de Januário et al. (2016), é possível resgatar outros elementos que indicam como o governo conduziu o processo de modo pouco dialógico. Antes de recuar da medida, a

reorganização “[...] foi tratada como assunto meramente administrativo e centralizado na burocracia da Secretaria de Educação”, tomando a noção de participação democrática de maneira muito restrita, limitada ao “[...] envolvimento de alguns extratos burocráticos das Diretorias de Ensino e, mesmo essa participação, possuiu muito mais um caráter de execução do que um envolvimento na formulação [...]” (Januário *et al.*, 2016, p.4).

As manifestações dos estudantes secundaristas no Chile e no Brasil foram duramente reprimidas pela violência policial. Como elemento de destaque comum aos dois países está o fato de que estudantes que demandavam mais diálogo e participação junto aos processos decisórios dos governos foram brutalmente atacados em manifestações nas ruas, ameaçados e perseguidos. A principal distinção entre os dois cenários foi o que podemos chamar de ponto de virada dos protestos, quando os estudantes ganham força e os governos não podem mais simplesmente reprimi-los usando a força bruta e se veem obrigados a recuar e a fazer concessões aos estudantes. No Chile, a mudança se deu pela transformação na cobertura midiática. No Brasil, foi a vitória em âmbito judicial o fator decisivo (Oliveira, 2022).

A partir da investigação de Penna (2008) sobre o processo chileno, temos o número de estudantes detidos durante as manifestações em 2006. As cifras passam das centenas, a cada data de protestos nas ruas, sendo: no dia 26 de abril foram 47 detidos; no dia 4 de maio foram 622 detidos; no dia 10 de maio foram 930 detidos em Santiago, e mais 357 nas outras regiões do país; no dia 18 de maio foram 556 detidos em Santiago e 136 em outras regiões; no dia 29 de maio foram 720 contabilizando o país todo<sup>12</sup>; por fim, no dia 5 de junho, quando os protestos estavam diminuindo e a divergências sobre encerrar as manifestações ou permanecer mobilizados aumentando, foram mais 370 detidos na região de Santiago. Ao todo foram 3.738 estudantes detidos no período de pouco mais de um mês.

---

<sup>12</sup> A autora não apresenta separadamente os números de Santiago e outras regiões dessa data.

No caso do Brasil, apesar da violência policial ser bastante semelhante, o número de detidos em manifestações foi baixo se comparado ao Chile. Deus (2015), recapitulando o desenvolvimento das manifestações indica que 33 pessoas foram detidas, no período de 30 de novembro a 3 de dezembro. Cabe assinalar que esse foi o período em que, com mais de 200 escolas ocupadas, o governador do estado de São Paulo, assina o decreto do processo de reorganização para revogá-lo quatro dias depois. Nesse mesmo contexto, Pedrosa e Jade (2015) denunciam a flagrante ilegalidade no processo de detenção de jovens em total contrariedade ao previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990):

O artigo 178 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impede que menores de idade acusados de cometer ato infracional sejam transportados em compartimento fechado de veículo policial em condições que atentem contra a dignidade ou impliquem risco à integridade física ou mental do indivíduo sob pena de responsabilidade. Contudo, registros audiovisuais nas mídias sociais e na imprensa mostram diversos adolescentes sendo levados em camburões pela PM e até mesmo sendo algemados (Pedrosa; Jade, 2015, n. p.).

Além disso, um elemento comum aos contextos chileno e brasileiro foram as denúncias de agentes infiltrados nas manifestações, com a finalidade de fazer provocações e cometer atos de vandalismo que justificassem a ação policial (Seguel, 2011; Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). A presença de agentes infiltrados em manifestações de movimentos sociais é prática recorrente e sistemática das forças policiais repressivas na América Latina. Claro, isso não exclui a possibilidade de que pessoas ligadas às manifestações possam cometer ações diretas, inclusive violentas, como escolha política<sup>13</sup>.

A partir dos relatos dos estudantes secundaristas no Chile e no Brasil, apresentados por Oliveira (2022), é possível notar semelhanças com relação ao funcionamento cotidiano das escolas ocupadas, dentre as quais destacamos a auto-organização do espaço ocupado e o

---

<sup>13</sup> Sobre a violência em manifestações estudantis do contexto chileno de 2011, consultar Penñalillo, F. P. G. *Autogestión y violencia en el movimiento estudiantil secundario, ¿respuesta o propuestas de autonomía?*. Tese. Universidad de Chile, Santiago, 2015.

processo decisório do movimento. A auto-organização teve como ferramenta a constituição de comissões para dividir as responsabilidades na realização das tarefas necessárias para a continuidade da ocupação. O processo decisório foi marcado pela realização de assembleias, em que os estudantes debatiam suas preocupações e deliberavam sobre suas posições e ações. Outro aspecto comum aos dois países foi a preocupação dos estudantes com sua imagem pública, isto é, em visibilizar suas pautas e demandas. Nesse sentido, além do contato com a mídia corporativa, do uso da internet e das redes sociais para disseminar suas reivindicações e atrair mais apoios, os secundaristas também buscaram realizar atividades culturais e formativas, tanto para eles próprios como para a comunidade próxima, tornando as escolas um local de grande efervescência (Oliveira, 2022).

Além das assembleias com formato deliberativo, outro elemento comum aos dois países foi a organização do interior das escolas ocupadas por meio de comissões. Tanto no Chile, como no Brasil, o processo foi semelhante. Nesse sentido, o manual “Como ocupar um colégio?”, produzido por estudantes chilenos e argentinos, com base nas experiências de ocupação de escolas em seus respectivos países, e traduzido pelo coletivo “O Mal Educado” (2015)<sup>14</sup>, dá um bom panorama das principais comissões e suas atribuições. O Manual indica as seguintes comissões: comida; segurança; imprensa; informação; limpeza; relações externas; assembleia; atividades.

Outro ponto comum aos movimentos do Brasil e do Chile foi a preocupação com a imagem pública do movimento. Mais especificamente no sentido de responder a ataques, desqualificações e distorções por parte da mídia. Como indicado, tanto no Brasil, quanto no Chile, os estudantes ocuparam escolas como estratégia para evitar a violência da repressão policial nas ruas. Ao mesmo tempo, ocuparam

---

<sup>14</sup> O mal educado. Como ocupar um colégio? Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e do Chile. 2015. Disponível em: <https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>.

para ter um maior controle sobre os envolvidos no protesto, evitando assim ter suas pautas invisibilizadas pelos relatos jornalísticos que insistiam em falar em “confrontos” entre policiais e estudantes secundaristas. Ao mesmo tempo, os estudantes mobilizados em ocupação buscaram utilizar a internet para disseminar suas ideias. Tanto no Brasil, quanto no Chile, utilizando-se de ferramentas e plataformas na internet, como as redes sociais, os estudantes e seus apoiadores (como as mídias alternativas e organizações políticas solidárias à causa) puderam apresentar um contraponto às notícias dos grandes conglomerados empresariais midiáticos, que buscavam inicialmente desqualificar e atacar o movimento dos secundaristas. A divulgação nesses espaços desempenhou um importante papel de desmistificar o processo de ocupação, apresentando as demandas dos estudantes, o cuidado e a manutenção do espaço escolar, a promoção de atividades culturais e formativas, além de denunciar as arbitrariedades e abusos cometidos pelo poder público (Oliveira, 2022).

Além disso, uma importante estratégia utilizada pelos secundaristas do Chile e do Brasil para ganhar apoio popular foi a realização de atividades culturais e formativas, que convidavam a comunidade do entorno a se aproximar das ocupações e ver por si mesmo os acontecimentos e o modo como os estudantes organizavam e zelavam pelo espaço, além de desfrutar das atividades oferecidas pelas ocupações. Assim, nos dois países têm relatos de exibição de filmes e documentários, apresentação de teatro, de grupos musicais, realização de saraus, oficinas de grafitti e diversas outras atividades (Contreras, 2008; Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016).

### **As lutas dos estudantes secundaristas por educação são as lutas das maiorias latinoamericanas**

Os episódios aqui relatados expressam a reprodução de mecanismos autoritários e violentos, implementados pela via de concepções neoliberais de Estado que visam impedir o acesso a uma educação e a uma escola de qualidade em países da América Latina e que usam fortemente o aparato policial como instrumento de

instauração da ordem sem constituir, de fato, instrumentos de escuta das reivindicações e de negociação de posições políticas e pedagógicas.

A existência do estado democrático de direito não tem sido suficiente para garantir o enfrentamento à desigualdade social, à violência, tampouco à construção de espaços de diálogo, participação e emancipação humana. Não queremos dizer com isso que somos favoráveis a um Estado autoritário, muito pelo contrário, consideramos fundamental a defesa dos princípios de participação social, política e cultural para todas, todos e todes, sem qualquer tipo de discriminação. Consideramos, portanto, a necessidade da construção de lutas populares que radicalizem a participação democrática e busquem realizar as promessas que o estado democrático de direito tem se mostrado reiteradamente incapaz de cumprir. Nesse sentido, o movimento dos secundaristas, representado pelos estudantes chilenos e brasileiros, é uma expressão da histórica necessidade das maiorias populares por educação pública, gratuita, de qualidade e democrática que defende Baró em sua obra como um todo. Nesse sentido, o conceito que Baró nos apresenta de "povo" permite compreender a significação atribuída às lutas por aqueles e aquelas que se vêem em situações de grande opressão e de ausência de canais de comunicação e de expressão das suas necessidades básicas (Martín-Baró, 1998).

Outro aspecto a salientar é que o movimento dos estudantes secundaristas no Brasil e no Chile pode ser considerado como uma expressão democrática que busca romper com a lógica de dominação opressores-oprimidos, ao propor uma escolarização mais horizontal, pautada no respeito e nas decisões construídas com ampla participação coletiva. Neste processo, Baró (1996) contribui na análise, a partir do conceito de conscientização de Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1970). Como analisa Baró a partir de Freire:

A conscientização não consiste, portanto, em uma simples mudança de opinião sobre a realidade, em uma mudança da subjetividade individual que deixe intacta a situação objetiva; a conscientização supõe uma mudança das pessoas no processo de mudar sua relação com o meio ambiente e, sobretudo, com os

demais. Não há saber verdadeiro que não seja essencialmente vinculado com um saber transformador sobre a realidade, mas não há saber transformador da realidade que não envolva uma mudança de relações entre os seres humanos (Martín-Baró, 1998, pp. 16-17).

O processo organizativo dos estudantes secundaristas inaugura de diversas formas, novos caminhos na luta social, na possibilidade de disputas que conduzem à reflexão sobre a escola que temos e a escola que queremos, sobre as condições estruturais e de trabalho dos professores, sobre o papel da educação na mudança social, sobre a importância da organização e da participação democrática. Esse exercício difícil e necessário da luta pela garantia de direitos, que, pela sua materialidade, contribui na constituição de um jovem cujo sentido pessoal se forja na relação entre pares e nas pautas e lutas sociais, desvelando aspectos da realidade pouco conhecidos por sua geração.

Por fim, é importante ressaltar, conforme analisa Baró, o processo de violência que se instaura frente aos movimentos sociais e às lutas das maiorias populares. Martín-Baró (1990) denuncia essa violência em El Salvador e em outros países da América Latina pelas mãos de governos que estavam sob a égide de grupos de extrema direita ou de uma subserviência ao imperialismo estadunidense, que se expandia pelos países das Américas Central, do Sul e Caribe por meio de golpes de estado, implantação de ditaduras civis-militares e do uso da violência, da tortura e do desaparecimento de lideranças dos movimentos sociais e dos movimentos que se organizaram contra tais ditaduras. Neste artigo, Baró apresenta um programa de intervenção psicossocial que considera fundamental e afirma que:

Sólo en este contexto social nuevo, la violencia dejará de ser el medio más económico y eficaz entre nosotros, sea para desahogarse, para satisfacer necesidades o para lograr reivindicaciones y cambios sociales. En última instancia, en una sociedad afectada por un conflicto de opresión e injusticia estructural tan grave como el de nuestros países, la solución a los principales problemas de violencia pasa necesariamente por la transformación de esas estructuras, aunque no basta con ella (Martín-Baró, 1990, p. 143)<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Em tradução livre: “Somente nesse contexto social novo, a violência deixará de ser o meio mais econômico e eficaz entre nós, seja para extravasar, para satisfazer necessidades ou conquistar reivindicações e mudanças sociais. Em última instância,

E hoje, verifica-se que o violento processo de repressão utilizado tanto no Chile como no Brasil contra os estudantes secundaristas, também se estabeleceu, como expressão do esforço dos setores dominantes na manutenção de seus interesses. Portanto, a crescente presença das forças de segurança dos Estados-Nação no controle dos movimentos sociais internacionalmente tem revelado a prática política e administrativa que versa no campo democrático. No caso do Chile, a governante Michelle Bachelet, inclusive, viveu, pessoalmente, a violência da Ditadura do Regime Ditatorial de Pinochet. No caso de São Paulo, o então Secretário de Educação do Estado foi Reitor de uma das Universidades Estaduais Paulistas. Portanto, a presença dos interesses econômicos e de segmentos que detêm o poder político no âmbito das instâncias instituídas e eleitas democraticamente, ainda deixam de assumir o seu papel de Estado para responder a demandas e interesses de determinados grupos da elite econômica, seja no Chile, seja no Brasil. O processo de utilização da violência revela a inexistência da consolidação, de fato, de políticas públicas, bem como a pouca representatividade dos governos na defesa dessas políticas.

Portanto, finalizamos este capítulo destacando os grandes desafios para a consolidação do estado democrático de direitos e a necessidade de inserção da participação política como um importante instrumento formativo e educativo a ser ensinado e vivenciado na Educação Básica.

---

em uma sociedade afetada por um conflito de opressão e injustiça social tão grave como o de nossos países, a solução para os principais problemas de violência passa necessariamente pela transformação dessas estruturas, ainda que isso não seja o bastante”.

## Referências

- ARAÚJO, G. Professores de SP anunciam fim de greve após 3 meses de paralisação. **G1**. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/professores-estaduais-parados-ha-3-meses-decidem-pelo-fim-de-greve.html>. Acesso em: 25 set. 2016.
- ARELARO, L. R.; JACOMINI, M. A.; CARNEIRO, S. R. G. Limitações da participação e gestão “democrática” na rede estadual paulista. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1143-1158, out./dez., 2016.
- BLANCO, A. (Org.) **Psicología de la liberación**. Madrid: Editorial Trotta. 1998.
- BRUM, E. É política sim, Geraldo. **El País**. 2015. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/opinion/1449493768\\_665059.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/opinion/1449493768_665059.html). Acesso em: 25 set. 2016.
- CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. **Escolas de luta**. São Paulo, SP: Veneta. 2016.
- CONTRERAS, R. M. El lado B del paro: Alumnos viven jornadas culturales en los establecimientos. **La Tercera**. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20080311203059/http://www.tercera.cl/medio/articulo/0,0,3255\\_5666\\_215752088,00.html](https://web.archive.org/web/20080311203059/http://www.tercera.cl/medio/articulo/0,0,3255_5666_215752088,00.html). Acesso em: 26 de jun. 2022.
- CRUZ, E. P. Greve dos professores de SP é considerada a maior da história. **UOL Educação**. 2015. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias/greve-dos-professores-de-sp-e-considerada-a-maior-da-historia/>. 2015. Acesso em: 25 set. 2016.
- DEUS, L. Entenda a evolução das ocupações de escolas em São Paulo. **Revista Educação**, 2015. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2015/12/18/entenda-a-evolucao-das-ocupacoes-de-escolas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 25 set. 2016.
- DONOSO, S. Dynamics of Change in Chile: Explaining the Emergence of the 2006 Pingüino Movement. **Journal of Latin American Studies**, v. 45, n. 01, p. 1-29, fev. 2013.
- FALCONI, O.; BELTRÁN, M. La toma estudiantil en Córdoba (2010): política estatal y debate público en la escuela secundaria. **Revista Propuesta Educativa**, n. 35, p. 27-40, ago. 2011.
- FARINA, E.; SCIREA, B. O que move as ocupações de escolas no Estado. **Zero Hora**. 2016. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2016/05/o-que-move-as-ocupacoes-de->

- escolas-no-estado-5804779.html#. Acesso em: 25 set. 2016.
- FIER, F. Massacre do Centro Cívico. *Uol Congresso em foco*. 2015. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaao/colunistas/massacre-do-centro-civico/>. Acesso em: 25 set. 2016.
- FREIRE, P. *Pedagogía del oprimido* (Tradução de Jorge Melado). Montevideu: Tierra Nueva, 1970.
- GAMA, A. Sem acordo, estudantes decidem manter ocupação de 54 escolas no Ceará. *Uol*. 2016. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2016/05/o-que-move-as-ocupacoes-de-escolas-no-estado-5804779.html#>. Acesso em: 25 set. 2016.
- JANUÁRIO, A. *et al.* As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. *Revista Fevereiro*, v. 9, p. 1-26, 2016. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pdf/9/12.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- LARRONDO, M. *Después de la noche. Participación en la escuela y movimiento estudiantil secundario*: Provincia de Buenos Aires, 1983-2013. Tese (Doutorado em Educação). Universidad Nacional de General Sarmiento/IDES, Los Polvorines, 2014.
- LEITE, C. K. S.; PERES, U. D. Aproximações analíticas das trajetórias de políticas de educação e saúde no Brasil, Argentina e Chile (1980-2000). *Teoria e Cultura*, v. 10, n. 1, p. 67-85, 2015.
- MARTÍN, M. Inspirados em SP, colégios estaduais do Rio vivem onda de ocupações. *El País*. 2016. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/08/politica/1460123788\\_119886.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/08/politica/1460123788_119886.html). Acesso em: 25 set. 2016.
- MARTÍN-BARÓ, I. a violencia en centroamerica: una vision psicosocial. *Revista de Psicologia de El Salvador*, v. 9, n. 36, p. 123-146, 1990.
- MARTÍN-BARÓ, I. Hacia una psicología de la liberación. *Psicología sin fronteras: revista electrónica de intervención psicosocial y psicología comunitaria*, v. 1, n. 2, p. 1, 2006.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, v. 2, n. 1, p. 7-27. 1996.
- MARTÍN-BARÓ, I. *Psicología de la Liberación*. Ed. Trotta, 1998.
- OLIVEIRA, F. *Estudantes secundaristas brasileiros e chilenos: ocupações de escola como luta pelo direito à educação*. 2022. 311 f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

PÁGINA 12. Confirman que hubo vuelos de la muerte. *Página 12*. 2018. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/115998-confirman-que-hubo-vuelos-de-la-muerte>. Acesso em: 15 jan. 2022.

PALAGANO, L. E. Relato de um manifestante no Centro Cívico de Curitiba: “Foi um massacre”. *Revista Fórum*. 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/geral/relato-de-um-professor-centro-civico-de-curitiba-foi-um-massacre/>. Acesso em: 25 set. 2016.

PATTO, M. H. S. *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786587596341>

PEDROSA, L.; JADE, L. Violência da PM contra alunos paulistas é “prática de tortura”, diz especialista. *Agência Brasil*. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-12/violencia-contra-alunos-paulistas-e-crime-diz-especialista>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PIRES, C. P. As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do chile e a deflagração do movimento estudantil em 2011. *Revista Contraponto*, v. 1, n. 3, p.77-100, out./nov. 2015.

ROSSI, M. Goiás pressiona escolas ocupadas com a suspensão do início das aulas. *El País*. 2016. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/20/politica/1453306541\\_810398.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/20/politica/1453306541_810398.html). Acesso em: 25 set. 2016.

SAFATLE, V. A ditadura do Sr. Guedes: Neoliberais não suportam uma sociedade com contestação, eles atiram quando o povo mostra seu descontentamento. *EL PAÍS*. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opinion/2019-12-05/a-ditadura-do-sr-guedes.html>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SEGUEL, A. A. “Tenemos razón y somos mayoría”: El movimiento estudiantil secundario chileno en 2006. *Conflicto Social, Revista del Programa de Investigaciones sobre Conflicto Social, Instituto de Investigaciones Gino Germani - Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires*, Año 4, n. 5, jun. 2011. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/CS/article/view/385>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SERÓN, C. J. R.; ROJAS, D. O. G. *Revolución Pingüina: Caracterización del caso y descripción de los usos dados*. Tesis (Licenciado en Comunicación Social a las Tecnologías de la Información y Comunicación) - Escuela de Periodismo, Instituto de Comunicación Social, Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Austral de Chile, 2008

TAVOLARI, B.; LESSA, M. R.; MEDEIROS, J.; MELO, R.; JANUÁRIO, A. As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015–2016): entre a posse e o direito à manifestação. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 02, p. 291-310, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/111> Acesso em: 20 jan. 2021.

TELESUR. La Caravana de la Muerte en Chile: inicio de la era del terror. **TeleSUR**. 2021. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/caravana-de-la-muerte-chile-dictadura-augusto-pinochet-20190928-0026.html>. Acesso em 15 jan. 2022.

ZIBAS, D. M. L. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 38, p. 199-220, mai./ago. 2008.

## Posfácio

---

Laura Marisa Carnielo Calejon

Com a alegria de quem encontra companheiros que lutam por uma Psicologia Libertadora, capaz de contribuir para superar os limites de um processo de colonização, contribuindo, assim, para organizar uma educação libertadora, como propôs Paulo Freire, aceito e agradeço o convite para escrever o posfácio do ebook produzido pelo grupo de estudos sobre Martín-Baró. O Prefácio, produzido por Ignacio Dobles Oropeza, assim como a apresentação do material evidenciam a importância do pensamento de Martín-Baró e a relevância de sua contribuição no esforço que setores da Psicologia brasileira fazem para superar as amarras da colonização e a persistência de uma educação bancária na nossa sociedade, resultando no que Milton Santos denominou de cidadania mutilada. A apresentação do *e-book* demonstra a relevância de pesquisas realizadas no Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE) e no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM), na Universidade de São Paulo, coordenadas pela Professora Marilene Proença Rebello de Souza, na luta por uma Psicologia e uma educação brasileira que possam ser libertadoras.

Os diferentes capítulos do *e-book* demonstram a potencialidade do pensamento de Martín-Baró para analisar desafios enfrentados pelos movimentos sociais, pela educação, pelas instituições, no esforço de compreender as populações marginalizadas que se constituem em exemplos concretos de cidadania mutilada.

Povos marginalizados constituem-se em objeto de reflexão, a partir de autores que procuram compreender, apoiados no pensamento de Martín-Baró, a construção de identidades indígenas, imigrantes e identidades de gênero dissidentes. O campo educacional, analisado a partir do pensamento de Martín-Baró, em convergência com o

pensamento de Paulo Freire, constitui-se em objeto de reflexão de diferentes autores que procuram compreender o processo e medicalização, a luta de estudantes secundaristas brasileiros e chilenos por uma educação de qualidade que seja libertadora.

Os desafios que a Psicologia enfrenta para compreender outras dimensões da vida são tratados também pelos autores dos capítulos à luz do pensamento de Martín-Baró, assim encontramos no *e-book* a análise do uso ideológico da experiência religiosa e a expansão do pentecostalismo em diversos setores da América Latina. O realismo pandêmico e as contradições do fatalismo na modernidade tardia colocam a cena brasileira da Covid-19 em foco. O pensamento de Martín-Baró sobre as limitações da Psicologia latino-americana constitui-se em um recurso necessário para análise de questões centrais focalizadas pela Psicologia Social e Psicologia Escolar e Educacional que, no cenário brasileiro, buscam novos rumos. Assim, nos diferentes capítulos de *e-book*, podemos encontrar análise de temas como a violência, os processos de alienação, as diferentes dimensões das cidades, incluindo moradores de ocupações urbanas, pessoas em situação de rua. Outras dimensões da organização da cidade e da educação são analisadas, resultando na análise crítica necessária do que entendemos por alfabetização e o papel dos recursos da tecnologia neste processo.

Os diferentes capítulos do *e-book* demonstram a riqueza do pensamento de Martín-Baró e da herança deixada por sua luta para aqueles que seguem lutando por uma sociedade mais justa, menos desigual e por organizar efetivamente aquela educação que desde 1965, Freire denominou de educação libertadora.

A Psicologia da Libertação proposta por Martín-Baró nos obriga a uma revisão crítica da Psicologia brasileira, a partir da releitura de suas bases epistemológicas, de modo a compreender, a partir de uma perspectiva decolonial e emancipadora, a realidade social, política e cultural que nos constitui como sujeitos. Os diferentes capítulos do *e-book* demonstram a contribuição que muitos pesquisadores podem oferecer para essa luta necessária. Demonstram ainda o empenho de

profissionais de diferentes formações, jovens que se empenham na difícil luta por uma Psicologia e uma educação libertadora.

Os desafios ainda são enormes, mas os capítulos e autores envolvidos na produção do material oferecido aos leitores reafirma o esperar freireano e a coragem que a vida nos pede, como demonstrado, em palavras e ações, por figuras como Martín-Baró e Paulo Freire. Expressando minha gratidão por essa oportunidade de me expressar, seguimos em uma luta difícil, mas necessária, parabenizando os autores e desejando bom aproveitamento aos leitores, com a convicção de juntos nos tornamos mais fortes.

## Sobre as/os autoras/es

---

### **Marilene Proença Rebello de Souza**

Psicóloga, Professora Titular da Universidade de São Paulo na área de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Professora e pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação "Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano" e "Integração da América- Latina - PROLAM/USP". Coordena o LIEPPE - Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar e o Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró e a América Latina. Participa da Red Baró América Latina y El Caribe. Integra a Academia Paulista de Psicologia, ocupando a Cadeira nº 02 "Lourengo Filho".

### **Ignacio Dobles Oropeza**

Psicólogo, doutor em Psicologia, docente, pesquisador e escritor vinculado à Universidade de Costa Rica. Seus temas de interesse e pesquisa envolvem a Psicologia Social, Psicologia Política, Psicologia Comunitária, Psicologia da Libertação, dentre outros. É autor do livro "Ignacio Martín-Baró: una lectura en tiempos de quiebres y esperanzas", dentre várias publicações.

### **Laura Marisa Carnielo Calejon**

Psicóloga, doutora em Psicologia Escolar de Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Foi docente de várias universidades, públicas e privadas. Pesquisadora convidada do Laboratório de Formação Docente do Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação (CEPEED), na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UFMS); pesquisadora participante no Laboratório de Educação e Desenvolvimento Humano (LEDEP) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Sociedade e Políticas Públicas: concepções da teoria histórico-cultural (GEPESPP - USP). Organizadora e Coordenadora do Centro de Desenvolvimento Pessoal e Profissional (CEDEPP).

### **Alayde Maria Pinto Digiovanni**

Psicóloga, professora Adjunta da Universidade Estadual do Centro-Oeste, docente e pesquisadora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Doutorado e pós-doutorado pelo Programa em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo. Participa da Red Baró América Latina y El Caribe.

### **Ronilda Iyakemi Ribeiro**

Etnopsicóloga, Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano e em Antropologia de África Negra pela Universidade de São Paulo (USP), é docente-pesquisadora da USP e da Universidade Paulista (UNIP). Integra diversos grupos de diálogo inter-religioso e diálogo da Psicologia com a Religião e os Saberes Tradicionais. Participa do Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró e a América Latina e da Red Baró América Latina y El Caribe. Integra a Academia Paulista de Psicologia, Cadeira nº 34, "Paulo Siwek". Ialorixá da Religião Tradicional Iorubá.

### **Renato Batista da Silva**

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (PSA) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (PPGpsi-UFSJ). Membro do Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE) - núcleos UFMG/UFSJ/UNILESTE e USP. Membro do Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró e a América Latina e da Red Baró América Latina y El Caribe.

### **Nilson de Jesus Oliveira Leite Junior**

Mestrando em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Graduação em Psicologia pela Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna (FASI). Pós-graduando (MBA) em Gestão de Pessoas pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ-USP). Pós-graduando em Educação Social e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Espírito Santo/Sistema Universidade Aberta Capixaba (UFES/UnAC). Membro do Observatório do Trauma Psicopolítico (USP/UNIFESP), do Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró e a América Latina e da Red Baró América Latina y El Caribe.

### **Alice Kacelnik Rosenthal**

Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH-USP.

### **Álvaro Maximiliano Pino Coviello**

Alumno admitido del Doctorado en Humanidades de la Universidad Nacional Tucumán (UNT), Argentina. Doutorando do EICOS/UFRJ, Brasil. En ambos casos bajo la dirección (orientação) del Prof. Mohammed Elhajji. Miembro del grupo de investigación DIASPOTICS/CNPq/UFRJ. Integrante del Grupo de Estudios Ignacio Martín-Baró e América Latina, USP, Brasil.

### **Antonio Euzébios Filho**

Psicólogo, professor doutor da Universidade de São Paulo (USP) no departamento de Psicologia Social e do Trabalho. Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (USP). Doutor em Psicologia da PUC-Campinas. Coordenador do Observatório do Trauma Psicossocial e do Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró e América Latina.

### **Arnaldo Mesquita Santos Júnior**

Psicólogo, Mestre e doutorando em Psicologia pela UFSJ. Licenciado em Filosofia pela UFSJ. Especialização em docência do ensino superior. Congadeiro, militante de Direitos Humanos, da cultura popular e do movimento LGBTQI. Poeta e escritor. Membro do Grupo de Estudos Ignacio Martín-Baró e América Latina.

### **Camila Danielle dos Santos**

Psicóloga, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Instituto de Psicologia na Universidade de São Paulo (USP). Atua a partir da Psicologia Social Crítica em atendimento clínico particular e pelo NETT - Núcleo de Estudos e Trabalhos Terapêuticos.

### **Carlos César Barros**

Professor Adjunto em dedicação exclusiva na área de Psicologia do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (DCHF) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP).

### **Danniel Leão de Oliveira**

Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Participante do Grupo de pesquisa Psicologia e Teoria Crítica da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Graduado em psicologia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

### **Felipe Oliveira**

Psicólogo, Docente no curso de Psicologia da Universidade Paulista (UNIP). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), Membro do Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (LIEPPE-IPUSP), integra o Grupo de Estudos Martín-Baró e América Latina (PROLAM-USP).

### **Fernanda Ferreira Chaves**

Psicóloga do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). Doutoranda no Doutorado Interuniversitário em Psicologia, especialidade em Psicologia da Educação, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (ULisboa), em regime de dupla titulação no Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano, do Instituto de Psicologia, da Universidade de São Paulo (USP).

### **Gabriel Mussato Silva**

Graduando em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IP-USP. Integrante do Observatório do Trauma Psicopolítico (USP/UNIFESP).

### **Gisele Cardoso Costa**

Pedagoga, professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Ciências pelo Programa de Integração da América Latina, na Universidade de São Paulo (USP). Integrante do Grupo de Estudo Ignacio Martín-Baró e a América Latina.

### **Iris Barboza Pastor Souza**

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário São Camilo. Integrante do Observatório do Trauma Psicopolítico (USP/UNIFESP).

### **Joana Carla de Jesus Assis**

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), graduada em Psicologia pela mesma instituição. É membro do grupo de pesquisa Psicologia e Teoria Crítica (Feirafurt) da UEFS, onde estuda o potencial emancipatório da educação por meio do feminismo negro.

### **João Gabriel Carvalho Araújo Mello de Oliveira**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) da Universidade de Brasília. Graduado em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB).

### **José Fernando Andrade Costa**

Psicólogo. Professor da área de Psicologia do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (DCHF-UEFS). Doutor em Psicologia Social pelo Programa de Pós-

Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Coordenador do Programa de Extensão "Ciclos de Ação Comunitária". Membro do Projeto de Extensão "Conhecer, Analisar e Transformar a Realidade do Campo na Construção do Desenvolvimento Sustentável" (CAT-UEFS) e da Assessoria Técnica ao Movimento de Organização Comunitária (MOC). Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Psicologia e Teoria Crítica (Feirafurt-UEFS). Integrante do Grupo de Pesquisa Mandacaru - Antropologia (UEFS).

### **Joyce Mirelle Lima Farias**

Graduanda em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Integrante do Observatório do Trauma Psicopolítico (USP/UNIFESP).

### **Jussara de Souza Silva**

Psicóloga pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pesquisadora na área da Psicologia, sob viés da Criminologia Crítica. Membro do Laboratório de Psicanálise, Política, Arte e Sociedade da UNIFESP e do Núcleo de Investigação e estudos em Psicanálise, Saúde e Sociedade (NIEPSS), Membro Colaboradora do Núcleo de Saúde Mental e Justiça (Política Antimanicomial) na Comissão de Política Criminal e Penitenciária (CPCP) da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP e integrante do Observatório do Trauma Psicopolítico USP-UNIFESP.

### **Kíssila Teixeira Mendes**

Cientista Social, Psicóloga e Bacharela em Ciências Humanas. Professora da Universidade do Distrito Federal (UnDF) e do Centro Universitário Projeção. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

### **Lucy Duró Matos Andrade Silva**

Pedagoga, Mestre em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, pós-graduada em Psicopedagogia e Medicina Comportamental pela Universidade Federal de São Paulo e graduada em Pedagogia pela instituição Faculdades Integradas Campos Salles. Integra o Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar e Educacional do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - LIEPPE, Conferencista da Futuro Eventos e do Congresso Saber e articulista da Revista da Escola Particular, uma publicação do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo.

### **Marcela Pereira Rosa**

Psicóloga, professora substituta no Departamento de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro. Mestrado e Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo. Integra o Laboratório Interinstitucional de Psicologia Escolar e Políticas Públicas (LIPEPP). É vice-líder do grupo de pesquisa Psicologia e Educação na Perspectiva Histórico-Cultural (CNPq). Participante do Grupo de Estudos Martín-Baró e América Latina (PROLAM-USP).

### **Matheus Costa Campos**

Graduando em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IP-USP. Integrante do Observatório do Trauma Psicopolítico (USP/UNIFESP).

### **Mohammed ElHajji**

Doctor en Comunicación y Cultura por la UFRJ. Becario postdoctoral en UNISINOS (Medios y Migraciones). Profesor Titular de la UFRJ. Profesor en los Programas de Posgrado en Comunicación (POS-ECO) y Psicosociología de las Comunidades y Ecología Social (EICOS). Miembro del Consorcio MITRA / Máster Erasmus Mundus. Líder del Grupo de Investigación Diaspotics (<https://diaspotics.org>).

### **Pablo Pamplona**

Doutorando em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP com experiência de seis meses de intercâmbio com o Heidelberg Center for Ibero-American Studies, na Alemanha. Realiza uma pesquisa sobre trabalho de memória e lutas sociais na zona sul de São Paulo. Membro do Centro de Memória das Lutas Populares Ana Dias e do Fórum de Pesquisadores Mboi Mirim.

### **Pedro Henrique Antunes Costa**

Psicólogo, Professor do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). Doutor pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenador do grupo Psicologia e Ladinidades, sobre as interfaces do pensamento social e político latino-americano com a psicologia. participa do Grupo de Estudos Marxistas e Pesquisas em Política Social e Trabalho (GEMPP); e do Centro de Referência em Pesquisa, Intervenção e Avaliação em Álcool e outras Drogas (CREPEIA).

### **Raul Gomes de Almeida**

Psicólogo, Doutorando e Mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Integra o Laboratório

de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas (LAPSAPE/FFCLRP-USP).

### **Solange Struwka**

Psicóloga, Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e da Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Doutora e mestre pelo Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo -USP. É vice-coordenadora do Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE) e do Núcleo Práxis de Pesquisa e Educação Popular e Política da USP e integrante do Grupo de Estudos Martín-Baró e América Latina (PROLAM-USP).

### **Stefanie de Almeida Macêdo**

Psicóloga, Doutoranda e Mestra em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Co-coordenadora do Grupo de Pesquisa Psicologia e Teoria Crítica (Feirafurt - UEFS) e membra do Grupo de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica (Paralaxe - UFC).

Esta coletânea tem por objetivo apresentar o Grupo de Estudos "Ignacio Martín-Baró e a América Latina", que se organiza desde 2017, na Universidade de São Paulo (USP), junto ao Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE) do Instituto de Psicologia da USP (IP-USP) e ao Programa de Pós-Graduação Interunidades "Integração da América Latina" (PROLAM-USP).

Os capítulos apresentados visam constituir diálogos com a obra de Ignacio Martín-Baró, psicólogo social, que teve na Psicologia da Libertação seu principal eixo de estruturação de uma concepção de psicologia, cuja epistemologia e a prática estão voltadas para as maiorias populares.

Os diálogos estão organizados em cinco seções: I - Sobre o Conservadorismo; II - Sobre as práticas em Instituições; III - Com as Cidades; IV- Com as Identidades e V - Com a Educação. Cada uma dessas seções é constituída por um conjunto de capítulos que articulam o pensamento de Martín-Baró com as lutas latino-americanas para o enfrentamento das mazelas sociais instauradas diariamente.

Esperamos que esta coletânea contribua para pensar criticamente a realidade de nossa América Latina e superar dívidas históricas para com nossos povos.

Boa leitura e discussão!